



Nº4 | Agosto 2013



SOL NASCENTE

Revista do Centro
de Investigação sobre
Ética Aplicada |CISEA|



REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ÉTICA APLICADA (CISEA)

Nº4 – Agosto 2013 | ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

ines.morais@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Diretor: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretários de redação: Inês Moraes (ISPSN) Angola

Eduardo Schmidt Passos (CUA) EUA

Secretários técnicos: Lia Raquel (UP) Portugal

Mirelis Cristina Lazo Pérez (ISPSN) Angola

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Maqueta e paginação: Sergio Soares (Teia - Digital Solutions) Portugal

CONSELHO CIENTÍFICO

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

Álvaro Nóbrega (ISCSP) Portugal

Armando Cossa (SM) Guiné-Bissau

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Antonio Gómez Ramos (UC3M) Espanha

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Lucas António Nhamba (Univ J. E. Santos - ISPSN) Angola

David Boio (ISPSN-CISEA) Angola
Diane Lamoureux (LAVAL) Canada
Félix Duque (UAM) Espanha
Fernando Rampérez (UCM) Espanha
Gabriel Aranzueque Sauquillo (UAM) Espanha
Hugo Bento de Sousa (médico) Portugal
Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola
Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal
Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola
Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal
Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal
Rocío Orsi Portalo (UC3M) Espanha
José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal
César Candiottto (Pontifícia Universidade Católica de Paraná) Brasil
José Ramón Molina (Faculdade de Medicina da Universidade José
Eduardo dos Santos do Huambo – FMHBO) Angola

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola
António Miranda (Político) Cabo Verde
Giusepe Ballacci (U. Minho) Portugal
Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile
Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai
Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha
Miguel Ángel Cortés Rodríguez (Salamanca) Espanha
Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal

Paulo Songolo (ISPSN) Angola

Pamela Colombo (CSIC) Espanha

Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde

Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

Víctor Barbero Morales (UAM) Espanha

EDITORIAL

ESCREVER SOBRE O JÁ ESCRITO

É sempre uma tarefa complicada fazer um editorial ou escrever um editorial, a porta de entrada e de saída do que vem depois, uma apresentação não apresentada, precisamente pela contingência da indizibilidade tanto daquele que escreve o editorial como dos artigos sobre os quais o editorial deveria supostamente “reflectir”, apresentar ou anunciar. Assim, cientes de toda esta indizibilidade do já dito, o já escrito procuramos apresentar sucintamente este novo número.

Este quarto número da revista caracteriza-se, essencialmente por uma diversidade de temáticas e um elemento transversal em todas elas, a sociedade e uma preocupação pelo desenvolvimento do ser humano a diversos níveis.

Neste sentido, apresentamos uma panóplia de artigos de áreas tão diversas como a educação, política, saúde, literatura, antropologia, psicologia, ciência do trabalho, geografia e direito. De realçar, dois estudos que apresentamos na área das ciências da educação, de Cláudia Silva, com o título “Valores e educação: entre a facticidade e a idealidade” e da área da política, de Luís Bernardino, “A gestão de conflitos e a conflitualidade em África. Uma problemática atemporal”.

A par da contribuição de investigadores e professores do ISPSN, temos o prazer de contar com a participação de investigadores e professores internacionais, nomeadamente do Brasil, Portugal e Espanha.

De realçar a menção na última parte da publicação do Primeiro Simpósio Internacional de Estudos Clássicos, Grécia e Roma em Angola que irá decorrer a 31 de Outubro e 1 de Novembro no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, no Huambo. Um contributo do ISPSN para a introdução no contexto nacional de uma iniciação e divulgação da cultura clássica e dos estudos clássicos no país. O simpósio será dividido em três painéis: Política, Religião e História e Direito e Leis e a chamada de artigos para os mesmos irá decorrer até dia 30 de Setembro.

Inácio Valentim

ÍNDICE

Editorial	5
------------------------	----------

Artigos / Papers

A Hipertensão Artificial Sistêmica (HAS) na vida da Pessoa Idosa	9
---	----------

Marina Nhamba

O trabalho humano do ponto de vista ético	17
--	-----------

Manuel Nunes Kanamua

A insuficiência cardíaca em África: características epidemiológicas e os desafios que impõe para a saúde pública	24
---	-----------

Lucas Nhamba

Algumas reflexões em torno da problemática do consumo de álcool: Uma proposta de abordagem	34
---	-----------

Mariana Serra Coelho

A Literatura Angolana e os Estudantes do ISPSN	43
---	-----------

Inês Morais

Geografia, Questão Ambiental e Espaço Público	53
--	-----------

Kleber Costa da Silva

Singularidade na diversidade: os Kuvale e os Mosuo no ritual do casamento	70
--	-----------

Anabela Santos/Armindo Jaime Gomes

Os Golpes de Estado como principal meio de subversão. Uma análise comparativa com outros sistemas subversivos	87
--	-----------

Mafalda Félix do Sacramento

Democracia, Institucionalização e subversão	95
--	-----------

Carlos Carujo

Os costumes e as tradições culturais como fundamento da lei	105
--	------------

António Pelágio

Pluralismo Jurídico y Derechos Humanos	112
---	------------

Jorge Buitrago

Estudos

Valores e Educação: Entre a facticidade e a idealidade 130

Cláudia Silva

A Gestão de conflitos e a conflitualidade em África. Uma problemática atemporal 163

Luis Bernardino

Normas de Publicação..... ... 199

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Apresentação..... 201

Actividades 202



ARTIGOS/PAPERS

SAÚDE

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) na vida da Pessoa Idosa

Marina Nhamba¹

marinanhamba@hotmail.com

Resumo: O artigo em questão trata-se de uma revisão de literatura sobre a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) na pessoa idosa, considerada um problema de saúde pública a nível mundial, enquanto fator de risco para doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. Para isso, foram utilizadas bases de dados eletrônicas de ciências em saúde, literatura do Caribe em ciências da saúde, literatura latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Scientific Electronic Library Online.

Palavras-Chave: Envelhecimento; Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS); Idosos

Abstract: The paper presents a literature review on the systemic arterial hypertension (SAH) in the elderly, considered a public health problem worldwide as a risk factor for cardiovascular, cerebrovascular and renal diseases. For this, we used the electronic databases of health sciences, Caribbean literature in health sciences, Latin American literature and Caribbean Center on Health Sciences and Scientific Electronic Library Online.

Keywords: Aging; Systemic Arterial Hypertension; Seniors

Introdução

Nos últimos anos, em países desenvolvidos e nos que ainda estão em vias de desenvolvimento, o envelhecimento da população tem gerado uma significativa transição demográfica. A idade populacional que antes era representada por uma

¹ *Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Brasil, Docente do Curso de Enfermagem do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente - Angola*

pirâmide, atualmente há uma tendência para uma inversão da pirâmide, que indica um elevado número de pessoas idosas em relação ao de adultos e crianças.

Projeções para as próximas décadas indicam que o continente africano continuará sendo a região mais jovem do planeta, mas haverá também um considerável aumento da população acima de 65 anos de idade.¹

Esse envelhecimento populacional pode ser justificado pela mudança de alguns indicadores de saúde, essencialmente a queda da fecundidade, diminuição da taxa de mortalidade e o aumento da esperança de vida.² Entretanto o que não verifica-se é o concomitante aumento de fatores que garantam a qualidade de vida.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2003)³ define o envelhecimento como “*um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal e não patológico*”. Ele é próprio de todos os indivíduos, entretanto não ocorre de forma homogênea, uma vez que os seres sofrem influência dos factores internos e externos.^{2,3}

Com o passar dos anos ocorre naturalmente uma diminuição progressiva da reserva funcional do ser humano, que mesmo não sendo sinónimo de doença, culmina em um estado de maior vulnerabilidade, diminuição da reserva energética e menor resistência a agentes entressores.

Em função desta maior fragilidade é significativo o número de idosos que são acometidos por doenças e agravos crônicos, que podem ser longos ou permanentes.^{2,3} Sob essas condições patológicas, tendem a manifestar-se as comorbidades (morbidades associadas).² Ainda que essas condições não sejam fatais, resultam em um estado que requer assistência e comprometem a qualidade de vida do idoso. Os problemas de saúde dos idosos desafiam os modelos de cuidado a medida em que a sociedade envelhece.⁴

A alta prevalência das doenças cardiovasculares é hoje observada mundialmente.^{5,6} A Hipertensão Arterial Sistêmica é um importante fator de risco cardiovascular e nos últimos anos vem tornando-se um dos mais graves problemas de saúde pública, atingindo, principalmente a população mais idosa.^{7,2,5,8}

A maior prevalência de acidente vascular cerebral em pacientes hipertensos é observada em indivíduos da raça negra.^{9,10,11} Estudos realizados em Angola, com um grupo de universitários do Lubango, demonstraram um elevado índice de hipertensos já na faixa etária de 28 a 39 anos de idade.¹²

Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão literária a respeito da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) na pessoa idosa. Utilizou-se as bases de dados eletrônicas de ciências em saúde Literatura do Caribe em Ciências da Saúde (MEDCARIB), Literatura Latino-Americana

e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A busca de dados foi direcionada por meio de descritores catalogados no Descritor em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave referentes a temática – Hipertensão Arterial Sistêmica e Idosos.

Determinou-se como critério para seleção os estudos que relacionaram a doença com a faixa etária acima de 60 anos de idade. Após filtrar estes estudos nas etapas de identificação, seleção e avaliação, realizou-se a extração e interpretação dos dados obtidos à respeito a HAS na pessoa idosa.

Desenvolvimento

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é atualmente considerada um problema de saúde pública a nível mundial pois consiste em um importante fator de risco para doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renal.^{2,7}

Configura-se como uma doença altamente prevalente entre as pessoas idosas e representa uma condição determinante para morbidades e mortalidade, mas que não é intrínseca do envelhecimento.¹³ Ela pode ser controlada, assim reduz-se as incapacidades e limitações funcionais por ela gerada.

Na sequência do envelhecimento fisiológico ocorre o desenvolvimento de processos arteroscleróticos dos grandes vasos e arteríolas, provocando perda da distensibilidade e elasticidade que consequentemente diminui sua capacidade com o aumento da velocidade da onda de pulso.¹⁴ Os indivíduos idosos, com aumento da PA, cursam com menor débito cardíaco, volume intravascular, fluxo renal, atividade de renina plasmática e capacidade de vasodilatação mediados por receptores beta- adrenérgicos, e maiores resistência vascular periférica e massa ventricular esquerda.¹⁵

A regulação da Pressão Arterial é uma das funções fisiológicas mais complexas do organismo, sendo influenciada pelas ações integradas dos sistemas cardiovasculares, renal, neural e endócrino.¹⁶

O termo Hipertensão Arterial (HA) refere-se a Pressão Arterial (PA) elevada, que é diagnosticada quando a Pressão Arterial Sistólica (PAS) encontra-se superior ou igual a 140 mmHg e a Pressão Arterial Diastólica (PAD) superior ou igual a 90 mmHg.^{2,7,14}

A prevalência dessa doença tem relação direta com a idade e obesidade. Deve ser investigada sistematicamente mesmo que os níveis da pressão apresente-se adequados, pois é uma complicação silenciosa, que nem sempre acompanha sintomas, o risco torna-se elevado.

A HAS ocorre com maior frequência na terceira idade, tende a ser mais severa na raça negra, e com maiores riscos no grupo feminino.^{8,9,10}

Para prevenção clínica deve-se estabelecer o diagnóstico da doença o mais precocemente possível, com foco em pessoas que ainda não apresentam sinais ou sintomas, mas apresentem factores de risco.⁴

Um importante factor a ser considerado na medida da PA durante a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é o Histórico, Exame Físico e a técnica e aparelhos utilizados. Consideram-se os esfigmomanómetros de coluna de mercúrio mais confiáveis em relação aos digitais.

Para aferir a PA o paciente deve estar em repouso, em posição sentada. Nessa técnica o manguito deve corresponder a não menos de 40% da circunferência do braço e o seu comprimento envolver pelo menos 80% do membro referido.^{2,7}

Há dois achados possíveis ao aferir a PA que são de grande relevância, a *Pseudo-hipertensão* e hiato auscultatório.² O primeiro é caracterizado por um falso nível elevado da PA em detrimento do enrijecimento da parede arterial. Ela é detectável com a técnica de Osler, infla-se o manguito no braço até o desaparecimento do pulso radial, assim, observada caso a artéria fique palpável após a técnica, quando sugere um enrijecimento que indicará um Osler-positivo.

O segundo achado, hiato auscultatório, é caracterizado pelo desaparecimento dos sons na ausculta durante a deflação do manguito, que é identificado ao final da fase I e o início da fase II dos sons de Korotkoff. Ele indica em uma subestimação da pressão sistólica ou superestimação da pressão diastólica, achado verificado com maior frequência.

A PA em adultos pode ser classificada em normal (PAS menor que 120 mmHg e PAD menor que 80 mmHg), pré-hipertensão (PAS entre 120 e 139 mmHg e PAD entre 80 e 89 mmHg) e hipertensão, que é dividida em Estágio I (PAS entre 140 e 159 mmHg e PAD entre 90 e 99 mmHg) e o Estágio II (PAS acima de 160 mmHg e PAD acima de 100 mmHg).⁷

Os sintomas mais comuns da hipertensão arterial são: dor de cabeça, tontura, sangramento do nariz, sensação de cansaço e falta de ar.⁵

Os exames laboratoriais recomendados aos hipertensos são: o hemograma completo, uréia, creatinina, ácido úrico, glicose, colesterol total, triglicérides, LDL-colesterol, HDL-colesterol, EAS e eletrocardiograma.¹⁵

No tratamento da HAS o principal objectivo é redução da morbidade e mortalidade cardiovascular do paciente idoso hipertenso.^{7,2,6} Isso pode ocorrer pelos altos níveis tensionais e de outros factores agravantes.

Atualmente muito investiga-se sobre as medidas farmacológicas e não farmacológicas para o controle da hipertensão. As drogas anti-hipertensivas de escolha devem agir não apenas na redução dos níveis tensionais, mas também na redução dos riscos de acidentes cardiovasculares.² Entretanto a introdução do anti-hipertensivo deve ser feita em doses baixas e com aumento gradual para evitar quedas tensionais que possam acarretar hipotensão ortostática ou hipofluxo em órgãos vitais.¹⁴

As comorbidades genericamente determinam a escolha do anti-hipertensivo, elegendo os fármacos que também agem sobre outras doenças existentes.¹⁴

As abordagens terapêuticas para redução dos níveis pressóricos podem ser desde a alteração no estilo de vida até a utilização de fármacos.^{2,6}

O paciente cujo diagnóstico é de pré-hipertensão pode ser tratado com os não fármacos, unicamente com mudanças de hábitos. Essas medidas compreendem em geral uma alimentação saudável, prática de atividades físicas, não tabagismo e alcoolismos.

No Estágio I essa abordagem terapêutica deve ser mantida concomitante ao acompanhamento rigoroso dos níveis pressóricos, entretanto se após um período de 6 a 12 meses não houver significativa redução deve-se associar uma intervenção medicamentosa. O paciente diagnosticado com Estágio II de HAS deve inicialmente ser tratado com os fármacos, mas também associados a mudança do estilo de vida.

Atualmente, as principais classes de medicamentos anti-hipertensivos utilizados são os bloqueadores adrenérgicos, bloqueadores dos canais de cálcio e os diuréticos.^{14,7,17}

É necessário avaliar as particularidades no tratamento medicamentoso, considerando as alterações fisiológicas próprias do envelhecimento, que resultam na alteração da absorção, da distribuição e metabolização dos medicamentos.¹⁴

Para um controle efetivo e prevenção de complicações é necessário que a abordagem ao paciente idoso seja um processo contínuo de motivação para que não haja resistência ou abandono do tratamento.

No planejamento da Assistência de Enfermagem ao paciente idoso com HAS deve conter estratégias para o tratamento não farmacológico. Primeiramente deve se feito o controle do excesso de peso, pois representa um factor predisponente para o aumento da PA, com especial atenção a gordura predominante na região abdominal – obesidade central, que pode estar associada com a resistência à insulina e doença cardiovascular.²

As alterações na alimentação podem ser feitas gradativamente para melhor adesão ao tratamento não-farmacológico. Essencialmente é preciso reduzir o consumo do sódio, aumentar o consumo de frutas, verduras e derivados do leite e reduzir a quantidade de gorduras saturadas da dieta.^{2,18}

Realizar atividades físicas regularmente auxilia o paciente no controle dos níveis da PA, na redução excesso de peso e considerável diminuição do risco de doença arterial coronária, acidentes vasculares cerebrais e mortalidade em geral.^{2,17}

Na abordagem farmacológica a esse paciente, é importante que o enfermeiro considere o tempo que o medicamento leva para atingir o seu efeito máximo, que pode demorar de quatro a seis semanas e não altere a medicação antes deste período.⁷

A considerar a presença de comorbidades, tolerância medicamentosa e resposta individual, a escolha do fármaco deve ser individualizada a cada paciente.¹⁴ Em geral a classe de fármacos que demonstram maiores benefícios, como redução dos eventos cardiovasculares, cerebrovasculares e renais, são os diuréticos. Razão esta e pelo baixo preço é que são de primeira escolha.^{7,2}

A não adesão ao tratamento da HAS é um dos maiores e mais importantes problemas enfrentados pelos profissionais de saúde.¹⁹ Neste contexto, é necessário a elaboração de estratégias pela equipe de enfermagem que possa estimular o idoso a não abandonar o tratamento.

Na Atenção à Saúde da Família a equipe de enfermagem tem um papel imperioso no tratamento do idosos hipertensos.^{7,10} São atribuições e competências dos auxiliares e técnicos de enfermagem: aferir a PA, verificar o peso, altura e circunferência abdominal do paciente; realizar orientações sobre a mudança no estilo de vida e riscos das doenças associadas; agendar consultas; conservar os equipamentos (esfigmomanômetro e estetoscópio); e controlar estoque de medicamentos.

O enfermeiro responsável pela unidade de Saúde da Família deve realizar ações de gestão em saúde, educação em saúde para comunidade e capacitações para sua equipe, e atendimento aos pacientes buscando práticas para melhor adesão ao tratamento da doença.⁷

Conclusão

Com o envelhecimento da população é necessário que sejam desenvolvidas mais ações de promoção e educação em saúde, medidas de prevenção de agravos das doenças crônicas para a manutenção da capacidade funcional e qualidade de vida dos idosos hipertensos.

Para que essas ações e medidas sejam efetivas é necessário que haja mais estudos epidemiológicos sobre o grupo de hipertensos Angolanos nesta faixa etária.

Bibliografia

1. BRITO, Fausto. A transição demográfica no contexto internacional. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: MS, 2006; caderno nº 19.
3. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Guia Clínica para atención Primaria a las Personas Mayores. 3 ed. Washington: OPAS, 2003.
4. VERAS, Renato Peixoto. Prevenção de doenças em idosos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 10, p. 1834-1840, out, 2012.
5. ARAÚJO, L. F. Benefícios da atividade física segundo os idosos hipertensos e diabéticos do programa de saúde da família. Monografia. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008.
6. RENNERT, S. B. A.; FRANCO, R. R.; ERLEZI, E. M.; BERTHOLO. Associação da hipertensão arterial com fatores de risco cardiovasculares em hipertensos de Ijuí, RS. RBAC; v. 40, n. 4, p. 261-6, 2008.
7. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Hipertensão Arterial Sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006, 58 p.
8. SILVA NASCIMENTO, J.; SARDINHA, A. H. L.; PEREIRA, A. N. S.; Risco cardiovascular em mulheres negras portadoras de hipertensão arterial em uma comunidade de São Luís – MA. Saúde Coletiva, v. 9, n. 56, p. 40-45, 2012.
9. LUIZ, S. F. Raça negra e hipertensão arterial no Brasil. Dicas de Saúde, jul. 2010.
10. NOBLAT, Antonio Carlos Beisl; LOPES, Marcelo Barreto; LOPES, Antonio Alberto. Raça e Lesão de Órgãos-Alvo da Hipertensão Arterial em Pacientes Atendidos em um Ambulatório Universitário de Referência na Cidade de Salvador. Arquivo Brasileiro de Cardiologia, v. 82, n. 2, p. 111-5, 2004.
11. LOPES, A. A.; SILVEIRA, M. A.; MARTINELLI, R; NOBLAT, A. C. B. Influência da hipertensão arterial na incidência de doença renal terminal em negros e mulatos portadores de glomerulonefrite. Rev Assoc Med Bras, 2002; v. 48, p. 167-71.
12. SIMÃO, M.; HAYASHIDA, M.; Santos, C. B. dos; Cesarino, E. J.; NOGUEIRA, M. S. Hipertensão arterial entre universitários da cidade de Lubango, Angola. Revista Latino-americana de Enfermagem, 2008 julho-agosto; vol. 16, n. 4.

13. WESCHENFELDER MAGRINI, D.; GUE MARTINI, J. Hipertensão arterial: principais fatores de risco modificáveis na estratégia de saúde da família. *Enfermería Global*. N. 26, 2012.
14. LONGO, Marco Aurelio Tosta; MARTELLI, Anderson; ZIMMERMANN Anita. Hipertensão Arterial Sistêmica: aspectos clínicos e análise farmacológica no tratamento dos pacientes de um setor de Psicogeriatría do Instituto Bairral de Psiquiatria, no Município de Itapira, SP. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Rio De Janeiro, 2011; v. 14, n. 2, p. 271-284.
15. FRETITAS, Elizabete Viana de; BRANDÃO, Ayrton P.; BRANDÃO, Andréa A.; MAGALHÃES, Maria Eliane; POZZAN, Roselee; ZILLI, Emilio; POZZAN, Roberto.
16. SANJULIANI, Antonio Felipe. Fisiopatologia da hipertensão arterial: conceitos teóricos úteis para a prática clínica. *Revista da SOCERJ*, 2002; v. 15, n. 4.
17. LONDRINA. Prefeitura Municipal. Protocolo de Saúde do Adulto: Hipertensão arterial, diabetes e dislipidemia. 1 ed. Londrina, 2006; 167 p.
18. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Linhas de cuidado: hipertensão arterial e diabetes. Brasília, 2010; 232 p.
19. DANTAS, A. O. Hipertensão arterial no idoso: fatores dificultadores para a adesão ao tratamento medicamentoso. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
20. SANTOS, S. S. C.; TIER, C. G.; SILVA, B. T.; BARLEM, E. L. D; FELICIANNI, A. M.; VALCARENGHI, F. V. Diagnósticos e intervenções de enfermagem para idosos deprimidos e residentes em uma instituição de longa permanência. *Enfermería Global*, 2010; n. 20.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Hipertensão Arterial Sistêmica para a Atenção Primária em Saúde; Organização de Sandra Rejane Soares Ferreira et al. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2009; 54p.

CIÊNCIA DO TRABALHO

O trabalho humano do ponto de vista ético

Manuel Nunes Kanamua²

Resumo: O homem, à diferença dos outros animais, não está determinado pela natureza para fazer sempre as mesmas coisas, pois graças às faculdades de que é munido é capaz de fazer o que quer, isto é, de transformar a natureza para proveito próprio e não só. Ele precisa pôr em acção a sua inteligência e vontade.

Palavras-Chave: Trabalho, Humano, Ético.

Abstract: The man in difference to others animals, is determined by the nature to do always the same things so thanks to the faculties that is provided with him, he is able to do what he wants. That is, to transform the nature for his own profit and not only. He needs to put in action his intelligence and willing.

Keywords: Human, Work, and Ethical

INTRODUÇÃO

Falar do trabalho do ponto de vista ético, é falar dum dos grandes instrumentos de desenvolvimento que o homem tem, já que sem o trabalho o homem não teria condições de melhorar a si mesmo e o mundo em que se encontra.

O que pretendemos neste breve trabalho é tão-somente enfatizar a importância do trabalho na vida humana e o perigo que pode representar quando é mal concebido e orientado. Por ser trabalho, feito pelo homem, ser munido de inteligência e vontade, está

² Docente do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN)

sempre sujeito a uma avaliação ética, porque tanto pode concorrer para o bem como para o mal.

Por isso, valendo-me de algumas obras sugestivas, procurarei antes precisar a natureza e a importância do trabalho, na sua compreensão objectiva e subjectiva, enquanto dever-direito, para depois fazer uma sucinta abordagem da realidade do trabalho em Angola e uma apreciação conclusiva.

É um tema que me ajudou bastante a compreender o valor do trabalho na vida do homem e da sociedade, e a esclarecer alguns equívocos que tinha quanto ao seu sentido verdadeiro e a assumir maior consciência sobre a minha responsabilidade pessoal e social.

Embora o tempo não tenha sido suficiente, este é o pouco, mas profundo, material que eu pude colher desse tema tão actual, porém, mal conhecido, a meu ver.

1.1. NATUREZA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO HUMANO

O homem é um ser dotado de inteligência e vontade. Assim foi criado pelo criador. É “imagem e semelhança de Deus”, assim podemos ler na Bíblia. É graças a essa semelhança que lhe foi dado também o poder de dominar a terra, transformando-a e humanizando-a³.

É daqui, a meu ver, que podemos cavar as raízes mais remotas do trabalho. Com efeito, o homem, à diferença dos outros animais, não está determinado pela natureza para fazer sempre as mesmas coisas, pois graças às faculdades de que é munido é capaz de fazer o que quer, isto é, de transformar a natureza para proveito próprio e não só. Ele precisa pôr em acção a sua inteligência e vontade; precisa ganhar o pão com o seu suor como se diz na gíria, pois se para os animais a mãe natureza providencia tudo, o mesmo já não acontece automaticamente para com o homem, o qual para se realizar plenamente, deve trabalhar, transformando o meio em que se encontra.

Portanto, o trabalho é uma actividade importante e indispensável para o desenvolvimento integral do homem e da sociedade. Esta é uma verdade universalmente reconhecida e é por isso que o trabalho é tido como um dos direitos fundamentais do homem⁴.

Contudo, esta verdade não brilha assim em todas as épocas. Com efeito, como diz o Papa João Paulo II na Encíclica sobre o “Trabalho Humano”, “a Idade antiga introduziu entre os homens uma diferenciação típica em categorias, segundo o tipo de trabalho que realizavam. O trabalho que se requeria do trabalhador, o emprego das forças físicas, o

³ Cf. Gen. 1, 27-28.

⁴ Cf. IMBAMBA J. M., Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos, Ed. Paulinas – UCAN, Luanda, 2003, p. 134.

trabalho dos músculos e das mãos, era considerado indigno dos homens livres, e por isso eram destinados à sua execução os escravos⁵. Em outros termos, diríamos que “até ao início da era industrial, o trabalho era tido como importante por razões puramente instrumentais: para satisfazer as necessidades físicas, materiais e corporais do homem e não para a promoção da pessoa humana enquanto tal. Assim o trabalho era importante para sociedade, mas não para todos os seus membros: era um fardo atirado às classes inferiores ou aos escravos. Um novo critério para avaliar a importância do trabalho nasceu durante a era industrial, quando, principalmente, por mérito de Karl Marx, se compreendeu que o trabalho é uma das actividades específicas do homem e uma das componentes essenciais da cultura”⁶.

Como podemos ver a importância do trabalho na vida do homem e da sociedade em que se encontra é inegável e, diria mesmo, indiscutível.

Então o que é que podemos entender por trabalho?

Segundo pude apurar, o termo trabalho “provém do latim vulgar, *tripalium*, instrumento de tortura composto de três paus ou varas cruzadas, ao qual se prendia o réu. Significa, em geral, qualquer actividade do homem que tem por finalidade um resultado útil e nessa medida, dotado de valor económico. Outros significados mais ou menos relacionados com este: o resultado obtido, o conjunto de pessoas que executam a actividade laboral, etc. Por extensão analógica, também se aplica o termo trabalho à actividade útil dos animais, das máquinas ou, geralmente, a qualquer força. No entanto, o trabalho propriamente dito, único de que aqui se trata, é a actividade do homem”⁷.

Assim, enquanto actividade humana, o trabalho, torna-se uma actualização das potencialidades e virtualidades do ser humano e por isso mesmo, meio indispensável para este se realizar. “Factor de realização do homem, o trabalho sê-lo-á na medida em que a actividade em que ele consiste, responder à verdade do homem, às suas reais virtualidades e necessidades; caso contrário, torna-se desumanizante, destruidor, alienante”⁸.

⁵ João Paulo II, O Trabalho Humano, Ed. Paulistas, Lisboa, 1989, Pág. 27.

⁶ IMBAMBA J. M., obra cit., pág. 134. Acho oportuno registar alguns pontos importantes sobre a história do trabalho: “na antiguidade domina a concepção trágico-pessimista; a revelação jurídico-cristã tem do trabalho uma concepção simultaneamente grandiosa (colaboração na obra de Deus) e realista (o egoísmo pecador desvirtua muitas vezes o trabalho, tornando-o desumanizante. O contraste entre o ethos pagão do trabalho e o cristão fez com que este só lentamente fosse actuando, nos primeiros séculos da nossa era. Contra Celso, que traçava dos humildes trabalhadores cristãos, Ambrósio afirma que «não há virtude sem trabalho», Agostinho fala do «harmonioso trabalho social», etc. a primeira lei social inspirada pelo cristianismo foi a introdução do descanso dominical, por Constantino. É sobre tudo ao monaquismo que se deve a educação dos bárbaros, também no que se refere ao trabalho, especialmente agrícola. Simultaneamente vão surgindo as organizações profissionais e assistenciais, inspiradas pelo cristianismo, pioneiro também neste campo: hospedarias, hospitais, asilos, leprosas, etc. Com os tempos modernos e o grande desenvolvimento dos estudos económicos evidencia-se o aspecto do trabalho como factor de produção, seu papel na formação do valor das mercadorias, etc.” (AA. VV., Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Ed. Verbo, Lisboa, 1983, col. 1773 – 1774.

⁷ AA. VV., Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura... col. 1773-1774.

⁸ Idem col. 1774.

1.2. SENTIDO OBJECTIVO E SUBJECTIVO DO TRABALHO.

Objectivamente falando, o trabalho tem a ver com a técnica, “aliada do mesmo trabalho gerada pelo pensamento humano”, no dizer do Papa João Paulo II. Neste caso, diz ainda ele, “entendida não como uma capacidade ou aptidão para o trabalho, mas sim como um conjunto de meios de que o homem se serve no próprio trabalho, a técnica é indubitavelmente uma aliada do homem. Ela facilita-lhe o trabalho aperfeiçoa-o, acelera-o e multiplica-o; favorece o progresso em função de um aumento da quantidade dos produtos do trabalho e aperfeiçoa mesmo a qualidade de muitos deles. Mas é um facto, por outro lado, que nalguns casos a técnica de aliada pode também transformar-se quase em adversária do homem, como sucede quando, mecanizado, o trabalho suplanta o mesmo homem, tirando-lhe todo gosto pessoal e o estímulo para a criatividade e para a responsabilidade; igualmente, quando tira o emprego a muitos trabalhadores que antes estavam empregados; ou ainda quando, mediante a exaltação da máquina, reduz o homem a ser escravo da mesma”⁹.

Além do sentido objectivo, o trabalho tem também um sentido subjectivo, porquanto quem o realiza é “uma pessoa, um sujeito consciente e livre, isto é, um sujeito que decide de si mesmo”¹⁰. Por conseguinte o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem, por isso se diz: “trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho”¹¹.

1.3. O TRABALHO COMO DEVER – DIREITO.

O que temos a dizer aqui é simplesmente que o trabalho, não é só um dever, mas também um direito, no quadro dos direitos fundamentais do homem que lhe são conaturais: O trabalho, como já foi dito, é uma obrigação, ou seja, um dever do homem; e isto nos diversos sentidos da palavra. O homem deve trabalhar, quer pelo facto de o Criador lho haver ordenado, quer pelo facto da sua mesma humanidade, cuja subsistência e desenvolvimento exigem o trabalho.

O homem deve trabalhar por um motivo de consideração pelo próximo, especialmente consideração pela própria família, mas também pela sociedade de que faz parte, pela nação de que é filho ou filha, e pela inteira família humana de que é membro, sendo como é herdeiro do trabalho de gerações e ao mesmo tempo co-artífice do futuro daqueles que virão depois dele no suceder-se da história.

Tudo isto, pois, constitui a obrigação moral do trabalho, entendido na sua acepção mais ampla. Quando for preciso considerar os direitos morais de cada um dos homens pelo que se refere ao trabalho, direitos correspondentes à dita obrigação, impõe-se, ter

⁹ João Paulo II, O Trabalho Humano... pág. 23-24.

¹⁰ Idem pág. 26.

¹¹ Idem pág. 28.

sempre diante dos olhos este amplo círculo de pontos de referência, em cujo centro se situa o trabalho de todos e cada um dos sujeitos que trabalham¹².

É por isso, que a sociedade deve criar condições e oportunidades para que todos e cada um possa encontrar algo no qual pode encontrar o seu sustento, para que ninguém viva no parasitismo nem na vagabundagem.

1.4. A REALIDADE DO TRABALHO EM ANGOLA.

O presente trabalho leva-nos obrigatoriamente a tecer algumas considerações sobre a realidade do emprego na sociedade em que nos encontramos, marcada por muitas situações anómalas e arruinadoras do próprio homem.

Com efeito, com a proclamação da independência assistiu-se a um aceleração da desindustrialização de Angola, em vários domínios e a um caos económico tremendo.

A que se deveu isto? A resposta está em Fátima Roque: “uma guerra civil devastadora, uma carência dramática de mão-de-obra qualificada, a decisão governamental de criar uma economia dirigida, planificada a nível central e subordinada a uma agenda militar, uma gestão económica deficiente, acompanhada de reformas parciais e de políticas económicas distorcidas, elevado nível de corrupção e a crescente dependência de um único produto (petróleo) para a obtenção de divisas e receitas governamentais e estas últimas utilizadas para financiar, na maior parte dos casos, despesas não produtivas”¹³.

As consequências, como se pode depreender, são gravíssimas e preocupantes, que acho por bem sintetizá-las ainda com Fátima Roque: “temos hoje mais de três milhões e meio de pessoas deslocadas das suas zonas tradicionais de produção e de vida comunitária; cerca de 300 mil refugiados em países vizinhos; uma taxa alta de inflação que persiste em afectar o poder de compra médio já de si extremamente baixa; um batalhão de desempregados; uma pressão inusitada sobre as infra-estruturas e os equipamentos sociais; o desmoronamento da produção interna; a destruição completa de muitas infra-estruturas económicas; o incremento da pobreza e o consequente aviltamento da condição humana dos cidadãos; as desigualdades sociais gritantes; o aumento da criminalidade, etc.”¹⁴; enfim, acrescentaria, a implantação e crescimento do fenómeno da exclusão social.

O ambiente social em que vivemos não é propício para o incentivo do trabalho, uma vez que grande parte das pessoas engrossa o sector informal da economia, em que lutam desesperadamente pela sobrevivência. “Como consequência, o trabalho honesto vem banalizado como uma perda de tempo, já que os dirigentes da Função Pública e Privada não conseguem remunerar pontual e justamente os seus empregados já desmotivados e desgastados. Daí a preferência pela empresa florescente, a «candonga», que directa ou

¹² Idem pág. 68.

¹³ ROQUE F. M., *Construir o Futuro de Angola*, Celta Editora, Oeiras, 1997, pág. 7.

¹⁴ Idem, pág. 9-10.

indirectamente, emprega e garante salários inflamados, em poucas horas, a muitas pessoas (...). Por conseguinte, o trabalho, como actividade promotora e realizadora do homem, deixou de existir: todos andam desenfreadamente à caça do lucro”¹⁵; utilizando, para o efeito, meios lícitos e ilícitos.

A guerra ao retirar os trabalhadores rurais das suas áreas tradicionais de actividade, contribuiu também para este estado lastimável da nossa situação, obrigando-os a prestação de pequenos serviços mal remunerados e ao pequeno comércio de produção diversos (zunga).

São essas soluções, segundo o Professor Justino, “algo expeditas, que permitem esconder ou o desemprego efectivo ou o subemprego que grossam pelo tecido social e económico de Angola”. Segundo ele, os “sectores económicos que mais cresceram nos anos pós-independência são muito pouco geradores de emprego, nomeadamente, o ramo petrolífero. Além disso, nos últimos anos, e fruto da adopção de políticas de liberalização económica, vão-se extinguindo inúmeros e preciosos postos de trabalho”¹⁶.

Urgem, por conseguinte, políticas adequadas que visem criar mais postos de trabalho capazes de absorver a massa de desempregados que actualmente deambulam pela nossa sociedade. Estou em crer, por isso, que com a efectivação da Paz, com o país em reconstrução e com os investimentos em curso, perspectivas novas se abrem para a inversão desse quadro.

CONCLUSÃO

Que o trabalho seja uma actividade essencial do homem é uma verdade que se impõe a todos os níveis, apesar de no nosso meio essa verdade esteja ainda aquém da sua real pujança, por isso, “as pessoas se empregam e são empregadas não em função das suas tendências vocacionais, das suas capacidades, mas em função do lucro (não interessa o tipo de trabalho, contanto que se pague bem)”¹⁷, do conhecimento e do grau de parentesco. “Quer dizer quem não tem padrinho na cozinha não trabalha”, como se diz na gíria; porque tornou hábito de empregar as pessoas não pelo que são mas pelo que têm. É preciso um grande empenho para que o trabalho se mantenha sempre como um instrumento de promoção e realização do homem.

Desta feita, o trabalhador não deve ver o trabalho como algo comercial, em que vende as suas forças e inteligência para, em troca, mesmo injustamente, receber dinheiro, vendo o trabalho como algo impessoal, que não lhe diz respeito ou como um pesadelo

¹⁵ IMBAMBA J. M., obra cit., pág. 136

¹⁶ JUSTINO P. A., Pobreza, Exclusão Social e Desemprego – Os terríveis anos do Pós-independência, na Revista LUCERE da UCAN, nº 1, 2004, pág. 46. Ele diz ainda que a “população activa de Angola era estimada em 2002, em cerca de 7.293.613, o que corresponde a 47% - considerando os habitantes entre os 14 e os 60 anos de idade, numa população que não estará muito distante de 13 milhões de almas. Os desempregados resultantes da paralisação da economia já eram imensos, mas o seu número terá certamente aumentado com o grande fluxo de deslocados, de refugiados e de desmobilizados”.

¹⁷ IMBAMBA J. M., obra cit., pág. 229.

de que se deve desembaraçar o mais depressa possível, mas sim como algo seu, pessoal que desenvolve e aperfeiçoa o seu ser, bem como o ser da própria sociedade¹⁸.

O trabalho, por conseguinte, deve dignificar, promover e realizar o homem, por isso, o fundamento último do trabalho, como já vimos, é o próprio homem e é nele que devemos encontrar o verdadeiro sentido do trabalho. Sendo assim, quanto ao trabalho, a pessoa deve ser considerado como um fim e não como um meio ou um instrumento.

Não podia terminar esta abordagem sem uma palavra ao problema ecológico, ou seja, aos abusos que o homem pode cometer contra a natureza, quando não direcciona bem o seu trabalho. O trabalho humano deve ajudar também a promover a natureza e não a destruir; deve gerar segurança e não o contrário, enfim, deve favorecer a vida, o progresso e riqueza e não a morte, a fome e a pobreza.

O trabalho, em suma, é um grande valor que deve ser incutido em todas as pessoas, se é que queremos que a nossa terra se desenvolva de facto.

BIBLIOGRAFIA

IMBAMBA, José Manuel; *Uma Nova Cultura Para Mulheres e Homens Novos*; Ed. Paulinas – UCAN; Luanda; 2003.

PAULO, João IIº; *O Trabalho Humano*; Ed. Paulistas; Lisboa; 1989.

AA. VV.; *Enciclopédia Luso – Brasileiro de Cultura*; Ed. Verbo; Col. 1773 – 1774; Lisboa; 1983.

ROQUE, M. De Fátima; *Construir o Futuro de Angola*; Celta Editora; Oeiras; 1997.

PINTO, Justino de Andrade; *Pobreza, Exclusão Social e Desemprego – Os Terríveis Anos do Pós – Independência*; na Revista Lucere da UCAN; nº 1; 2004.

¹⁸ Cf. Idem.

SAÚDE

A Insuficiência cardíaca em África: características epidemiológicas e os desafios que impõe para a saúde pública

Lucas António Nhamba¹⁹
nhambalu@yahoo.com.br

Resumo: Na actualidade a insuficiência cardíaca é considerada um dos grandes problemas de saúde pública mundial. O presente artigo tem como propósito descrever as características epidemiológicas e os desafios que esta patologia impõe aos sistemas de saúde dos países de África a partir de uma revisão de literatura sistemática. A insuficiência cardíaca em África possui uma etiologia diferente da classicamente descrita na Europa e está relacionada com o grau de desenvolvimento do continente, atingindo predominantemente uma população jovem.

Palavras-Chave: 1. Insuficiência Cardíaca 2. África 3. Saúde Pública

Abstract: Nowadays heart failure is considered one of the greatest problems of world-wide public health. This paper has the purpose to describe the epidemiologic characteristics and the challenges that this pathology imposes to the systems of health for the African countries based in a diverse bibliographic sources. Heart failure in Africa has a different etiology according to classic one described in Europe and is related to the degree of development of the continent, reaching predominantly in the young population.

Keywords: 1. *Heart failure* 2. *Africa* 3. *Public Health*

Introdução

Na actualidade, a insuficiência cardíaca (IC) constitui um importante problema de saúde pública ao constituir-se em uma das maiores causas de morbimortalidade em países ocidentais, assumindo características de uma epidemia entre as doenças cardiovasculares nestes paísesⁱ.

¹⁹ Licenciado em Enfermagem e Obstetrícia, Mestre em doenças infecciosas pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo no Brasil. Actualmente é doutorando pela Escola Nacional de Saúde Pública de Havana em Cuba com a temática Qualidade de Vida e VIH/sida. É Vice-Decano da Faculdade de Medicina do Huambo da Universidade José Eduardo dos Santos em Angola e docente do Instituto Superior Politécnico do Huambo.

Sua expansão pode ser visto como consequência da conjunção de factores que caracteriza a moderna assistência cardiovascular: a melhor detecção e controlo de factores predisponentes tais como a hipertensão arterial (HTA) a diabetes mellitus (DM), a melhoria na sobrevivência da cardiopatia isquémica e outras doenças cardiovasculares entre as quais se incluem a própria insuficiência cardíaca crónica (ICC), junto a outras como o progressivo envelhecimento da população a maior prevalência dos factores de risco cardiovasculares como a própria HTA, a obesidade e o sedentarismoⁱⁱ.

A insuficiência cardíaca em África tem uma etiologia bastante diferente da classicamente descrita na Europa, está relacionada com o grau de desenvolvimento do continente e atinge predominantemente uma população jovem. As informações existentes sobre a insuficiência cardíaca em África são poucas e referem-se ao período pré-ecocardiografiaⁱⁱⁱ.

Muitas informações que se obtém sobre as características da IC nos países em vias de desenvolvimento e em África particularmente se devem ao incremento dos fenómenos migratórios que conduzem a progressiva presença de uma importante população de pessoas destes países nos países ocidentais e que são atendidos naqueles hospitais ou instituições de saúde. A caracterização da insuficiência cardíaca como problema de saúde pública no contexto dos países em vias de desenvolvimento é particularmente importante, uma vez que as informações dela advindas podem permitir ou subsidiar desenhos e implementação de estratégias de prevenção e controlo com vista a redução tanto de sua incidência assim como do seu impacto nefasto na saúde das populações.

Com o propósito de descrever as características epidemiológicas e os desafios que esta patologia impõe aos sistemas de saúde nos diferentes contextos de desenvolvimento e particularmente em África, foi desenvolvida o presente estudo de revisão de literatura baseado em diversas fontes bibliográfica de realce sobre esta temática^{iv}.

1 Epidemiologia da Insuficiência Cardíaca (IC)

A Insuficiência Cardíaca (IC) é na actualidade considerada um dos grandes problemas de saúde pública mundial, afectando mais de 20 milhões de pessoas. A sua prevalência global na população adulta de países desenvolvidos é estimada em 2%, podendo-se observar que esta prevalência segue um padrão exponencial, aumentando com a idade, chegando a afectar 6 a 10% de pessoas com mais de 65 anos de idade. No que toca a sua distribuição por sexo, se pode constatar que a incidência é maior no sexo masculino, embora metade dos casos ocorra no sexo feminino em razão do aumento de sua expectativa de vida^v.

A IC é portanto predominantemente uma doença da idade avançada estimando-se que por cada década de vida se dobre a incidência até alcançar 2-3% em pacientes com mais de 85 anos de idade. Em maiores de 80 anos a prevalência pode alcançar até 10% da população. No entanto, em qualquer caso, e independentemente da idade o risco durante a vida de desenvolver IC é de aproximadamente 20% para todas aquelas pessoas maiores de 40 anos^{vi}.

Nos Estados Unidos da América esta patologia tem demandado mais de 1 milhão de internações hospitalares, constituindo causa principal ou contribuinte para aproximadamente 30.000 mortes, constitui o maior número de diagnóstico registado em pacientes com mais de 65 anos de idade^{vii}.

Trata-se portanto, de uma síndrome com elevada morbilidade e mortalidade e prevê-se que a prevalência da IC possa vir a aumentar em cerca de 50 a 70% até ao ano de 2030^{viii}.

No que toca ao risco de desenvolver a doença ao longo da vida em indivíduos com mais de 40 anos de idade é de aproximadamente 1 em cada 5. Acredita-se que em parte o aumento progressivo da prevalência de casos de insuficiência cardíaca seja devido as terapêuticas actuais para as doenças cardíacas, como o infarto do miocárdio (IM), cardiopatia valvar e arritmias, que têm permitido que os pacientes sobrevivam por mais tempo^{1,3}.

A insuficiência cardíaca em África tem uma etiologia bastante diferente da classicamente descrita na Europa, está relacionada com o grau de desenvolvimento do continente e atinge predominantemente uma população jovem. Num trabalho de revisão publicado recentemente se afirma que a informação existente sobre a insuficiência cardíaca em África é pouca e refere-se ao período pré-ecocardiografia^{ix}.

Damasceno, em seu estudo sobre a insuficiência cardíaca em África, pode encontrar que numa meta-análise de estudos publicados até 2007, Bongani Mayosi et. al. conseguiu reunir uma amostra de mais de 4.500 doentes oriundos de 8 Países africanos e mostrou que a hipertensão arterial é a principal causa de insuficiência cardíaca em África (23%) seguida das cardiomiopatias, particularmente a dilatada e da cardiopatia reumática. A cardiopatia isquémica só contribuiu para 2% das causas de insuficiência cardíaca⁴. Para Morales, em África a Insuficiência Cardíaca muitas vezes se deve a causas completamente desconhecidas, como a fibroelastose endomiocárdica, que consiste em espessamento com perda de elasticidade das capas interna e média do coração^x.

Para Damasceno, falar de Insuficiência Cardíaca especificamente na África Sub-Sahariana parece a partida não se justificar, pois a etiologia e a clínica da insuficiência cardíaca deveriam ter um padrão universal. Para este autor, tal não é verdade e principalmente por 3 razões que ele aponta. Em primeiro lugar, África é um continente devastado pela pobreza, com a maioria da população a viver com menos que 2 USD por dia.

As doenças infecciosas são ainda um importante peso para a Saúde Pública dos Países Africanos. Verifica-se no entanto uma emergência de fatores de risco das doenças não transmissíveis, particularmente a hipertensão arterial, o consumo de tabaco, a obesidade e a diabetes, os quais irão muito em breve transformar completamente o padrão epidemiológico da morbimortalidade em África. A segunda razão prende-se com a estrutura etária e com a esperança de vida da população africana. Em meados de 2008, estimava-se que haveria cerca de 967 milhões de africanos e que 400 milhões, ou seja 42% desta população teria menos de 15 anos de idade. Por outro lado, considera aquele autor, que são vários os países em África em que a esperança de vida pouco ultrapassa

os 40 anos enquanto a maioria dos países europeus têm uma esperança de vida de cerca de 80 anos. Em consequência, África encontra-se na generalidade numa fase mais precoce da transição epidemiológica quando comparada à Europa e aos Estados Unidos^{xi}.

1.1 Caracterização da Insuficiência Cardíaca como síndrome clínica

a) Definição de insuficiência cardíaca

A Insuficiência Cardíaca é uma síndrome clínica complexa de carácter sistémico, definida como disfunção cardíaca que ocasiona inadequado suprimento sanguíneo para atender necessidades metabólicas tissulares, na presença de retorno venoso normal, ou fazê-lo somente com elevadas pressões de enchimento. As alterações hemodinâmicas comumente encontradas na IC envolvem resposta inadequada do débito cardíaco e elevação das pressões pulmonar e venosa sistémica. Na maioria das formas de IC, a redução do débito cardíaco é responsável pela inapropriada perfusão tecidual (IC com débito cardíaco reduzido). De início este comprometimento do débito cardíaco se manifesta durante o exercício, e com a progressão da doença ele diminui no esforço até ser observado sua redução no repouso^{xii}.

Existem condições nas quais o débito cardíaco poderá ser normal ou até elevado, como em condições de pós-carga diminuída ou hipermetabolismo, porém inadequado à demanda metabólica tecidual, caracterizando a IC com débito cardíaco elevado (IC alto débito). O mecanismo responsável pelos sintomas e sinais clínicos pode ser decorrente da disfunção sistólica, diastólica ou de ambas, acometendo um ou ambos os ventrículos. Nos adultos, em aproximadamente 60% dos casos está associada à disfunção ventricular esquerda sistólica e nos restantes 40% à disfunção diastólica, devendo ser realçado que esta última vem sendo mais observada com o aumento da expectativa de vida da população⁶.

b) Classificação da insuficiência cardíaca baseada em sintomas

A IC crônica tem sido classicamente categorizada com base na intensidade de sintomas em 4 classes propostas pela *New York Heart Association* (tabela 5). Estas classes estratificam o grau de limitação imposto pela doença para atividades cotidianas do indivíduo; vale dizer, portanto, que esta classificação além de possuir carácter funcional, é também uma maneira de avaliar a qualidade de vida do paciente frente a sua doença. As quatro classes propostas são:

Classe I - ausência de sintomas (dispnéia) durante atividades cotidianas. A limitação para esforços é semelhante à esperada em indivíduos normais;

Classe II - sintomas desencadeados por atividades cotidianas;

Classe III - sintomas desencadeados em atividades menos intensas que as cotidianas ou pequenos esforços;

Classe IV - sintomas em repouso.

Ressalta-se que esta categorização tem como base de referência para sua gradação as atividades cotidianas, que são variáveis de um indivíduo para outro, o que confere subjetividade a esta medida⁶.

c) Classificação da insuficiência cardíaca baseada na progressão da doença

A estratificação de pacientes com IC é medida simples, baseada em dados de história, e que permite ao profissional de saúde avaliar o momento evolutivo da doença em que o paciente se encontra, avaliar qualidade de vida e prognóstico e estabelecer prioridades e linhas terapêuticas. Esta forma de categorização permite uma compreensão evolutiva da doença e, ainda, serve de base para a identificação de pacientes com indicação de intervenções predominantemente preventivas (estágios A e B), terapêuticas (estágios C) ou seleção de pacientes para procedimentos especializados e cuidados paliativos (estágio D)

Estágio A - Inclui pacientes sob risco de desenvolver insuficiência cardíaca, mas ainda sem doença estrutural perceptível e sem sintomas atribuíveis à insuficiência cardíaca.

Estágio B - Pacientes que adquiriram lesão estrutural cardíaca, mas ainda sem sintomas atribuíveis à insuficiência cardíaca.

Estágio C - Pacientes com lesão estrutural cardíaca e sintomas atuais ou pregressos de insuficiência cardíaca.

Estágio D - Pacientes com sintomas refratários ao tratamento convencional, e que requerem intervenções especializadas ou cuidados paliativos⁶.

1.2 Etiologia da Insuficiência Cardíaca

Considera-se que qualquer condição que leve a alterações na estrutura ou função ventricular esquerda (VE) pode predispor o paciente a evoluir com IC. Ainda que a etiologia fração de ejeção (FE) preservada seja diferente da dos casos com diminuição da FE, há considerável sobreposição de etiologias nestas duas condições. Estudos realizados nos países industrializados, apontam que a doença coronariana coronariana (DAC) tornou-se a principal causa de IC em homens e mulheres, sendo responsável por 60 a 75% dos casos de IC, a hipertensão arterial contribui para o desenvolvimento de IC em 75% dos pacientes, incluindo a maioria daqueles com DAC, a qual interage com a hipertensão arterial para aumentar o risco de IC, assim como a diabetes melito¹.

Em 20 a 30% dos casos de IC com diminuição da FE, a etiologia não é conhecida. Estes pacientes são referidos como portadores de cardiopatia não-isquêmica, dilatada ou idiopática. Infecção viral previa e exposição a toxinas (álcool, ou quimioterápicos) também podem levar a cardiopatia dilatada. Na actualidade se está tornando cada vez mais evidente que muitos casos de cardiopatia dilatada são secundários a problemas genéticos específicos, particularmente aqueles no citoesquelético. A maioria das formas de cardiopatia dilatada familiar é herdada de forma

autossômica dominante. A cardiopatia dilatada também está associada às distrofias musculares de Duchenne, de Becker e da cintura pélvica. As condições que levam a maior débito cardíaco (p. Ex., fístula arteriovenosa, anemia) raramente são responsáveis pelo desenvolvimento de IC em um coração normal. Entretanto, na presença de cardiopatia estrutural subjacente, tais condições podem desencadear IC fraca¹.

Nos países africanos e asiáticos, a cardiopatia reomática continua sendo uma das principais causas da IC especialmente entre jovens. A hipertensão arterial é uma causa importante nas populações Áfricanas e dos afrodescendentes norte-americanos. A doença de Chagas ainda uma importante causa de IC na América do Sul, não surpreendendo que a anemia seja uma causa concomitante frequente em muitos países em desenvolvimento. A medida que tais nações se desenvolvem a epidemia da doença se vai tornado semelhante a da Europa Ocidental e da América do Norte aparecendo as DAC como a causa isolada mais comum para a IC^{xiii}.

1.3 Pessoas de risco para a IC

As pessoas com maior probabilidade de desenvolver a insuficiência cardíaca são:

- idosas;
- que sofrem de hipertensão arterial;
- que sofrem de insuficiência renal;
- que sofrem de pericardite;
- que sofrem de hipo ou hipertireoidismo;
- anêmicas;
- que sofrem de uma inflamação do músculo do coração.

1.4 Sintomas

Na insuficiência cardíaca, os sintomas serão diferentes para a insuficiência cardíaca sistólica e a insuficiência cardíaca diastólica. Isso quer dizer que, o estado do coração se agrava, quando os mecanismos compensatórios não são mais eficazes. No entanto, podemos dizer que os sintomas de insuficiência cardíaca, em geral, são:

- Fadiga e fraqueza durante o exercício, devido à falta de oxigenação muscular;
- Sonolência;
- Confusão

Os sintomas se instalam em geral de maneira lenta. Diferentemente do infarto do miocárdio (coração).

Os sintomas no caso da insuficiência cardíaca direita são edemas nos pés, tornozelos, pernas, fígado e abdômen. Náuseas e perda de apetite podem ocorrer quando demasiado líquido se acumula no abdômen. Perda de apetite, resultando em perda de peso e perda de massa muscular.

Quando a insuficiência cardíaca é esquerda, há um acúmulo de líquido nos pulmões. Isso gera uma dificuldade para respirar. Uma crise aguda de insuficiência cardíaca esquerda com um aumento súbito de água nos pulmões provoca desconforto e ansiedade. Uma complicação da insuficiência cardíaca esquerda é o surgimento da insuficiência cardíaca direita. Uma crise aguda requer hospitalização imediata, pois é uma situação de emergência^{xiv}.

1.5 Diagnóstico

O surgimento dos sintomas faz com que haja suspeita da presença de insuficiência cardíaca.

O médico irá então proceder com um exame clínico, radiografia do tórax ou com um ecocardiograma que dá a imagem do coração. O médico irá usar o eletrocardiograma (ECG) a fim de determinar e avaliar as funções cardíacas. A cintilografia e o cateterismo cardíaco com angiografia permitem determinar as causas da insuficiência cardíaca. A biópsia só será realizada quando houver suspeita de infecção.

1.6 Estratégias de tratamento

Hoje em dia pode-se constatar que o tratamento da insuficiência cardíaca (IC) vem sendo aperfeiçoado de modo progressivo, se introduzindo, inúmeras modificações com o passar dos anos. O tratamento moderno, fundamentado nos ensaios clínicos, documentou, de maneira irrefutável, a importância da politerapia para que se obtenha um melhor resultado. Grande parte dos ensaios terapêuticos têm como desenho comparar o impacto de um novo esquema de tratamento com o melhor esquema medicamentoso até então. Em geral, nos estudos com pacientes com insuficiência cardíaca, o novo esquema tem sido constituído pela adição de um novo fármaco ao tratamento convencional de eficácia comprovada^{xv}.

A complexidade da IC remete a várias alternativas em função de cada situação. Os mesmos vão desde tratamentos não farmacológico, farmacológicos, cirúrgico, transplante cardíaco e aplicação de dispositivos de estimulação cardíaco artificial^{xvi}.

- Tratamento não farmacológico

A quebra de paradigma na abordagem da IC tem demonstrado que o tratamento não farmacológico deixa de ser um simples complemento da farmacoterapia, tornando-se parte integrante e indispensável da terapêutica desta complexa síndrome. A não adoção destas medidas coloca em risco a eficácia do tratamento.

-Dieta na IC crônica, Prevenção de fatores agravantes, Suporte psicológico do paciente e da família, Planejamento familiar e medidas anti-estresse, Reabilitação cardíaca,

- Tratamento farmacológico

a) Inibidores da enzima conversora de angiotensina II (IECA)

b) Beta-bloqueadores (BB)

c) Bloqueadores dos receptores de angiotensina II (BRA)

- d) Antagonista de Aldosterona
- e) Diuréticos
- f) Hidralazina e Nitrato
- g) Digoxina
- h) Anticoagulantes e antiagregantes plaquetários
- i) Antiarrítmicos
- j) Bloqueadores dos canal de cálcio
 - Tratamento cirúrgico
 - a) Revascularização do miocárdio
 - b) b) Cirurgia da valva mitral
 - c) c) Remodelamento cirúrgico do ventrículo esquerdo
 - Transplante cardíaco
 - Dispositivos de estimulação cardíaca Artificial
 - a) Marcapasso
 - b) Terapia de ressincronização cardíaca
 - b) Cardioversor desfibrilador implantável (CDI)

1.7 Prognóstico

Com os recentes avanços na avaliação e no controlo da IC, o surgimento dos sintomas ainda reserva um prognóstico reservado. Estudos de base comunitária indicam que 30 a 40% de pacientes morem 1 ano após o diagnóstico, e 60 a 70% no prazo de 5 anos, principalmente devido a piora da IC ou na forma de morte súbita (provavelmente causada por arritmia ventricular). Torna-se difícil estabelecer um prognóstico individual, porém, os pacientes com sintomas em repouso (classe IV da New York Heart Association (NYHA) apresentam uma taxa de mortalidade anual de 30 a 70% enquanto os pacientes com sintomas surgidos durante actividades moderadas (classe II da NYHA) têm taxa de mortalidade anual de 5 a 10%. Desta forma se pode concluir que o estado funcional é um preditor importante da evolução do paciente^{xvii}.

1.8 Prevenção

A maior parte dos casos de insuficiência cardíaca se podem prevenir levando um estilo de vida saudável e diminuindo os factores de risco de cardiopatias que levam a IC.

1.8 Considerações finais

Na actualidade a Insuficiência Cardíaca é considerada um dos grandes problemas de saúde pública mundial com características epidemiológicas distintas nos diferentes contextos de desenvolvimento, impondo inúmeros desafios para os sistemas de saúde destes países.

Ao analisar-se o desenvolvimento de África se constata que este continente está a atravessar um período muito rápido de transição epidemiológica com aumento significativo da prevalência da obesidade, da hipertensão e da diabetes, criando assim

um importante peso económico aos ministérios da saúde Africanos. A este fardo soma-se a elevada prevalência das doenças infecciosas e por outro lado o enfrentamento do aumento das doenças não transmissíveis com o conseqüente aumento dos doentes crónicos necessitados de períodos longos de tratamento e terapêuticas dispendiosas. Como refere Damasceno, só a prevenção primária iniciada desde já poderá evitar o previsível colapso dos depauperados sistemas de saúde Africanos.

Referências Bibliográficas

¹ Montes Santiago, J. **Epidemiología de la insuficiencia cardiaca: aproximación al paciente real en Galicia**. Galicia Clin 2012; 73 (Supl.2): S5-S11

Recibido: 03/09/2012 ; Aceptado: 10/09/2012.

¹ McDonald K. **Prevalencia de la insuficiencia cardiaca: un reflejo de lo bueno y lo malo de la asistencia cardiovascular moderna**. Rev Esp Cardiol. 2008;6:1010-2.

¹ Damasceno, A. **Características da Insuficiência Cardíaca em África**. 11^{as} Jornadas Lusófona de cardiologia. Hospital Dr. Agostinho Neto. Praia, Cabo Verde. 20 a 23 de janeiro de 2009.

¹ Morales, AG. **Insuficiencia cardíaca: causas y factores precipitantes** s/d. Disponível em: <http://perso.orange.es/antonioguijarrom/ic/b.html>. Acesso em: 16 de Jun 2013.

¹ Mann, D L. **Doenças do coração. Insuficiência cardíaca e cor pulmonar**. In: Harrison, TR. Medicina interna. vol. 2, Cap. 4, 17^a Edição. Artmed. 2008. P 1443-1581.

¹ Lloyd-Jones DM, Larson MG, Leip EP et al. Lifetime risk for developing congestive heart failure: the Framingham Heart Study. Circulation 2002; 106: 3068-72.

¹ Schoen, FJ; Mitchel, RN. **O Coração. Insuficiência cardíaca**. In. ROBINS, SL; COTRAN, RS. Patologia, Bases Patológicas das Doenças. Cap. 12, 8^a Edição. ELSEVIER. 2010. p 537-595.

¹ Fonseca, C. **Epidemiologia da Insuficiência cardíaca em Portugal**. 11^{as} Jornadas Lusófona de cardiologia. Hospital Dr. Agostinho Neto. Praia, Cabo Verde. 20 a 23 de janeiro de 2009.

¹ Damasceno, A. **Características da Insuficiência Cardíaca em África**. 11^{as} Jornadas Lusófona de cardiologia. Hospital Dr. Agostinho Neto. Praia, Cabo Verde. 20 a 23 de janeiro de 2009.

¹ Morales, AG. **Insuficiencia cardíaca: causas y factores precipitantes** s/d. Disponível em: <http://perso.orange.es/antonioguijarrom/ic/b.html>. Acesso em: 16 de Jun 2013.

¹ Damasceno, A. A **Insuficiência Cardíaca na África Sub-Sahariana**. 11^{as} Jornadas Lusófona de cardiologia. Hospital Dr. Agostinho Neto. Praia, Cabo Verde. 20 a 23 de janeiro de 2009.

¹ Andrade, JP. **Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica**. Brasil. 2009 Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2009/diretriz_ic_93supl01.pdf. Acesso em: 19 Jun. 2013.

¹ Mann, D L. **Doenças do coração. Insuficiência cardíaca e cor pulmonar**. In: Harrison, TR. Medicina interna. vol. 2, Cap. 4, 17^a Edição. Artmed. 2008. P 1443-1581.

¹ Andrade, JP. **Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica**. Brasil. 2009 Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2009/diretriz_ic_93supl01.pdf. Acesso em: 19 Jun. 2013.

¹ Barretto, ACP; Costa. AR. **Manejo da insuficiência cardíaca após o estudo the African-American Heart Failure Trial (a-HeFT): indivíduos de raça negra estão em vantagem? limite da era neuro-hormonal**. Rev. da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul - Ano XIII nº 03 Set/Out/Nov/Dez 2004. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/sbc-rs/revista/2005/04/artigo09.pdf>. Acesso em: 16 de Jul. 2013.

¹ Andrade, JP. **Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica**. Brasil. 2009 Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2009/diretriz_ic_93supl01.pdf. Acesso em: 19 Jun. 2013.

¹ Andrade, JP. **Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica**. Brasil. 2009 Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2009/diretriz_ic_93supl01.pdf. Acesso em: 19 Jun. 2013.

PSICOLOGIA

Algumas reflexões em torno da problemática do consumo de álcool: Uma proposta de abordagem

Mariana Serra Coelho²⁰

mariana.coelho@ispsn.org

Resumo: De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2007), o consumo de álcool na região Africana tem atingido níveis considerados preocupantes, sendo que Angola não é excepção. Este artigo tem como objectivo descrever esta problemática, esclarecendo alguns dos aspectos psicológicos a ela relacionados, tomando como referência o promissor Modelo Motivacional do Consumo de Álcool (Cox & Klinger, 1988). Espera-se que ao concretizar estes objectivos se possa contribuir para o aumento da consciencialização deste problema de saúde pública e que, num futuro próximo, se possam desenvolver intervenções de cariz preventivo devidamente sustentadas na teoria.

Palavras-chave: Consumo de álcool; consequências relacionadas com o consumo de álcool; Angola; Modelo Motivacional do Consumo de Álcool

Abstract: According to the World Health Organization report (WHO, 2007), alcohol consumption in the African region has reached worrying levels, Angola is no exception. This article aims to describe this problem, as well as clarifying some of the psychological issues related to it, taking as reference the promising Motivational Model of Alcohol Use (Cox & Klinger, 1988). It is hoped that, by achieving these aims, can contribute to raising awareness of this public health problem and, in the near future, develop preventive interventions supported by theory.

Keywords: Alcohol consumption, alcohol-related problems, Angola, Motivational Model of Alcohol use.

²⁰ Professora Associada do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente – Huambo (Angola); Mestre em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Portugal); Doutoranda da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Portugal).

1. A Problemática do Consumo de Álcool

O consumo excessivo de álcool é uma problemática que tem merecido uma crescente atenção por parte dos investigadores em diversos países. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2007: 1)²¹, na Região Africana tem-se assistido a um aumento do consumo de álcool, bem como a uma alteração dos padrões deste mesmo consumo. Ao que tudo indica, os padrões de consumo são muitas vezes caracterizados como excessivos, comportando alguns episódios de *binge drinking*²². Para além disto, os estudos internacionais sobre esta temática revelam que um número considerável de indivíduos na região africana não consomem álcool. No entanto, o que se verifica é que aqueles que o fazem apresentam um padrão de consumo abusivo.

Indo mais longe, muitas vezes esta problemática não é reconhecida como tal, chegando mesmo a ser minimizada, dificultando assim a integração e coordenação de políticas e programas de prevenção adequados (cf. WHO, 2010: 2)²³.

Tal como é expectável, o padrão abusivo de consumo está associado a diversas consequências adversas, tanto para o próprio, como para a sociedade em si. Como faz notar Lyvers et al. (2010: 3)²⁴, o consumo excessivo de álcool poderá ter consequências quer a curto, que a longo prazo. Assim, tudo indica que tal consumo poderá estar na origem da ocorrência de acidentes graves, de tentativas de suicídio, de gravidezes indesejadas, de doenças sexualmente transmissíveis, de violência e de insucesso escolar e académico. Na realidade, há que acentuar a ideia de que o consumo de álcool em excesso poderá ter um impacto significativo no desenvolvimento de relações interpessoais e no desempenho académico e laboral dos indivíduos.

Indo ao encontro desta ideia, um relatório da Comissão Europeia veio assumir que o consumo de álcool em excesso está associado a diversos problemas, sendo mesmo considerado um problema de saúde pública, com impacto tanto para o indivíduo, como para diversos aspectos relacionados com vida na Europa (Anderson & Baumberg, 2006)²⁵.

Por um lado, no que aos aspectos do próprio indivíduo diz respeito, este relatório relata que o consumo de álcool aumenta o risco do aparecimento dos mais variados problemas, nomeadamente aumento de crimes, tais como abuso de crianças, episódios de violência extrema e até mesmo homicídios. Para além de ser considerado uma

²¹ WHO Regional Office for Africa (2007). *Harmful use of alcohol in the WHO African Region: situation analysis and perspectives*. Brazzaville: WHO AFRO.

²² O uso da expressão *binge drinking* tem causado alguma controvérsia. Genericamente, os investigadores consideram que a expressão indica um consumo de cinco ou mais bebidas numa só ocasião. Note-se que, para *The Harvard School of Public Health College Alcohol Study* (CAS), a expressão *binge drinking* deve ser operacionalizada como representado o consumo de cinco ou mais bebidas no caso dos homens e quatro ou mais bebidas no caso das mulheres (Wechsler, Davenport, Dowdall, Moeykens, & Castilho, 1994, *apud* Meilman & Presley, 2005).

²³ WHO Regional Office for Africa (2010). *Redução do uso nocivo de álcool: Estratégia para a Região Africana da OMS*. Malabo: WHO AFRO.

²⁴ Lyvers, M., Hasking, P., Hani, R., Rhodes, M., Trew, E. (2010). Drinking motives and drinking behavior among young adults. *Addictive Behaviors*, 35(2), 116-122.

²⁵ Anderson, P. & Baumberg, B. (2006). *Alcohol in Europe*. London: Institute of Alcohol Studies.

dependência, o álcool causa mais de sessenta tipos distintos de doenças, incluindo perturbações mentais e comportamentais, problemas gastrointestinais, cancro, doenças cardiovasculares, patologias do foro imunológico, problemas pré-natais, incluindo a prematuridade e baixo peso à nascença (Anderson & Baumberg, 2006: 4).

Por outro, o álcool assume um papel relevante em diversos aspectos da vida na Europa. Por exemplo, sete milhões de adultos envolveram-se em lutas e brigas devido ao consumo excessivo no ano anterior à publicação do relatório, sendo que um custo económico atribuído aos crimes relacionados com o álcool ultrapassou os 33 biliões de euros na União Europeia no ano de 2003. Estes custos partilhados entre polícia, tribunais, prisões, prevenção do crime e danos em propriedades. Para além disto, os danos nas propriedades devido à condução sob o efeito do álcool está estimado nos 10 biliões de euros. Focando a atenção para os custos relacionados com a saúde, o álcool é responsável por cerca de 195 000 mortes, por ano, na União Europeia. Este impacto na saúde pode ser observado numa ampla gama de condições, incluindo 17 000 mortes por ano em acidentes de viação, 27 000 mortes acidentais, 10 000 suicídios, 45 000 mortes de cancro e 17 000 mortes devido a doenças neuropsiquiátricas, assim como 200 000 episódios de depressão. Os custos do tratamento destas doenças para os diversos Estados pertencentes à União Europeia é de aproximadamente 17 biliões de euros, juntamente com 5 biliões de euros gastos no tratamento e prevenção do consumo de álcool abusivo e dependência do álcool (Anderson & Baumberg, 2006: 5).

Tal como já foi referido, a situação nos países da Região Africana não é excepção, nomeadamente Angola, sendo que o consumo de álcool em excesso é também ele considerado um problema de saúde pública que afecta não só o próprio, como toda a sociedade em si.

Os custos para saúde do próprio indivíduo e para o Estado não podem ser ignorados, já que nenhum outro produto é responsável por tantos problemas quanto o álcool (WHO, 2010: 2). Note-se, neste contexto, que várias notícias têm vindo a público reforçando a ideia de que consumo de bebidas alcoólicas em Angola é preocupante.

De facto, ao que tudo indica uma percentagem muito significativa dos sujeitos que consome álcool necessita de acompanhamento psicológico devido ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas, sendo que a falta de emprego e a pressão social são apontadas como as principais causas (Angonotícias, 2013)²⁶. Destaque-se ainda que elementos da Polícia Nacional Angolana defendem que a *“maior parte dos acidentes de viação em Angola é causada pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, que estimulam o desrespeito às regras de trânsito”* (Portal do Trânsito, 2012)²⁷.

²⁶ Angonotícias (2013), "Consumo de bebidas alcoólicas em Angola é preocupante, dizem peritos", 10 de Janeiro. Página consultada a 12 de Abril de 2013

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/37164/consumo-de-bebibas-alcoolicas-em-angola-e-preocupante-dizem-peritos>

²⁷ Portal do Trânsito (2012), "Consumo de álcool é a principal causa de acidentes em Angola, 16 de Outubro de 2012, Página consultada a 12 de Março de 2012 <http://portaldotransito.com.br/noticias/acontecendo-no-transito/consumo-de-bebidas-alcoolicas-e-a-principal-caoa-de-acidentes-na-angola>

Documentado num estudo desenvolvido por Rehm et al. (2009: 2224)²⁸, o consumo elevado de bebidas alcoólicas encontra-se relacionado com intoxicações e efeitos crónicos, cirroses, diabetes, complicações neuropsiquiátricas, problemas sociais e, em alguns casos, morte. Para além de estar também relacionado com a adopção de comportamentos sexuais de risco que, por sua vez, levam ao aumento de doenças infecciosas, como é o caso do HIV.

É de destacar que a relação entre o consumo de álcool e o número de infectados por HIV em Angola encontra-se também ela documentada no artigo de autoria de Bing e colaboradores (2008)²⁹. Este estudo, desenvolvidos com 1710 militares angolanos, mostrou que o consumo de álcool entre os amostra era comum e que, muitos deles, consumiam bebidas alcoólicas enquanto estratégia de *coping* para lidar com os acontecimentos mais *stressantes*. Mais preocupante que isto é o facto de quase metade da amostra (42%) poder ser considerada, através dos níveis obtidos no instrumento AUDIT, dependente do álcool e, ainda, cerca de 32% reportar que “*quase sempre*” usam álcool antes de praticarem actos sexuais. Este último dado, poderá contribuir directamente para o aumento do VIH, isto porque o como é sabido álcool funciona como desinibidor e interfere na capacidade para avaliar adequadamente o risco de se envolverem numa relação sexual desprotegida (cf. Bing et al., 2008: 5).

No âmbito da Reunião Regional de Consulta Técnica da OMS sobre uma Estratégia para Reduzir o Consumo de Álcool (WHO, 2009: 5)³⁰, onde Angola esteve representada, referiu-se a importância de se compreender a actual situação nos diversos países da Região Africana. Ficou também registado que ainda não é dada a atenção suficiente à prevenção e que, para além disto, existe uma escassez de dados relativos à caracterização do consumo e respectivas consequências. Paralelamente, ficou bem explícito que existe também um desconhecimento por parte da comunidade sobre o álcool e os seus perigos do seu consumo nocivo, bem como problemas na implementação da legislação destinada ao controlo dos riscos e perigos associados ao álcool.

Feitas as anteriores considerações, e cumprindo as metas estipuladas pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2010: 2)³¹ para a Região Africana, revela-se urgente o desenvolvimento de intervenções que abranjam múltiplos níveis (fisiológicos, psicológicos e sociais). No entanto, entende-se que, não será possível o desenvolvimento de intervenções verdadeiramente sustentadas e eficazes nesta área, se não se conhecer em profundidade a população-alvo de intervenção, isto é, se não se

²⁸ Rehm, J., Mathers, C., Popova, S., Thavorncharoensap, M., Teerwattananon, Y., Patra, J. (2009). Global burden of disease and injury and economic cost attributable to alcohol use and alcohol-use disorders. *Series*, 373, 2223-2233.

²⁹ Bing, E. G., Ortiz, D. J., Ovalle-Bahamón, R. E., Cheng, K. G., Huang, F. H., Ernesto, F., & Duan, N. (2008). *AIDS and Behavior*, 12 (4), 578-584.

³⁰ WHO Regional Office for Africa (2009). *Relatório da Reunião Regional da Consulta Técnica da OMS sobre uma Estratégia para reduzir o uso nocivo do álcool*. Brazaville: WHO AFRO.

³¹ WHO Regional Office for Africa (2010,b). *Resolution – Reduction of the harmful use of alcohol: A strategy for the WHO African Region*. Malabo: WHO AFRO.

conhecerem os diferentes estilos de consumo da população e não se compreenderem os factores associados a esse mesmo consumo (Martins, Coelho, & Ferreira, 2010: 407)³².

Para tanto, julga-se pertinente a análise destas questões tendo em conta um referencial teórico que já demonstrou assumir grande aplicabilidade teórica e prática em diversos países do mundo, mas que na Região Africana, mais especificamente em Angola, ainda não foi desenvolvido até ao momento nenhum estudo que incidisse sobre ele – *O Modelo Motivacional do Consumo de Álcool* (Cox & Klinger, 1988)³³.

1.1.Uma proposta de abordagem à problemática do Consumo de Álcool

O Modelo Motivacional do Consumo de Álcool – *Motivational Model of Alcohol Use* foi desenvolvido por Cox e Klinger no ano de 1988. A sua aplicabilidade a diversas faixas etárias (i.e., adolescentes, jovens adultos, adultos) encontra-se espelhada nos diversos estudos que foram sendo desenvolvidos, em diversos países do mundo.

Neste contexto, importa acentuar que a maior parte dos investigadores têm realçado que os motivos que levam os sujeitos a consumir álcool assumem um importante papel, tanto na iniciação, como na manutenção dos comportamentos de consumo. De facto, os resultados de estudos que se focaram neste modelo defendem a ideia de que os indivíduos bebem por variadas razões e que um adequado entendimento do próprio comportamento de consumo de álcool e das suas consequências negativas deverão sempre ter em conta os motivos que estão por detrás deste mesmo consumo (Cooper, 1994: 127)³⁴. Por outro lado, a abordagem motivacional do consumo de bebidas alcoólicas considera que existem vários padrões de consumo caracterizado num *continuum* que vai desde o consumo moderado até ao consumo excessivo.

A abordagem motivacional do consumo de álcool (Cooper, 1994; Cox & Klinger, 1988) entende que, consciente ou inconscientemente, os sujeitos tomam a decisão de beber ou não beber com objectivo de obterem um determinado efeito por eles desejado. Acrescente-se que esta decisão depende da combinação de diversos factores.

Neste sentido, podemos encontrar factores de diversos tipos: (1) *factores históricos* (e.g., predisposição genética para responder positivamente ou negativamente a experiências de consumo de álcool; características de personalidade; factores socio-culturais ou ambientais); (2) *factores actuais e situacionais* (e.g., acesso a bebidas alcoólicas ou contacto com pessoas que consomem álcool); (3) *efeitos da mediação cognitiva* (e.g., pensamentos, percepções e memórias acerca do álcool); (4) *expectativas relacionadas com o álcool* e, por fim, (5) *motivos de consumo*.

³² Martins, J. S., Coelho, M. S., & Ferreira, J. A. (2010). Hábitos de consumo de álcool em estudantes do ensino superior universitário: alguns dados empíricos. *Psychologica*, 53, 397-411.

³³ Cox, M., & Klinger, E. (1988). A motivational model of alcohol use. *Journal of Abnormal Psychology*, 97, 168-180.

³⁴ Cooper, M. L. (1994). Motivations for alcohol use among adolescents: Development and validation of a four-factor-model. *Psychological Assessment*, 6, 117-128.

Importante será enfatizar, mais uma vez, que, segundo o modelo de Cox e Klinger (1988), a base do consumo de álcool é motivacional, tornando-se claro que a decisão de consumo tem por base as relações que os factores como experiências pessoais, as situações e as expectativas estabelecem com os motivos de consumo.

De facto, de todos os factores que poderão estar envolvidos na decisão de consumir álcool, há que destacar, no âmbito do referido modelo, as expectativas relacionadas com o consumo de álcool e os motivos de consumo. Estes dois conceitos apesar de bastante relacionados, são bem distintos (Kuntsche, Wiers, Janssen, & Gmel, *in press*: 1)³⁵. Este destaque deve ser feito visto que são dois dos constructos que mais facilmente poderão ser trabalhados ao nível da prevenção, tanto com adolescentes, como com jovens adultos e adultos.

Assim, convém, em primeiro lugar, esclarecer que as expectativas relacionadas com o consumo de álcool podem ser definidas como crenças pessoais acerca dos efeitos que o álcool poderá ter, neles próprios ou nos outros, ao nível do comportamento, das emoções e das cognições (Cox & Klinger, 2004: 124)³⁶. Acrescente-se que estas podem ser tanto positivas como negativas e – outro facto importante – uma pessoa pode não ter tido experiências de consumo de álcool e possuir expectativas acerca dos seus efeitos.

Por outro lado, os motivos de consumo referem-se a uma função que o álcool poderá assumir, nomeadamente na produção de um efeito psicológico resultante da experiência de consumo (Cox & Klinger, 2004, 124). Podem, ainda, ser definidos como um valor atribuído a um efeito que se espera alcançar, motivando ou não para consumo.

A este propósito, Cooper (1994: 126) encontrou suporte empírico para a categorização dos motivos de consumo. Assim, os motivos podem ser classificados recorrendo a duas dimensões: valência (positiva ou negativa) e fonte (interna ou externa) dos resultados esperados. No que diz respeito à valência, os sujeitos consumiriam álcool para obter resultados positivos ou para evitar resultados negativos. No que à fonte se refere, os indivíduos beberiam para receber recompensas internas (e.g., intensificação de um estado emocional desejado) ou para receber recompensas externas (e.g., aprovação social).

É, então, no cruzamento destas duas dimensões (i.e., valência e fonte) que surgem as quatro categorias de motivos: (1) motivos de coping (i.e., beber para lidar com as emoções negativas); (2) motivos de conformidade (i.e., beber para evitar a rejeição social); (3) motivos de intensificação (i.e., beber para intensificar positivamente o humor) e, por fim, (4) motivos sociais (i.e., beber para receber benefícios sociais).

³⁵ Kuntsche, E., Wiers, R., Janssen, T., & Gmel, G. (in press). Same wording, distinct concepts? Testing differences between expectancies and motives in a mediation model of alcohol outcomes. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*.

³⁶ Cox, W. N. & Klinger, E. (2004). A Motivational model of alcohol use: Determinants of use and change. In W. M. Cox & E. Klinger (Eds.). *Handbook of Motivational Counseling: Concepts, Approaches, and Assessment* (pp.121-128). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Os dados existentes acerca da eficácia prática da aplicação deste modelo à intervenção apontam para o facto de tanto as expectativas como os motivos de consumo possam ser utilizados enquanto *variáveis* – *chave* na intervenção apostada na redução do consumo. Tal como já foi referido, as expectativas relativas ao consumo de álcool têm grande importância, pois poderão ser utilizadas na compreensão da iniciação e manutenção de comportamentos de risco associados ao consumo, podendo ainda ser modificadas através de programas preventivos, com vista a reduzir o consumo de álcool (Wiers, Hoogeven, Sergeant, & Gunning, 1997, *cit in* Kuntsche, Knibbe, Engels, & Gmel, 2007: 84)³⁷.

Para além disto, um mais completo conhecimento das expectativas relativas ao álcool poderá auxiliar na distinção entre os diferentes padrões de consumo de bebidas alcoólicas. Isto é, a presença ou a ausência de determinadas expectativas poderá ajudar a sinalizar eventuais grupos de risco.

Agora, no que diz respeito aos motivos de consumo, vários estudos têm vindo a verificar que o comportamento de consumo de álcool é fortemente afectado pelas motivações que lhe estão associadas, sendo assim bastante útil para as intervenções apostar tanto na identificação das motivações que estão por detrás do consumo, no sentido de diminuir o consumo e prevenir as eventuais consequências que advirão (Cooper, 1994; Miller, 1996, *cit in* Kuntsche et al., 2007: 84).

2. Considerações Finais

Esta breve reflexão em torno desta problemática demonstrou essencialmente que a magnitude e a natureza das consequências adversas relacionadas com o álcool na Região Africana, nomeadamente em Angola, sublinha a necessidade de se conjugarem esforços no sentido de se responder eficazmente à dimensão do problema. De facto, tal necessidade tem feito com que a Organização Mundial de Saúde enfatize, através das diversas resoluções tornadas públicas, os efeitos que o consumo de álcool provoca no indivíduo e na sociedade. Tais resoluções têm proposto diversas medidas aos países da Região Africana no sentido de prevenir ou reduzir as eventuais consequências nefastas do consumo abusivo de bebidas alcoólicas. Entre tais medidas deve-se destacar a necessidade de promoção e reforço da investigação independente para avaliar a situação, monitorizando as tendências nacionais e o impacto das futuras medidas adoptadas, assim como o reforço da formação e apoio a todos os se empenham nas actividades de controlo do álcool, procurando aumentar os saberes e as competências e facilitar a implementação da política de prevenção (WHO, 2010: 7).

Face ao resultados positivos obtidos noutros países no mundo (cf. Cooper et al., in press), acredita-se que o *Modelo Motivacional do Consumo de Álcool* (*Motivational*

³⁷ Kuntsche, E., Knibbe, R., Engels, R., & Gmel, G. (2007). Drinking motives as mediators of the link between alcohol expectancies and alcohol use among adolescents. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 68, 76-85.

Model of Alcohol Use) (Cox & Klinger, 1988) apresenta um enorme potencial para os profissionais que procuram implementar programas que intervenção verdadeiramente eficazes nesta área. Para tanto, é, então, necessário validar este modelo para alguns grupos etários da população angolana (p.e., adolescentes e jovens adultos), caracterizando o consumo e respectivas consequências adversas.

Cumprindo-se, em projectos futuros, os anteriores objectivos espera-se responder às exigências da Organização Mundial de Saúde, nomeadamente no que diz respeito ao reforço da avaliação da situação e da monitorizar das tendências nacionais. Para além disto, pretende-se também aumentar os saberes e as competências e facilitar a implementação de acções comunitárias com vista à redução da magnitude deste problema em Angola.

Bibliografia

- Bing, E. G., Ortiz, D. J., Ovalle-Bahamón, R. E., Cheng, K. G., Huang, F. H., Ernesto, F., & Duan, N. (2008). *AIDS and Behavior*, 12 (4), 578-584.
- Cooper, M. L. (1994). Motivations for alcohol use among adolescents: Development and validation of a four-factor-model. *Psychological Assessment*, 6, 117-128.
- Cox, M., & Klinger, E. (1988). A motivational model of alcohol use. *Journal of Abnormal Psychology*, 97, 168-180.
- Kuntsche, E., Knibbe, R., Engels, R., & Gmel, G. (2007). Drinking motives as mediators of the link between alcohol expectancies and alcohol use among adolescents. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 68, 76-85.
- Kuntsche, E., Wiers, R., Janssen, T., & Gmel, G. (in press). Same wording, distinct concepts? Testing differences between expectancies and motives in a mediation model of alcohol outcomes. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*.
- Lyvers, M., Hasking, P., Hani, R., Rhodes, M., Trew, E. (2010). Drinking motives and drinking behavior among young adults. *Addictive Behaviors*, 35(2), 116-122.
- Martins, J. S., Coelho, M. S., & Ferreira, J. A. (2010). Hábitos de consumo de álcool em estudantes do ensino superior universitário: alguns dados empíricos. *Psychologica*, 53, 397-411.
- Meilman, P. W., & Presley, C. A. (2005). The first experience and alcohol use. In M. L. Upcraft, J. N., Gardner, & B. O. Barefoot (Eds.), *Challenging and supporting the first-year student: a handbook for improving the first year of college* (pp. 445-466). San Francisco: Jossey-Bass.
- Rehm, J., Mathers, C., Popova, S., Thavorncharoensap, M., Teerwattananon, Y., Patra, J. (2009). Global burden of disease and injury and economic cost attributable to alcohol use and alcohol-use disorders. *Series*, 373, 2223-2233.
- WHO Regional Office for Africa (2007). *Harmful use of alcohol in the WHO African Region: situation analysis and perspectives*. Brazzaville: WHO AFRO.

- WHO Regional Office for Africa (2009). *Relatório da Reunião Regional da Consulta Técnica da OMS sobre uma Estratégia para reduzir o uso nocivo do álcool*. Brazaville: WHO AFRO.
- WHO Regional Office for Africa (2010,a). *Redução do uso nocivo de álcool: Estratégia para a Região Africana da OMS*. Malabo: WHO AFRO.
- WHO Regional Office for Africa (2010,b). *Resolution – Reduction of the harmful use of alcohol: A strategy for the WHO African Region*. Malabo: WHO AFRO.

LITERATURA

A Literatura Angolana e os Estudantes do ISPSN

Inês Moraes³⁸

inesilisboa@hotmail.com

Resumo: O artigo em causa pretende analisar a importância e notoriedade da literatura angolana no núcleo de instituições de ensino nacionais, tendo como referência os alunos do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN), da província do Huambo. O objectivo é verificar - quantificar e qualificar - o grau de conhecimento relativamente à literatura, tradicional e moderna, nas suas diferentes vertentes.

Mediante os resultados obtidos, pretende-se encontrar estratégias para colmatar a falta de informação ou exponenciar a informação já consolidada, de modo a formar indivíduos letrados, conscientes da sua cultura artística e líderes de opinião no seu próprio país, bem como a nível internacional.

Palavras-Chave: Literatura Angolana; Estudantes do Ensino Superior; Comunicação Cultural

Abstract: This paper analyzes the importance and notoriety of Angola's literature at the core of national education institutions, particularly in the Instituto Politécnico Sol Nascente (ISPSN), in Huambo. The purpose is to - quantify and qualify - the degree of knowledge regarding the literature, traditional and modern, in its various aspects.

From the results obtained, we intend to find strategies to address the lack of information or reinforce the information already achieved by educated individuals that are aware of their artistic culture and can be opinion leaders in their own country as well as internationally.

Keywords: Angola's Literature; Higher Education Students; Cultural Communication

³⁸ Professora Associada de Língua Inglesa e Língua Portuguesa no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, Huambo, Angola

Somente os livros podem dar aos jovens a sabedoria dos idosos.

[Gustavo Jimenes](#)

I

Percurso Histórico da Literatura Angolana

A literatura surge de uma simbiose entre as características internas do país (culturais, sociais, políticas, económicas) e de influências externas. Neste âmbito, Adriano Mixinge, historiador e crítico de arte angolana, considera a literatura nacional como resultado do património das línguas e culturas africanas interligado com a influência portuguesa, numa “tensão permanente entre a angolanidade e a transcontinentalidade”³⁹, e na relação entre o passado e o mundo contemporâneo.

Este produto cultural é fruto de um processo longo e complexo que Pires Laranjeira divide em sete períodos essenciais⁴⁰. A primeira fase designa-se por **Incipiência**, desde os primórdios até 1848, com o livro de Maia Ferreira.

O segundo período, **Período dos Primórdios**, apresenta uma produção poética remanescente do romanismo e inicia-se em 1849 com a publicação dos poemas *Esponsaneidades da minha alma*, de José da Silva Maia Ferreira até 1902.

O terceiro período, **Prelúdio**, percorre a primeira metade do século XX (1903-1947) e o quarto período, entre 1948 e 1960, essencial na **Formação** da literatura, enquanto fase de organização literária da nação, marcada pela consciência africana e nacional e desejo de independência. A década de 50 caracteriza-se pelo triunfo da poesia, com o verso livre e os temas arrojados, consagrando, segundo Pires de Laranjeira, três vertentes de júbilo ideológico: o povo, a classe, a raça. A Negritude concede-lhes o sentimento de exaltação da raça negra, nomeadamente na solidariedade com os negros do Novo Mundo e, por outro lado, sublinha o reconhecimento das raízes, que são étnicas, tribais. O quinto período (1961-1971), resume-se a um **Nacionalismo**, com texto de temática guerrilheira, sofrimento do colonizado, da falta de liberdade e da ânsia da independência. Vários escritores são presos por períodos variáveis, exemplo disso, Luandino Vieira Uanhenga Xitu, Manuel Pacavira, Jofre Rocha, Aristides Van-Dúnem, entre outros.

O sexto período, de 1972 a 1980, o da **Independência**, relativos a uma mudança estética acentuada, de uma modernidade acertada pelo relógio dos grandes centros mundiais, e, por outro lado, após a independência, a uma intensa exaltação patriótica e natural apologia do novo poder.

O sétimo período (1981-1993), de **Renovação**, que começa com a formação, em 1981, da Brigada Jovem de Literatura, cujo objectivo primordial é a preparação de alguns

³⁹ Mixinge, Adriano. *Metáforas angolanas*. Paris: Embaixada da República de Angola em Paris, 2001.

⁴⁰ Pires, Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (vol. 64), Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp.36-43.

jovens para o trabalho literário, tanto mais que, após a escolarização secundária, não tinham, no país, estudos superiores de literatura desenvolvidos. A partir de uma certa altura foi possível começar a publicação de obras consideradas incómodas para o poder político, como o romance *Mayombe*, de Pepetela. Diversas tendências estéticas e ideológicas ganharam espaço e impuseram as suas obras.

Desde o final do século XX até aos dias de hoje, tem lugar uma expansão da literatura angolana, com a contínua consagração de autores já veteranos no meio literário e novos autores, a par de novas características, como liberdades linguísticas, inventividades poéticas e renovações temáticas. A investigação e reconhecimento internacional têm apontamentos interessantes, nomeadamente com a atribuição de prémios. O caso de Luandino Vieira, agraciado com o Prémio Camões, Portugal (2006) o Prémio Sociedade Cultural de Angola (1961), entre outros, e Ondjaki galardoado em 2010 com o Prémio de Literatura de São Paulo, Brasil; em 2004 Prémio Sagrada Esperança, Angola; em 2007 Grande Prémio Ape, Portugal; 2008, Grinzane for Africa Prize, Itália. Para além disso, só no ano de 2012/2013 várias conferências tiveram lugar sobre esta temática, a título de exemplo, “Angola: História e Literatura (1975-1985), no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, em Junho de 2013; “A panorâmica da literatura angolana”, em Fevereiro de 2013, na Feira Internacional do Livro em Havana, Cuba.

Em suma, a literatura angolana apresenta uma história rica e complexa a par da história nacional e da sua evolução política, social e económica. No momento presente é possível verificar uma maior estabilidade, que incute o desenvolvimento das artes e cultura, num reconhecimento da comunidade internacional, que lentamente e de forma pontual aprecia.

II

Importância do ensino da literatura no contexto do ensino superior

A literatura tem um papel essencial na formação de um cidadão consciente, informado e com um papel activo na sociedade. Induz um pensamento próprio e individual, sendo por isso um campo de conhecimento distinto, dependendo de um saber pessoal e intrínseco. “Experiências literárias são totalmente privadas e não têm conta nada nem ninguém, salvam o que não pode ser suportado pelo texto em si” (Dressman, 2001).

Diversas universidades a nível mundial integram nos seus currículos esta disciplina para fomentar o estudo e análise das obras, bem como o pensamento crítico dos alunos. Neste contexto, o professor universitário tem um papel preponderante de orientação, ao guiar os estudantes no mundo literário, pela sua formação, experiência e uma percepção da vida moderna com as suas possibilidades e problemas (Gaudelli, 2006). Uma das suas principais tarefas é o incentivo à análise da literatura de uma forma particular, onde cada um encontra a sua própria forma de explorar os textos, não exigindo o consenso nas interpretações. O professor concebe um conjunto apropriado para os estudantes construírem conhecimento para si próprios, não dando respostas directas e colocando

questões que os obriga a pensar. Já dizia o autor inglês do final do século XIX Joseph Conrad “O autor só escreve metade do livro. Da outra metade deve ocupar-se o leitor.”

Neste sentido, o estudo da literatura apresenta um conjunto de benefícios para o estudante universitário. Num primeiro plano, aprende a interpretar um texto e desenvolve a sua criatividade, não dependendo do fluxo de informação do professor, o que permite a construção da sua individualidade e independência, aumentando a confiança nas suas capacidades pessoais. Num segundo plano, influencia as competências do aluno noutras actividades do quotidiano, substituindo os modos tradicionais de memorização na educação com a habilidade para construir novos significados. Assim, enriquece os seus *skills* de linguagem e o seu entendimento, tornando-os mais sociáveis ao interagir com os seus pares numa troca de ideias. Por isso, as actividades literárias estão “interligadas com a socialização da linguagem” (Willett, 1995).

A literatura relaciona-se, inevitavelmente, com normas, valores e crenças da sociedade e afecta profundamente o conhecimento dos estudantes e consequentemente a sua personalidade. Tem um papel crucial na aquisição de linguagem e na adaptação cultural, eliminando os seus pré-conceitos contra outras culturas e ensinando-os a demonstrar apreço e respeito pela diversidade cultural e global. O seu conhecimento da literatura ensina-os à abertura de mente e reconhecer que o seu modo é apenas uma opção e não a única via de pensamento. Os estudantes estão motivados para ultrapassar os seus limites e manter pontos de vista livres e independentes. McElhatten (2004) apoia esta opinião quando afirma que a literatura ajuda os seus alunos a atingir o pensamento independente e que a literatura é um bom local para o começar.

III

Análise do conhecimento dos estudantes do ISPSN sobre a Literatura Angolana

Uma das premissas essenciais para a divulgação eficaz da literatura angolana no Mundo é a valorização dada pelos cidadãos, numa vertente de reconhecimento, orgulho e informação. O objectivo é que os próprios sejam os principais agentes de divulgação nacional e internacional e impulsionem a sua validação como literatura com elevados padrões de qualidade.

Desse modo, os estudantes universitários surgem como uma possibilidade por constituírem futuros membros activos e influentes na sociedade, o que os obriga a um conhecimento sólido da matéria, garantindo uma divulgação coerente e eficaz. Com esse intuito é indispensável uma avaliação do seu grau de informação e a partir daí retirar as devidas conclusões.

Apresenta-se, em seguida, uma análise do conhecimento de literatura pelos alunos do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN), instituição privada de ensino superior da província do Huambo.

Utilizaram-se dois métodos de investigação de ciências sociais, o questionário e a observação directa participante. Primeiramente e de uma forma aleatória, procedeu-se à recolha de 100 questionários, uma amostra do universo do Instituto, abrangendo alunos de áreas tão diversas como Contabilidade e Finanças, Enfermagem, História, Psicologia e Economia e de idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos. Constituído por oito perguntas abertas, o questionário anónimo integrou perguntas sobre autores, livros e prémios atribuídos, bem como a medição de hábitos de leitura e influência dos planos escolares do ensino primário e médio.

Os resultados apontam num sentido único - **o conhecimento superficial dos estudantes** - não são leitores activos, apenas conhecedores de senso comum, pois 85% dos inquiridos não têm quaisquer hábitos de leitura. Os restantes lêem livros técnicos, relacionados com as áreas de formação, nomeadamente enfermagem e economia.

Todos os inquiridos têm conhecimento de pelo menos um nome de um escritor angolano, surgindo Agostinho Neto e Pepetela como os mais enunciados. Ondjaki, José Eduardo Agualusa, Wayamnga Xito, Kanguimbo Ananaz, Luandino Vieira, Óscar Ribas, Artur Pestana, Alda Lara, Viriato da Cruz, entre outros, encontram alguma expressão, mas sem qualquer tipo de informação efectiva sobre títulos de obras ou prémios atribuídos.

No tópico de títulos de livros, Agostinho Neto volta a ter preponderância. Exemplo disso, a referência da obra *Sagrada Esperança*, seguida de casos pontuais, *Poesia sem Notícia* de Manuel Rui Monteiro, *Mayombe*, *Luuanda* de Luandino Vieira, *Laços de Sangue* de Ismael Mateus. Este facto pode estar intrinsecamente relacionado com o percurso escolar e com os textos estudados, pois muitos inquiridos referem autores que estudaram no ensino médio, nomeadamente Agostinho Neto, Kanguimbo Ananaz, Wanhagachito, Alda Lara, Pepetela. Mas são apenas casos excepcionais, porque mais de 50% dos inquiridos refere que os currículos escolares do nível primário e médio não referenciam qualquer texto de um autor angolano.

Agostinho Neto e Pepetela são considerados pelos alunos como os escritores mais influentes e de maior impacto na sociedade angolana.

Aquando da realização de perguntas de fundo como prémios atribuídos, 0% dos inquiridos não respondeu à questão. Outro exemplo foi a indicação de adjectivos que qualificam a literatura angolana como um todo. A maioria não respondeu ou simplesmente indicaram adjectivos de esperança, saudade e tristeza. De realçar, o comentário de um aluno que a descreve como uma “escrita deficiente e fraca”.

Em suma, a aplicação dos questionários denota um conhecimento débil da literatura sem uma base consistente de conceitos e informações essenciais.

Esta conclusão é complementada pela utilização de outro método de investigação social, a observação directa participante, que permite obter informação qualitativa sobre o comportamento dos sujeitos através do envolvimento do investigador no contexto social

que escolheu estudar (Marshall&Rossman, 1989). É o único método que capta no momento os comportamentos em si mesmos, sem a mediação de qualquer documento ou testemunhos. Permite a interacção-inserção, através de um diálogo entre dois sujeitos.

Desta forma, este método teve a duração de dois meses, num acompanhamento permanente aos alunos, a nível de exercícios práticos de interpretação de poemas e perguntas de conhecimento geral, bem como grupos de conversação sobre a temática em estudo. Estas ferramentas permitiram reforçar a conclusão da aplicação de questionários - o conhecimento superficial e escasso dos alunos. Exemplo disso, a interpretação de poemas é um exercício de difícil resolução, fruto de um pensamento subjectivo inexperiente.

Os resultados obtidos com ambas as técnicas justificam-se a diversos níveis: geográficas, económicas, sociais e culturais, históricas e políticas. Possíveis respostas são agora apontadas.

Uma evidência é o facto de retratarmos uma **instituição da província do Huambo, distante da capital Luanda**, o que limita de imediato o acesso dos alunos a infra-estruturas a nível de bibliotecas, livrarias, seminários, palestras, entre outras iniciativas.

Os grupos de conversação permitiram atingir resultados efectivos e práticos, pois os alunos citaram **os preços elevados e o fraco poder económico** para a não compra de livros. Por um lado, a prioridade sobre as necessidades essenciais (pão, leite, entre outros) e por outro lado, no caso de um **elevado poder económico, uma mentalidade ainda virada para bens de rápido consumo** (telemóveis, roupas, entre outros), onde os livros não têm ainda um papel de destaque. Um novo pensamento deve ser desenvolvido, valorizando hábitos de leitura e a importância do livro, como objecto de qualidade essencial para a obtenção de conhecimento.

Com esse intuito, é necessário **o incentivo da família e escola, outro motivo citado pelos estudantes, que admitiram um progresso notório, apesar de moroso**. Estamos perante um processo educativo primário e médio, que não aborda autores angolanos nos seus programas e a interpretação dos respectivos textos, não criando um processo de ensino e de hábito de leitura. Mas é necessário realçar a evolução nos planos escolares que apenas nos últimos anos inserem textos de escritores angolanos nos seus currículos. Exemplo disso, é o manual de língua portuguesa da 6º classe de Helena Gama, 2010, Luanda, que inclui a poesia de Angola, nomeadamente, de Manuel Rui Monteiro, Agostinho Neto, João Maimona, Ernesto Lara Filho, Paula Tavares, Aires dos Santos, Jorge Macedo, entre outros.

O processo histórico-político, herdado do período colonial, contribuiu para que “cerca de 85% da população do nosso país era analfabeta e mesmo entre alfabetizados muito poucos possuíam qualquer qualificação e só uma maioria não significativa possuía

formação profissional”⁴¹. Tudo isto foi agravado com a **guerra civil** e conduziu a um sistema de educação extremamente pobre e deficiente, impedindo o desenvolvimento de hábitos de leitura, cultivo e estudo da literatura nacional. Segundo indicadores do Ministério da Educação, esta situação

Segundo Laurindo Vieira (2007: 125-128), a degradação do sistema de educação e ensino resulta da continuidade da guerra, destruição das infra-estruturas escolares e fuga das populações das zonas de guerra para as zonas urbanas. Além disso as infra-estruturas, já por si degradadas pelo tempo, passaram a comportar um número elevado de alunos “num quadro de guerra, de destruição e de crise social e económica que se desenvolveu o sistema de educação e ensino em quase toda a década de oitenta e noventa e a agudeza da própria guerra não só impossibilitou a extensão da administração do Estado, como também a extensão do próprio sistema educativo a todo o território nacional.”⁴²

Em termos gerais, as décadas de 80 e 90 apresentaram problemas significativos. Estes notavam-se essencialmente a nível de um elevado absentismo escolar, pobres estruturas físicas e falta de professores, devido ao recrutamento para o serviço militar obrigatório e às condições de trabalho degradantes.

IV

Construção de Estratégias *Input-Output*

A expansão da literatura angolana na esfera internacional deverá superar uma série de etapas, aliando-se a agentes de influência e utilizando ferramentas de comunicação eficazes.

A primeira fase deverá implicar uma análise swot com uma avaliação situacional de pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades⁴³. A finalidade é a construção de uma estratégia de comunicação a médio e longo prazo, coerente e adaptada ao contexto, num esforço conjunto entre a comunidade artística, entidades oficiais, professores e alunos.

O primeiro nível desta estratégia, com base nos resultados apresentados deve ser a divulgação interna, onde os cidadãos surjam como público-alvo para o aumento do seu conhecimento, reconhecimento e orgulho pela literatura angolana. A ideia é que constituam líderes de opinião, unidades de difusão nacional/internacional e estimulem a validação da literatura com elevados padrões de qualidade - **Aplicação de uma estratégia de *Input***.

Desse modo, os estudantes devem fruir da primeira acção logo no primeiro ano de escolaridade, de modo a criar desde cedo um processo de hábitos de leitura e apreciação

⁴¹ Revista Novembro (Ano 6, n.º 59, 1982)

⁴² Vieira, Laurindo (2007). *Angola – A dimensão ideológica da educação (1975-1992)*. Luanda: Editorial Nzilda, pp.125-128.

⁴³ LINDON D., LENDREVIE J., LÉVY J., DIONÍSIO P., RODRIGUES J. (2004). *Mercator XXI Teoria e prática do Marketing*. 10.ª edição, Lisboa: Dom Quixote.

de textos angolanos. Com esse intuito, é necessário uma alteração dos manuais escolares primários e médios, acrescentando informação sobre a história da literatura, bem como dados detalhados sobre prémios, títulos, autores e textos, incentivando a prática de interpretação de textos. Quanto aos alunos maiores de idade é urgente uma reeducação. Sendo um processo de maior dificuldade e moroso, pela falta de bases, compreende um trabalho complexo que inclua: maior acesso a livros nas bibliotecas municipais e universitárias, bem como a redução de preços nas livrarias, organização de exposições, palestras e seminários, disciplinas de literatura em vários cursos e apoio na interpretação de textos pelos docentes de Língua Portuguesa (sendo necessário a formação dos mesmos).

Um facto a ser tido em conta em futuras estratégias, resultante da observação directa participante, é a motivação dos alunos para adquirir mais informações sobre o tema e o orgulho que sentem pelas artes angolanas na sua generalidade.

Outros meios, além da escola, devem contribuir para esta divulgação, nomeadamente os meios de comunicação social, ao apresentar notícias culturais, reportagens sobre escritores, livros, entre outras informações. Um exemplo a ser tomado em consideração advém dos Estados Unidos de uma parceria de Stringfellow Bar, presidente do *St. John's College* e da *Columbia Broadcasting System's Adult Education Board* num programa de rádio, *Invitation to Learning*, em que explicam à audiência os livros mais importantes da História, pois na sua óptica todos os indivíduos são capazes de compreender os clássicos.⁴⁴

A construção e desenvolvimento de centros culturais em vários pontos-chave do país, com acesso gratuito aos livros e informação cultural. De salientar a construção da nova mediateca do Huambo, com uma variedade de ofertas (biblioteca tradicional, internet, ludoteca, música, cinema, espaço de exposições e lazer).

Tendo como exemplo o Plano Nacional de Leitura em Portugal, é possível basear-se neste modelo em território angolano para atingir o mesmo propósito, elevar os níveis de literacia dos angolanos e colocar o país num nível internacional. Este programa destina-se “a criar condições para que os portugueses possam alcançar níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura.”⁴⁵

As ferramentas acima descritas surgem como possibilidades de acção, sendo necessária uma pesquisa mais aprofundada a nível de políticas culturais e educacionais, inventário de instituições e infra-estruturas artísticas, estudo e selecção dos meios de comunicação social em Angola, entre outras.

⁴⁴ <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,777469,00.html>

⁴⁵ <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index1.php>

Posteriormente e após a garantia de uma consolidação de conhecimentos dos cidadãos será possível a **aplicação de uma estratégia de Output**, uma estratégia com uma comunicação para um público externo devidamente seleccionado da esfera internacional (meios de comunicação social, entidades oficiais, editoras, ministérios da cultura, centros culturais, livrarias), com o objectivo de difundir num primeiro plano pelos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e numa fase seguinte a uma escala mundial. Nesta fase, os cidadãos terão já um papel de destaque como líderes de opinião e agentes de difusão.

V

Conclusão

A literatura angolana apresenta uma complexidade e riqueza na sua história, temáticas e estrutura, consistindo num dos casos mais bem-sucedidos da CPLP. Na última década e graças essencialmente a uma maior estabilidade a nível político e social foi possível o desenvolvimento da mesma e o despoletar de uma criatividade cultural e artística, que lentamente é reconhecida internacionalmente.

De modo a contribuir para um maior valor além-fronteiras, é essencial iniciar o processo de dentro, com os cidadãos, dotando-os de conhecimento sobre os textos nacionais. Os estudantes surgem como principal *target*, tendo em conta a fragilidade das suas bases, provenientes de um sistema educativo deficiente e de uma mentalidade que não estimula hábitos de leitura, tanto na escola, como na família.

Neste seguimento, deve ser construída uma estratégia de comunicação de *input* com o objectivo de cultivar os cidadãos de uma forma consistente e duradoura, através das ferramentas atrás citadas, onde a escola tem um papel fundamental desde o primeiro ano de escolaridade. Valores primordiais devem ser tidos em conta: **mudança; acesso; informação; divulgação**. Só o sucesso desta fase permite acelerar uma estratégia de *output* para a esfera internacional, permitindo a divulgação da riqueza artística e cultural angolana, bem como do país, da sua gente e tradições de uma forma coerente e documentada, criativa e original.

Bibliografia

- Dressman, M., & Webster, J.P. (2001). *Retracing Rosenblatt: A textual archaeology*. *Research in the Teaching of English*, 36 (1), pp. 110-145. Urbana, IL: National Council of Teachers of English.
- Gaudelli, William (2006). Convergence of Technology and Diversity: Experiences of Two Beginning Teachers in Web-Based Distance Learning for Global/multicultural Education. *Teacher Education Quarterly*, Vol. 33, No. 1, p. 97. Caddo Gap Press, Cengage Learning.
- Gama, Helena (2010). *Língua Portuguesa 6º classe*. Luanda: Árvore do Saber.

- Lindon D., Lendrevie J., Lévy J., Dionísio P. Rodrigues J. (2004). *Mercator XXI Teoria e prática do Marketing*. 10.^a edição, Lisboa: Dom Quixote.
- Mixinge, Adriano. *Metáforas angolanas*. Paris: Embaixada da República de Angola em Paris, 2001.
- Pires, Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (vol. 64), Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp.36-43.
- Vieira, Laurindo (2007). *Angola – A dimensão ideológica da educação (1975-1992)*. Luanda: Editorial Nzilda.
- Willett, Jerri (1995). Becoming first graders in an L2: An ethnographic study of L2 socialization. *TESOL Quarterly*, Vol.29, No. 3, pp. 473-503. University of Massachusetts.

Webgrafia

- MCELHATTEN, KIMBERLY, Literature Circles: Creating Independence in the Classroom. Disponível em:

<http://www.ed.psu.edu/englishpds/.../MCELHATTEN.htm>. Acesso em 1 de Junho de 2013.

- PLANO NACIONAL DE LEITURA. Disponível em:

<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index1.php>. Acesso em 1 de Junho de 2013.

- REDE DE MEDIATECAS DE ANGOLA. Disponível em:

<http://mediatecas.ao/mediatecas/huambo/>. Acesso em 1 de Junho de 2013.

- TIME. Disponível em:

<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,777469,00.html>. Acesso em 1 de Junho de 2013.

GEOGRAFIA

Geografia, Questão Ambiental e Espaço Público

Kleber Costa da Silva⁴⁶

kleberperfil@hotmail.com

Resumo: Este texto pretende ser uma breve reflexão sobre a dimensão espacial para a compreensão da situação humana no mundo (compreensão, localização e existência), com base na Geografia como uma ciência a estudar a relação que existe entre sociedade e natureza. Nesses termos, a proposta é – a partir de um ponto de vista geográfico – encontrar a relevância da dimensão espacial através da emergência da questão ambiental e de sua conexão com a configuração do espaço público contemporâneo.

Palavras-chave: Geografia, Questão Ambiental, Espaço Público.

Abstract: This text is intended to be a brief reflection on the spatial dimension for understanding of the human situation in the world (understanding, location and existence), based on Geography as a science to study the relationship that exists between society and nature. Seen in these terms, the proposal is – from a geographical point of view – find the relevance of the spatial dimension through emergence of environmental issue and its connection with the configuration of contemporary public space.

Keywords: Geography; Environmental Issue; Public Space.

Introdução

Este texto pretende ser uma breve e introdutória reflexão a respeito da importância da dimensão espacial na compreensão da situação humana (social) no mundo – compreensão, localização e existência –, com base na geografia como uma ciência produtora de significados possíveis acerca da relação entre sociedade e natureza. Para

⁴⁶ Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil), bem como Pesquisador e Professor Efetivo do Curso de Geografia, Campus Sertão, Universidade Federal de Alagoas, (Brasil).

além de uma profunda apreciação, busco trazer simplesmente elementos de introdução à temática que poderão subsidiar tratamentos mais detidos no futuro.

A emergência da questão ambiental (enquanto crise de relação entre sociedade e meio ambiente ou recursos naturais) em torno dos debates contemporâneos (acadêmicos, de ação do Estado e de empresas privadas) oportuniza algumas considerações sobre o reencontro com as noções de espaço público enquanto terreno genuíno para a discussão sobre a constituição da vida social concreta. E nessa perspectiva, o texto se organiza a fornecer subsídios para pensarmos sobre a possibilidade de construção de uma geografia da questão ambiental no espaço público.

A partir da Geografia

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) – o filósofo da antiga Grécia –, disse aos seus discípulos em *Física* que o que não está em nenhum lugar não existe. Há uma necessidade natural de sinalizar-se a relação entre ser humano e realidade-mundo como uma tentativa de pertencimento e de entendimento, a conformar a unidade do saber e da existência. Um drama, portanto, se apresenta à história da existência humana, a constituir a cultura e a possibilidade de afirmação ou de negação da própria realidade.

Absorvido, no entanto, nessa atmosfera de eternamente conhecer para viver, o ser humano tem enfrentado questões que lhe remetem a enxergar uma vida-vivência recheada de dimensões múltiplas frente à complexidade que é a sua própria situação no mundo. E uma dimensão inerente a tal complexidade, como pressuposto para a existência de qualquer objeto, ato ou evento *a posteriori*, em geral é chamada de *dimensão espacial*. Assim, o ato de existir, de saber e/ou de agir no mundo funda a afirmação de uma *geografia*.

Tal geografia, longe de ser a enciclopédica tentativa de abarcar-se a totalidade absoluta dos fenômenos físico-naturais ou humano-culturais em todo o mundo, divididos em regiões, territórios ou lugares, se apresenta como condição primeira de construção da produção do conhecimento científico sobre a sociedade situada. Saber ou não saber – degrau elementar à definição do questionamento –, somente se realizam em verdade quando aliados a uma extensão espacial (ou territorial) na qual o indivíduo pensante se vincula. Ou seja, a situação geográfica concreta do ser humano ante a realidade ou o mundo apresentar-se-ia como o solo primordial para qualquer interrogação possível; sendo esta mesma interrogação claramente humano-cultural e esta cultura, por sua vez, obviamente situada no espaço (no caso, geográfico).

A geografia, no entanto, se confunde com filosofia, com arte, com ciência e com técnica, através dos diálogos que historicamente tem estabelecido com outros saberes. Enquanto filosofia, a geografia nasce da curiosidade e do questionamento humanos, a obedecer aos fundamentos tradicionais da admiração e da constatação das contradições do real, norteadas pela Verdade. Ela é ainda um saber simbólico, com duplo sentido; primeiramente, ela atende a uma busca sincera sobre a dimensão que transcende o real (do grego *sunballein*), que em verdade pretende juntar os separados, unir os distantes

numa unidade coerente de pensamento, de sentido e de compreensão; ou, em outras palavras, uma verdadeira tentativa de *cosmovisão*. Em segundo lugar, a geografia indica os fatos concretos por meio de signos, sinais, desígnios, modelos, etc., organizados metodologicamente, a apontar para focos relacionados a contextos espaciais, territoriais, regionais, paisagísticos, etc. – cada um ao seu modo.

Enquanto arte, a geografia, por um lado, se relaciona a um fato ou à realidade em si mesma por meio de múltiplos formatos e recortes culturais, simbólicos, psicológicos e/ou racionais (a apontar para um sentido eventual de compreensão e de ação sobre o real). E é, também, por outro lado, uma arte-narrativa que se dedica a uma relação; a existente entre a sociedade (cultura) e a natureza (meio físico). A relação indissociável entre cultura e meio físico-natural produz saberes, questionamentos e julgamentos sobre o mundo e sobre as coisas. Enquanto arte, a geografia possibilita a imaginação, a reflexão, o julgamento, o entendimento, a transformação.

Oferece-se ainda à geografia a grande dádiva das ciências: um conjunto de métodos e experimentações, indagações e afirmações (ou negações), nascentes na relação do ser humano com o mundo. A geografia absorve problemas comuns aos demais campos do saber científico e à experiência humana, através dos quais luta por definir a sua própria identidade (afirmação de objetos de estudos, conceitos, categorias e métodos próprios), à luz da herança moderna de uma ciência amparada principalmente na racionalidade, na organização, na disciplina, no idealismo e/ou no realismo. A dialética concreta entre ser humano e mundo produz uma intersecção com a qual a geografia mantém íntima relação e da qual decorrem muitos dos temas de interesse dos geógrafos, da produção dos espaços (urbano, rural, etc.) ao equilíbrio ambiental, a conduzir muitas vezes o debate geográfico a um corpo de questionamentos que miram a dimensão espacial como condição e meio de realização de toda dinâmica social e do saber a ser produzido.

De tal empreendimento científico resultam possibilidades técnicas (e tecnológicas) diversas com as quais e através das quais os significados intencionais de compreensão e de ação sobre o espaço se revelam. As técnicas de mapeamento mostram o mundo e se mostram como mundo, com relativa precisão e baseados principalmente nos avanços das últimas décadas (desenvolvimento técnico-científico-informacional), vistos como expressão da globalização ou da mundialização dos lugares e das culturas (redes de intercâmbios).

Tais reflexões relacionadas à identidade da geografia acompanham o desenvolvimento histórico da disciplina (vide quadro a seguir) e a afirmação da mesma como um saber especializado desde meados do século XIX, quando se consolidou nas universidades europeias (especialmente em França e Alemanha). No entanto, a geografia é uma ciência moderna, aqui entendida como saber que se origina no contexto histórico da modernidade. O conhecimento geográfico sobre o mundo é produzido segundo as relações que o ser humano estabelece com o meio, ora como oportunidade de sobrevivência, ora como conhecimento, ora como forma de dominação política e

outrora como ferramenta ou possibilidade de reflexão madura e crítica sobre a realidade – todos formando uma unidade de ser e estar no mundo.

Quadro – Paradigmas da Geografia Moderna Ocidental⁴⁷

Paradigmas		Características
Geografia Tradicional De 1870 aos anos 50 do séc. XX	Determinismo Geográfico	Contexto histórico ligado à passagem do capitalismo concorrencial para uma fase monopolista e imperialista do final do séc. XIX. Seus defensores afirmavam que as condições naturais, principalmente o clima, poderiam vir a determinar o comportamento do homem e da sociedade, influenciando no progresso cultural. A geografia foi primeiramente considerada como disciplina acadêmica autônoma na Europa. Houve forte influência positivista e uma postura profundamente empirista e naturalista. Deu-se atenção especial aos conceitos de <i>território</i> e <i>paisagem</i> e o conceito de <i>espaço</i> , em específico, pode ser entendido, como na visão de Friedrich Ratzel (1844-1904), enquanto espaço de dominação, num território de um povo; num supremo lugar, razão de ser do Estado.

⁴⁷ Quadro construído com base em MORAES, Antônio. *Geografia: pequena história crítica*. 17ed. São Paulo, Hucitec, 1999; e em CORRÊA, Roberto. *Região e organização espacial*. 4ed. São Paulo: Ática, 1991; além de publicado por SILVA, Kleber. *Dinâmicas regionais de cidades de porte médio: um estudo de caso sobre a concentração de serviços de saúde em Caruaru - PE*. – Recife: O Autor, 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco.

	Possibilismo Geográfico	Em reação ao determinismo, o possibilismo surgiu na França do final do séc. XIX, Alemanha no início do séc. XX e Estados Unidos da América na década de 20 (séc. XX), a defender que na relação entre o homem e o meio, este não determina aquele, mas a complexidade dessa relação permite que a natureza forneça possibilidades para que o homem possa modificá-la. Valorizou-se o conceito de <i>gênero de vida</i> como conjunto de caracteres “culturais” que davam face à <i>região</i> , sendo esta então objeto e conceito capital à disciplina geográfica possibilista.
	Método Regional	O método regional representa um terceiro paradigma na história da ciência geográfica. “ <i>O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da geografia</i> ”, com disse Correa ⁴⁸ . Porém, somente a partir dos anos 40 do séc. XX, nos Estados Unidos, é que este paradigma ganhou fôlego, sobretudo na figura de Richard Hartshorne. A diferenciação de áreas fornecera o fundamento à interpretação exclusiva de regiões – sendo esta parcela do espaço formada pela integração de fenômenos heterogêneos diversos –, então método e objeto à Geografia. Porém, ainda, para Hartshorne, o espaço era entendido como um espaço absoluto, um conceito abstrato, um receptáculo que contém as coisas, um conjunto de pontos que têm existência em si, mas independente de qualquer outra coisa ⁴⁹ . Pode-se considerar talvez a noção de espaço em Hartshorne como uma herança da visão de espaço mais antiga do filósofo alemão Immanuel Kant (ou seja, uma representação necessária <i>a priori</i> , que serve de fundamento a todas as percepções exteriores; um espaço irreal, abstrato, um espaço da/na ideia).

⁴⁸ CORRÊA, Roberto. *Região e organização espacial*. 4ed. São Paulo: Ática, 1991. p.14.

⁴⁹ CORRÊA, Roberto. *Região e organização espacial*. 4ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 18.

Geografia “Renovada” Pós-Segunda Guerra aos dias atuais	Nova Geografia ou Teorético- quantitativa	Esse paradigma surgiu como uma maneira de justificar a expansão capitalista do pós-guerra bem como à demanda de uma leitura geográfica de mundo precisamente voltada para uma maior quantificação e matematização do espaço. Recebeu forte influência do positivismo lógico, adotando-se uma visão da unidade epistemológica da ciência, principalmente a partir das ciências naturais. Consagrou-se o raciocínio hipotético-dedutivo como caminho às investigações geográficas. De acordo com Corrêa⁵⁰, ao analisar Ullman e Watson, o <i>espaço</i> surgira pela primeira vez na geografia como conceito central, sendo então entendido ora como planície isotrópica e outrora como sua representação matricial. Paisagem, território e lugar foram deixados de lado e figuraram apenas como conceitos adjuntos ao de espaço.
	Geografia Crítica	Surge nos anos 50 e 60 do séc. XX nos países mais desenvolvidos e se reproduz em diversos outros países pelo mundo nas décadas seguintes. Representou uma crítica à <i>geografia tradicional</i> e ao paradigma <i>teorético-quantitativo</i>. A geografia crítica apresentou-se num momento de crise do capitalismo e um dos seus vetores mais significativos foi o influenciado pelo materialismo histórico e dialético. A geografia passava a assumir também um forte engajamento político-ideológico e de transformação social. Os conceitos de <i>espaço</i> e de <i>sociedade</i> interpenetraram-se como única e indissociável formação sócio-espacial, portanto objeto de estudo da geografia. O espaço tornou-se então central, sendo locus de reprodução das relações sociais de produção. Essa corrente de pensamento influencia ainda hoje boa parte da produção teórica em geografia.

⁵⁰ CORRÊA, Roberto. *Região e organização espacial*. 4ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 20.

	Geografia Humanista	Paradigma que surge nas décadas de 60 e 70 do século XX, principalmente por geógrafos de países desenvolvidos (Yi-fu-Tuan) e coloca a representação e a produção de significados individuais sobre o espaço (na forma de <i>lugar</i>) como centro de análise. Recebe forte influência do existencialismo e da fenomenologia. Essa corrente de pensamento também influencia ainda hoje boa parte da produção teórica em geografia.
--	--------------------------------	---

E é justamente a respeito das noções citadas, ou seja, inerentes à afirmação da geografia e especialmente da dimensão espacial, que ofereço algumas questões para dialogarmos sobre as possibilidades de tratamento da temática ambiental. Como e quando nascem os questionamentos inerentes à questão ambiental? Como esta temática (re)valoriza a dimensão espacial e como se comportam tais questões em relação ao espaço público?

A questão ambiental e a (re)valorização da dimensão espacial

Nas quatro últimas décadas, a temática ambiental tem revalorizado a dimensão espacial como importante para o entendimento da existência, da organização e da dinâmica das sociedades. Isso decorre da sobreposição de uma natureza artificial sobre uma natureza natural, fruto do curso histórico de intervenção humana no meio. Novíssimas bandeiras sociais, políticas e ideológicas acrescentaram questionamentos inerentes à relação entre sociedade e natureza como ingredientes a fazer parte do cotidiano dos indivíduos e da agenda do poder público em escalas mundial, nacional e local.

O problema de visualização da sociedade mundial, notadamente por parte das ciências humanas e sociais no ocidente, após a crise de 1929 (Estados Unidos da América) e no período posterior à segunda guerra mundial, colocou em evidência que os países precisavam ser compreendidos dentro de um contexto ampliado de relações e de interdependências mundiais. O sentido mesmo de “desenvolver-se” estaria ligado a seguir uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor⁵¹. Nesse rumo, o *slogan* do desenvolvimento econômico passaria por séria reconfiguração na medida em que os índices quantitativos de crescimento econômico como imagem-síntese de um projeto de sociedade futura seriam revisados e vistos com críticas severas sobre a ausência de um caráter um tanto mais social, num primeiro momento (anos 60 e 70, século XX), e ambiental ou ecológico, num segundo (anos 70 e 80). Uma “crise ambiental” surgiria

⁵¹ Segundo indicou ALMEIDA, Jacione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dizinar Fermiano (org.). *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4ed. Santa cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 22.

como uma problemática e uma bandeira a fazer parte do debate político, cultural e acadêmico mundial.

Rachel Carson, bióloga, impulsionou uma discussão importante nos Estados Unidos da América através dos seus escritos a respeito da natureza e principalmente por meio de sua obra “Primavera Silenciosa” (1951) que trazia a revelação de problemas ambientais decorrentes da utilização de pesticidas – estava pronto o alicerce para a sociedade norte-americana notar outra face da realidade social, um pouco desconsiderada em mesas de discussões acadêmicas e em títulos dos meios de comunicação de massa, relacionada ao direcionamento da atenção para o meio ambiente. Urgia uma visão alternativa de desenvolvimento frente à novíssima “crise ambiental”.

O Clube de Roma, em 1972, com a participação de Dennis Meadows e outros vários pesquisadores e autoridades, e caracterizado por ser um grupo a tratar de temas diversos relacionados a política e a economia internacional, e especialmente a meio ambiente e a desenvolvimento sustentável, imprimiu um estudo intitulado *Limites do Crescimento*. Este documento colocou em pauta finalmente a possibilidade de choque decorrente do aumento populacional em relação à industrialização, à poluição, à produção de alimentos e a preocupação sobre os limites de recursos naturais existentes no planeta. No mesmo ano, 1972, a Conferência de Estocolmo consolidou a importância da temática com um ponto a mais a ser apreciado pelas agendas da política pública e pela construção de uma nova relação entre sociedade e natureza. Seria necessário o encontro da humanidade com uma estabilidade econômica e ecológica forjada através do congelamento do crescimento populacional global e do capital industrial em face da limitação de recursos existentes bem como do perigo já apontado pela antiga tese de Malthus acerca do crescimento populacional mundial, como disse Brüseke⁵². Ainda a esse respeito:

*“A mensagem de Estocolmo foi que não pode haver uma luta eficiente contra a pobreza que não leve em consideração a dimensão ambiental. Porém, a outra parte da mensagem foi de que não haverá política ambiental bem sucedida se ela não for organicamente ligada a uma política de progresso social, ou seja, desenvolvimento e meio ambiente não podem ser dissociados”*⁵³.

Uma nova visão de desenvolvimento, portanto, adviria dessa atmosfera de debates, a dar início a uma proposta de “ecodesenvolvimento”, trabalhada sobretudo por Maurice Strong e Ignacy Sachs na década de 70 do século XX. Este último ofereceu uma visão pautada em ingredientes de sustentabilidade econômica, social, ecológica, espacial e

⁵² BRÜSEKE, Franz. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 29.

⁵³ SACHS, Ignacy. *Sociedade, cultura e meio ambiente*. Palestra proferida na aula magna do curso de mestrado em Ciência Ambiental. agosto de 1995. Disponível em: <[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1(1-2)07-13.pdf)> Acesso em: 20 jul 2013. p.7.

cultural⁵⁴. Tal disposição compreenderia uma complexidade inerente à própria realidade social, integrada ao meio onde se situa e a multiplicidade de fatores que definem a própria existência da sociedade. Segundo a interpretação de Brüseke, *“uma crítica da sociedade industrial e conseqüentemente uma crítica da modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas viraram parte integrante da concepção do ecodesenvolvimento”*⁵⁵.

A partir de 1974, com a “Declaração de Cocoyok”, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), o alicerce para a construção da permanência do debate sobre o meio ambiente se fez ainda mais consistente. Constavam entre os temas reinantes as preocupações em torno da explosão demográfica e a destruição dos recursos naturais, bem como a industrialização, o crescimento do consumo e limites mínimo e máximo de acesso a recursos a propiciar o bem-estar das sociedades. Em 1975, por sua vez, emitiu-se o chamado “Relatório Dag-Hammarskjöld”, projeto da fundação de mesmo nome, que contou com a colaboração de especialistas de diversos países, e abordou o desenho do poder político sobre os territórios e as ligações inerentes à problemática ecológico-ambiental, expondo realidades como a expulsão e a marginalização de populações de diversos países do chamado “terceiro mundo” a imprimir a “devastação” de diversos lugares do planeta.

A partir do início dos anos 80, a temática ambiental voltou à cena com a presença de diversas organizações no mundo inteiro, e a então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, protagonizou o debate em torno da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, do qual surgiu o chamado “Relatório Brundtland”, intitulado também como “Nosso Futuro Comum” (1987). Naquele então, a proposta foi a de interligar diversos problemas tais como econômicos, sociais, técnicos, culturais, ambientais, etc, em torno de uma discussão mais ampla sobre um projeto novo de relação entre sociedade e meio ambiente. No rol das medidas propostas pelo relatório, encontram-se algumas preocupações centrais concernentes a limites ao crescimento populacional, à urbanização e ao acesso a recursos naturais, à atenção às necessidades básicas (saúde, escola, etc.), à proteção de ecossistemas, à construção de planos de desenvolvimento sustentável, enfim, que pudessem construir uma sociedade preocupada com as gerações futuras. Forjou-se então um lema já há muito conhecido sobre o desenvolvimento sustentável como aquele *“...que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”*.

⁵⁴ SACHS, Ignacy. *Sociedade, cultura e meio ambiente*. Palestra proferida na aula magna do curso de mestrado em Ciência Ambiental. agosto de 1995. Disponível em: <[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1(1-2)07-13.pdf)> Acesso em: 20 jul 2013. p.7.

⁵⁵ BRÜSEKE, Franz. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 31.

Conforme a interpretação de Brüseke:

“Em comparação com as discussões nos anos 70 (Declaração de Cocoyok, Relatório Dag-Hammarskjöld) mostra o relatório da comissão Brundtland um grau elevado de realismo. Ele nem propaga a dissociação ou a estratégia da self-reliance nem a despedida do crescimento econômico. Interesses nacionais ele toca com cuidado e mantém sempre um tom diplomático, provavelmente uma das causas da sua grande aceitação depois de ser publicado. Todavia, a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados tem em comparação com os documentos internacionais anteriores (Cocoyok, Dag-Hammarskjöld) um espaço bastante diminuído. O Relatório Brundtland define ou pelo menos descreve o nível do consumo mínimo partindo das necessidades básicas, mas é omissa na discussão detalhada do nível máximo de consumo (e de uso de energia, etc.) nos países industrializados. O Relatório Brundtland quer crescimento tanto nos países não-industrializados quanto nos países industrializados. Além do mais, ele torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados”⁵⁶.

Em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, montou-se um encontro de chefes de Estado com a participação de mais de 35 mil pessoas, que ficou conhecido como a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ou, simplesmente, “Rio-92”. Naquele então se firmou definitivamente a questão ambiental como um item fundamental para a agenda das políticas públicas e como bandeira político-ideológico bem como motivo de atenção por parte das empresas e dos indivíduos. Uma nova consciência encetava as discussões sobre a possibilidade de construção de uma novíssima sociedade. E das mesas de discussões da “Rio-92” nasceu a “Agenda-21” como um programa de conscientização e de ação em prol da proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, em escalas local, nacional e internacional. Outros encontros decorreram, a exemplo da Rio+5 (Nova Iorque, EUA, 1997) e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo, África do Sul, 2002), além de diversas reuniões junto à Organização das Nações Unidas como a Rio+20 (Rio de Janeiro, Brasil, 2012). Esta última trouxe questões importantes sobre governança e sustentabilidade, novas tecnologias, recursos naturais e o compromisso de nações quanto às questões sociais em geral (moradia, educação, saúde, etc.).

Diante de tal recurso histórico, importa por ora afirmar que o centro de análise dessas preocupações então fortemente vinculadas a uma concepção “ambientalista” que volta à consideração da dimensão espacial como fruto da relação entre sociedade e meio ambiente. Este, inclusive, fortemente definir-se-ia segundo meio físico-natural e fonte de recursos à existência, à sobrevivência e à permanência dos seres humanos no mundo.

⁵⁶ BRÜSEKE, Franz. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 33.

Em ambas as sinalizações, ambiental ou espacial, a dimensão espacial geográfica do mundo é (re)valorizada no tocante à feitura de uma ciência comprometida com a tentativa de enxergar o todo social na sua relação com uma ambiência ou uma atmosfera real “espacializada”, com a identificação dos nexos espaço-temporais e com dimensões outras advindas da própria abordagem espacial geográfica (território, região, lugar, paisagem, “redes”). Tornam-se oportunidades teóricas, metodológicas e epistemológicas para a acessibilidade a um plano diferenciado de conhecimento que torna a ciência bem mais solidificada no cotidiano real de quem produz a vida: os seres humanos situados.

Nesse sentido, pensar a sociedade é pensar a sua relação com o meio, ou seja, com o espaço. E urge a averiguação de como esse espaço se apresenta na forma de “espaço público”, que é lócus de encontro e conflito, lugar da norma e sentido à sociabilidade.

O encontro com o espaço público

O desenvolvimento histórico da questão ambiental pode ser entendido como um processo de valorização do espaço, caro às ciências humanas e sociais que não o enxergaram com a devida atenção – espaço este integrado às dimensões outras da cultura, da política, da economia e da sociedade como um todo.

A geografia, aqui considerada, se identifica e toma para si como importante categoria analítica o *Espaço*⁵⁷ que permite ampla gama de visualizações de realidade, a tornar-se uma dimensão especial, quando não a se confundir com a própria sociedade e a possibilitar a apreensão da totalidade-mundo enquanto microcosmo das ações humanas e do evoluir histórico⁵⁸.

A noção de espaço, nesse intento, passa a ter um papel importante quando se vincula às noções de sociedade, de cultura e de meio, buscando ultrapassar um debate estrito ligado mais diretamente às relações entre sociedade e natureza que privilegiam o espaço como resultado de condições tão somente físico-naturais, de modo a-histórico. A História não pode ser escrita fora do espaço e não há sociedade a-espacial⁵⁹, ou seja, o espaço, ele mesmo é social⁶⁰, expressão da sociedade, ou, senão a própria sociedade espacializada.

⁵⁷ Além de espaço, a ciência geográfica tem contribuído com o debate sobre a construção do conhecimento com outras várias categorias de análise fundamentais, a saber: território, paisagem, região, lugar e, nas últimas décadas, “redes” ou interconexões espaciais. Cada uma dessas categoriais de análise se caracteriza por questionamentos e abordagens condizentes com um contexto histórico e científico específico e com posicionamentos ideológicos distintos que vez ou outra se encontram ou se contradizem ao longo da história do debate teórico-metodológico geográfico e das investigações científicas.

⁵⁸ E, como disse SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. p. 118, ao definir-se um objeto de estudo, deve-se construir também um sistema próprio de identificação de categorias analíticas bem ajustadas às categorias do real, que reproduzem, no âmbito da ideia, a totalidade dos processos, tal como eles se produzem na realidade. A teorização será permitida, dentro da disciplina, através de um esforço de abstração, ao qual só é possível chegar-se por intermédio das categorias que definem uma dada realidade. Tais categorias, verdadeiramente, não devem limitar a leitura, mas possibilitar o surgimento de nomeações essenciais, ou, a produção mesma do conhecimento.

⁵⁹ SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.9.

⁶⁰ SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.10.

O espaço, ainda, “...se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções”⁶¹. Em outra aceção e seguindo um mesmo sentido interpretativo, o espaço engloba “...um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”⁶². O sistema de objetos resulta de uma elaboração social e histórica. O sistema de ações representa o conjunto dos atos humanos em sociedade, nascidos de necessidades naturais ou criadas, potencialmente produtoras dos sistemas de objetos.

Do mesmo modo, o *espaço*, ele mesmo social, se torna *público* e em si mesmo o lugar legítimo dos encontros e dos desencontros sociais, dos conflitos e da afirmação da ordem ou da desordem. Tal idéia de público, no entanto, não se dissocia da noção de espaço privado enquanto ambiência de uma vida voltada à intimidade, à família e à relativa empatia construída no seio da comunidade local (modernamente repetida como espaço da propriedade privada).

Assim, dois aspectos se destacam na assimilação da noção de espaço público: acessibilidade e responsabilidade, ou seja, “*pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente*”⁶³. O primeiro aspecto, acessibilidade, atribui à facilidade relativa de acesso a uma área comum ou coletiva como definidora de sua “publicidade”. O segundo aspecto, responsabilidade, volta ao domínio da manutenção e da dedicação a esta por parte de toda a sociedade, diferentemente do espaço privado cuja acessibilidade seria entendida como um pouco mais restrita e particular e a responsabilidade vinculada também a um indivíduo ou, por exemplo, a um grupo social específico.

Duas contribuições, já consideradas clássicas, frisam a temática da “esfera pública” como importantes para compreendermos muitas das faces sociais de nosso mundo atual: Hanna Arendt e Jürgen Habermas.

A primeira – Hanna Arendt⁶⁴ – ligou a concepção de esfera pública à ideia de ação política, ou, noutras palavras, às concepções de visibilidade (ou publicidade), de pluralidade e de sociabilidade, essenciais à vida coletiva, à vida política, que possibilita a liberdade de todos. Para a elaboração dessa visão da vida política ela retornou à

⁶¹ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. p.122.

⁶² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ed. 5 reimp. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2009. p.63.

⁶³ HERZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. Tradução Carlos Eduardo Lima Machado. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.12.

⁶⁴ ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

apreciação das obras da antiguidade clássica grega, a visualizar a elaboração da *polis* e da *vida activa*. A vida política se faz por meio da ação (*práxis*) e do discurso (*lexis*) no ambiente público da *polis* ou da “cidade-estado” grega. Isso tudo se realiza num lugar específico; o espaço público.

Jürgen Habermas⁶⁵, em *Mudança estrutural da esfera pública* (2003)⁶⁶, comentou que as categorias de *público* e *privado* se tornaram relevantes no âmbito da aplicação processual jurídica com o surgimento do Estado moderno, o que permite uma possibilidade de leitura sistemática da sociedade por meio dessas duas categorias centrais. Montou-se uma esfera pública “burguesa” dentro do contexto ampliado de desenvolvimento do capitalismo, onde

*“...pode ser compreendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais de troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”*⁶⁷.

O espaço público, ainda, aparece como esfera da comunicabilidade, da publicidade e da *opinião pública*. Esta seria construída enquanto publicidade crítica ou enquanto publicidade manipulativa, a depender da visão política dominante.

Segundo a interpretação de Serpa,

*“Na obra de Arendt, o espaço público aparece como lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para Habermas, o espaço público seria o lugar par excellence do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão”*⁶⁸.

Gomes, em *A condição urbana* (2012), por sua vez, apontou para a existência de dois tipos de espaços em relação à problemática do “público”: o *nomoespaço* e o *genoespaço*. Segundo este autor:

“O espaço é hierarquizado, assim como os poderes que sobre ele são exercidos. Sua estrutura é complexa, assim como o são as disposições formais (da lei) que o regem e controlam sua dinâmica. A esse tipo de relação social com o território demos o nome de nomoespaço, ou seja, uma extensão física, limitada, instituída e

⁶⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

⁶⁶ Fruto de uma tese de pós-doutorado na Faculdade de Filosofia de Marburg, Alemanha, em 1961.

⁶⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p.42.

⁶⁸ SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009. p.16.

*regida pela lei. Trata-se de um espaço definido por uma associação de indivíduos, unidos pelos laços de solidariedade, de interesses comuns e próprios, e pela aceitação e aplicação de certos princípios logicamente justificados”*⁶⁹

Ou seja, espaços contratuais, da denominação, da classificação, do ordenamento. E continua: *“na segunda forma de relação com o espaço, o que estamos chamando de genoespaço, o tipo de agregação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade”*⁷⁰, ou, um espaço onde

“...o espírito coeso e o caráter de unidade do grupo são manifestados e reforçados continuamente. O compromisso social não é, pois, do tipo formal, sendo relações de solidariedade baseadas em uma pretensa homogeneidade e em uma solidariedade de um forte sentimento de coesão”.⁷¹

Ainda noutra contribuição, Gomes⁷² esclareceu algumas condições para a existência de um espaço público; uma base física (praça, rua, etc.); um espaço sem obstáculos, com normas gerais e lógicas para acesso e participação; a rua como unidade fundamental e mínima desse homem público; a possibilidade de ver e ser visto; um sentido de coabitação, um encontro com a alteridade diferenciadora; um lugar de diálogo permanente e renovado; um espaço à civilidade; um terreno permanente de tensão entre as diferenças e a possibilidade da vida em comum; um espaço ao contrato cidadão. E ainda, sustentou: *“Devemos compreender que a natureza desse espaço é normativa: suas regras e leis reforçam os termos do contrato social que o estrutura, assegurando suas próprias condições de validade e de viabilidade”*⁷³.

Serpa⁷⁴, numa perspectiva crítica, chamou a atenção para o espaço público como mercadoria incorporada ao consumo de poucos, conforme a “lógica” do sistema capitalista vigente. Um espaço “consumido” por poucos, cuja acessibilidade estaria comprometida, destrói o sentido de público e de coletivo, ou, de um espaço em tese voltado ao encontro e à convivência de todos. Portanto, um processo maduro de averiguação e de reflexão a moldar a maneira como o poder público pode vir a agir sobre o espaço público se torna necessário.

⁶⁹ GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 37.

⁷⁰ GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 37.

⁷¹ GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 60.

⁷² GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser no espaço, um modo de ser do espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

⁷³ GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser no espaço, um modo de ser do espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 31.

⁷⁴ SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009. p.9.

No contexto espacial do urbano, ou mais objetivamente da cidade⁷⁵, o desenho de tal noção – espaço público –, por exemplo, é mais facilmente compreendido quando notada, mesmo simplificada, uma classificação dos tipos de espaços públicos; as vias urbanas (ruas, avenidas, calçadas, etc.), praças, parques, largos, enfim, que se explicitam tais como legítimos espaços públicos. Mas, de uma maneira geral, o espaço público compreende: a) relação indissociável com a sociedade, da qual resulta e para a qual possibilita ser base de reprodução histórica; b) uma estruturação em objetos e ações geográficas concernentes a essa relação sociedade x espaço; c) um lócus de encontros e desencontros sociais; d) um caráter de ser em tese acessível e de ser objeto de responsabilidade coletiva; e) uma esfera de visibilidade, pluralidade e sociabilidade; f) um lugar da vida ativa por meio da ação política e do discurso e/ou da opinião pública; g) um lugar voltado ao consumismo e às trocas sociais/comerciais; f) um espaço “normatizado” ou identificado conforme laços de solidariedade e de interesses comuns; e, por isso mesmo, f) palco à realização do contrato cidadão.

O encontro com o espaço público, portanto, é o encontro com a sociedade que se encontra na sua própria relação com o meio. A questão ambiental se revela no interior dessa relação e permite a visualização da situação do ser humano no mundo, a partir de sua experiência real local.

Considerações finais

A questão ambiental tem levado a um processo de valorização da dimensão espacial como um olhar alternativo possível para a compreensão da nossa situação no mundo. E a geografia, como campo de atuação a oferecer fundamentos já consolidados no trato do espaço e da relação entre sociedade e natureza, surge como uma contribuição teórico-metodológica possível para o entendimento dessa questão. Isso se deve em grande parte à sinalização da “crise ambiental” por que passam as sociedades do chamado mundo ocidental capitalista, devido às dificuldades de encontrar empatia entre mercado e equilíbrio ambiental. E, por outro lado, se deve também ao alargamento das leituras críticas no que toca à identificação de desequilíbrios socioambientais em geral.

A luz trazida por Rachel Carson (1951), o Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo (1972) deu vez ao “meio ambiente” como elemento fundamental para a compreensão de problemas ligados à sociedade. Um projeto de desenvolvimento deve levar em conta crescimento econômico, atenção à melhoria das condições sociais em geral, mas ambos não poderiam ser engendrados sem a atenção às condições ambientais. Os movimentos ambientalistas e as discussões em torno da Rio-92, Rio+10 e Rio+20 firmam o meio ambiente como um aspecto necessário na condução de uma nova história mundial a necessitar de uma aproximação das ciências sociais em relação à geografia e demais saberes entendidos como “ambientais”.

⁷⁵ A cidade entendida como materialização do fenômeno social urbano mais amplo, cujo território intraurbano, ou seja, internamente à própria cidade (este compreendido aqui como um simples recorte espacial para efeito pedagógico de inteligibilidade objetiva), obviamente se define por laços de interações com o entorno rural e com outros centros, ao longo do desenvolvimento histórico local, regional, nacional e global.

A dimensão espacial encontra grande valor de apreciação quando o sítio onde a sociedade situa as suas desigualdades sociais se mostra também como um desastre socioambiental. Para além das clássicas questões sociais e económicas caras às ciências sociais, outras tais como poluição e degradação ambiental, bem como o perigo de extinção de espécies animais, espécies vegetais e de recursos minerais, etc., tomam o lugar dos embates ideológicos e das agendas de poderes públicos.

Nesse sentido, e no âmbito da cidade, por exemplo, um lugar se torna fundamental para o encontro com problemas que aparecem nas relações cotidianas do coletivo e do social como um todo: o espaço público. É no mundo exterior à vida privada, nesse espaço por excelência construído como palco ao encontro e aos enfrentamentos das diferenças, e por isso mesmo da afirmação dos acordos e contratos, que a questão ambiental se torna mais presente e evidente. Assim, questões outras surgem como centrais na apreciação de tais temas e na montagem de nosso cotidiano: que tipo de cidade se deseja construir para o presente e para o futuro? Quais e como serão os planos de cidade e principalmente de espaços públicos para uso comum?

O entrelaçamento entre geografia, questão ambiental e espaço público se encontra na imagem síntese do ser que quer saber, quer viver e que depende do meio e dos outros; por isso mesmo, um ser naturalmente humano, localizado no terreno real da vivência e da sobrevivência: o espaço geográfico.

Referências Bibliográficas

1. ALMEIDA, Jacione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dizinar Fermiano (org.). *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4ed. Santa cruz do Sul: Edunisc, 2002.
2. ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
3. BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
4. CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4ed. São Paulo: Ática, 1991.
5. GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser no espaço, um modo de ser do espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

6. GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
7. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
8. HERZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. Tradução Carlos Eduardo Lima Machado. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
9. MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia*: pequena história crítica. 17ed. São Paulo, HICITEC, 1999.
10. SACHS, Ignacy. *Sociedade, cultura e meio ambiente*. Palestra proferida na aula magna do curso de mestrado em Ciência Ambiental. agosto de 1995. Disponível em: <[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1(1-2)07-13.pdf)> Acesso em: 20 jul 2013.
11. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. 5 reimp. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2009.
12. SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
13. SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
14. SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.
15. SILVA, Kleber Costa da. *Dinâmicas regionais de cidades de porte médio*: um estudo de caso sobre a concentração de serviços de saúde em Caruaru - PE. – Recife: O Autor, 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco.

ANTROPOLOGIA

Singularidade na diversidade: os *Kuvale* e os *Mosuo* no ritual do casamento

Anabela Santos⁷⁶

anabelaleandro60@gmail.com

Armindo Jaime Gomes⁷⁷

Resumo: O que pode existir em comum entre dois grupos étnicos que, do ponto de vista geográfico são tão longínquos e tão diferentes? Os *Kuvale* do sul de Angola e os *Mosuo* na China partilham a singularidade do ritual relativo ao casamento. Por outro lado, o suplemento étnico – quer seja chinês ou angolano – deve reflectir, como um *significante aberto*, não o discurso dominante do poder central, mas a diversidade das margens.

Palavras-Chave: *Kuvale* *Mosuo* suplemento étnico singularidade diversidade ritual Angolanidade Chineses

Abstract: What could one find in common between two ethnical groups that geographically stand so far away from each other besides being so different? The southern Angolan *Kuvale* and the Chinese *Mosuo* share the singularity of the marriage ritual. On the other hand, the ethnical supplement – either Chinese or Angolan – must reflect, as an *open signifier*, not the dominant power speech but the margin's diversity.

Keywords: *Kuvale* *Mosuo* ethnical supplement singularity diversity ritual Angolanidade Chineseness

⁷⁶ Docente de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente. Doutoranda da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

⁷⁷ Docente de História de Angola no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente.

A man at home, in his tribe, lives in the secular realm

(Van-Gennep 1960, 12)

1. Introdução:

Os *Kuvale* fazem parte do grupo *Helelo*, proveniente de populações pastoris, chegados à costa ocidental da África austral pelo leste, a nível do paralelo de Benguela, e que há mais de dois mil anos, como todos os grupos de origem etnolinguística *Bantu*, flectiram para o sul de Angola alcançando as estepes que precedem o mar, onde internam cada vez mais nas bordaduras do deserto do Namibe ao Kalahári. A par de outros subgrupos que constituem o mesmo complexo sociocultural, na perspectiva de J. Redinha (1961) nomeadamente os *Ndimba*, *Himba*, *Cyavikwa*, *Kwanyoka*, *Ndombe* (Santos, A. S. 1965:37), *Ngendelengo* e *Kahona*, “portanto encravados na aridez e na areia, «residuais» e sobreviventes de uma guerra total” dos finais da década de 1950 tal como descreve R. D. de Carvalho (1997:12-16). No geral conhecem-se por *Herero*, etnónimo cuja corruptela de *Helelo* veio do verbo *okuhela* que em língua local “quer dizer brandir a azagaia” (Ibid.) e por características diferem-se dos demais povos de origem etnolinguística *Bantu* pela omissão de instituições politicamente estáveis, explicada pelo exercício do um sistema de economia “que se fundamenta numa estrita gestão de equilíbrio ecológico e de equilíbrio social” (Carvalho, R. D. s/d) impondo um movimento permanente, pouco similar às habituais transumâncias.

Ao contrário da etnonímia que “quer dizer brandir a azagaia” os *Helelo* são povos menos aguerridos e distinguem-se de modo particular os *Kuvale*, dotados às resistências militares durante a penetração do final século XIX e consequente ocupação europeia durante a primeira metade do século XX, respectivamente. A sua histórica afeição guerrilheira marcou a resistência ao sistema colonial, com destaque aos conflitos de 1848 contra os ingleses e os Hotentotes, aos que designaram por *Kambalikongolo*, entre as décadas de 1940/1950 (Carvalho, R. D., s/d:197) contra os portugueses, ingleses e alemães em Kapilongo, Kalute, Kakombola, Mulungu, etc. Destas incursões adicionaram-se às acções contra as razias, espoliações e os saques dos séc. XIX e XX, ligadas às disputas pela posse de gado nem sempre exclusivos aos invasores planálticos *Ovimbundu*, por vezes, com um carácter político, assim como as mais recentes acções desencadeadas entre 2004 e 2005 por disputas de água contra os vizinhos *Vakahona*, ora previstas por Rui D. de Carvalho (1996) e bastante divulgadas pela imprensa oficial.

Assim, chama-se *Kuvale* ao indivíduo *Mukuvale*, singular de *Vakuvale* por se localizarem inicialmente ao longo do rio Cubal que faz travessia no município com o mesmo nome em Benguela. A designação “*mucubal*” querendo dizer *Mukuvale* de origem planáltica, serviu para peiorar o comportamento petulante *kuvale* e, de algum modo, etnocêntrico que caracteriza os *Helelo*, ao ponto de suportarem alguma desvantagem psico-cultural por isso, a título de protecção os demais subgrupos adoptam as línguas e culturas periféricas. Pese embora tenha dificultado a integração nacional que só começou com a expansão mercantil do *mumpeke*, a partir de 1991 pelo litoral e 2002 no planalto tal comportamento justifica-se pelo tipo de actividades

socioeconómicas que desenvolvem, a difícil acessibilidade das suas áreas de localização, a minoritariedade entre os demais povos de origem etnolinguística Bantu, a resistência e os contactos tardios com as civilizações cristãs, o semi-nomadismo, etc. (Carvalho, R. D., 1998).

De certo modo etnocêntricos e sem uma língua homogênea razão do seu característico isolamento, à excepção dos *Ndombe* adoptivos da língua *umbundu*, (Gomes, A. J., 2007) a envergadura *Helelo* reside na manutenção da identidade endógena com base nas estruturas sócio-institucionais assentes no *Ocoto* (Guebe, A., 2003) instituição influente segundo as classes sociais distribuídas em idade e sexo, paralelamente à pastorícia institucional de tipo sócio-comunitária, tal como os descreve C. Estermann (1962) no monumental estudo feito ao sudoeste de Angola que se conhece até então. A par do *Ocoto* (Cfr. Guebe, A. 2003) com funções multifuncionais, outras instituições como a *efiko* (Melo, R. M. A. J., 1990), que se conhece por *ekunga* ou *okufekâlã* e o *ekwenje* (Gomes, A. J., 2007), são as instituições de referência *kuvale* entre os povos *Helelo* (Cfr. Altuna, R. R. S. A. 1993).

Por causa da guerra pós-independência que enfraqueceu grande parte das instituições endógenas a actual *efiko kuvale* não tem o relevo estrutural que no passado mas, com um determinado simbolismo, sem rigor antes exigido, reduzido o grau de exigências como todas “*conserva o mesmo significado profundo*” (Melo, R.M.A, 1990:59) por conseguir manter aceso o fogo sagrado fazendo com que alguns grupos vizinhos se desloquem juntos deles para a realização conjunta. Para a candidatura obrigatória à iniciação das interessadas basta aparição do primeiro ciclo menstrual considerado como condição *sine qua non* para os seus primeiros caminhos amorosos. Assim, enquanto instituição, são levadas a participar num ciclo educacional comunitário de índole cautelar com uma semana de duração, em qualquer lugar e período do ano, cujo processo começa com a mobilização da captura das candidatas em quantidade variada avisadas com alguma antecedência. Segue-se a inspecção da virgindade feita por mulheres idóneas da linhagem uterina. Havendo detenção de fraudes consubstanciadas em gravidez precoce ou simples perda da virgindade, já não se exercem represálias morais como antes. De igual modo, deixou de existir a prática dos cânticos obscenos durante os rituais, mais há coisas feitas apenas quando alguém se recorda. Havendo imprevistos na organização considerados graves permitem a prática de algumas repressões sem fazer recurso aos tradicionais castigos (Altuna, p. R.R.S.A., 1993:280).

O facto de todo o processo se direccionar à preparação da vida marital faz com que, de acordo com os preceituados, as cerimónias do último dia dão liberdade à púbere, conhecida por *Makunga*, de ser pretendida por algum rapaz pois, o período seguinte até ao matrimónio é de relativa liberdade amorosa. A *efiko* passa a ser “*uma instituição de carácter regulador, abrangendo normas e leis de comportamento das raparigas* (Íbid., 291) com o objectivo de emancipar a mulher *kuvale* preparando-a como futura esposa-mãe e o consequente enquadramento comunitário.

O penteado é elemento característico da iniciação feminina em todos os grupos etnolinguísticos de origem Bantu no sul de Angola. A sua execução peculiar, exigente em termos de perícia e estética por causa da nítida expressão artística, distingue uma fase da outra entre os rituais de passagem durante os cinco dias das cerimónias e representa os vários momentos por que passa a adolescente para a idade adulta. As pontas das tranças podem ser apetrechadas de botões presos em linhas coloridas e cruzada missangas coloridas. Do pescoço parte um outro colorido de missangas que desce pelo peito e cruza as mamas germinantes. Na cintura e nos pulsos, como também em volta dos tornozelos, idem. A exteriorização das pontas das mamas é um princípio da estética feminina em idade púber e mas também serve de atracção dos pretendentes. Durante a iniciação, a grande preocupação fica mais nas constantes mudanças de penteados para mostrar que a núbil está a transitar de fase para outra e é nestas mudanças que as mães uterinas passam a informação sobre a vida sexual, a maternidade, a relação com o marido, a vida doméstica, a higiene e saúde preventiva, a relação com os parentes do marido, etc.

Apesar do seu maior impacto psicossocial sobretudo no relacionamento com o sexo oposto e com os não iniciados, o *ekweje* parece ter perdido os seus profundos valores muito mais cedo que a *efiko* por ser oneroso, inflexível, fechado e estar relacionado com as instituições secretas, políticas e mágico-religiosas pois, ao contrário do que se pensa não se limita somente na circuncisão. Passa por todo “*um conjunto de ritos e de técnicas que transforma o homens*” (Cfr. Altuna, 291). Além de se apresentar como o mais chamativo desta cultura em descrição se revestia dum claro significado e da mais vistosa exterioridade. “*Como situa os jovens no seu lugar dinâmico da vida cultural, social, política e religiosa do grupo*” tal como descreve o padre Altuna (op. cit. 303). Daí o preconceito de que quem não passou por ele não está emancipado, não é considerado homem “puro” e o seu lugar no *Ocoto* se restringe.

À semelhança da iniciação feminina, o *ekwenje* foi sempre de uma finalidade prática. O iniciado abandona definitivamente a infância e prepara-se para a fase adulta, sendo um bom chefe de família e fiel servidor da comunidade. Esta instituição adquire um valor pedagógico eficaz por estruturar a personalidade masculina para toda a vida (Íbid., 303). É, deveras, uma escola alongada por várias etapas de instrução teóricas e práticas através da oralidade resultante das experiências das gerações mais idóneas. Além do cântico, da música, dança e arte, das terapias medicinais, natação e desportos, exercícios militares e caça, através das tradições orais aprendem a ética, religião e a moral, as noções de administração comunitária, educação física, sanitária e higiene, a etno-história, a pastorícia, inculcem a bravura, o heroísmo, o espírito de justiça, sacrifício, camaradagem, irmandade, etc., e, segundo Altuna, assim “*a criança fica preparada para perpetuar e manter a tradição*” (Íbid., 441). Sujeitavam-se a outros tipos de prova como a de capacitar o adolescente ao espírito ajuda mútua, paciência, independência, sobrevivência, gratidão e de reconhecimento, decisão em momentos críticos, amor ao próximo, etc., praticavam-se também os exercícios de agilidade e rapidez na execução de trabalhos. No final, ainda, aprende-se muita coisa. Além de rudimentos educacionais

sujeitavam em aprender como fazer «*brandir a azagaia*», o que na altura era um atentado ao regimento colonial. Os exercícios eram geralmente de provas de coragem e de destreza, movimentações arriscadas, procura de objectos impossíveis de encontrar, provas de amizade e de solidariedade em momentos mais difíceis, prática de natação em qualquer altura, de noite ou não como em qualquer lugar onde exista suficiente água para tal sem olhar nas condições, pescas e travessia de rios durante a noite. Pernoitas sobre lugares críticos, saltos aos obstáculos como troncos, rios e lugares falsificados, etc., paralelamente ao castigo como prova de resistência a qualquer falta cometida desde à chibatada aos outros métodos muitas vezes fatais.

Baseada numa autêntica prova de tipo “espartana”, o *ekwenje* tinha como momento mais decisivo a ablação do prepúcio a sangue frio, no segundo dia das cerimónias como prova de sacrifício, mas, também, como celebração do pacto com os ancestrais através do jorrar do sangue que penetra na terra ao encontro deles. Com os gritos e as batucadas em mistura, o processo integral deixou de ser longo, cerca de um ano, para semanas, por razões económicas. As batucadas tinham a função de não permitir que os gritos dos púberes não ultrapassem as barreiras necessárias. Esta era sim a escola da vida porque permitia que o adolescente penetrasse nos mistérios colectivos da comunidade. O ritual inicial era de todo um outro mundo onde experimentavam viver a sua religiosidade na mais profunda essência. O sangue que cai para a terra ancestral, a gritaria, os vários instrumentos terapêuticos, a vegetação medicinal, a obscenidade praticada pelos pais uterinos, seus tutores, enfim, tudo fazia parte de um novo mundo experimentado.

Os púberes separavam-se do resto dos membros da comunidade para lugares afastados e sagrados onde os candidatos ficavam impedidos de contactar outras pessoas não ligadas ao processo mesmo sendo parentes. Os respectivos acampamentos eram constituídos por cabanas de ramos de árvores ou palha toscamente feitas por eles próprios no primeiro dia das jornadas. Sendo tradicionais obedeciam o formato cónico e uniforme semelhante aos acampamentos residenciais *Helelo*. A preferência pelos lugares ao longo de rios não era casual. A boa sombra e a água eram os motivos principais. Um sítio de ramagem densa, por exemplo, ajudava a evitar «os olhares profanadores». A dieta era bastante exigente: no mínimo um boi era em cada amanhecer. Em tempo de abundância comia-se muita carne de vaca com o leite azedo e bebia-se livremente a *mbulunga*. No entanto, a festa continuava logo que o regresso se efectuava altura em que as mães preparavam as oferendas das boas vindas aos filhos. O habitual sacrifício de animais e a respectiva bebida acompanhadas da batucada harmonizavam animadamente as restantes noites onde todos os membros da comunidade participavam alegremente sem discriminação, por terem chegado os adultos que muito recentemente eram crianças tal como diz Altuna que “*para nós africanos, o matrimónio é o centro da experiência é o lugar de encontro de todos os membros de uma comunidade: os defuntos, os vivos e os que ainda não nasceram* (op. cit, 445) porque ser um membro comprometido com da comunidade, procriar e produzir era tudo o que estava em frente.

2. O palimpsesto do ritual e a singularidade *kuvale*

A singularidade dos *kuvale* não se deve tanto ao facto de serem pastores, mas de serem portadores de uma economia do leite em que o estigma da abundância nem por isso significa abastância do grupo. Carvalho refere-se-lhe como ‘tanto boi-tanta fome’ já que haveria alguma dificuldade em trocar os referidos bois por milho (Carvalho 1997, 17-18).

No seu livro *Kurikutela – nos caminhos de Angola*, Mulemba reporta-nos à narração de um episódio revelador da identidade étnica *kuvale* no que concerne aos rituais do casamento entre membros da mesma comunidade. Situada temporalmente em 1959, o autor – que terá vivido catorze anos no sul de Angola, incluindo também a fronteira de *Oxivango* – dar-nos-á conta do convite recebido para assistir a um casamento ‘*mucubal*’, termo quiçá depreciativo para *kuvale* que, terá surgido das incursões de razias, espoliações e saques dos séc. XIX e XX desencadeadas por povos Ovimbundu do planalto por causa do gado e na sua dissertação, Carvalho dá conta da relação com a guerra,

chamada Kokombola, a de 1940-41, que quer dizer a guerra geral, total, ‘mundial’, como me foi referida por um informante escolarizado. É essa guerra que no tempo colonial ficou conhecida como a ‘guerra dos Mucubais’, referência que ainda hoje é utilizada nos meios envolventes. (Carvalho 1997, 20),

De acordo com a narração – e porque é importante contextualizar antes de passar ao cerne deste capítulo – os ‘*Mucubais*’ são conhecidos pela sua bravura, espírito de justiça e tradições. Acresce ainda a informação sobre os pontos geográficos do país em que se situam (zonas semidesérticas e arbóreo-arbustivas compreendidas entre os contrafortes das serra da Chela e Moçâmedes), assim como a referência à seminal importância da *mutiati*, sendo que esta árvore é o manancial de fonte de energia para esta população, “onde o *mucubal* procura energia, traduzida em sabedoria, saúde, riqueza e justiça” (Mulemba s/d., 35). Recorde-se também que este povo se dedica à pastorícia no contexto de um clima semidesértico onde raramente chove, e apesar de semi-nómada, possui a sua residência ao longo dos escassos rios secos, coabitando sob a frondosa copa das *mulembas* (árvores). A importância do batuque nos rituais é de vital importância, quer nas instituições de passagem da vida púbere à vida adulta, como também nos casamentos; segundo o que nos informa Mulemba, “o tambor é o telex da floresta” (s.d., 35) e a sua compassada melodia serve como complemento melódico às funções *oficiais* – sempre presididas pelo *soba* tais como nascimentos, funerais e casamentos, entre outras. (recorde-se os rituais de circuncisão dos jovens iniciados e a função do tambor como factor amenizador da dor).

O narrador não deixa de realçar o quanto estas *performances* associadas ao domínio do ritual são vitais em termos de relevância já que se inscrevem no cumprimento dos ritos e costumes dos *kuvale*.

Partindo do Bruco – uma pequena e isolada região de cariz agrário pertencente aos Tchivinguiro, o narrador e Cachapa – cujo primo iria casar num sábado próximo – partem à aventura para fazer vinte e cinco quilómetros até Kapangombe, local onde ocorrem os festejos matrimoniais. Mas até chegar ao Real Cayonde, caminham devagar – “*porque o tempo não conta*” (Mulemba s/d., 36) – e só depois descem os contrafortes da serra, tendo também atravessado uma garganta de dois quilómetros, a mais imponente e estreita que até ali tinha sido vista. Entre paredes rochosas de onde a água escorre e as avencas e os fetos proliferam até aos quartzos hialinos.

A zona ‘*mucubal*’ anuncia-se pelas cubatas cónicas, construídas com ramos desfolhados e cobertas com bostas de gado bovino, pelos *sambos* e pela sementeira de *masango* e *masambala*⁷⁸. Afirma-nos ainda o autor que o número de *kuvales* é bastante reduzido, pelo que a preocupação com a taxa de natalidade é uma prioridade. Há que escolher bem a noiva – e o próprio noivo é testado relativamente à sua *performance* sexual porque se espera que a mulher deverá ter muitos filhos como é característico na cultura Bantu.

Chegados ao local das reuniões – caracterizado por ser de terra batida e ter vestígios de ter sido varrido frequentemente, para além dos vestígios de cinza resultantes de anteriores fogueiras – são recebidos com um bater duplo e rápido de palmas, a saudação tradicional *kuvale*. Tal gesto constitui-se como a aprovação dos visitantes por parte da comunidade e o gesto repete-se como um cumprimento ritual de aceitação do *outro* em território marcado distintamente por uma fronteira étnica, seguido da degustação de comida em comum – o que implica a total aceitação no grupo.

À semelhança da inspecção da virgindade no decurso da iniciação feminina, a singularidade do ritual *kuvale* é marcada pela prova de virilidade do noivo, levada a cabo pela mãe mais velha uterina da noiva (note-se a importância da mulher nesta função) que irá dar o veredicto acerca da aceitação do noivo. É através da sua experiência sexual enquanto mulher que esta mãe na perspectiva matrilinear testará o noivo nas suas competências sexuais.

Esta prova é essencial para a consumação do casamento. Acresce que, simbolicamente, o noivo terá ainda de resgatar a noiva ao grupo das mulheres, simulando raptá-la.

2.1 A cerimónia e os estados de liminalidade

A cerimónia do casamento propriamente dita começa com a batucada conferindo grande protagonismo ao noivo que será submetido a um outro ritual que lhe confere a credibilidade para desposar a noiva, ou seja, o noivo será submetido ao ritual de uma nova iniciação em que singularmente, o elemento que o inicia será a sogra mais velha.

⁷⁸ Respectivamente sorgo e painço.

A escolha do elemento iniciador recai não só no âmbito do género como também com base na idade (e experiência) porque, segundo a tradição “ele [o noivo] deveria, na noite anterior à do seu casamento, dormir com a sogra mais velha para que ela confirmasse a sua virilidade” (Mulemba s/d, 41).

Se a chegada de um pequeno grupo *kuvale* se anuncia com a batucada, tal atitude sofre um revés à chegada do noivo, uma vez que a sua presença convida a um silêncio reverencial e profundo. Este é o momento do veredicto esperado por toda a comunidade, já que a sogra mais velha irá confirmar – ou não – acerca da sua virilidade. O relato é pormenorizado e se o veredicto for favorável, há “*uma explosão de alegria acompanhada pelo rufar dos tambores (sic) e o som das marimbas*” (Mulemba s/d., 41). O silêncio que caracterizou o momento da audição do veredicto não voltará a repetir-se. Igualmente se o veredicto for negativo, o noivo, para além de não consumir o casamento com a noiva, será convidado a sair da cerimónia que se presume findar deste mesmo jeito.

A análise levada a cabo a estes rituais *kuvale* parece demonstrar que, se os rituais de iniciação da idade púbere à idade adulta podem ser comuns aos rituais de outros povos africanos particularmente de origem etnolinguística Bantu – ou não – a prova de virilidade parece ser minimamente singular. Com efeito, esta singularidade remete-nos para uma sub compartimentação do suplemento étnico angolano – a existir – uma espécie de elemento exótico interior, em que o traço distintivo de etnicidade provém do próprio interior.

Os rituais de iniciação dos púberes referidos são exemplos práticos de *performances* altamente ritualizadas, ou seja, caracterizadas pela sua previsibilidade. “*(...) calculated in advance, part of the show and each show - of theatre, sports, ritual - is a palimpsest collecting (...)*” (Schechner 2003a, 264-265) e podem ser articuladas de duas formas diferentes: “*the study of performance revolves around two basic categories whose simple yet profound difference is expressed in the little words ‘is’ and ‘as’*”, sendo que teatro, *performance art* e outras formas de *performance* estética e de recriação (incluindo circo) encaixam muito confortavelmente na categoria que Schechner traçou para os eventos articulados com ‘is’ (Auslander 2003, 2-8).

De acordo com Van-Gennep (1960), o que se verifica é que o procedimento é descrito de forma similar em rituais idênticos.

A *efiko* (iniciação feminina), também designada como *ekunga* ou *okufekālā* e o seu correspondente masculino, o *ekwenje* (iniciação masculina) são rituais de iniciação à vida adulta em que o elemento despoletador da separação é o sangue; ora o sangue menstrual na rapariga ora a circuncisão no rapaz. Tal significa que “derramar sangue” (particularmente na “terra-mãe”) vai dar lugar à primeira fase da iniciação que se caracteriza pela separação – também designada como fase preliminar. “*All the rites which include the act of cutting (...) hardly present material for discussion. I have explained circumcision as a rite of separation*” (Van-Gennep 1960, 166).

Assim, separados dos restantes membros da comunidade, os púberes vão para locais isolados onde não podem ter contactos com os restantes membros da comunidade. Não devem ser “vistos” ou “olhados” por olhos profanadores porque o rito implica uma passagem de território e, habitualmente, as passagens têm um carácter mágico.

Entrar numa cabana implica passar uma porta e estas são “*the boundary between the foreign and domestic worlds*” (Van-Gennep 1960, 20). Sendo as portas fronteiras entre «mundos» (o mundo desconhecido representado por aquilo que é *estrangeiro* e o mundo familiar do púbere, o *doméstico*) – e acrescidas do sinal do sangue, “*the threshold is sprinkled with blood or with purifying water*” (Van-Gennep 1960, 20) – os candidatos são forçados à solidão para passar a prova. Esta é uma espécie de morte metafórica e a morte, tal como o nascimento, impõem este condicionamento: são provas individuais tal como descreve Altuna (1993).

O período de iniciação que pode estar condicionado temporalmente ao género do candidato ou actualmente a vicissitudes da vida moderna, constrangimentos económicos ou outros, correspondem ao estágio liminal em que o candidato deixou de ser criança mas não é ainda um adulto. Na realidade, o púbere encontra-se numa fase de caos primordial em que se germina a *tabula rasa*, o *ground zero*, através da remoção daquilo que foi dado como adquirido em termos de forma e limite.

Os períodos liminais são aqueles que se povoam de monstros, incongruências, anormalidades que não se inscrevem no âmbito institucional: é o momento do Carnaval em que as posições e valores se podem inverter. Este é também o momento do silêncio reverencial. Segundo Schechner, “*transportation*” ou “*transformation*” cabem na fase liminal, de acordo com a estrutura apresentada por Van Gennep. Contudo, quando o *performer* consegue *transportar-se* com excelência para a liminalidade, os restantes espectadores – a existirem – seguem-no. “*Performer training focuses its techniques not on making one person into another, but in permitting the performer to act between identities: in this sense performing is a paradigm of liminality.*” (Schechner 2003a, 267).

O regresso à comunidade como adulto marca-se pelo ribombar da batucada, as acções de boas vindas, a comida e as bebidas fermentadas, indutoras de estados de euforia. É já a fase de incorporação na comunidade, o estágio pós-liminal em que o retorno à comunidade faz-se através da mesma porta que ofereceu fronteira ao mundo mágico dos ritos.

É curioso notar ainda que, no caso das candidatas femininas, o penteado (o entrançado) determina os rituais de passagem, ou seja, o cabelo desempenha aqui um papel primordial. É através da constante mudança de penteados que a núbil transita de uma fase para outra. Acresce o efeito estético das missangas, quer nos cabelos quer nos pulsos, cintura e tornozelos. Na realidade, os ritos de passagem da rapariga destinam-se quase exclusivamente a prepará-la para um outro ritual: o casamento e consequentemente a maternidade.

Ritos que envolvem o cabelo tem sido objecto de estudo de vários antropólogos, mas na realidade, o “sacrifício do cabelo” inclui duas operações distintas: por um lado o corte do cabelo, por outro lado, a dedicação e consagração (ou sacrifício) do mesmo.

To cut the hair is to bind oneself to the sacred world; to dedicate the hair is to bind oneself to the sacred world and more particularly to a deity or a spirit / with whom kinship is in this way established. (Van-Gennep 1960, 166-167).

Todavia, na descrição de Mulemba acerca do casamento “mucubal”, este refere uma outra *performance* de carácter ritual que se circunscreve à chegada dos convidados ao território *kuvale* e sua aceitação por partes destes na comunidade. As passagens entre territórios são igualmente marcadas por rituais já que está em causa “*this magic-religious aspect of crossing frontiers*” (Van-Gennep 1960, 15).

Afirma-nos ainda este autor que a fronteira entre territórios pode ser marcada por um objecto, um portal, uma pedra erecta cuja presença no local pode ser acompanhada de ritos de consagração.

A aceitação do visitante ou convidado no território do outro é, regra geral, acompanhado de comida ou do acto de “comer em conjunto”: esta é frequentemente a marca da aceitação. Ora, os convidados ao chegar ao território *kuvale* são recebidos com palmas. (bater as palmas duas vezes), gesto marcadamente visual mas também auditivo. O barulho provocado pelas palmas das mãos a bater pode significar que esta travessia de fronteiras de carácter mágico-religioso carece da aceitação por parte da divindade da comunidade ou do seu totem, pelo que, ao bater-se as palmas se chama “a entidade” para que ela dê o seu consentimento na entrada. No caso descrito, é o pai da noiva que vem receber os convidados e bate também ele as palmas – gesto que é repetido pelos convidados. Note-se que seguidamente surge a comida como sinal de boas-vindas ao território *kuvale*.

“*Different cultures mark boundaries differently*” (Schechner 2003, 70).

Relativamente às questões rituais e às performances por elas envolvidas, todo o procedimento descrito envolve ritos de passagem. Ao considerarmos quer as teses de Van Gennep, quer as de Victor Turner, estamos perante os ritos de separação, de transição e incorporação sendo que os ritos de passagem, teoricamente incluem as fases pré-liminais, liminais e pós-liminais mas “*in specific instances these three types are not always equally important or equally elaborated*” (Van-Gennep 1960, 11).

Van Gennep: ritos de separação Ritos pré-liminais	Van Gennep: ritos de transição Ritos liminais	Van Gennep: ritos de incorporação Ritos pós-
---	---	--

		liminais
Representam a morte metafórica, a iniciação do indivíduo que é forçado a deixar uma determinada rotina para trás.	A criação da <i>tabula rasa</i> (o <i>ground zero</i>) através da remoção daquilo que anteriormente foi dado como adquirido (formas e limites)	O novo indivíduo que é reincorporando na sociedade com uma nova identidade como um “novo” ser.

O interesse pelos *kuvale* não tem sido meramente etnográfico. A literatura angolana tem espalhado e tratado de forma simbólica algumas personagens deste grupo etnolinguístico, trabalhadas por escritores de onde se destaca Augusto Bastos, Pepetela, com o seu romance *Yaka* e Ruy Duarte Carvalho, com *Vou ali ver pastores*.

No primeiro caso, a personagem Kangombe, um *mucubal*, caçador experiente, dócil e com características humanas, vivendo no sertão do mundo colonial português é percebido através do olhar do colonizador numa visão amputada que lhe confere um protagonismo reduzido mas que corrobora o mito do “bom selvagem”. Em suma, a visão do *outro*, quicá exótico, mas protector face aos portugueses – nomeadamente à personagem de Nestor, de origem portuguesa, oriundo de famílias brasileiras.

No segundo caso, ainda em contexto colonial e no seu espaço envolvente, (Moçâmedes e Kapangombe), o *kuvale* representa uma postura de rebeldia face ao colonizador ao desejar preservar a sua identidade e cultura, acrescido do testemunho da opressão do colonizador na dialéctica colonizador/colonizado. Informações suplementares acerca do subgrupo étnico vão surgindo em notas de rodapé.

No terceiro caso, e por via da sua situação pessoal, o autor viveu mesmo em Moçâmedes, tendo tido um contacto privilegiado com a cultura *kuvale* desde 1992.

Num trabalho precioso da alteridade, começa por nos dizer como o *mucubal*, ainda hoje assim chamado, é visto por outros grupos etnolinguísticos, num estado independente do qual também é parte. O *kuvale* é ainda o ladrão de gado, aquele que não quer participar numa economia organizada, o que acha que a terra é toda dele, o que nada teme, o que não gosta de trabalhar, o que também é tributário dessa alteridade que os coloca externamente ao nós e os torna distantes. Sempre marginais ao poder instituído, vêem-se apenas usados nas festividades da província ou do país, como atracção exótica, actuando mediante olhares distanciados e indulgentes, por também eles serem angolanos. (Costa 2010, 16).

Mas Carvalho desmonta também o preconceito relativamente a esta imagem justificando e expondo “*todo o processo de afastamento de que os kuvale foram alvo, sendo empurrados para territórios, paulatinamente, mais inóspitos*” assim como “*lhes tiraram o gado, sua fonte de riqueza e elemento essencial na sua identidade cultural*”

(Costa 2010, 16). Menciona ainda que todas as espoliações sofridas entraram em linha de conta na desarticulação do seu modo de vida e na relação com o seu meio ambiente. Ao reabilitá-los, integra-os numa identidade angolana, transferindo a alteridade dos *kuvale* como o “outro” para o conceito aglutinador do “nós”, angolanos.

Na realidade, o silêncio dos próprios *kuvale* é uma constante em qualquer uma das três abordagens, mas os autores “emprestam-lhes” a voz, construindo um simbolismo em redor deste subgrupo étnico, ou seja, o discurso histórico é assim substituído pelo discurso literário. Costa conclui que para Bastos, o outro (*mucubal*) deveria ser atraído até ao leitor, inaugurando-se assim uma espécie de proto nacionalismo assente no reconhecimento da especificidade; para Pepetela, o outro é uma parte do ‘nós’, em busca da construção de uma nacionalidade; para Carvalho, o outro tem estado sempre inserido no ‘nós’ e na relação que estes têm com o próprio território pelo que a sua postura é a de reflexão acerca da construção nacional e da forma de lidar com os ‘fantasmas’ do antigamente (incluindo a pressão constante que sofreram com a guerra durante cem anos – 1840-1940).

Não parecem restar dúvidas acerca desta inclusão dos *kuvale* na entidade angolana, contudo, continuamos a ter relatos sobre as suas raízes e tradições através de um olhar exterior – seja do próprio angolano ou não. Mesmo a personagem Mulemba que relata o casamento *mucubal* não deixa de ser um convidado. O que relata aponta para uma singularidade no mundo das tradições e rituais dos *kuvale*.

Devemos presumir que a voz *kuvale* diria algo de diferente?

3. União itinerante: a singularidade dos *Mosuo*

Poder-se-á sempre argumentar que as sociedades matriarcais já se extinguíram e não constituem uma realidade senão na memória dos tempos históricos muito antigos, recheados de artefactos comprovativos (como a Vénus de Willendorf, datada de 26.000 a.C.) deste tipo de sociedades mas, e ainda na actualidade, relembra-se a existência dos *Mosuo*: o seu exotismo - também designados como *Yongning Moso* - uma etnia chinesa que habita nas férteis margens do Lago Lugu, situado a uma altitude de 2600 metros acima do nível do mar, na fronteira do território entre as Províncias de Yunnan e Sichuan, na China, é bem conhecido do ocidente através do sensacionalismo jornalístico e turístico, para além dos diversos estudos antropológicos chineses que consideram esta etnia como um verdadeiro “*um fóssil vivo*”. Conotados como uma sociedade de matriz matriarcal, os *Mosuo* caracterizam-se também pelas suas instituições matrimoniais – ou mais precisamente pela ausência delas.

A sociedade chinesa tradicional – ou seja a maioria étnica, os *Han* – está estruturada socialmente em famílias de linha patrilinear, aliás de acordo com os princípios e fundamentos Confucianos que sustenta a superioridade do homem em relação à mulher. (Fairbank and Goldman 1998, 51). Para além disso, “*the family was the most important*

unit of organization in both agricultural production and business operations” (Yang 1965:5, 138). O propósito do casamento é a produção de herdeiros masculinos, porque as raparigas, logo que chegam à idade núbil, destinam-se à casa dos sogros onde permanecem como se fossem propriedades destes, excluídas da vida pública e sem qualquer rendimento ou capacidade cívica.

Por sua vez, os *Mosuo* são uma minoria étnica habitualmente rotulada como sendo de linha matrilinear em que as crianças, após o nascimento, pertencem logo à família da mãe e aí são criadas em conjunto (Hua 2001, 121). Para além desta estruturação face aos costumes dos *Han*, o que parece realçar a singularidade é a assumpção da sua sexualidade num sistema designado como *tise*, ou seja, aquilo que Shih identifica como uma forma cultural institucionalizada de “união sexual” que se caracteriza por não ser contratual, obrigatória, e exclusiva: numa perspectiva transversal a muitas outras culturas, este padrão representa a singularidade relativamente à institucionalização do casamento como forma reguladora de união sexual, assim como de tutoria dos filhos e regulação da propriedade do casal. É uma forma de ‘casamento itinerante’ (*walking marriage*) em que os homens visitam as mulheres durante a noite (depois de terem sido seleccionados previamente pelas mulheres que os convocam) mas que regressam de manhã à sua própria casa. Estas uniões não envolvem coabitação, não estão limitadas pela faixa etária dos envolvidos, sua posição social ou identidade. Também não pressupõem julgamentos morais, legais, económicos ou quaisquer outros (Shih 2010, 77-79). Cada parceiro pode ter relações sexuais com outros parceiros ou terminar o relacionamento sexual quando quiser e sem dar grandes explicações.

Relativamente às crianças que nascem destas uniões, as mesmas podem mesmo nem nunca chegar a saber quem é o seu biológico: “*children resulting from walking marriages usually grow up in their mother's household, with the maternal uncle playing the closest role to a father figure in a child's life* (Shih, 2010). O tio materno, o *ewu*, desempenha um papel fundamental na gestão da casa das mulheres já que a seu cargo está a representação da figura paterna para as crianças que aí habitam. Na casa das mulheres, o *yidu*, são os irmãos da mãe e as mães das mães dos irmãos, *apa*, que desempenham as funções de “pais e avós sociais”. As irmãs e os irmãos desempenham o papel de mães e pais sociais das crianças, simbolizando os dois pilares principais que suportam a estrutura da casa principal, *yimi*.

Outra das diferenças marcadas pelos *Mosuo* tem a ver com a posse da propriedade que pertence colectivamente a todos e por todos é herdada, ao contrário da tradição dos *Han* em que a propriedade nunca pertence à mulher.

Do ponto de vista sexual, a mulher desempenha um papel preponderante já que é ela que escolhe o(s) parceiro(s) para efeitos de relação sexual e, de alguma forma, também o parceiro que a engravidará, a menos que a sua opção recaia sobre vários parceiros durante o período de fertilidade. De resto, o homem também não possui qualquer responsabilidade paternal sobre qualquer uma das crianças nascidas – querem seja biologicamente sua ou não. Cabe pois à mulher a selecção do homem – ou homens. Esta

sua prerrogativa, associada ao facto de o seu filho pertencer à família materna, criam a singularidade nos rituais étnicos dos *Mosuo*.

Acresce ainda que “*likewise, the walking marriage, matrilineal society, and their educational practices allow for them to remain socially and culturally isolated*” (Hua 2001). A comunidade rejeita padrões educacionais formais e institucionais e confia nas famílias nucleares para a transmissão do conhecimento e das práticas pedagógicas. As crianças recebem uma educação que reforça os valores culturais da própria comunidade. Relativamente à união homem/mulher, “*in these relationships, men and women enjoy complete equality in all interactions*” (China Daily: 2009).

4. O suplemento étnico: os exotismos interiores e o exotismo de retorno – algumas considerações finais

Quer os *Kuvale* em Angola quer os *Mosuo* na China gozam da prerrogativa de singularidade nos seus rituais e tradições étnicas. A mulher parece ser o elemento inovador no ritual, inscrevendo a singularidade na multiplicidade.

Se para os *Kuvale*, a sogra mais velha testa a virilidade do noivo, as mulheres dos *Mosuo* escolhem os parceiros que com elas interagem sexualmente numa estrutura de “casamento itinerante” em que os homens “viajam” literalmente até aos quartos destas. Se querem engravidar, são as mulheres que escolhem os parceiros e as crianças são uma espécie de “oferta” à própria comunidade, mas pertencendo sempre à família da mãe – na realidade, a única que pode comprovar a sua consanguinidade.

Para os estudos Chineses que têm a considerar cinquenta e seis etnias no seu território, o suplemento étnico – o “*Chineseness*” - frequentemente traça uma linha imaginária entre a China e o resto do mundo. Para além disso, conforme afirmado por Chow, estas realidades voláteis de etnicidade acabam por se tornar parte, inevitavelmente, dos estudos chineses modernos, pelo que o rótulo de “*Chinese*” deve ser repensado já que o seu estatuto se tem mantido como não teorizado e frequentemente considerado como um dado adquirido. (1998, 7).

Similar posição poderá ser tomada face à identidade angolana e aos seus suplementos étnicos (de nove grupos), a sua “angolanidade” - provavelmente um termo já gasto e usado pejorativamente para esconder um discurso dominante e centralizado.

Com efeito, na China, a etnicidade tem funcionado numa base discursiva nacionalista, colonialista e até racista por parte do poder central. É a substituição de um poder pelo outro, funcionando como um discurso dominante. Há que considerar não uma estrutura central mas sim várias que fazem parte do mesmo todo.

Should we from now on simply speak of Chineseness in the plural -as so many kinds of Chineseness-es, so many Chinese identities?” (Chow 1998, 24) ou, pelo contrário, considerar “a positive conception of the ethnicity of the margins, of the periphery?” (Chow 1998, 8).

Relegadas para as margens estão, nos casos apresentados, quer os *Kuvale* quer os *Mosuo*, rotuladas pelo poder central como uma espécie de objecto exótico de interior que serve para atrair turistas e fazer dinheiro. A política de “exotismo cá dentro” conduz frequentemente a fenómenos de exotismo de retorno em que, os objectos exóticos, numa tentativa de defender a sua identidade, produzem *performances* especialmente concebidas para os ávidos “olhares do exterior” (e muitas vezes do próprio interior). É o exotismo de exportação, uma estratégia de auto-exotismo,

The self-exoticism strategy is absolutely not an exotic manifestation but a mise en scène, therefore a fraudulent performance. Feeling his identity at risk or even jeopardised, the exotic object perverts his performance and presents another exotic product – which does not correspond to his real Chinese cultural diversity. This “reversed exoticism” relates to what the West wanted to see and the Chinese wanted to be seen. (Santos 2013, 40).

Assim, a noção de *Chineseness*, tal como a de Angolanidade deve ser implícita e explicitamente desconstruída e criticada, compreendida como “um significante aberto” aos estudos da identidade Angolana, portadores de todas as suas especificidades étnicas. É na diversidade que se constitui a riqueza pelo que só o estudo apurado e reflexivo – quer da ficção, da teoria ou da história étnica – conjuntamente com estratégias de finalidade cultural pode reescrever e reavaliar os significantes abertos da etnicidade e reconstruir, não o(s) *outro(s)*, mas sim o *nós*. Por outras palavras, se para o substrato étnico chinês, Chow cunhou o termo de “*Chineseness*” como um traço distintivo – mas multidisciplinar – daquilo que representa “ser chinês”, para o angolano e sua construção de identidade, os *kuvale* podem ser um dos muitos exemplos da sua “angolanidade”, percebidos não como uma etnia ou identidade de periferia – e obviamente objecto de um discurso nacionalista, de poder que se assume como estando no centro – mas como fazendo parte de um todo.

Para que tal seja viável, são os próprios eruditos e académicos angolanos que deverão lançar o repto e, numa perspectiva multidisciplinar, encetar o capítulo dos estudos de cultura angolanos, com base na ficção produzida por autores angolanos, nas fontes históricas e demais materiais recolhidos “em campo”, com óbvio destaque para a tradição oral. Porque a cada momento que uma tradição se perde, é um bocado da identidade que se perde.

Bibliografia

ALTUNA, Pe R. R. S. de Asúa 1993. *Cultura tradicional Bantu*, 2ª ed. , Secretariado arquidiocesano de Pastoral, Luanda.

AUSLANDER, Philip. (ed.) 2003. *Performance – Critical Concepts in Literary and Cultural Studies*, 4 vols. Routledge, N.Y.

CALEY, Cornélio 2005. *Contribuição para o pensamento histórico e sociológico Angolano (intervenções e reflexões)*, Editorial Nzila, Col. Ensaio 39, Luanda

CARVALHO, Rui Duarte de. (s/d). *Em quem pensam quem «responde» pelos Kuvale?* Universidade Agostinho Neto. Luanda.

_. 1997. *Aviso à navegação – olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do sudoeste de Angola*, INLD – Instituto Nacional do Livro e do Disco, Luanda

_. 1997 a. *A Câmara, a Escrita e a coisa dita...Fitas, Textos e Palestras*, INLD – Instituto Nacional do Livro e do Disco, Luanda

_. 1998 *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises (artigos e comunicações)*, Editorial Nzila, Col. Ensaio 39, Luanda

_. 2002. “O futuro já começou?”, in *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises (artigos e comunicações)*, Editorial Nzila, Col. Ensaio 39, Luanda

_. 2011. “De águas e areias: um estudo comparativo pelo espaço literário nos romances, o Livro dos Rios, de José Luandino Vieira e Vou lá visitar pastores: exposição epistolar de um percurso angolano em território kuvale (1992-1997)”, in *Revista Ecos*, nº.11, Dezembro, Lisboa

CHOW, Rey 1991. *Woman and Chinese Modernity – The politics of Reading between the West and East*, Theory and History of Literature, Volume 75, University of Minnesota Press, Minnesota, London

_. 1998. “On Chineseness as a Theoretical Problem” in *Modern Chinese Literary and Cultural Studies in the Age of Theory: Reimagining a Field*, boundary 2, Vol. 25, No. 3, pp. 1-24, in <http://www.jstor.org/stable/303586>, [acesso: 05/03/2012]

COSTA, Cátia Miriam 2010. “Da Etnicidade do Simbolismo: Três olhares sobre a etnia Kuvale” in *Guardianes de la Historia y de la memoria: tradiciones, colecciones y otras manifestaciones (in)materiales del período colonial*, CIEA7 #1, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa

ESTERMANN, Carlos 1962. *Etnografia Angolana* (3 vol.). Portugal em África. Revista Cultural Missionária. 2º Série. Ano. VI, 1949. Lisboa

FAIRBANK, J. K. and Goldman, M.: 1998, *China: A New History*, The Belkanp Press of Harvard University Press.

- GOMES**, Armindo Jaime 2007. *As Civilizações Lacustres das Margens do Kupilolo*. Benguela
- GUEBE**, António 2003. *O que eu aprendi no Otchoto*. Kilombelombe, 1ª Edição. Luanda
- HUA**, Cai, 2001. *A Society Without Fathers or Husbands: The Na of China*. New York. Zone Books.
- KANNEH**, Kadiatu 1998. *African Identities: Race, Nation and culture in ethnography, Pan-Africanism and Black Literature*, Routledge, London
- LU**, Yuan and Sam Mitchell. 2000. *Land of the Walking Marriage. Natural History* 109(9): 58.
- MELO**, Rosa, M. A. João 1990. *A Instituição da Efiko nos Nyaneka-Nkhumbi, As suas funções Sociais e algumas tendências de transformação histórica*, Trabalho de apresentação para a obtenção do grau de licenciatura em ciências de Educação
- REDINHA**, José 1961. *Distribuição ética de Angola*, Mensário administrativo n.º 167/172, Jun-Dez, CITA, 5ªed.
- _. 1970. *Etnias e Culturas de Angola*, Luanda, I.I.C.A.
- SANTOS**, Ana de Sousa 1965. *Exposição, Miniaturas Angolanas*. Lisboa.
- SANTOS**, Anabela Leandro 2013. "Squealing bodies, silent minds: Two case-studies: Lam Qua's portraits and Pu Qua's illustrations" in *Face to Face. The transcendence of the arts in China and beyond*, Faculdade de Belas Artes, Lisboa
- SCHECHNER**, Richard 2003. *Performance Theory*, Routledge Classics, NY
- . 2003a. "Performers and spectators transported and transformed" in *Performance – Critical Concepts in Literary and Cultural Studies*, vol. 1, Routledge, pp. 263-290, NY
- SHIH**, C.: 2010, *Quest for Harmony: the Moso Traditions of Sexual Union and Family Life*, Stanford University Press.
- TURNER**, Victor 1969. *The ritual Process – structure and anti-structure*, Aldine de Gruyter, NY
- _. 1979. "Frame, Flow and Reflection: Ritual and Drama as Public Liminality", in *Japanese Journal of Religious Studies*, Dec. 6/4, reproduced from *Performance in postmodern culture*, Madison, 1977), pp. 465-499
- _. 1987. *The Anthropology of Performance*, PAJ Publications, NY
- VAN-GENNEP**, Arnold 1960. *The Rites of passage – a classic study of cultural celebrations*, University Chicago Press, London

POLÍTICA

Os Golpes de Estado como principal meio de subversão. Uma análise comparativa com outros sistemas subversivos.

Mafalda Félix do Sacramento

scmafalda@hotmail.com

Resumo: Os Golpes de Estado têm-se mostrado, ao longo da história, como o principal e mais eficaz meio de subversão ao poder estatal. Já seja pela natureza interna da revolta, ou pela celeridade com que esta se dá, o facto é que neste sistema subversivo denota-se um efeito contagiante, um verdadeiro efeito dominó, que incendeia as massas e promove a repetição noutros Estados.

É nas causas que este estudo se irá centrar. Procuraremos perceber como surge, como se desenvolve, e que consequências práticas pode ter um Golpe de Estado, e tentaremos perceber o que distingue um Golpe de Estado de outros meios de subversão, nomeadamente da Revolução e da Guerra. É depois de analisada essa diferença, que as principais características do nosso elemento em análise surgirão com maior relevância face aos demais.

Palavras-Chave: Golpes de Estado – Guerra – Revolução – Subversão – Sistema Político

Abstract: Throughout History, the “Coup D’État” has shown itself as the main and most effective way of subverting the Power of State. Either resulting from the internal nature of revolt or by the quickness of this subversion, the fact is that in this system of change, we can notice a contagion effect, a true “domino effect” that exalts the masses and promotes the same phenomena to occur in other States. This study will focus on the causes of a Coup. We will try to understand how it comes to be, how it evolves and what are the consequences of a Coup D’État, and we will also try to understand what separates this system from any other way of subversion, mainly Revolutions and War. Only after analyzing this difference will we be truly able to understand what are the main elements that define the object of our study and that differentiate it from all the other systems of subversion.

Keywords: Coup D’État – War – Revolution – Subversion – Political System

Os Golpes de Estado como Principal Meio de Subversão

Os Golpes de Estado têm sido, ao longo da história, uma das formas de subversão mais recorrentes na maioria dos países do globo. Este meio de eliminação da ordem estabelecida, e de alteração dos parâmetros governativos, parte de uma rebelião das bases, que pretendem com o seu acto transformar o sistema e estabelecer uma nova ordem político-social.

Os princípios fundamentais que caracterizam os Golpes de Estado têm elementos que o diferenciam claramente de uma revolução ou de uma guerra. Assim, o golpe distingue-se por ter um carácter marcadamente militar, pela sua brevidade no tempo (já que é sempre de curta duração), e pela necessária mudança de governo resultante do conflito. Pela sua, quase sempre, eficácia, e devido às condições gerais em que tende a desenrolar-se, é um fenómeno que tem tido espaço real em muitos países do mundo, nomeadamente na América Latina e África e, mais recentemente, num núcleo considerável de países islâmicos radicais.

Para melhor perceber o fundamento dos elementos em análise, iremos, ao longo do presente estudo, fazer uma reflexão sobre o conceito base de subversão, indicando alguns exemplos práticos. Acto seguido reflectiremos sobre os princípios do Golpe de Estado como principal meio subversivo, e referiremos as suas principais áreas divergentes com o conceito de Guerra e Revolução.

Os Diferentes Meios de Subversão

Na origem de um golpe de Estado encontramos, como já aqui foi referido, uma situação onde um grupo minoritário intervém com a intenção de derrubar de maneira súbita o governo que desempenha funções num determinado país, recorrendo a métodos de coação, coerção, ou até mesmo à violência. Aqui, o sistema de actuação passa pela rápida intervenção dos agentes do golpe, que seguem uma norma prática que consiste em cercar os edifícios de representação do poder, tais como Sedes do governo, ou os Ministérios, de maneira a se apoderarem dos respectivos representantes do executivo, ficando, assim, em posição de prendê-los, exilá-los, ou até mesmo executá-los como ocorreu a 11 de Setembro de 1973 no Chile (no caso chileno as forças que se rebelaram contra o governo, bombardearam o Palácio Presidencial matando todos os que lá se encontravam). Este cenário tem-se verificado sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, principalmente a partir da primeira metade do século XX, estando na sua origem o crescente nível de descontentamento social e a instabilidade política existente, o que propicia este tipo de ocorrências.

Existem vários meios de subversão a modo de ofensiva de um país a outro, mas o golpe de Estado, ou no seu termo internacional “coup d’État”, é, desde o início do Período Moderno, sem dúvida, o mais comum. Podemos dizer que o conceito de golpe de Estado foi criado após a quebra dos padrões sociais causada pela Revolução Francesa de 1789, que mais tarde deu origem à subida ao poder de Napoleão Bonaparte após o 18 Brumário, sendo este considerado o primeiro golpe de Estado do modelo moderno⁷⁹.

No decorrer de um Golpe de Estado podemos verificar os seguintes episódios: a suspensão do poder legislativo; a prisão de qualquer indivíduo que se oponha a esta iniciativa, ou de qualquer membro do partido do governo derrubado; o intenso apoio de determinados sectores da sociedade civil; instauração de um regime de excepção com a devida suspensão de direitos civis, o cancelamento de eleições e decretação de estado de sítio, estado de emergência ou lei marcial, e a instituição de novos meios jurídicos como decretos, actos institucionais e uma nova constituição para legalizar e legitimar o novo poder estabelecido.

Contudo, e para que num país se dê um golpe de Estado, não tem necessariamente de haver uma força de rebelião contra o governo. Acontece, por vezes, serem os próprios membros ou líderes do governo os que agem contra o sistema, de maneira a poderem aumentar o poder que têm sobre uma nação. A modo exemplificativo observamos o caso do Brasil no ano de 1937 com o governo de Getúlio Vargas, sendo que este declarou via rádio a implantação de um novo regime, ou até mesmo no caso do Perú, em 1992, onde o presidente Alberto Fujimori fez um golpe de Estado com o apoio das Forças Armadas, e dissolveu o Congresso; prendeu a maioria dos líderes partidários, censurou os meios de comunicações, e colocou o Exército nas principais ruas e instituições de Lima. Ou ainda o Presidente Mobutu Sese Seko, que em 1965, fazendo uso do seu posto militar, afastou o Primeiro Ministro do Congo, o líder Taschombe, e autodenominou-se herdeiro espiritual do mesmo, juntando em sua pessoa os 3 poderes do país (legislativo, executivo e judicial)⁸⁰, ou um caso europeu, o do chanceler Adolf Hitler que depois de eleito para este cargo em 1933, autoneomeou-se ditador da Alemanha em 1935, e líder do partido único do país – Partido Nazi⁸¹.

São também comuns os golpes de Estado que resultam em fracassos, os também denominados por “Putsch”, cujas causas variam de caso para caso conforme a situação em que um país se encontra, ou a maneira como o próprio golpe foi feito.

Dentro dos mais famosos golpes fracassados encontram-se o de 9 de Novembro em Munique, na Alemanha, onde Adolf Hitler, líder já aqui dado como exemplo, lidera um golpe contra o governo Bávaro que resultou na sua prisão e na de todos os que nele participaram⁸². O fracasso deu-se devido à recusa de apoio a Hitler por parte do

⁷⁹ HOBBSBAWM, [Eric J.](#), *A Revolução Francesa*, Ed. Paz e Terra, 1996, *Passim*.

⁸⁰ Crise do Congo. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-06-27]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$crise-do-congo](http://www.infopedia.pt/$crise-do-congo)>

⁸¹ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, capítulo 12, pág. 248-288. Ed. Gradiva, Lisboa 2007.

⁸² COBRA, Rubem Queiroz - *NOTAS: Vultos e episódios da Época Contemporânea*. Site www.cobra.pages.nom.br, Brasília, 1999.

governador Gustav Von Kahr e de várias personalidades de destaque do exército alemão, juntamente com outros oficiais. Hitler, surpreendido, mandou detê-los e mais tarde, sem o seu conhecimento, foram libertados e procederam aos esforços para causar o fracasso do golpe.

Outro caso de tentativa de golpe de Estado fracassada, e que ficou célebre na história, foi na data mais recente de 21 de Agosto de 1991. O golpe da linha dura comunista contra o líder soviético Mikhail Gorbachev. A 18 de Agosto, os líderes do golpe, que eram críticos relativamente às reformas liberais praticadas pelo líder soviético (O Glasnot – reformas políticas, e a Perestroika – soma de reformas económicas) detiveram Gorbachev dizendo que este estava doente e incapaz de governar, assim, os conspiradores tentaram formar um governo provisório, contudo não detiveram o Presidente russo eleito popularmente, Boris Yeltsin, que reuniu a oposição ao golpe no edifício do Parlamento russo e, depois de um confronto tenso, o exército pôs-se do lado de Yeltsin fazendo o golpe cair por terra. Gorbachev reconheceu a nova autoridade de Yeltsin e o Partido comunista foi dissolvido. Deste modo foi concedida a independência às repúblicas soviéticas e, em 1992, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deixou de existir⁸³.

Depois de ter percebido as principais causas que abrem o caminho a um Golpe de Estado, é fundamental referir a sua distinção com alguns elementos que, embora parecidos, revelam vincadas diferenças com este conceito de que partimos, por modo a não abrir uma fenda quer permita a interpelação de conceitos.

- Golpe de Estado, Rebelião e Motim. Muitas vezes os golpes tomam a forma de levantamentos militares ou rebeliões. Nestes casos, devem ser distinguidas a partir disso, pois é uma desobediência coletiva de um grupo de soldados contra seus controles naturais, que visa derrubar o governo, ou estabelecer determinadas políticas ou mudanças institucionais.

- Golpe de Estado Revoltas. Estas últimas são frequentemente acompanhadas de distúrbios, causados intencionalmente e espontaneamente, por multidões que preenchem os espaços públicos, desafiando a autoridade, por vezes violentamente. Os motins podem conduzir a situações de [caos social](#), que pode ser explorado tanto por aqueles que promovem golpes de Estado, como por aqueles que procuram defender o poder estabelecido.

- Golpe de Estado e putsch. O termo alemão "putsch" (literalmente, "empurrão") tem um significado muito semelhante ao "golpe", mas geralmente refere-se a tentativas falhadas do Golpe de Estado.

Tendo em conta os elementos aqui analisados, e para perceber o conceito de Golpe de Estado, não nos basta apenas com delimitar o nosso conhecimento às suas causas e efeitos, devemos, em todo o caso, comparar as especificidades deste meio subversivo

⁸³ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, capítulo 30. Pág. 666-702. Ed. Gradiva, Lisboa 2007.

com as relativas aos outros sistemas de subversão de um Estado. Assim, e para ter um conhecimento mais amplo de todos estes sistemas, iremos conceitualizar o **Golpe de Estado** como meio subversivo mais recorrente, em contraposição às práticas levadas a cabo numa **Revolução** (dando especial ênfase a esta, pelas semelhanças aparentes, e por isso case study de maior relevância e interesse), e numa **Gerra**.

A Revolução

A **Revolução**⁸⁴ é uma transformação social no poder ou nas estruturas organizacionais, e que tem lugar num período de tempo relativamente curto. Como diria [Aristóteles](#), e tal e como descreveu em seu dia, há dois tipos de revolução política:

- Completa mudança de uma constituição para outra.
- Modificação de uma constituição existente.

Seguindo estes dois conceitos clássicos, poderíamos dizer que o primeiro corresponde a uma verdadeira revolução, dando passo à substituição e eliminação dos parâmetros existentes, e a segunda ao ideal de evolução, que transforma as lacunas dos meios, instituições e normas estabelecidas, adoptando novas formas governativas que se adequem à realidade do momento.

As revoluções têm ocorrido ao longo da História da Humanidade, e variam muito em termos de métodos, duração e motivação [ideológica](#). Podem dar-se por vias pacíficas ou violentas. Os seus resultados incluem grandes mudanças na [cultura](#), [economia](#) e sociedade, e uma drástica mudança das instituições e ideais sociopolíticos.

Os debates académicos existentes sobre o que constitui e não constitui um foco de revolução são feitos em torno a várias questões. Os primeiros estudos das revoluções analisam, principalmente, eventos na [história da Europa](#) de uma perspectiva psicológica; mas exames mais modernos incluem eventos globais, e incorporam as perspectivas de várias [ciências sociais](#), incluindo [sociologia](#) e [ciência política](#), o que não deixa de fazer todo o sentido, uma vez que todos estes fenómenos estatais são directamente relacionados e observados desde as bases das ciências sociais e humanas que incluem, por sua vez, a política no seu todo. Assim mesmo, várias gerações de pensamento académico sobre as revoluções, têm gerado muitas teorias concorrentes, e contribuíram em muito para a actual compreensão deste complexo fenómeno.

Ao contrário do conceito de “revolução”, o golpe de Estado dá-se apenas quando se reúnem condições excepcionais e que geralmente requerem a participação militar, causando uma súbita mudança de governo por parte de uma minoria, enquanto que uma revolução requer uma intensa participação popular, da sociedade ou das massas, como as ocorridas na Inglaterra com as tomadas de poder em 1648 e em 1688, e como a tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789.

⁸⁴ Do [latim](#) *revolutio*, - "uma volta"

A Guerra

No que ao conceito de **Guerra** se refere, podemos dizer que este é um confronto sujeito a interesses da disputa entre dois ou mais grupos distintos de indivíduos, mais ou menos organizados, utilizando-se de armas para tentar derrotar o adversário. A guerra pode ocorrer entre [países](#) ou entre grupos menores como [tribos](#) ou facções políticas dentro do mesmo país (confronto interno). Em ambos os casos, pode ter-se a oposição dos grupos rivais isoladamente ou em conjunto. Neste último caso, tem-se a formação de [aliança\(s\)](#).

No âmbito da guerra distinguimos, também, a guerra civil, que dá nome a um confronto que provoca uma onda de conflitos armados, programados ou planeados entre facções, partidos ou grupos de um mesmo povo, ou ainda a que ocorre entre povos ou etnias habitantes de um mesmo país. Em termos práticos, no contexto Africano, observamos o caso de Moçambique que após a sua independência em 1975 (consequência directa da Revolução portuguesa de 1974, que ditava a descolonização)⁸⁵ viu-se submergida numa guerra civil que enfrentava o partido no poder, a FRELIMO, à força de resistência RENAMO⁸⁶, e que só finalizou em 1992 com a trégua de paz entre as duas facções. Já no contexto Europeu o caso mais célebre deste sistema de subversão deu-se em Espanha a 18 de Julho de 1936, contra o poder legitimamente instituído, que deu início à guerra civil espanhola⁸⁷ por um acordo entre os militares, o que limitaria a influência do comunismo⁸⁸.

Em definitiva, a [guerra civil](#) é um confronto generalizado, militarmente activo e que se prolonga no tempo entre dois lados de uma mesma sociedade, diferencia-se do golpe de Estado essencialmente pela sua duração, já que o golpe de Estado é súbito e de curta duração (em horas, às vezes em poucos dias).

Para finalizar, é importante referir que na designação dos tipos de guerra encontramos expressões como "guerra económica" e "guerra psicológica" que fazem referência aos confrontos directos provocados pelos pequenos conflitos efervescentes, agudos, com acções igualmente violentas, mas sem o necessário uso de armas. O confronto ou a guerra pode ter motivos [religiosos](#), [étnicos](#), [ideológicos](#), [económicos](#), [territoriais](#), de posse ou de vingança, tal e como a história nos tem mostrado.

⁸⁵ RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 4ª Ed., 2009.

⁸⁶ Moçambique. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-05-27]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$mocambique](http://www.infopedia.pt/$mocambique)>.

⁸⁷ A chamada **Guerra Civil Espanhola** foi um conflito bélico deflagrado após o fracassado [golpe de estado](#) de um setor do exército contra o governo legal e democrático da [Segunda República Espanhola](#). A guerra civil teve início após um pronunciamento dos militares rebeldes, entre [17](#) e [18 de julho](#) de [1936](#), e terminou em [1º de abril](#) de [1939](#), com a vitória dos rebeldes, e a instauração de um [regime ditatorial](#) de carácter [fascista](#), liderado pelo general [Francisco Franco](#), que durou até 1947. Veja-se ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, *Historia de España*, ESPASA, volume 10.

⁸⁸ MONTERO, Feliciano e TUSELL, Javier, *Historia de España, Passim*. Madrid, Espasa, Volume 11, 1997.

Conclusão

Em definitiva, e depois de todos os elementos aqui analisados, vemos que entre o golpe de Estado e revolução existem fortes e claras diferenças, já que uma [revolução](#), na [Ciência Política](#), é uma troca social profunda e relativamente veloz, que usualmente não implica necessariamente confrontos violentos entre os setores, e a revolução pode ser combinada, e acontece geralmente com um ou mais golpes, quando as autoridades legais são deslocadas por meios ilegais, se manifesta, ou mantém uma aparência de legalidade, o que não corresponde directamente com a definição do golpe.

E semelhante grau de diferença encontramos na comparação do Golpe de Estado e da guerra como comumente a conhecemos, pois a segunda faz uso generalizado de armas e prolonga-se no tempo, podendo vir de movimentos internos ou externos, enquanto o primeiro nasce no seio da população desse mesmo país.

Tento em consideração estas diferenças, e sem ignorar a relevância de cada um destes actos e as alterações inegáveis que eles provocam, podemos dizer que o Golpe de Estado é o principal e até o mais interessante meio de subversão, uma vez que não recorre aos habituais meios de coerção, mas sim joga com o poder, com o dinamismo e a rapidez da acção e, sobretudo, exalta as massas, mobiliza a população e, ao ser uma manobra interna e determinada, encoraja e espalha o seu efeito a povos vizinhos criando uma onda diversificada de revoltas e por isso de alterações políticas e sociais. A sua determinação e simplicidade fazem com que o Golpe de Estado ganhe relevância quando o que se pretende é alterar as condições a nível interno do país.

E se o Golpe de Estado tem esta relevância e este poder de transformação, e se cada vez são menos as ditaduras existentes que pedem uma revolta, que causas do mundo moderno podem levar à perpetuação do Golpe de Estado como meio subversivo? E se um Golpe de Estado tradicionalmente se seguia de uma ditadura militar ou imposição do poder em substituição do deposto, porque motivo se aceita os resultados desta acção se não leva ao internacionalmente procurado “mundo democrático”? E mais, se o Golpe vem de dentro, tanto das massas com das altas patentes do governo, como é possível que não se antevejam, não se evitem e erradiquem? Ou porque é que este meio organizativo que tem uma eficácia tão rápida não tem a capacidade de refrear as guerras longas e sangrentas, ou de terminar revoluções sem rumo certo? São algumas questões que se levantam e que em estudos futuros pretendemos dar resposta por modo a melhor entender o peso e o efeito que este meio subversivo tem para as nações.

BIBLIOGRAFIA

- HOBBSAWM, [Eric J.](#), *A Revolução Francesa*, Ed. Paz e Terra, 1996.
- In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*. Ed. Gradiva, Lisboa 2007.

- ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, *Historia de España*, ESPASA
- MONTERO, Feliciano e TUSELL, Javier, *Historia de España*, Madrid, Espasa, Volume 11, 1997.
- NOGUEIRA, Franco, *As crises e os Homens*, Lisboa, Ática, 1924.
- RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 4ª Ed., 2009.

POLÍTICA

Democracia, institucionalização e subversão

Carlos Carujo⁸⁹

carloscarujo@gmail.com

Resumo: Democracia é o nome de um tipo de Estado, de uma ordem política, de um sistema de poder: o Estado democrático com as suas instituições, a sua hierarquia, os seus rituais e as suas representações. É também o nome de uma forma de subversão em nome do igualitarismo, da radicalidade, da participação empoderadora, fantasmas que assombram a normalização democrática. Procurar-se-á refletir sobre esta tensão a partir do ponto vista da componente subversiva do conceito de democracia. Utilizar-se-á como laboratório destas posições o livro coletivo *Democratie dans quel État*, nomeadamente as perspetivas de Jacques Rancière (complementando com a leitura de *La haine de la démocratie*), Slavoj Žižek, Daniel Bensaïd, Alain Badiou e Giorgio Agamben.

Palavras-Chave: Democracia, Institucionalização, subversão, Žižek, Bensaïd, Rancière, Badiou.

Abstract: Democracy is the name of a type of State, of a political order, of a power system: the democratic State as its institutions, hierarchy, rituals and representations. It's also the name of a kind of subversion in the name of egalitarianism, radicalism, empowering participation, ghosts that haunt the democratic normalization. We will try to analyze this tension from the viewpoint of the subversive component of the concept "democracy". We will use as a laboratory of this viewpoint the collective book "Democracy in What State", in particular the ideas of Jacques Rancière (complementing with the reading of "Hatred of Democracy"), Slavoj Žižek, Daniel Bensaïd, Alain Badiou and Giorgio Agamben.

Keywords: Democracy, Institutionalization, Subversion, Žižek, Bensaïd, Rancière, Badiou.

⁸⁹ Mestre em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa

1- Democracia significante

Ponto de partida: a democracia instituiu-se como um significante vazio ou um significante flutuante. Estas expressões, emprestadas de Ernesto Laclau, podemos-las encontrar expressamente referidas nos contributos de Wendy Brown e Daniel Bensaïd para o livro coletivo “Democracia em que Estado”⁹⁰.

Este livro será, aliás, o pretexto para a reflexão que aqui se empreende. Não se pretende utilizá-lo de forma a mapear um momento particular das várias polémicas cruzadas entre os autores mas como laboratório vivo de uma forma de pensar o conceito de democracia que escape aos discursos hegemónicos e que envolva, entre vários outros autores, Slavoj Žižek, Jacques Rancière, Daniel Bensaïd e Alain Badiou.

Assim, uma primeira via de acesso ao conceito de democracia implica ultrapassar o carácter óbvio e de dado adquirido que assume em algumas reflexões políticas para aceitar o carácter esquivo que a ideia de significante flutuante procura traduzir.

Desde logo, a democracia é um significante flutuante porque designa simultaneamente um conjunto de instituições por um lado e um princípio de legitimidade do poder por outro. Giorgio Agamben sublinha-o no ensaio que abre este livro, ampliando a ideia até a tornar um modo característico do Ocidente pensar a política. Deste ponto de vista, o defeito da reflexão política moderna seria esconder-se atrás de abstrações vazias (a lei, a soberania etc.) esquecendo que o problema central não é a soberania mas o governo, “ou melhor a dupla fábrica governamental que forma e mantém em movimento”.

Pensar a democracia apenas do ponto de vista de uma “racionalidade político-jurídica” sem pensar a “racionalidade económico-governamental” ficaria curto. Como se, tendo consciência ou suspeitando do carácter flutuante do conceito, escolhêssemos fixá-lo no ponto mais conveniente mas ele nos escapasse com as suas contradições, a sua força, a sua vida própria. Do ponto de vista de Agamben⁹¹ vivemos um estado de exceção permanente em que o poder executivo absorveu os poderes judicial e legislativo mas onde se continuam a dar lições sobre a separação dos poderes. A formalidade democrática esconderia mal o conteúdo do poder nu da exceção. De outro ponto de vista, Rancière⁹² prefere pensar que a institucionalização democrática é uma forma de poder efetivo que revelaria bem o elitismo. Na normalidade democrática e nos equilíbrios talentosos de poderes desenhados pelos constitucionalistas (por exemplo os autores da Constituição norte-americana) encontrar-se-iam as estratégias de manter a retórica democrática e esconjurar o facto democrático.

⁹⁰ Vários, *Démocratie, dans quel état?*, Les éditions Écosociété, Montreal, 2009.

⁹¹ Giorgio Agamben, *Estado de exceção*, Bomtempo editorial, São Paulo, 2004.

⁹² Jacques Rancière, *La Haine de la Démocratie*, La Fabrique, Paris, 2005.

Hoje, a democracia é um déspota flutuante. Ou seja, deste conceito se pode também dizer que é um significante despótico no discurso político contemporâneo: ocupa a quase totalidade do espaço ideológico e geográfico: de Cuba aos Estados Unidos, da ideia de democracia popular ao demo-liberalismo ocidental. Déspota, claro, no sentido em que parece ter eliminado a possibilidade de conceitos alternativos, sendo uma referência obrigatória que faria dele o fim da história das ideias políticas, como que uma palavra-passe que legitimaria automaticamente os detentores do saber e/ou do poder. Nas palavras de Badiou: “podes dizer o que queiras da sociedade política (...) que desde que o faças em nome da democracia (...) serás perdoado”. Estaríamos assim perante o que chama um “emblema”, o “intocável de um sistema”.

O nosso laboratório de ideias deve então proporcionar-nos, em primeiro lugar, ferramentas para questionar os usos hegemónicos do discurso democrático. Mais do que traçar a genealogia da sua imposição histórica como categoria política central interessa questionar as práticas dominantes efetuadas em seu nome e avaliar a qualidade da democracia nas democracias realmente existentes.

Portanto, se pedimos a este conjunto de filósofos críticos que nos ajudem a questionar as certezas do *status quo* democrático não é para irmos ao encontro dos inimigos declarados da democracia. Nem será tanto para fazermos um movimento próximo do que Rancière faz no livro o “Ódio à democracia” ensaiando desmascarar o que poderia ser chamado a “demofobia” das elites das democracias, nomeadamente as intelectuais, que se revelam as inimigas da democracia a operar ambigualmente no seu interior, selecionando o que lhes convém da democracia (a guerra de expansão em seu nome e as regras da representatividade que permitam a manutenção da ordem estabelecida) ao mesmo tempo que lançam invetivas ao totalitarismo do “homem democrático”, o consumista por excelência.

A flutuação do significante “democracia” enquanto princípio e enquanto realidade, enquanto forma e enquanto conteúdo da política, enquanto tipo de política e tipo de sociedade ou mesmo enquanto tipo humano forma uma malha complexa na hegemonia política atual presente desde o senso comum ao discurso político-intelectual.

2- A crítica da razão representativa

Para pensarmos a hegemonia democrática pedimos ajuda a este conjunto de filósofos que criticam as democracias realmente existentes denunciando o seu carácter desigual e oligárquico. Alguns exemplos: Badiou sublinha que o mundo democrático se constrói como operação de exclusão dos que ficam de fora dele, sendo assim construção de muros ou diques; Žižek pensa que a forma parlamentar mina a democracia já que implica passividade do povo; Rancière em “O ódio à democracia” defende que o que denominamos como democracia é um funcionamento estatal e governamental

exatamente contrário aquilo de que a democracia representativa se vangloria (“eleitos eternos (...) e que sujeitam a população através do laço essencial da representação; governos que fazem leis por si próprios; representantes do povo massivamente resultantes de uma escola de administração; ministros ou colaboradores de ministros recontratados em empresas públicas ou semi-públicas; partidos financiados pela fraude nos contratos públicos; homens de negócios que investem somas colossais na perseguição de um mandato eleitoral; patrões de impérios mediáticos privados que se apoderam através das suas funções públicas do império dos meios públicos” e, ao procurar refutar os tradicionais argumentos contra a tiragem à sorte do desempenho de cargos políticos, faz a crítica da desigualdade implica na representação atacando o mito de que, neste sistema, são os mais competentes e não os mais ávidos de poder que ocupam cargos políticos.

De inspiração ou passado marxista, estes autores aprofundam a crítica tradicional do marxismo à democracia formal enquanto máscara de um poder material de classe e a sua exigência de uma democracia social. Não se ficam pela reprodução da crítica e tentam desvelar os atuais mecanismos de exclusão da política.

Pedimos-lhe também ajuda para uma arqueologia alternativa dos aspetos considerados mais positivos nestes sistemas políticos que os mostra como resultado inacabado das reivindicações populares e não como consequência da ideologia liberal ou como decreto benevolente de uma elite. Escreve Zizek: “longe de constituir uma consequência “natural” das relações capitalistas, todos os traços hoje identificados à democracia liberal e à liberdade (sindicatos, voto universal, ensino público e gratuito, liberdade de imprensa etc.) foram conquistados graças ao longo e duro combate das classes baixas do século XIX.” Reforça Rancière: “estas liberdades não são dádivas dos oligarcas. Foram conquistadas pela ação democrática e só conservam a sua efetividade através desta ação.”

3- Transgressões e provocações da democracia radical

Sobretudo, encontramos nestes filósofos a ideia da democracia como excesso⁹³. Transgressão criativa dos limites do sistema económico. Escreve Rancière: “o movimento democrático é (...) movimento de transgressão dos limites, um movimento para estender a igualdade do homem público a outros domínios da vida comum e em particular a todos aqueles governados pela ilimitação capitalista da riqueza.” Transgressão que não se contenta com o interessante programa de democratizar a democracia (o que não é sinónimo de o hostilizar) que funciona introduzindo práticas participativas onde existe normalização ou anomalias representativas. Transgressão que não será só do programa mas poderá ser procurada como uma força política agente, às

⁹³ Rancière: “A democracia como forma de vida política e social é o reino do excesso. Este excesso significa a ruína do governo democrático e deve então ser reprimido por ele.”

claras ou subterraneamente, numa contra-história de resistência à institucionalização da democracia.

A transgressão democrática é, portanto, um desafio à normalização política mas também pode ser um desafio à normalização social. O consenso social induz a uma construção de subjetividades tipificadas. Uma sociedade democrática conduzirá ao surgimento de um “homem democrático”?

É na analogia com a crítica de Platão à democracia ateniense que os adversários confessos da democracia vão buscar parte do seu arsenal: a democracia seria o regime do consumismo vazio, de uma pseudo-tolerância frouxa e sem valores, da rejeição do respeito a qualquer autoridade. Face a esta crítica dividem-se as águas. Badiou propõe-se deixar a ganga aristocrática de lado e utilizar a crítica platónica como se fosse uma crítica anti-capitalista atrevendo-se a fazer uma espécie de *epokhé* em que suspende a afirmação da democracia para depois resgatar *in extremis* a ideia de uma democracia mais autêntica num autêntico golpe teatral.

Critica-se o egoísmo do pequeno gozo, o puerilizar eterno e a adolescência universal: “o homem democrático transplanta um velho avaro sobre um adolescente ávido. O adolescente faz mexer a máquina e o velho encaixa os benefícios.” Gozo sem gozo, hedonismo perverso que conduz inexoravelmente ao niilismo: “a democracia é a abstração monetária como organização da pulsão de morte.”

Sob a crítica à subjetivação democrática Badiou vê a crítica à subjetivação capitalista. Mas Bensaïd critica “identificação pura e simples ao capitalismo e à equivalência mercantil” da democracia feita por Badiou e Zizek, lembrando o caso da China, acrescenta que “o que se passa na China não tem nada de exótico apenas repete o nosso passado esquecido”: democracia e capitalismo não foram irmãos gémeos como se quer fazer crer. Contudo, é Rancière o mais insistente: a figura do “homem democrático” seria não uma denúncia dos efeitos do capitalismo na subjetivação mas sim uma operação de culpabilização da vítima. O filósofo francês segue atentamente a genealogia desta acusação de ganância dirigida ao comum dos mortais que passa, no contexto francês, pela crítica “republicana” da escola. Através de uma série de “infimos deslizamentos”, a crítica ao egoísmo do capitalista feita pelos movimentos socialistas acaba voltada do avesso como crítica “antropológica” ou “sociológica” de um rebanho de trabalhadores consumistas. Como corolário, a crítica do “homem democrático” acaba sendo apenas um momento na construção da narrativa da elite intelectual democrática que trabalha no sentido de manter os seus privilégios.

Ironias do destino das ideias: a crítica antipopular torna-se discurso popular, a crítica antidemocrática é veiculada por jurados democratas que acusam a democracia de ser uma forma de totalitarismo. Haveria que regressar criticamente aos velhinhos conceitos de alienação e reificação para não caricaturar os efeitos perenes da mercantilização do conjunto da sociedade no ser humano. Haveria que repensar o lugar próprio da política e a sua influência para não ceder à tentação de fabricar um “homem democrático”.

Claro que em Badiou esta crítica é provocatória e tem uma finalidade emancipatória. Aliás, divergências à parte, a ideia da democracia enquanto subversão converge num trabalho de provocação. Assim o é com Badiou e o seu “comunismo platónico”. Assim o é com Rancière e com a sua defesa da tiragem à sorte de cargos políticos em nome da pura igualdade. Assim o é com Žižek e com o seu uso do conceito de ditadura do proletariado e a sua defesa da legitimidade da violência revolucionária.

Tais provocações poderiam ser entendidas cinicamente como formas de promoção num “mercado filosófico” ultracompetitivo no pior caso ou como exercícios intelectuais mais ou menos bizarros mas que ajudam a pensar no melhor caso. Malgrado as menorizações de que possam ser alvo as tentativas de pensar a democracia neste registo arriscado (Žižek seria um provocador nato sem medo de parecer auto-contraditório na sua febre de exhibir um leninismo lacaniano, Badiou seria um cultor de um intelectualismo comunista que seria somente uma teoria mágica do acontecimento, Rancière, apesar de apresentar interessantes críticas à representatividade, seria um mero utópico ultra-igualitário), estas tornaram-se um marco na paisagem da Filosofia Política contemporânea.

Já a provocação de Bensaïd foi de outra ordem. Num tempo em que o consenso populista fácil e o consenso anti-hegemónico do pensamento crítico convergem no ataque à “forma-partido”, Bensaïd permaneceu até ao fim engajado num partido anticapitalista ao mesmo tempo que procurou fazer uma Filosofia militante que não se pudesse reduzir a uma Filosofia de partido, tentando contrariar aquilo a que apelidou de “eclipse da razão estratégica”. Defendeu a “política profana” contra a “anulação teológica dos partidos”, um autoritarismo individualista-coletivo (“suprima-se a mediação dos partidos e tem-se o Partido único – ou mesmo o Estado – dos sem-partido”) que nega o programa e projetos políticos pensados coletivamente em nome da “poeira, nuvem de opiniões mutantes” mas que acabaria na “necessidade de repressão sempre que houvesse alguma tentativa de organização”.

A crítica da forma-partido para além de ter como efeito negar a possibilidade de uma “política do oprimido” é resultado de uma leitura equívoca da história recente: não é desta a responsabilidade da burocratização dos países do “socialismo real”. Falhando o alvo, arriscam-se novos erros. Há que pensar portanto “a tendência pesada à burocratização” que “está inscrita na complexidade das sociedades modernas e na lógica de divisão social do trabalho.” Esta “assombra todas as suas formas de organização.”

A provocação mais profunda que está aquém e além dos aspetos idiossincráticos destes vários estilos de pensamento é a própria ideia da democracia como subversão. É o escândalo “teórico” da ausência de fundamento do poder e a sua recusa de qualquer superioridade⁹⁴. É o escândalo “prático” da ameaça às hierarquias tranquilizadoras, da destabilização de poderes e saberes.

⁹⁴ Rancière parece ser quem mais longe leva o igualitarismo. No seu livro *O Mestre ignorante* (Jacques Rancière, *Le Maître Ignorant*, Fayard, Paris, 1987) defende a ideia de igualdade das inteligências humanas como princípio e

4- Uma inundação democrática

Por mais provocações que se façam, a força torrencial da democracia-subversão não se perde entre o golpe de dados de Rancière e o golpe de punhos de Žižek. Potência imparável do mito da igualdade numa sociedade desigual mas também potência implícita e ameaçadora dos “excluídos”. O tema democrático não é nestes pensadores neutro socialmente, a democracia dos “de baixo”, “a parte dos sem parte” nas palavras de Rancière faz da democracia uma questão de “luta de classes”.

Uma subversão democrática radical parece ser a ameaça permanente de anulação ou negação das instituições. Uma força assim situa-se para além da possibilidade de entrar numa dança dialética com a institucionalização de forma a que a questão se resolva numa síntese que seja um final feliz ou uma subida de nível.

Se, como já nos recordou Agamben, a institucionalização da democracia é contemporânea do estado de exceção permanente que desinstitucionaliza a política, uma desinstitucionalização democrática subversiva corre o risco paradoxal de instituir um poder arbitrário no estado de exceção revolucionário. A força da torrente contém a possibilidade da torrente incontida da força. E, na força e na ausência de regras, uma nova classe de poderosos, mesmo que em nome de uma democracia mais profunda pode acabar por deter o poder real.

O espetro da democracia subversiva pode também ser pensado através do avatar da revolução cultural chinesa de que outrora foram adeptos Badiou e Rancière. Žižek prefere um exemplo mais contemporâneo: o movimento haitiano Lavalas (inundação) assumiu o poder em situação desfavorável acabando por organizar bandos de autodefesa popular. Uma resposta ao excessos sofridos que o filósofo esloveno justifica alegando ser um exemplo do que Walter Benjamin chamava “violência divina”.

Bensaïd para pensar o mesmo problema recua até à Revolução Francesa e às reflexões crepusculares de Saint-Just sobre a execução do rei⁹⁵. Para este, as instituições republicanas eram “garantia da liberdade pública” já que “sem instituições, a força de uma república repousa ou sobre o mérito dos frágeis mortais ou sobre meios precários.”

Apesar dos problemas não se confundirem necessariamente (a possibilidade da subversão permanente das instituições não tem de ser sinónimo de violência) pertencem ambos à equação revolucionária: como não deixar reterritorializar-se em estatismo burocrático a desterritorialização revolucionária, até onde a força desta torrente é emancipadora e não esmagadora?

Žižek, já o sabemos, trata o problema da revolução através de uma perspetiva que é provocante pelo tradicionalismo pseudo-leninista da sua resposta estar a contratempo.

possibilidade de uma pedagogia. Por sua vez no “O ódio à democracia” a democracia surge como “um escândalo para as pessoas de bem que não podem admitir que o seu nascimento, a sua antiguidade ou a sua ciência se inclinam diante da lei da sorte.”

⁹⁵ Para além do livro que estamos a seguir, esta reflexão está desenvolvida em: Daniel Bensaïd, *Le pari mélancolique*, Fayard, Paris, 1997.

Revolução e democracia social parecem ser meio e fim, daí que se aceite que na construção de um movimento revolucionário se desenvolvam mecanismos tradicionais como chefias e hierarquias. Rancière procura escapar totalmente à relação entre meios e fins e não ceder à hierarquização nem que esta seja em nome da igualdade. Isto porque, justifica, a democracia não é sequer a finalidade da política ela é antes disso o princípio: a política só começa no reconhecimento de que somos todos iguais⁹⁶. A cada um o seu escândalo: o escândalo revolucionário como via para a democracia social ou o escândalo democrático radical que vale por si.

Em Bensaïd, a este propósito, o (pequeno?) escândalo é a permanência da malfadada política apesar de tudo. Ligando a revolução ao problema marxiano do “deperecimento do Estado” realça que este “não significa o deperecimento da política ou a sua extinção na simples gestão racional do social. Pode também significar a extensão do domínio da luta política pela desburocratização das instituições e o colocar em deliberação permanente da coisa pública.” Assim, para além da revolução, temos a política permanente: “à falta de um acordo democraticamente consentido com vista a um projeto comum, não poderia ser senão sobre a autoridade de uma fé religiosa ou de um saber filosófico e da sua palavra de verdade”.

A política permanente é essa “política profana” que recusa “a procura de uma unidade mítica perdida. Absorção que pressupõe uma sociedade homogênea.” A sociedade não é pura, a política não é pura, a revolução não é pura. A recusa da “fobia da mistura” e do “sonho da revolução sociologicamente pura” é portanto crítica da (a)política do acaso: “tirar à sorte seria não apenas a abolição do Estado mas também da política enquanto deliberação de onde podem surgir projetos”. A permanência da política impõe que se considere a representação e a delegação de poderes “inevitáveis”. Revolucionar a política, mesmo numa sociedade revolucionária, é “procurar modos de representação que garantam o melhor controlo dos mandatos e a limitação da profissionalização do poder”.

Procura-se assim fugir aos perigos utópicos da ideia de uma democracia purificadora da sociedade. A enxurrada democrática é impura, não desagua no fim da política. A sua força residirá na capacidade de mobilizar a vontade de emancipação em tempos de cinismos e desilusões. Não se trata apenas nem principalmente do sonho de uma irrupção imprevisível da democracia verdadeira como “acontecimento” mas da força concreta com que esta ideia ajuda à corrente política mais ou menos subterrânea que é a política dos oprimidos. E da necessidade de avaliar esta força analisando que estratégias carrega em si, que eficácias tem tido, que efeitos contra-hegemónicos.

⁹⁶ Rancière, O Mestre Ignorante: “Os que se creem astutos podem sempre dizer que a igualdade não é mais do que o doce sonho angélico dos imbecis e das almas sensíveis. Infelizmente para eles, é uma realidade sem cessar e em todo o lado provada. Não há serviço que se execute, não há saber que se transmita, não há autoridade que se estabeleça sem que o amo ou o mestre tenham, por pouco que seja, falado de “igual para igual” com aquele que comandam ou instruem.”

5- Demoestratégias

Poder-se-á considerar que estes filósofos fazem um debate especificamente europeu, mesmo francês, demasiado francês. O seu espaço/tempo é o da crise da política, do desinteresse popular patente nas democracias liberais e da hostilidade dos intelectuais mediáticos face ao consumismo do homem democrático que mede todos os valores de acordo com o princípio do prazer. Por exemplo, o “Ódio à democracia” sugeriria tratar-se de uma situação muito particular dado que a sua narrativa é muito “doméstica”.

Em várias outras geografias políticas, a ideia democrática permanece mobilizadora sem efeitos de qualquer crise. Aí o enquadramento dos problemas democráticos será diferente mas as críticas às limitações da representativa e a sugestão de uma democracia outra empreendida por este conjunto de filósofos poderá ajudar a pensar os objetivos, reivindicações e formas dos movimentos democratizadores. O caso do(s) movimento(s) chamado “Primavera Árabe”, as suas contradições e impasses atuais pode ser exemplo de que estes pensadores aqui experimentados numa pequena amostra não se devem reduzir à especificidade francesa, europeia ou ocidental e de que algo do que pensam pode ter pertinência para além do seu canto do mundo.

Para além do mais, o desenvolvimento desigual e combinado da globalização faz com que, mesmo onde não se note uma crise da democracia, se sinta uma certa forma de crise da política enquanto crise da soberania, desajustamento entre tempos e espaços políticos (Bensaïd). A isto se juntam, hoje, os efeitos da política da crise: uma austeridade globalizada mas não homogênea e uma despolitização homogeneizadora. A democracia enquanto significante despótico encontra-se com as tendências pesadas da divisão de trabalho e de burocratização do sistema, com a universalização bem mais totalitária do consumismo como forma de vida que se impõe a cada vez mais seres humanos para dar uma perturbadora atualidade e universalidade aos pensadores da democracia enquanto subversão.

Poder-se-á considerar que estes filósofos fazem um debate exclusivamente académico e, desta forma, não se tomar a sério politicamente o que dizem. Procurando salvaguardar-nos da tentação de exagerar a sua importância, já que são desconhecidos do grande público, cabe sublinhar que não se trata de debates esotéricos entre intelectuais afastados da realidade, isolados no seu círculo de amigos/inimigos. Pela sua difusão e influência junto de movimentos sociais e políticos podem-se comparar mais a “intelectuais orgânicos” num sentido próximo ao gramsciano. Assim, o seu pensamento tem a responsabilidade de ter efeitos na ação política: organiza, motiva, justifica, altera o seu curso. Daí a necessidade referida de uma avaliação crítica da eficácia destas demoestratégias contrastantes.

Tal como existiam paralelos e afastamentos entre a discussão do “sujeito revolucionário multidão” de Negri, o “grito” de Holloway e os movimentos alterglobalização e dos

Fóruns Sociais Mundiais, a mesma analogia pode ser procurada no impulso democrático radical de movimentos “assembleários” mais recentes como o *Occupy Wall Street* ou as *Acampadas dos indignados*. As suas preocupações ultrademocráticas com metodologias de decisão, representatividade, porta-vozes etc. e o imaginário do poder democrático dos 99% versus o poder oligárquico dos 1%, ressoam os temas aqui pensados da democracia-subversão.

Esta Filosofia ocupou(-se) (d)a democracia. Resta saber o grau de efetividade desta ocupação, perceber se e como se foi sentida. Que possibilidades de ocupar democraticamente a democracia. A força destas demoestratégias dependerá da capacidade de pensar de forma positiva o irresistível mito democrático, de constituir uma contra-hegemonia organizadora da “parte dos sem-parte”, de responder simultaneamente à crise da política e à política da crise. De ser e fazer política. De ser uma alegre inundação.

Bibliografia

Vários, *Démocratie, dans quel état?*, Les éditions Écosociété, Montreal, 2009.

Daniel Bensäid, *Le pari mélancolique*, Fayard, Paris, 1997.

Giorgio Agamben, *Estado de exceção*, Bomtempo editorial, São Paulo, 2004.

Jacques Rancière, *Le Maître Ignorant*, Fayard, Paris, 1987.

Jacques Rancière, *La Haîne de la Démocratie*, La Fabrique, Paris, 2005.

Razmig Keucheyan, *Hémisphère gauche , Une cartographie des nouvelles pensées critiques*, Zones, Paris, 2010.

DIREITO

Os costumes e as tradições culturais como fundamento da lei

António Pelágio⁹⁷

Resumo: Assim como toda a fenomenologia vital está relacionada com as demais leis da natureza, do mesmo modo as leis estão intimamente ligadas com os costumes e tradições culturais, estabelecendo assim entre eles um elo de ligação contínuo e constante. Pois, uma lei sem bases costumeiras e tradicionais é uma lei sem fundo; e os costumes e tradições culturais sem lei também não têm fundo, porque a sua transmissão de sociedade para sociedade, de geração em geração, deve ter em conta uma série de leis que possibilitem o seu recto ordenamento na transmissão dos mesmos.

Palavras-Chave: Costumes; Tradições Culturais; Lei

Abstract: Like all vital phenomenology is related to the other laws of nature, likewise the laws are intimately connected with the customs and cultural traditions, establishing between them a permanent and stable link. Therefore, a law without customary and traditional bases is a bottomless law; and the customs and cultural traditions without a law are also bottomless, because its transmission from society to society, from generation to generation, should take into account a number of laws that allow the straight planning in its transmission.

Keywords: Customs; Cultural Traditions; Law

Toda a cultura tem um aspecto normativo, cabendo-lhe delimitar a existencialidade de padrões, regras e valores que institucionalizam modelos de conduta. Cada sociedade esforça-se para assegurar uma determinada ordem social, instrumentalizando normas de regulamentação essenciais, capazes de actuar como sistema eficaz de controlo social.

⁹⁷ **Licenciado** em Direito pela Universidade Agostinho Neto – Angola **Bacharel** em Teologia, pelo Seminário Maior de Cristo Rei do Huambo – Angola. **Bacharel** em Filosofia pelo Seminário Maior de Cristo Rei do Huambo - Angola

Constata-se na maioria das sociedades remotas, **que** a lei é considerada parte nuclear do controlo social, elemento material para prevenir, remediar ou castigar os desvios das regras prescritas. A lei expressa a presença de um direito ordenado na tradição e nas práticas costumeiras que mantêm a coesão do grupo social. Certamente que cada povo e cada organização social dispõe de um sistema jurídico que traduz a especialidade de um grau de evolução e complexidade.

Na senda do princípio latino “*ubi societas ibi jus*” (onde há sociedade, há direito), chegamos à intuição normal de afirmar que o Direito caminha com a própria humanidade. E sobretudo quando olhamos para a realidade humana que a cada passo está relançada com elementos jurídicos, isto é, procurando estabelecer constantemente o que é justo para cada homem. Por isso, depressa **se** confirma outro princípio: “*facto oritur jus*” (o facto origina o direito – Teoria da força normativa dos factos). Já noutra altura Aristóteles dizia que «o homem é por natureza um ser político»⁹⁸, concepção que domina o pensamento de S. Tomás de Aquino na Idade Média que chegou a dizer que o homem é um animal social, vive em sociedade, daí a máxima *ubi homo, ibi societas* (aí onde está o homem, haverá uma sociedade).

Deste modo, notámos que na cultura tradicional do nosso povo do Huambo, existem determinadas formas de orientação jurídica, que apesar de arcaicas, traduzem a sua preocupação para a ordem social. Não é em vão que reclamamos no título a importância dos costumes e tradições na elaboração das leis. Para o nosso particular, vemos que certas práticas são boas e por isso deveriam servir de orientação na criação das leis do nosso país, apesar de sermos de idiosincrasias diferentes no contexto cultural do nosso país.

Para abraçarmos a medula do tema, afigura-se importante definirmos as palavras que norteiam o nosso artigo, para perseguir melhor a linha de orientação que nos move. Costume «é o que se faz por hábito, o que se usa habitualmente. Consiste numa série repetida e uniforme de actos ou omissões, com que, por uma espécie de acordo tácito, as populações regulam determinadas relações ou situações jurídicas »⁹⁹. É ainda a «regra implícita que resulta do uso generalizado e prolongado, prática ou modo de proceder habitual, antigo e geral»¹⁰⁰

As tradições culturais são definidas como continuidade, permanência de uma doutrina, visão de mundo ou conjunto de costumes e valores de uma sociedade, grupo social ou escola de pensamento, que se mantem vivo pela transmissão sucessiva através dos seus membros. Para Gadmer, “a tradição se mantém por ser cultivada, aceite e justificada, e portanto, continuam a ter sentido, não sendo necessariamente transmitida de forma

⁹⁸ Aristóteles, a política, p. 21

⁹⁹ AA VV – Costumes, in «*Enciclopédia Luso brasileira de Cultura*» editorial Ltda, Lisboa-Rio de Janeiro, 1940, col 915

¹⁰⁰ AA VV – *Dicionário de língua Portuguesa*, Porto Editora, 2009, col. 435

dogmática, e nem sempre servindo aos interesses dos dominantes. É ainda a garantia da consciência histórica de uma cultura”¹⁰¹

A tradição ainda é definida como sendo “ a transmissão oral dos factos, lendas, etc., de uma sociedade, de geração em geração, ou conjunto de memórias, recordação, forma de pensar e agir herdada das gerações anteriores”¹⁰².

Depois destas definições que servem de luz para iluminar a nossa reflexão, vamos direccionar-nos para o âmago deste trabalho que é clarificar a importância dos costumes e tradições culturais para a elaboração das leis, mormente as leis positivas.

A vida humana é sempre norteada por uma filosofia, uma norma, um costume, tradições culturais e leis que regulam a conduta social. Deste modo, uma vivência em sociedade, em comunidade é baseada em leis, que orientam as relações entre si e com os demais povos.

Assim como toda a fenomenologia vital está relacionada com as demais leis da natureza, do mesmo modo as leis estão intimamente ligadas aos costumes e tradições culturais, estabelecendo assim entre eles um elo de ligação contínuo e constante. Pois, uma lei sem bases costumeiras e tradicionais é uma lei sem fundo; e os costumes e tradições culturais sem lei também não têm fundo, porque a sua transmissão de sociedade para sociedade, de geração em geração, deve ter em conta uma série de leis que possibilitem o seu recto ordenamento na transmissão dos mesmos.

Deste fuste, nos ressalta em mente a afirmação de S. Tomás de Aquino, segundo a qual «um costume pelo seu uso bem enquadrado aos comportamentos das pessoas, pode e deve substituir uma lei impura e injustamente aplicada»; deste modo fica clara a razão deste artigo: a importância dos costumes e tradições culturais para a elaboração da lei, conquanto haja uma dependência entre ambos e uma união distinta mas inseparável pela sua essência.

Dado que os costumes e tradições culturais desempenharam sempre grande papel para a evolução, organização do homem em sociedade, a regulação ou enquadramento das acções humanas pelos parâmetros dos costumes contribuem para a elaboração da lei. Deste modo, o processo de elaboração de uma lei não deve ter como base as leis ditadas ou copiadas de outros países, mas sim deve ter como sustentáculo os costumes e as tradições culturais, porque parte do comportamento, acções e modo de vida de uma sociedade ou de um país. Por isso toda a lei que não está norteada pelos costumes e tradições culturais do povo que nele reside, facilmente é substituída ou mesmo torna-se ineficaz porque não tem ressonância na vida das pessoas.

Assim como vimos nas definições anteriores que os costumes e as tradições culturais fontes indiscutíveis nos ramos de Direito em função e substrato primeiro no processo de elaboração da lei, porque conserva ou encerra em si normas imutáveis que definem as

¹⁰¹ Hilton Japiasù e Danilo Mancondes – *Dicionário de Filosofia*, coll. 269-270

¹⁰² AA VV – *Dicionário de Língua Portuguesa*, col.1566

variações, podemos sem reservas neuro – reflexivas, afirmar que toda a lei tem como seu fundamento ôntico os costumes e tradições culturais porque como se sabe se olharmos um pouco para a própria natureza, dar-nos-emos conta da existência nela de uma ordem, isto é: cada fenómeno é sempre determinado por outro, segundo regras invariáveis. «Mas no campo estritamente social a ordem existente é completamente diferente: não se trata de uma ordem já realizada, natural, mas de uma ordem criada pelo homem, que prolonga a ordem da natureza, dentro dos quadros da liberdade humana. Porém em todos os casos, todos os seres humanos, físicos e naturais estão sujeitos à leis, mas leis que variam conforme a sua natureza (as leis físicas variam conforme a variação dos fenómenos naturais) e as leis humanas conforme o uso variável dos costumes e tradições culturais e conforme as variações e evoluções da própria sociedade em que cada indivíduo esta inserido».¹⁰³

RELAÇÃO ENTRE COSTUME, TRADIÇÕES E LEI

“Como o homem não possui natureza acabada, nem é um ser fixo, nem ele, e nada nele é imóvel. É feito de mobilidade, de agilidade pura, faz hoje uma coisa porque antes foi ou fez outra coisa, para ser ou fazer amanhã uma outra melhor. Assim como a realidade humana é variável como o homem real é sempre diverso e vário, não quer dizer que não possamos falar de relações dos costumes e tradições culturais com a lei de modo geral, na medida em que esta também é variável e varia conforme o próprio homem”¹⁰⁴

Classicamente falando, para muitos desde o desmembramento dos vários ramos do saber da filosofia, a inter-relação do saber permaneceu intacta; do mesmo modo a relação dos costumes e tradições culturais com a lei. Porque “segundo S. Tomás, os costumes ditam as leis e as leis regem os costumes; na medida em que as leis se solidificarem partem e devem ter em conta os costumes e contextos culturais; e os costumes como nem sempre são aceites pela sociedade e a mesma lei que dos costumes deriva, para a organização dos mesmos costumes se destina, porque estes orientam em grande parte a vida em sociedade”¹⁰⁵

Aqui queremos ainda sublinhar que para clarificar a relação dos conceitos acima referidos é preciso ter em conta que a ideia a reter é a de que existem formas intencionais e formas não intencionais de criar uma lei, cuja função primordial é a organização da sociedade, dignificar, representar e defender a Nação. Assim pois, um acto legislativo é forma intencional ou deliberada de criação de Direito. Mas já um costume pode nascer e nasce muitas vezes, independentemente de um desiderato específico de criar uma regra jurídica”¹⁰⁶, daí ressalta a grande característica do costume de ser uma prática reiterada e que carrega certa obrigatoriedade por parte dos seus praticantes.

¹⁰³ Orlando Bravo, *Direito*, Porto editora, 3ª ed. Lisboa, 1989, p. 11

¹⁰⁴ AAVV – *O conhecimento do homem no século XX*, Publicações Europa – América, Lisboa, 1966, 106-107.

¹⁰⁵ S. Tomás de Aquino – *Suma Teológica*, Livro I-II, qq. 97, aa III, Vol. VI

¹⁰⁶ Marcelo Rebelo e Sousa e Sofia Galvão, introdução ao Estudo do Direito, fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., Lisboa, 1993, 144

Entrementes, a “olhos nus, à base de uma reflexão míope” podemos apenas limitar-nos na distinção que eles encerram em si. Mas numa reflexão profunda, num olhar clínico e partindo da afirmação de S. Tomás, segundo a qual “uma lei em desuso deve e pode ser substituída por um costume ditado pela tradição cultural em vigor numa sociedade” e ainda da afirmação segundo a qual “ a lei para a sua aplicabilidade baseia-se ou tem como sustentáculo os costumes, podemos chegar a conclusão de que tem de haver uma relação muito íntima entre estas duas realidades.

CONTEXTOS CULTURAIS NA ELABORAÇÃO DA LEI

A cultura é definida como sendo «um conjunto de aspectos das sociedades humanas que são aprendidos e herdados, partilhados pelos membros tornando possível a cooperação e a comunicação, formando do mesmo modo um contexto comum em que os indivíduos de uma sociedade vivem as suas vidas»¹⁰⁷.

Mas não excluindo a cultura, surge a afirmação de que “ os vínculos formais começam por formar-se em certos meios de convivência directa, e o primeiro desses meios é, normalmente, resultante do parentesco, a família. Logo a seguir, a aldeia, a vila, a cidade, e só mais tarde a Igreja, a sociedade profissional, o Estado, a sociedade internacional, etc.”¹⁰⁸.

A desorientação generalizada a que assistimos, por causa da carência dos princípios morais, dos parâmetros válidos para os próprios juízos e para a própria conduta, a fotocópia das leis estrangeiras teve como consequência lógica perversão dos costumes, pois as pessoas mais do que nunca tornam-se dia após dia escravas dos seus próprios instintos: egoísmo, o prazer, o ódio, o poder e a violência, traindo deste modo a cultura genuína propensa ao respeito e à defesa da vida, ao altruísmo, à hospitalidade, ao diálogo, ao convívio, à paz, à amizade, etc., a verdade é que “a degeneração dos costumes revela também a miséria e a crise da cultura, da vida e das leis”¹⁰⁹.

A partir destas premissas podemos chegar à afirmação de que na elaboração da lei os contextos culturais têm e devem ter grande ressonância, porque, como vimos acima, a crise dos costumes desestabiliza todo e qualquer sector social, mormente as leis. Isto é, todo e qualquer órgão social encontra-se em íntima relação com outros, os quais estabelecem entre si interconexões. E deste modo, o fraco funcionamento de um condiciona o bom funcionamento de outros. É mediante a apresentação destas interconexões que indagamos o que temos sublinhar:

- Toda a lei deve basear-se nos contextos culturais de um determinado povo
- Toda a lei deve acompanhar o desenvolvimento dos costumes e da própria sociedade
- Toda a lei deve basear-se em factos reais e não utópicos

¹⁰⁷ Antony Guiddens , Sociologia, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª ed, Lisboa, p. 22

¹⁰⁸ Marcelo Caetano, Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, ed, Almedina, 6ª ed, Coimbra, 2009, p. 2

¹⁰⁹ José Manuel Imbamba, *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos*, ed Paulus, Luanda, 2003, p.131

- Toda a lei deve servir para o bom funcionamento da sociedade e não para proteger alguns e desproteger outros;
- A lei em si deve ser ressonância do agir da sociedade.

Quanto ao primeiro aspecto, devemos voltar a dizer que uma lei que não tem em vista o meio em que será aplicada e implementada, é uma lei inútil para a sociedade, porque os contextos culturais atendem os problemas da vida, do indivíduo ou do grupo, e as sociedades necessitam dela para sobreviverem; pois ambas estão intimamente relacionadas: «não há contextos culturais sem leis, como não há leis sem contextos culturais»¹¹⁰.

Neste sentido uma lei transportada de um determinado contexto para outro, torna-se numa verdadeira ditadura obrigando os cidadãos a submeterem-se a ela e não o inverso. Pois “a lei foi e é feita para o homem num determinado contexto cultural e não o hoje para as leis”.

Por isso, toda a lei deve acompanhar o desenvolvimento dos costumes e da própria sociedade, pois que tudo no mundo está sujeito a mudanças, inovações e consequentemente a lei deve fundamentar-se e solidificar-se nestas mudanças. Porque para cada situação um costume, para cada costume uma lei e toda a lei para cada situação. Formando assim um círculo como que vicioso em que cada um norteia e dá origem a outro. Deste modo, “sempre em cada contexto cultural de uma determinada colectividade se introduz um elemento novo qualquer, de ordem material e imaterial, isto é, o aparecimento de uma nova técnica, o aparecimento de uma forma nova de comportamento ou de uma moda nova, ou de uma nova corrente de pensamento”¹¹¹.

Disto, nos vem à tona o terceiro aspecto em que a lei deve baseia-se em factos reais, pois que a lei surge de uma realidade e para uma realidade se destina; a realidade dita as leis e as leis regem as realidades. Deste modo, “uma lei utópica somente a utopias se aplica”, porque «a função legislativa é pois função do Estado que abrange a prática dos actos que formam a realidade»¹¹² e neste comenos, nenhuma lei se solidifica na utopia porque a imaginação particular não faz o comportamento, ou melhor, não rege a vida social.

Sobre o quarto aspecto, em que a lei deve servir para o ordenamento do bom funcionamento da sociedade, e não para o benefício de alguns, é apresentado aqui como uma forma que nos leva a reflectir o caso actual das leis que implicitamente defendem os caprichos dos “máximos” e debilitam o recto funcionamento dos “mínimos”; isto é, actualmente, em muitos países as leis são promulgadas em virtude dos caprichos dos mais ricos em detrimento dos mais pobres. Como consequência temos hoje a crise dos casos sociais, pois as leis que deviam orientar a sociedade para o seu funcionamento não

¹¹⁰ Eva Maria LAKATOS e Marina de Andrade MARCONI, *Sociologia Geral*, ed Atlas, 7ª ed, S. Paulo, 1999, p. 148

¹¹¹ Orlando Bravo, *Sociologia Geral*, *Opus. Cit.*, p. 183

¹¹² Marcelo Rebelo de Sousa e Sofia Galvão, *Introdução ao Estudo do Direito*, *Opus. Cit.*, p. 39

se adequam aos contextos culturais vividos e vivenciados pela sociedade, mas servem somente para a adequação aos contextos e vivenciados pelos mais ricos.

Por fim, temos o quinto aspecto, focalizando que a lei deve ter ressonância do agir da sociedade, porque a sociedade possui normas, costumes que norteiam a sua vida, e porque até ao balanço de tudo, as leis surgem ou se baseiam naqueles; logo toda a lei deve ser o espelho da vida social de modo que esta, no seu modo de actuação quotidiana tenha em conta os ditames da lei. Isto é, a vida de cada cidadão deve ser revista na lei do seu país, ou nas leis que regem a sociedade em que cada um se insere, porque se a lei falha recorre-se as normas sociais.

Mediante estes aspectos vemos o quanto são importantes os contextos culturais no processo de elaboração da lei, porque como já o dissemos acima, o fundo da lei são os contextos que norteiam a sociedade, e estes mesmos contextos devem estar assentes nas leis, normas e costumes, para a solidificação comportamental da sociedade segundo os parâmetros por aqueles estabelecidos.

BIBLIOGRAFIA

AAVV, *O Conhecimento do Homem no Século XXI*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1966

AAVV. *Costumes*, in *Grande Enciclopédia portuguesa – Brasileira*, editorial Enciclopédia Ltda, Lisboa-Rio de Janeiro, 1940

AQUINO, S. Tomas de, *Summa Theologica*, I_II, q 95, a 2

AQUINO, S. Tomas de, *Summa Theologica*, Livro I_II, qq 97, aa 3, vol., VI

BRAVO, Orlando, *Direito*, Porto editora, 3ª ed, Porto, 1989

CAETANO, Marcelo , *Manual de Ciência política e direito Constitucional*, ed Almedina, 6ª edição, Coimbra, 2009.

D. Runes, *Dicionário de Filosofia*, ed., Presença, Lisboa, 1990

IMBAMBA, José Manuel, *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos*, ed Paulus, Luanda, 2003

JAPIASU, Hilton e MANCONDES, Danilo, *Dicionário Básico de Filosofia*, 5ª ed., ed Zahar, Rio de Janeiro, 2008

LAKATOS. Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade, *Sociologia Geral*, ed., Atlas, 7ª ed., S. Paulo, 1999

SOUSA, Marcelo Rebelo e GALVAO, Sofia, *Introdução ao estudo do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed, Lisboa, 1993.

DIREITO

Pluralismo Jurídico y Derechos Humanos

Jorge Buitrago¹¹³

jorgecruz.b@hotmail.com

Resumen: *El pluralismo jurídico* constituye en nuestros días una fuente de indudable riqueza conceptual que, paradójicamente, despierta poco interés en las facultades y entre los estudiosos del derecho. Abordar un concepto distinto del tradicional derecho positivo, entendido como aquel en el que se concibe la Ley como fuente formal y al Estado como fuente material, nos remite a dos interrogantes que buscaré en la primeras páginas responder. En primer lugar, comprender qué es el pluralismo jurídico, a partir de un análisis conceptual empleado por diferentes estudios que desbordan la órbita de la teoría jurídica y de la filosofía del derecho. Una vez abordado el concepto, trataré de comprobar la existencia de las diferentes escalas del pluralismo jurídico y, en esta medida, procuraré responder a la siguiente pregunta: ¿Son los Derechos Humanos una manifestación del pluralismo jurídico?

Palabras Claves: Pluralismo Jurídico, Derechos Humanos, Globalización.

Abstract: Today legal pluralism constitutes a rich source of knowledge. Paradoxically, it has been largely neglected within the faculty of law and among legal scholars. While traditional positive law perceives law and the State as the formal and material source, legal pluralism is distinct. Therefore, new research questions arise given this distinction. First it is necessary to understand: What is legal pluralism? This requires a conceptual analysis one that goes beyond legal theory and philosophy. Following a detailed examination of this concept, I will also investigate the contrasting scales of legal pluralism and attempt to answer the question: Are Human Rights a manifestation of legal pluralism?

Keywords: Legal Pluralism, Human Rights, Globalization.

¹¹³ Magíster en Estudios Avanzados en Derechos Humanos, Universidad Carlos III de Madrid–España. Abogado de la Universidad Santiago de Cali–Colombia. Realizó estudios de Lengua y Civilización Francesa, Universidad Rennes II–Francia.

1. Algunas nociones preliminares sobre el pluralismo jurídico

Antes de abordar el concepto de lo que algunos autores definen como *pluralismo jurídico*, considero pertinente acercarme a la definición que de pluralismo, encontramos en algunos diccionarios. En primera instancia, es necesaria una aproximación filosófica y jurídica. En segunda instancia, la búsqueda comporta acercarnos al concepto empleado por la sociología y la antropología del derecho y, finalmente; tomar el concepto que han construido algunos teóricos del derecho sobre el pluralismo jurídico.

1.1. Aproximación filosófica del concepto de pluralismo

En este epígrafe tan solo tendré en cuenta la definición que de pluralismo nos da José Ferrater Mora, para quien, debe entenderse como pluralismo: “la doctrina según la cual hay más de una realidad, o más de un tipo de realidad”¹¹⁴. Según el citado autor, la doctrina según la cual sólo existe una realidad, o sólo un tipo de realidad es la conocida como <<Monismo>>¹¹⁵. De igual manera, hay otras doctrinas para las que existen dos realidades, que se conocen como <<Dualismo>> y, para otras, existen tres realidades; éstas se conocen como <<Trilateralismo>>. FERRATER MORA señala que el pluralismo puede ser estudiado desde dos perspectivas filosóficas. Una primera es la del *pluralismo epistemológico*, que debe entenderse como aquel pluralismo que es antireduccionista, mientras que, por otro lado, el monismo suele ser reduccionista. También puede estudiarse el pluralismo desde otro punto de vista que es el *pluralismo metafísico* (u ontológico), en esta perspectiva encontramos tres posiciones o especies del pluralismo. La primera es el <<monopluralismo>>, que consiste en la afirmación de que hay una “pluralidad de realidades o de tipos de realidad, independientes en cuanto que cada una no necesita de otras, pero interrelacionadas en cuanto que cada una se halla en interacción con otras”¹¹⁶. En otras palabras, el *monopluralismo* debe ser entendido como la existencia de varias realidades que conservan cierta independencia respecto de las otras, pero que se encuentran interrelacionadas. La segunda especie es la del <<pluralismo absoluto>>, que a diferencia del monopluralismo, considera que no existe ninguna relación o interacción entre las realidades. La tercera especie es llamada por Ferrater Mora como <<pluralismo armónico>>, que consiste en la afirmación de que “cada realidad, o tipo de realidad, es metafísicamente independiente, pero hay un principio de armonía que conjuga todas las realidades y todos los tipos de realidad entre sí”¹¹⁷. A la anterior clasificación, puede sumársele dos más que son: el << pluralismo tomista>> y, el <<pluralismo monadológico>>. Se entiende que las doctrinas filosóficas anteriores, son las constituyentes de la realidad declarada << plural>>¹¹⁸.

¹¹⁴ FERRATER MORA, J., *Diccionario de Filosofía*, Ariel, 2ª ed., Barcelona, 2009, pág. 2817.

¹¹⁵ FERRATER MORA, J., *Diccionario de Filosofía*, op. cit., pág. 2817

¹¹⁶ FERRATER MORA, J., *Diccionario de Filosofía*, op. cit., pág. 2817

¹¹⁷ FERRATER MORA, J., *Diccionario de Filosofía*, op. cit., pág. 2817

¹¹⁸ FERRATER MORA, J., *Diccionario de Filosofía*, op. cit., pág. 2817

De todas las doctrinas que explican el pluralismo, considero que, -prematuramente- la que más se puede aproximar a un concepto de pluralismo jurídico, es la del *pluralismo armónico*, que la encontramos dentro de la categoría del pluralismo metafísico u ontológico –puesto que podríamos afirmar (hipotéticamente) que existen varias realidades jurídicas independientes, pero también que existe, si se permite la expresión, un núcleo común que conecta estas realidades. En el caso del pluralismo jurídico, ese núcleo común seguiría estando representado por la institución llamada Estado¹¹⁹, pero también por las organizaciones internacionales, las organizaciones sociales, los movimientos sociales, tal como lo veremos en líneas seguidas.

1.2. Aproximación jurídica al concepto de pluralismo

Como trataré de demostrarlo en las páginas siguientes, el pluralismo jurídico ha sido histórica y sistemáticamente desplazado de los estudios jurídicos, es decir, de la teoría jurídica y la filosofía del derecho. Es quizá por esta razón, que su búsqueda conceptual presenta varias dificultades. En algunos diccionarios de términos jurídicos encontramos definiciones de pluralismo y de pluralismo político. El concepto de pluralismo jurídico al parecer no ha sido abordado por la teoría jurídica, ni suficientemente por la filosofía del Derecho. No obstante la anterior afirmación, el profesor MANUEL ATIENZA, entre otros, en un reciente diccionario intenta definir qué es pluralismo jurídico. Según el citado autor, “la expresión <<pluralismo jurídico>>, posee dos acepciones potenciales: por un lado, la coexistencia en un mismo espacio geográfico y sociopolítico de dos a más ordenamientos jurídicos (*pluralismo externo*) por otro, la aceptación en el marco de un mismo ordenamiento jurídico de un número de fuentes normativas (*pluralismo interno*)”¹²⁰. El primer caso, el de la coexistencia de dos o más ordenamientos jurídicos, puede presentarse en algunos países que comporten sistemas jurídicos diversos: los indígenas en Latinoamérica, las minorías étnicas en el continente africano. El problema de esta visión de *pluralismo externo* reside, según ATIENZA, en la pérdida del monopolio de la legalidad y de la jurisdicción por parte del Estado. Por otra parte, la tesis del *pluralismo externo* rechazaría la concepción reduccionistas del Estado como única fuente material de producción del derecho. En el segundo caso (*pluralismo interno*), relativo a la aceptación de diferentes fuentes normativas, pues es quizás la forma informal de admisión de otras realidades normativas, como por ejemplo la integración en el marco constitucional de los derechos humanos.

Tal como quedo expresado al principio de este epígrafe, la literatura jurídica en materia de pluralismo jurídico se encuentra relegada al olvido. Algunos diccionarios han tratado de definir el pluralismo recurriendo a otras disciplinas. Tomemos como base la

¹¹⁹ Al respecto, Francisco Javier Ansúategui Roig, señala que el concepto de derechos, es un concepto jurídico, es decir que solamente se puede hablar de derecho/s en sentido estricto, cuando se encuentran institucionalizado. Cfr. ANSUÁTEGUI ROIG, F. J., “Argumentos para una teoría de los derechos sociales”, en: *Revista Derecho del Estado*, núm. 24, Bogotá, pág.47, 2010.

¹²⁰ ATIENZA, M., “Pluralismo Jurídico”, en: Antonio Enrique Pérez Luño (et al), *Diccionario Jurídico. Filosofía y Teoría del Derecho e información jurídica*, Comares, Granada, 2004, pág. 128.

siguiente definición según la cual el pluralismo (sin el adjetivo jurídico) es: “un sistema que reconoce la distribución del poder o de diversas doctrinas políticas, ideológicas, económicas, etc., para evitar el despotismo y la concentración autoritaria. Se le ha considerado siempre principio esencial de los regímenes democráticos; en política, acerca al ciudadano a la toma de posiciones, y sobre todo posibilita su participación”¹²¹. De la anterior definición se pueden extraer algunas características importantes. La primera es su precisión al señalar el reparto de poder, pero, seguidamente, encontramos su omisión en cuanto al termino “jurídico”, lo cual nos conduce a la hipótesis de que el pluralismo se daría en otras esferas relacionadas con al poder, excepto en el ámbito del Derecho.

1.3. Otras aproximaciones al concepto de pluralismo jurídico

Al parecer las dos disciplinas que se han ocupado del pluralismo jurídico con más fuerza son la antropología jurídica y la sociología jurídica. En este sentido, existen varias acepciones sobre el pluralismo jurídico que el tratadista ANDRÉ-JEAN ARNAUD clasifica de la siguiente manera: 1. **En derecho**: “existencia simultanea, en el seno de un mismo orden jurídico, de reglas de derecho diferentes aplicándose a situaciones idénticas”¹²². 2. **En sociología del Derecho**: coexistencia de una pluralidad de cuadros o sistemas de derecho en el seno de una unidad de análisis sociológico dada (sociedad local, nacional, mundial)¹²³. 3. **En antropología del Derecho**, tenemos tres concepciones. a) corriente doctrinal insistente sobre el hecho que toda sociedad, a niveles en que la variabilidad depende esencialmente de su estructura social, practica una multiplicidad jerarquizada de ordenamientos jurídicos: es aquella situación donde, en el seno de una sociedad determinada, los mecanismos jurídicos diferentes se aplican a situaciones determinadas”¹²⁴. b) **En el plano político**, ARNAUD considera que, “las diversas teorías antropológicas del pluralismo jurídico tienden a relativizar la tendencia del Estado a presentarse, gracias a la preeminencia de la ley, como la fuente principal del derecho”¹²⁵. Las piezas conceptuales aportadas por ARNAUD, no son suficientes para entender lo que realmente puede ser el pluralismo jurídico. El reconocido sociólogo no nos aporta una definición jurídica sobre el problema en cuestión, no nos dice qué entiende por Derecho, ni qué es el pluralismo jurídico en sentido estricto.

Ahora cabe destacar la visión teórica que tienen algunos tratadistas a cerca del tema en cuestión. En consecuencia, el profesor OSCAR CORREAS emplea dos definiciones que pueden aportarnos más luces sobre el tema en cuestión. Según CORREAS, debe entenderse el pluralismo jurídico “como la coexistencia, en un mismo territorio, de dos a más sistemas jurídicos; es decir, de normas organizadas alrededor de distintas normas

¹²¹ VILLA –REAL MOLINA R., Y DEL ARCO TORRES, M. A., *Diccionario de Términos Jurídicos*, Comares, Granada, 1999, pág. 378.

¹²² ARNAUD, A-J., *Dictionnaire Encyclopédique de Théorie et de Sociologie du Droit*, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1998, pág. 302.

¹²³ ARNAUD, A-J., *Dictionnaire Encyclopédique de Théorie et de Sociologie du Droit*, op. cit., pág. 302.

¹²⁴ ARNAUD, A-J., *Dictionnaire Encyclopédique de Théorie et de Sociologie du Droit*, op. cit., pág. 303.

¹²⁵ ARNAUD, A-J., *Dictionnaire Encyclopédique de Théorie et de Sociologie du Droit*, op. cit., pág. 303.

de reconocimiento”¹²⁶. Líneas seguidas emplea otra definición: “definiremos *pluralismo jurídico* como la coexistencia, en el tiempo y en el mismo territorio, de dos a más sistemas normativos eficaces”¹²⁷.

En estas dos definiciones vemos como se pasa de entender al pluralismo jurídico¹²⁸ como un sistema jurídico -en la primera definición-; al pluralismo como sistema normativo. El autor no explica este *salto* conceptual entre sistema jurídico y sistema normativo. Tengamos en cuenta que un sistema normativo¹²⁹ no es lo mismo que un sistema jurídico. Un sistema normativo puede plantearse en la universidad, en la familia, en la iglesia, en suma, en cualquier institución distinta a la del Estado. Sin embargo, ¿es jurídica la sanción que pudiese establecer un padre de familia, de no permitirle a su hijo salir a determinadas horas?, ¿Es jurídico que un sacerdote te imponga la obligación de dar diezmos a la iglesia cada mes?, Ahora: ¿Qué es lo que hace a una norma jurídica o no? Según MANUEL ATIENZA, una norma puede calificarse de jurídica, cuando existe una sanción de carácter externo, proveniente de la fuerza física institucionalizada¹³⁰. Entonces, ¿qué es un sistema jurídico? Correa advierte que, sistema jurídico es “todo conjunto de normas organizadoras de la violencia, que pueden ser extraídas de discursos producidos por funcionarios, designados, por discursos anteriores, y de las cuales puede decirse que están organizadas por una norma fundante *eficaz*, es decir que cuenta con el reconocimiento necesario para la permanencia del mismo grupo en el poder”¹³¹. En fin, afirmemos que la realidad jurídica llamada *derecho* cuenta con dos elementos que en la lógica positivista representan su parámetro de existencia: La Institucionalidad y la Sanción. Todo lo que no se encuadre dentro de este binomio, no podría ser denominado como Derecho. Desde esta perspectiva el pluralismo jurídico no sería Derecho. Por el momento, veamos los distintos periodos del fenómeno objeto de estudio.

2. Periodos del pluralismo jurídico

2.1. Pluralismo jurídico clásico

El estudio del pluralismo jurídico en sentido clásico nos remite a la época colonial como crisol donde se mezclaban dos órdenes jurídicos/normativos distintos: por un lado el

¹²⁶ CORREAS, O., *Introducción a la Sociología Jurídica*, Fontamara, México, 1999, pág. 100.

¹²⁷ CORREAS, O., *Introducción a la Sociología Jurídica*, op.cit., pág. 103

¹²⁸ Tratando de ser aún más precisos, podríamos sostener que: no habría pluralismo jurídico en sentido lato, sino fenómenos del pluralismo jurídico¹²⁸, fenómenos múltiples, pertenecientes a categorías diversas, que pueden estar por encima del Estado, por debajo del mismo o, compartir las competencias, como el caso del derecho de los indígenas en algunos países como en Colombia. Vid. GONZÁLEZ LAJOIE, N., “El pluralismo jurídico en Carbonnier”, en: *Anuario de Filosofía del Derecho*, Tomo XV, Madrid, 1998, pp. 165-186.

¹²⁹ El concepto de norma y de lo normativo ha sido ampliamente debatido, para M. Atienza, las normas son directivas, es decir enunciados que tratan de influir en el comportamiento de aquellos a quienes van dirigidos, en este sentido las normas pertenecen a una categoría fuerte y especial de directivas, que se denominan prescripciones. Vid. ATIENZA, M., *Introducción al Derecho*, Club Universitario, Alicante, 1998, pág. 29.

¹³⁰ vid., ATIENZA, M., *Introducción al Derecho*, op.cit., pág. 29.

¹³¹ CORREAS, O., *Introducción a la Sociología Jurídica*, op.cit., pág. 101.

sistema jurídico europeo y, por el otro; el sistema normativo que llamaremos originario. Este proceso de *mestizaje* se llevó a cabo por la colonización de los pueblos en América, África y Asia por parte de las potencias europeas. En este contexto, no sólo existió un *trasplante* de sistemas de regulación de conductas: la llegada de los habitantes del viejo continente trajo consigo, nuevas pautas de vida, nuevas formas de concebir el mundo; a partir de la lengua, la religión, la moral y la ley. Lo descrito hasta este momento ha sido objeto de amplias investigaciones por parte de los estudiosos/as de la ciencias sociales. Una de ellas es la profesora SALLY ENGLE MERRY, quien desde una perspectiva más sociológica y antropológica que puramente jurídica, aborda el fenómeno del pluralismo jurídico.

Para la citada profesora, el proceso clásico de pluralismo jurídico debe entenderse como la “intersección entre los derechos europeos y nativos”¹³². En otras palabras, debe entenderse como la imposición de nuevas normas de conducta por una organización externa política y jurídicamente diferente. La imposición de sistemas jurídicos, fue justificada a partir de algunos estudios que demostraban la inferioridad de los pueblos “descubiertos”, su “anarquía”, su “salvajismo” -en el caso de los pueblos originarios de América-, su “barbarismo”- tratándose de los pueblos del continente Africano-. Para ser más exactos: “el trasplante de las instituciones jurídicas occidentales a los contextos coloniales no sólo es visto como una necesidad gubernamental, sino también, como un medio para lograr la erradicación del salvajismo y la construcción de la civilización.”¹³³ La existencia de una pluralidad jurídica, propia de los sistemas feudales y coloniales, condujo a la promulgación de un solo orden jurídico, jerarquizado y con capacidad para imponer penas. Recordemos que es con el nacimiento del Estado- nación, en su sentido moderno¹³⁴, que se refuerza la idea de tener un Derecho estatal fuerte y concentrado. Sin duda, el sustento jurídico fue elaborado por el positivismo jurídico que define al Derecho como aquel que es producido en el seno del Estado. En este sentido, el aplastamiento y aniquilación de la diversidad cultural, social, política y normativa de los pueblos originarios, tiene su sustento en las tesis monistas para las cuales -como ya se señaló- solo existe una realidad y en nuestro caso, sería la del Derecho, entendido como derecho estatal.

El pluralismo jurídico clásico tiene algunas características que van a ser retomadas por lo que MERRY SALLY llama como *nuevo pluralismo jurídico*. La citada autora

¹³² ENGLE MERRY, S., (et al). *Pluralismo jurídico*, estudios preliminares y trad. de. Libardo Ariza Higuera y Daniel Bonilla Maldonado, en: Sally Engle Merry (et. al), Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007, pp. 90- 91.

¹³³ ARIZA HIGUERA, L y BONILLA MALDONADO, D., “El Pluralismo Jurídico. Contribuciones, debilidades y retos de un concepto polémico”, en: Sally Engle Merry, (et al). *Pluralismo jurídico*, op.cit., pág. 43.

¹³⁴ Según Hannah Arendt, la Revolución francesa (1789) cambió drásticamente todas las condiciones políticas de todo el continente europeo, ya que surgieron los Estados-nación en su sentido moderno. Y con el nacimiento del estado- nación, las ideologías nacionalistas. Vid. ARENDT, H., “Antisemitismo”, en: Hannah Arendt, *Los orígenes del totalitarismo*, trad.de. Guillermo Solana, pról.de. Salvador Giner, Alianza, Madrid, 2006, p. 79. Por su parte, Habermas, nos recuerda que las clásicas naciones-Estado del Norte y del Oeste de Europa se fueron formando a partir del tratado de Paz de Wesfalia de 1689. Cfr. HABERMAS, J., *La inclusión del otro: estudios de teoría política*, trad.de. Juan Carlos Velasco Arroyo, Paidós, Barcelona 1999, pág.81.

considera que existen tres grandes contribuciones del pluralismo jurídico clásico, clasificadas en los siguientes términos:

- a) La primera sería el análisis de la interacción entre órdenes normativos que son fundamentalmente diferentes en su estructura conceptual subyacente;
- b) La segunda es la atención que presta a la elaboración del derecho consuetudinario como producto histórico;
- c) La tercera es el esquema de la dialéctica entre ordenes órdenes normativos.

Lo anterior puede interpretarse en una idea general que representa no sólo el choque entre ordenamientos jurídicos/normativos diferentes, sino, una presunta aceptación del derecho consuetudinario por parte de las potencias colonizadoras. Dicha aceptación -eso sí- de algunas prácticas primitivas, fueron producto de una muy bien definida práctica ideológica de denominación colonial.

2.1 *Nuevo Pluralismo jurídico*

La tradición jurídica europea liberal que encierra el Derecho dentro de las fronteras estatales, olvido por completo la existencia de realidades jurídicas/normativas distintas que existían y las que se estaban produciendo. Los nuevos estudios acerca del pluralismo jurídico, parten de una nueva realidad propia del surgimiento de otras categorías y formas de organización que están por fuera o cohabitan con las instituciones del Estado. Es el caso de las comunidades indígenas, organizadas con sus propias normas morales, políticas y jurídicas¹³⁵. También del surgimiento de grupos guerrilleros y movimientos sociales que establecen en determinados territorios formas de regulación alternativas de la vida social.

En Europa la situación ha sido más compleja, entre otras cosas, por el tamaño pequeño de los países y la hegemonía de la formula Estado–nación. Pero, cabe preguntarse: ¿cuál fue la situación de Europa una vez terminada la I Guerra Mundial y la Posguerra?, ¿Fue suficiente el Derecho interno de cada Estado para regular la situación de algunos pueblos sin Estado? Al parecer el pluralismo jurídico vuelve a *renacer* en el contexto académico y político, por un lado; a partir de terminados los conflictos bélicos y, de otro lado; por la industrialización de las potencias europeas. Observemos lo anterior de manera más detallada: afirmemos que la necesidad de regular la situación de aquellos que lo habían perdido todo, de otorgar status a los refugiados y apátridas, de establecer un régimen para las minorías, de todo este abanico de situaciones sociales y políticas, hace que éste fenómeno comience una nueva ruta. En este contexto es que puede ser

¹³⁵ Es necesario tomar en cuenta que algunas comunidades indígenas tienen el reconocimiento Constitucional de sus sistemas de organización, que contemplan, también, la capacidad de las mismas para regular y castigar el comportamiento de sus habitantes.

válida la afirmación de que “el pluralismo jurídico se encuentra prácticamente en todas las sociedades, sin importar si tienen un pasado colonial”¹³⁶. A la existencia de pluralismo jurídico en sociedades no colonizadas y, particularmente, en los países industrializados, es que se refiere la teoría del nuevo pluralismo jurídico, empleada por ENGLE MERRY¹³⁷. Como bien lo señala DE SOUSA SANTOS, “la relación entre el sistema jurídico oficial y los otros órdenes que se articulan con él deja de ser vista como algo apartado o diferente y es abordada como una relación más compleja e interactiva, en la que se ve la pluralidad jurídica como parte del campo social.”¹³⁸

En consonancia con lo afirmado por DE SOUSA SANTOS, podríamos considerar que el campo de actuación de lo que conocemos como Derecho, es -insistimos nuevamente- más amplio en la actualidad de lo que se suele pensar. En un mundo globalizado cuyo sistema económico esta abanderado por el capitalismo en expansión, por la política neoliberal, no se puede seguir hablando del Derecho tan solo en los contornos del viejo esquema del Estado-nación. Desconocer que existen instituciones jurídicas a nivel internacional que producen Derecho, es restarle importancia a una realidad que habla por sí sola, o es que acaso, ¿la normatividad Comunitaria de la Unión Europea no es de obligatoria aplicación en los Estados partes?, ¿Es que las resoluciones adoptadas por La Asamblea General y el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas no son aplicadas por los Estados parte? (Claro, a excepción de Estados Unidos). Estas instituciones internacionales configuran lo que DE SOUSA SANTOS ha llamado *pluralidad jurídica posmoderna*, la cual constituye un tercer periodo en la elaboración teórica que venimos desarrollando.

Finalmente, para cerrar este epígrafe, podemos señalar que, las bases del *nuevo pluralismo jurídico* se construyen bajo el siguiente objetivo general: confrontar la tesis positivista del derecho, para la cual el Derecho solo es aquel que tiene su origen en el Estado. Anotando un matiz más, *el nuevo pluralismo jurídico* estaría determinado por la convergencia de una pluralidad de campos jurídicos diferentes pero no aislados.

2.3. *Pluralidad jurídica posmoderna*

La clasificación teórica expuestas en los dos epígrafes anteriores se diferencia de la propuesta teórica elaborada por DE SOUSA SANTOS, en la medida en que éstas centraban sus estudios en el plano local y nacional, es decir, entre los Estados potencia y los pueblos coloniales. La propuesta de la existencia de una pluralidad jurídica posmoderna, parte de la idea de que hay órdenes globales que coexisten, supraestatalmente, en el sistema mundo, tanto con el Estado como con los ordenes

¹³⁶ Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica. Para un nuevo sentido común en el Derecho*, trad. de. Carlos Lema Añón (et. al), Trotta/ Ilsa, Madrid, 2009, pág. 55.

¹³⁶ ARIZA HIGUERA, L y BONILLA MALDONADO, D., “El Pluralismo Jurídico. Contribuciones, debilidades y retos de un concepto polémico”, op.cit., pág. 50.

¹³⁷ Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit., pág. 55.

¹³⁸ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit., pág. 55.

jurídicos infraestatales¹³⁹. El énfasis en este periodo del pluralismo jurídico, lo podemos sintetizar en dos puntos:

- a) Las formas jurídicas (regulaciones, instituciones, culturas) que son transnacionales en su origen local o nacional, se reproducen globalmente mediante mecanismos distintos a las típicas relaciones interestatales;
- b) Los campos jurídicos nacionales, como los órdenes jurídicos estatales e infraestatales o locales, en la medida en que son transformados por los movimientos sociales transnacionales que persiguen una determinada estrategia jurídica¹⁴⁰.

El estudio de los órdenes jurídicos globalizados, no parte del tradicional derecho público, en el cual las relaciones jurídicas se establecen entre los Estados. En este modelo teórico y empírico, se analizan diferentes actores que debido a su papel en lo que conocemos como sociedad civil internacional, constituyen nuevas formas de relación que no son precisamente las que emanan de las instituciones del Estado. La propuesta teórica tiene su base en la formación de nuevos campos jurídicos articulados, por lo que DE SOUSA SANTOS denomina como: “la globalización del campo jurídico”.¹⁴¹

Recapitulemos: Las teorías de ENGLE MERRY fueron analizadas a partir de dos realidades. Por un lado, la “imbricación” entre los sistemas europeos y sistemas nativos y, por el otro; la existencia de una pluralidad de ordenes normativos, en las relaciones del capitalismo industrial. La tercera propuesta presentada por DE SOUSA SANTOS, nos conduce al terreno de la Globalización, no sólo como proceso económico, propio del capitalismo en expansión, sino en los diferentes campos donde las relaciones infraestatales se manifiestan, es decir; en los campos culturales, políticos, sociales, religiosos y, por supuesto, jurídicos. Sin duda, este marco de relaciones se encuentra por encima del esquema piramidal *Kelseniano*. Un buen ejemplo sobre el que podemos reflexionar es el del Derecho de la Unión Europea, en el que los Estados ceden parte de su soberanía en materia de regulación económica y, por supuesto; legislativa. A la convergencia entre derecho estatal y el derecho comunitario, se ha dado el nombre de Derecho Policéntrico, que debe ser entendido como “aquel que designa la multiplicidad de centros de decisión jurídica en un determinado sistema (...). El concepto de policentricidad remite al de pluralismo, y pone el acento en la producción de la norma”¹⁴². De esto se desprende que la existencia de nuevas realidades jurídicas escapa del reducido ámbito de estudio tradicional de la teoría jurídica. Si bien es cierto, el Estado continúa siendo en un primer momento o escala, el productor por antonomasia del Derecho, también es cierto que la existencia de otro tipo de regulaciones jurídicas

¹³⁹ Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit., pág. 67.

¹⁴⁰ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit., pág. 290 – 291.

¹⁴¹ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit., pág. 292.

¹⁴² ARNAUD, A. J. y FARIÑAS DULCE, M.J., *Sistemas Jurídicos: Elementos para un análisis sociológico*, 2ª ed., Universidad Carlos III de Madrid – BOES, Madrid, 2006, pp. 303 y ss.

hace que cada día sea más necesario replantearnos la realidad denominada como pluralismo jurídico.

3. Las escalas del pluralismo jurídico

Tal como quedo expuesto al inicio del presente escrito, para poder discernir lo llamado “escalas del pluralismo jurídico”, haremos hincapié en los análisis empíricos realizados por BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. En este sentido, DE SOUSA SANTOS, clasifica los campos jurídicos, utilizando algunos ejemplos empíricos que considera fundamentales para comprender el contexto en el cual se ha desarrollado la figura del pluralismo jurídico. El sociólogo propone tres escalas: La Local, la Nacional y la Global.

3.1 *La local.* Para explicar este campo jurídico nos remitiremos brevemente a un ejemplo de pluralidad de órdenes jurídicos que coexiste con la legalidad del ordenamiento jurídico estatal. Es el caso de una población de Rio de Janeiro, a quien SANTOS llama “PASARGADA”. Como se podrá ver, la línea divisoria entre los tres campos (Local, Nacional y Global) no es del todo clara, dado que pueden mezclarse, imbricarse, confundirse.

*Pasargada*¹⁴³. El derecho de los oprimidos: La construcción de formas alternativas de regulación social, no significa el desconocimiento de la existencia de un orden jurídico centralizado, pero sí significa (en términos políticos) que el Estado no cubre satisfactoriamente las necesidades de los más necesitados. La organización en las Favelas de Brasil nos demuestra la dicotomía entre la legalidad estatal y la legalidad alternativa. El estudio de campo realizado por SANTOS, se fue formando con una visión funcional del Derecho: para la creación del conflicto, para la prevención del conflicto y para la resolución del conflicto¹⁴⁴. Partiendo de estas ideas generales, SANTOS analizó la manera como los habitantes de “Pasargada” construían sus propias formas de resolución de conflictos, basadas muchas de ellas en técnicas del derecho estatal, pero sin la intervención de ninguna institución judicial.

Los habitantes de Pasargada tienen varias formas de asociación con fines diversos, pero entre la que podemos destacar, es la llamada “Comisión de Electricidad y la Asociación de Residentes”. Aquel fue el primer órgano que se creó con la finalidad de organizar la participación autónoma y colectiva de los habitantes en proyectos de infraestructura y cívicos comunitarios¹⁴⁵. Esta forma de asociación creó una especie de estatuto en el que se estableció, entre otras cosas, su legalidad en aras de mantener el orden. La asociación

¹⁴³ Es necesario tener en cuenta que SANTOS utiliza el nombre de Pasargada para denominar su campo de trabajo: una de las muchas Favelas de Rio de Janeiro, no obstante, la palabra es retomada de un poema escrito por el poeta Brasileño Manuel Bandeira. Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica. Para un nuevo sentido común en el Derecho*, op.cit, pág. 132.

¹⁴⁴ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 134.

¹⁴⁵ Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 151.

resuelve todo tipo de asuntos jurídicos, menos los penales, en estos casos sus integrantes le piden a las personas hacer conocer del asunto a la policía.

La organización de sistemas paralelos de regulación, nace como respuesta a la falta de intervención del Estado en las comunidades más pobres, el ejemplo de Pasargada nos ilustra, hasta donde puede llegar el campo de aplicación del Derecho, concebido como el creado y aplicado por las autoridades estatales. La realidad política, social y jurídica de Pasargada nos demuestra de manera contundente que la realidad no es una sola. Al respecto señala SANTOS que:

El derecho de Pasargada es un ejemplo de un sistema informal no oficial, desarrollado por clases urbanas oprimidas que viven en guetos y en asentamientos ilegales, para conseguir que la comunidad subsista y que cuente con una mínima estabilidad social dentro de una sociedad capitalista basada en la especulación del suelo y la vivienda¹⁴⁶.

De lo anterior, SANTOS extrae algunas características -quizás- las más relevantes del derecho de Pasargada. En un primer plano se puede afirmar que la creación, aplicación y protección del derecho no ostenta un *carácter profesional*. Una segunda característica, es que es *accesible* tanto desde el punto de vista económico como desde el punto de vista de la inmediatez con la que se resuelven los casos. Los residentes de no pagan honorarios a abogados, ni costas judiciales, sólo en el caso de que pertenezcan a la Asociación, deberán pagar una contribución¹⁴⁷. Como tercera característica, encontramos *la participación*¹⁴⁸, que tiene que ver simplemente con el derecho que tienen las partes en conflicto de expresar sus desacuerdos, en términos de igualdad. Y, finalmente (quizás en esto resida la fuerza del pluralismo jurídico de Pasargada), la capacidad que tienen las partes para llegar a un acuerdo, es la característica llamada *consensual*¹⁴⁹. El trabajo de campo realizado por SANTOS nos demuestra, sin duda alguna, que las formas o métodos alternativos de resolución de conflictos a partir de la retórica son, en el mejor de los casos, más eficaces que las normas violentas emanadas de un Estado represivo. Una segunda escala que pasaremos a estudiar es la nacional.

3.2 La nacional. En la presente escala los estudios de SANTOS se realizan en Mozambique. El análisis es igualmente empírico, pero se realiza a escala nacional. Se diferencia del anterior ejemplo, puesto que el fenómeno de pluralismo jurídico en Brasil, solo se daba en la escala local, es decir, en una población determinada: las favelas de Rio de Janeiro.

Mozambique. Un híbrido jurídico¹⁵⁰: A diferencia de los Estados semiperiféricos, del continente Americano (en el caso particular de los países latinoamericanos), en los que

¹⁴⁶ Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 205.

¹⁴⁷ Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 211.

¹⁴⁸ Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 211.

¹⁴⁹ Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 213.

¹⁵⁰ Para SANTOS, el término de “híbridos jurídicos”, debe entenderse como la existencia de “entidades jurídicas o

los procesos de colonialismo tradicional europeo, terminaron hace ya muchos años, el proceso de descolonización de los Estados Africanos ha sido muy lento. Un ejemplo, entre muchos, es el de Mozambique, Estado que consiguió su independencia de Portugal en 1975, hace menos de 40 años. La convergencia de formas diferentes de regulación de la sociedad; sistemas tradicionales, sistemas coloniales y, nuevamente sistemas coloniales, que llamaría *contemporáneos*, hace de Mozambique uno de los Estados donde el monopolio del derecho se muestra complejo, etéreo e indeterminado. Lo anterior, según SANTOS, puede ser representado por la metáfora que él denomina “*un palimpsesto de culturas políticas y jurídicas*”¹⁵¹.

El proceso de globalización no ha sido menos *generoso* con los países del continente Africano. Mozambique no fue la excepción. Los procesos de restructuración impuestos por las instituciones financieras multilaterales internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, sumada la presión económica ejercida por los mismos, han generado una dinámica negativa en la construcción de un Estado débil que no ha sido capaz de atender las más mínimas necesidades de sus habitantes. Las reformas que estas instituciones imponen a los Estados han impedido que Mozambique construya una verdadera identidad política, social y jurídica a partir de sus propias necesidades.

Es en este panorama de incertidumbre generalizada que entra a jugar un papel importante los estudios sobre las manifestaciones de órdenes jurídicos diferentes, existentes dentro de las fronteras de un mismo Estado. La investigación realizada por SANTOS, se llevo a cabo entre 1996 y 2002. La investigación se centró en el análisis de los trabajos de los Tribunales Comunitarios, a quienes SANTOS califica de verdaderos híbridos jurídicos y, por otro lado, de las Autoridades Tradicionales. Los tribunales comunitarios representan una modalidad de pluralismo jurídico que se podría calificar de armónico, puesto que representan la combinación entre el derecho oficial y el no oficial, sin ser opuesto el uno al otro. Un rasgo esencial, es que los jueces son, generalmente, trabajadores rurales, jubilados y artesanos¹⁵² que no tienen una titulo de abogacía. Los casos que manejan estos jueces tiene que ver con materias civiles y algunas penales: problemas de familia, asuntos de robo, injurias y agresión física, casos relacionados con pagos de deuda, problemas de propiedad, de vivienda y acusaciones de brujería¹⁵³.

Este tribunal es una muestra de *pluralismo jurídico armónico*, en tanto que fue creado por una Ley, la No 4/92 de 6 mayo de 1992¹⁵⁴, pero, su funcionamiento no está regulado por Ley y, tampoco estos tribunales hacen parte de la organización judicial estatal.

fenómenos que combinan distintos y con frecuencia contradictorios ordenamientos jurídicos o culturales, dando lugar a nuevas formas de significación y acción jurídica”. Cfr. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 261.

¹⁵¹ La metáfora del palimpsesto utilizada por Santos, describe las complejas relaciones de las distintas culturas políticas y jurídicas que coexisten en la actualidad en Mozambique. Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pp. 262 – 263.

¹⁵² Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 271.

¹⁵³ Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 271.

¹⁵⁴ Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 272.

Algunas de las características que podemos destacar de esta forma de organización jurídica alternativa, son las siguientes: su combinación oficial/no oficial, su carácter preferentemente oral e informal y, finalmente; su tradición histórica, marcada por los cambios políticos producidos los últimos cuarenta años en Mozambique.

En cuanto a las autoridades tradicionales podemos anotar que la convergencia y, asimismo, las divergencias culturales, hacen que esta forma de pluralismo sea un tanto compleja, puesto que coexisten: el derecho estatal, el derecho religioso (principalmente de la religión musulmana) y el derecho tradicional. Señala SANTOS que el derecho estatal es irrelevante -por no decir inexistente- a la hora de resolver los conflictos, “es en este aspecto donde el policentrismo jurídico se fusiona con el multiculturalismo y, por consiguiente, con la pluralidad jurídica multicultural”¹⁵⁵, afirma el sociólogo.

En este espacio jurídico las autoridades tradicionales adquieren un rol importante en la resolución de los conflictos. Las autoridades tradicionales también tiene el reconocimiento estatal y sus jueces son conocidos con el nombre tradicional de *régulos* o *curanderos*¹⁵⁶. Finalmente, nos resta analizar la escala *global* en la cual, según SANTOS, nos encontramos actualmente.

3.3 La global. En el presente epígrafe trataré de desarrollar una visión más amplia de lo que hasta el momento entendemos por *pluralismo jurídico*. Partiendo de la idea general de que la globalización constituye un proceso de cambio del tradicional modelo de Estado-nación y de los campos jurídicos hasta el momento estudiados.

Lo que SANTOS denomina como la globalización de los campos jurídicos, debe entenderse en un sentido inverso a los análisis realizados en los esquemas de pluralismo estudiados en las primeras páginas. Lo que SANTOS llama *pluralismo jurídico posmoderno*, parte de la idea de que los sistemas estatales están influidos directa e indirectamente por ordenamientos transnacionales que regulan la vida jurídica en el sistema mundo. Los ejemplos de esta escala, pueden abordarse, si se empieza por Europa, por la Unión Europea como organización supraestatal de la que hablamos con anterioridad, de igual forma; están la ONU, el Consejo de Europa, los Tribunales de Luxemburgo y Estrasburgo. Este proceso que tiene incidencias sobre las políticas de los Estados y sobre su Legislación, está marcado ampliamente por el ámbito de la economía del mercado mundial, lo que significa que, las formas tradicionales y legítimas de producción del derecho se encuentran en entre dicho, ya no es el Estado el único productor legítimo de normas jurídicas. Un ejemplo que nos sirve para ilustrar mejor, *la escala global*, de la ampliación de los campos jurídicos, es lo que conocemos como la *Lex mercatoria*, que debe ser entendida en palabras de Santos:

Como un conjunto de principios y reglas consuetudinarios que son extensos y uniformemente reconocidos y aplicados a las transacciones internacionales, la

¹⁵⁵ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 277.

¹⁵⁶ Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 280.

lex mercatoria es probablemente la forma más antigua de globalización del campo jurídico¹⁵⁷.

Un segundo ejemplo general del campo global consiste en la regulación de los “flujos migratorios”. El fenómeno histórico de la inmigración ha traído aparejado nuevas formas de organización jurídica paralela a la de los Estados. Los derechos de las personas que emigran, son regulados ¿por quién?: ¿los Estados receptores?, ¿Por las instituciones internacionales? o ¿Por algunas ONGs que prestan un servicio alternativo de ayuda humanitaria?

El nivel global, el pluralismo jurídico viene representado por un amplio espacio de realidades jurídicas que convergen en las instituciones jurídicas internacionales. A continuación tan solo nos ocuparemos de los Derechos Humanos, tratando de responder a la pregunta inicial: ¿Son éstos una manifestación del pluralismo jurídico o podrían a llegar a serlo?

4. Los derechos humanos: ¿una manifestación del pluralismo jurídico?

En los ejemplos anteriores no habíamos hecho referencia al derecho de los pueblos indígenas. Decidimos dejar esta realidad jurídica para las páginas finales, con un doble propósito. Por un lado, demostrar que en la actualidad la organización de algunos pueblos indígenas conserva el componente del *pluralismo jurídico clásico* y al mismo tiempo el *nivel local*, en tanto que, sus instituciones sociales y jurídicas son en gran parte las que existían durante la colonia y algunas de ellas fueron heredadas del proceso de imposición de los sistemas de organización político, jurídico y social, que aún se mantienen. También *el nuevo pluralismo* y *el nivel nacional*, se encuentran en el derecho indígena, al estar, por un lado; reconocidos sus sistemas en algunos países y, por otro lado; por la imposición de nuevas prácticas económicas contrarias a su cosmovisión del mundo.

Ahora, en términos teóricos, nos encontramos en la tercera clasificación del pluralismo realizada por SANTOS y, también, en la tercera escala, es decir, del *pluralismo jurídico posmoderno a escala mundial*. En esta perspectiva vale la pena resaltar la situación en la que se encuentran los derechos colectivos de los pueblos indígenas¹⁵⁸. Por un lado, preservando sus instituciones tradicionales y, por el otro, se encuentran ante una nueva realidad, que ha sido la Declaración de los derechos humanos de los pueblos indígenas a escala internacional¹⁵⁹. Llegados a este punto, podemos observar la existencia de dos o más órdenes jurídicos, que si bien es cierto, no son antagónicos, también es cierto que son diferentes. No está demás afirmar que algunos líderes indígenas han visto en esta Declaración una nueva forma, más sutil, de neocolonización, por medio de los derechos humanos.

¹⁵⁷ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 349.

¹⁵⁸ Al respecto puede consultarse la obra del profesor ÓSCAR CORREAS, para quien el derecho indígena debe entenderse “como el conjunto de normas que tienen eficacia en una comunidad que han sobrevivido a la opresión del Estado moderno, es un fenómeno que los sociólogos del derecho denominan pluralismo jurídico”. Vid. CORREAS, O., *Pluralismo jurídico, alternatividad y derecho indígena*, Fontamara, México, 2003, pág. 11.

¹⁵⁹ Vid. La Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas (2007).

La contradicción en la que se encuentran algunas comunidades indígenas respecto a la aceptación de los derechos humanos dentro de su jurisdicción, es expresada de manera contundente por SANTOS, al respecto afirma que: “ las luchas de los pueblos indígenas por la autodeterminación y, consecuentemente, por la pluralidad jurídica autónoma infraestatal y cultural se hallan en el punto de encuentro de procesos tan intensos y contradictorios de globalización, que su conceptualización (...) como ejemplo de globalización está plenamente justificada”¹⁶⁰.

El segundo propósito tiene que ver con -en líneas muy generales- lo que se entiende por derechos humanos, desde la perspectiva del pluralismo jurídico posmoderno que hasta el momento se viene desarrollando. Aunque SANTOS no establece una línea argumental que le permita señalar que los Derechos Humanos constituyen una manifestación de pluralismo jurídico, se puede considerar basados en lo estudiado hasta el momento y teniendo en cuenta el ejemplo de los diversos sistemas jurídicos como el de los indígenas y su reconocimiento a nivel Global que los Derechos Humanos, pueden ser expresión o manifestación del pluralismo jurídico, en la medida en que se reconoce como una fuente de producción de derechos. Por un lado, estaría el derecho estatal y, por otro, el derecho indígena. En este sentido, es menester contextualizar el discurso de los derechos humanos, entendidos como potencial emancipatorio que posibilita, no sólo el reconocimiento de realidades jurídicas alternas, sino su protección a escala global -en otras palabras-, permitiría concebir los derechos humanos a partir de una concepción de cosmopolitismo subalterno o insurgente¹⁶¹, al decir de SANTOS.

No pretendo entrar en el debate Universalismo vs -relativismo cultural y las diversas propuestas del cosmopolitismo, puesto que no es del resorte del éste trabajo. Sólo resta decir que el pluralismo jurídico es una amplia puerta por donde pueden entrar diversos sistemas jurídicos sin necesidad de excluirse. El citado ejemplo de los sistemas internacionales de protección de derechos humanos y del ordenamiento jurídico indígena, es una muestra de reconfiguración de espacios que no necesitan, directamente, de la participación del Derecho estatal.

Conclusión

Llegados a este punto conviene expresar en primera medida que, el debate sobre el pluralismo jurídico se encuentra en una nueva etapa, que la sociología y antropología jurídica no han desconocido, quizás por la riqueza teórica y empírica que alberga este fenómeno. Las teorías estudiadas a partir de los análisis realizados por ENGLE MERRY, representan un caudal teórico-conceptual que pueden ayudarnos a interpretar

¹⁶⁰ DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 402.

¹⁶¹ En este sentido Santos considera que, mientras los derechos humanos se sigan concibiendo en clave universal, tenderán a funcionar como localismo globalizados, es decir, como una forma de globalización hacia arriba. La propuesta de Santos, es coherente con la que vienen planteando algunos autores que se alejan de concebirlas como universales, sin caer en el relativismo cultural. Los derechos humanos deben romper la dicotomía entre universalismo y relativismo cultural. En síntesis, “para poder funcionar como forma de globalización cosmopolita, contrahegemónica, los derechos humanos deben ser reconceptualizados como multiculturales”. Vid. DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica*, op.cit, pág. 513.

nuevas realidades. El pluralismo jurídico clásico nos remita a lo que algunos llaman “trasplante jurídico”, consistente en la “exportación” e “imposición” de sistemas de regulación social. Esta visión de pluralismo jurídico clásico, lejos de ser un dato histórico, puede representar una realidad actual, dada la preeminencia en algunos Estados de los órdenes jurídicos internacionales. Es el caso de los Derechos Humanos, como lenguaje regulador y emancipador que ha permeado otros sistemas jurídicos como el de los indígenas.

La segunda etapa de pluralismo que Engle Merry denomina *nuevo pluralismo jurídico*, se encuentra inmerso en el proceso del capitalismo industrial y las nuevas formas de regulación que escapan al marco estatal. ¿Cómo podría explicarse que Luxemburgo, Estado que no tiene salida al mar, tenga barcos que transportan mercancías?, ¿Quién regula este tipo de actividades?, ¿Cuál es la legislación competente?, ¿Cómo puede explicarse que sean Francia y Alemania quienes tomen las medidas económicas que van a regular el mercado de la Unión Europea?, sin duda, el capitalismo financiero ha creado nuevas relaciones jurídicas que escapan del dominio del derecho, entendido, como aquel producido por el Estado. En este sentido, las relaciones que se están creando a escala mundial nos permiten reconocer la existencia de lo que Engle Merry ha llamado nuevo pluralismo jurídico.

La tercera etapa de es la propuesta por Santos, quien denomina a las contemporáneas formas de regulación global, como *pluralismo jurídico posmoderno a escala mundial*. Santos se sirve de los análisis realizados por Engle Merry y construye su teoría a partir de análisis empíricos, como bien lo pudimos observar a lo largo del presente trabajo con los ejemplos de Pasargada y Mozambique. Sin embargo, el *pluralismo jurídico posmoderno* tiene la característica particular de estudiar las relaciones que se dan entre organizaciones supraestatales y las organizaciones cívicas que se vienen construyendo por algunas comunidades organizadas. El objeto del *pluralismo jurídico posmoderno*, no es la relación entre Estados articulada en el derecho internacional público, sino entre los ciudadanos y las organizaciones internacionales.

Finalmente considero, como reflexión, que el Derecho no se puede seguir explicando como el producido por una autoridad competente, delimitado por unas fronteras y elaborado conforme un procedimiento establecido. El modelo legalista que reduce el Derecho al que se produce en el seno de un parlamento, merece ser superado por las nuevas realidades que día a día están demostrando la necesidad de asumir las diferentes formas de ordenamientos jurídicos como fuentes del Derecho. En esta perspectiva, podríamos concluir que el pluralismo jurídico debe ocupar un lugar privilegiado en el estudio de los fenómenos jurídicos, en este sentido, debe ser estudiado en las facultades de derecho a la par que la teoría jurídica y la filosofía del derecho.

Bibliografía

ARNAUD, A. J. y FARIÑAS DULCE, M.J., *Sistemas Jurídicos: Elementos para un análisis sociológico*, 2ª ed., Universidad Carlos III de Madrid – BOES, Madrid, 2006.

ARNAUD, A-J., *Dictionnaire Encyclopédique de Théorie et de Sociologie du Droit*, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1998.

ATIENZA, M., ‘‘Pluralismo Jurídico’’, en: Antonio Enrique Pérez Luño (et al), *Diccionario Jurídico. Filosofía y Teoría del Derecho e información jurídica*, Comares, Granada, 2004.

- *Introducción al Derecho*, Club Universitario, Alicante, 1998.

CORREAS, O., *Introducción a la Sociología Jurídica*, Fontamara, México, 1999.

- *Pluralismo jurídico, alternatividad y derecho indígena*, Fontamara, México, 2003.

DE SOUSA SANTOS, B., *Sociología Jurídica Crítica, para un nuevo sentido común en el Derecho*, trad. de. Carlos Lema Añon y otros, Trotta/ Ilsa, Madrid, 2009.

ENGLE MERRY, S., *Pluralismo jurídico*, trad. de. Libardo Ariza Higuera y Daniel Bonilla Maldonado, Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007.

FERRATER MORA, J., *Diccionario de Filosofía*, Ariel, 2ª ed., Barcelona, 2009

FONTAINE, L (Dir)., ‘‘Le Pluralisme comme Théorie des Normes’’, en : Droit et Justice, No. 76, Nemesis, Bruxelles, 2007.

GONZÁLEZ LAJOIE, N., ‘‘El pluralismo jurídico en Carbonnier’’, en: Anuario de Filosofía del Derecho, Tomo XV, Madrid, 1998, pp. (165-186)

VILLA –REAL MOLINA R., Y DEL ARCO TORRES, M. A., *Diccionario de Términos Jurídicos*, Comares, Granada, 1999.



ESTUDOS

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Valores e educação: Entre a facticidade e a idealidade¹

Cláudia Maria Fidalgo da Silva²

claudia-silva-07@hotmail.com

Resumo: O principal objectivo deste trabalho é explorar as relações entre os valores e a educação. O artigo é constituído por quatro etapas, cujos objectivos são os seguintes: 1) investigar os possíveis contributos da educação para a formação do ser humano como sujeito moral; 2) apresentar os principais modelos de educação para os valores; 3) investigar a pertinência de algumas estratégias didácticas que poderão ser utilizadas em contexto de sala de aula, tendo em vista a promoção de uma educação para os valores; 4) explorar como poderá ser possível uma educação para os valores ao nível da instituição escolar, recuperando-se a concepção de “comunidade justa”, enunciada por Lawrence Kohlberg.

Palavras-chave: educação, educação moral, ética, valores

Abstract: The essential aim of this paper is to explore the relations between values and education. The paper is composed of four stages, whose goals are the following: 1) investigate the possible contributes of education to the formation of the human being as moral subject; 2) present the main models of education for values; 3) investigate the relevance of some didactic strategies that can be used in the classroom, in order to promote the values in education; 4) explore how might be possible education for values at the level of the school, recovering the conception of "just community", stated by Lawrence Kohlberg.

Keywords: education, moral education, ethics, values.

¹ Este trabalho tem como base a investigação realizada no trabalho final do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2010.

² Investigadora doutoranda do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa (FCT) - SFRH/BD/76655/2011.

Introdução

O objectivo essencial do presente trabalho é investigar a problemática dos valores em terreno educativo.

O artigo é constituído por quatro momentos. Inicialmente, e partindo-se do pressuposto, na linha kantiana, de que o segredo do aperfeiçoamento humano, nomeadamente de um ponto de vista ético, se encontra no próprio problema da educação, procurar-se-á apresentar uma reflexão sobre os possíveis contributos da educação para a formação do ser humano como sujeito moral, a que uma dimensão antropológica, bem como axiológica, não se encontrarão alheias, como é evidente. Neste sentido, abordar-se-ão as grandes dificuldades com as quais nos deparamos sempre que procuramos analisar os valores em terreno educativo, todas elas relacionadas com uma certa pseudo-neutralidade axiológica que pretenderemos refutar.

Num segundo momento, apresentar-se-ão brevemente os principais modelos de educação para os valores – 1) educação para a formação de carácter; 2) clarificação de valores; 3) educação para a justiça -, relevando-se, especialmente, a eventual maior pertinência de uma educação para a justiça, que se pretende não doutrinária, comparativamente aos restantes modelos. Tal modelo, muito próximo da posição kantiana, visa essencialmente que o educando compreenda e interiorize que uma determinada acção é tanto mais justa quanto mais a intenção que lhe subjaz for reversível e universalizável.

No momento seguinte, procurar-se-á evidenciar como, a nível micro, ou seja, no interior da própria sala de aula, poderá ter lugar uma educação para os valores. Nesta linha, apresentar-se-ão alguns exemplos de estratégias didáticas que poderão ser utilizadas, bem como os seus principais aspectos positivos: 1) diálogos sucessivos; 2) discussão e reflexão sobre uma situação verídica; 3) discussão de dilemas morais; 4) aprendizagem cooperativa.

No quarto momento, procurar-se-á demonstrar como, a nível macro, ou seja, na própria instituição escolar, se poderá registar, também aqui, uma educação para os valores. Procurando-se alcançar tal finalidade, investigar-se-á a *just community approach*, enunciada por Lawrence Kohlberg, como possível exemplo de estratégia a seguir, para que aos alunos não sejam apenas ensinados os valores de responsabilidade, igualdade, justiça, mas que esses mesmos valores sejam *praticados*, e não somente *teorizados*, em tais comunidades. Aposta-se assim no ensino activo da cidadania, pela única forma que esta pode ser ensinada, ou seja, pela sua *vivência*. Acima de tudo, e como procuraremos evidenciar indo ao encontro da já clássica ideia socrática, consideramos que a educação deve, mais do que ajudar as crianças e os jovens a desenvolver domínios cognitivos, deverá, sobretudo, ajudá-las a ser *melhores*.

1. Contributos da educação para a formação do ser humano como sujeito moral

Consideramos que, acima de tudo, a educação poderá claramente ser considerada uma “inevitável prática antropológica”³. Seguindo Kant, entendemos que apenas através da educação será possível um contínuo aperfeiçoamento da nossa humanidade⁴, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento de competências de carácter ético de cada um de nós. Ora, se não existisse esta crença na possibilidade deste perpétuo aperfeiçoamento, a educação não possuiria qualquer sentido.

Entendida, por isso mesmo, como projecto pedagógico, a educação deve relevar o delineamento de um autêntico projecto antropológico, projecto sobre o qual recaia a imperativa necessidade de dignificar o próprio ser humano, auxiliando-o a desenvolver-se plenamente, para que possa ser, finalmente, considerado *pessoa* e não mais um indivíduo, dotado sobretudo de capacidades bio-fisiológicas. Quando falamos em projecto pedagógico não falamos somente no “projecto didáctico, emergente sempre e apenas como estratégia operatória e mediadora dos processos educativos. O projecto pedagógico, mais amplo, tem de necessariamente anteceder esses mesmos processos enquanto os inspira, fundamenta e desencadeia, designadamente como processos libertadores. Se assim não for, tudo poderá ficar comprometido, degenerando a arquitectura da liberdade numa vertigem de angústia e confusa perplexidade”⁵.

Tendo plena consciência que o ser humano se educa para a humanidade, e nunca apenas para a sociedade ou para si mesmo, a educação representará, inevitavelmente, um desafio eminentemente ético, pois é nela que recai a nossa esperança de elevação de uma verdadeira “cidadania mundial”⁶, como Kant queria.

Quando falamos da relação educativa falamos, ou deveríamos falar, da emergência de uma consciência antropológica onde a hospitalidade marca presença. Por essa razão, e parafraseando Isabel Baptista, consideramos que a educação se relaciona eminentemente com a promoção da experiência de acolhimento da alteridade, em que o mesmo é conduzido para fora da sua mesmidade.⁷

³ Carvalho, Adalberto Dias de; *A educação como projecto antropológico*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 1998, p. 8.

⁴ Cf. Kant, *Réflexions sur l' éducation*, introd. e trad. A. Philonenko, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 2000, p. 100.

⁵ Carvalho, Adalberto Dias de; *A educação como projecto antropológico*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 1998, pp. 16-17.

⁶ Cf. Kant; “Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita”, *A paz perpétua e outros opúsculos*, trad. Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 2008, p. 35.

⁷ Cf. Baptista, Isabel; *Ética e educação – estatuto ético da relação educativa*, Universidade Portucalense, Porto, 1998, p. 57.

A estruturação da identidade do eu deverá ser impulsionada procurando incessantemente o seu próprio sentido na relação com o Outro. Tal relação deverá ser proporcionada por um esforço de *descentração* e *empatia*. Por outras palavras, é essencial que a verticalidade metafísica da *egoidade* tão característica do personalismo clássico, dê lugar, de uma vez por todas, à horizontalidade *intersubjectiva*, ou, como certamente nos diria Apel, a uma plataforma comunicacional, onde a relação *Eu/Outro* não só é valorizada, como igualmente considerada um condicionamento de uma autêntica transcendência do ser humano enquanto *pessoa*. Aliás, a promoção axiológica da acção educativa remete precisamente para esta intencionalidade. Visa formar, não indivíduos, mas pessoas, noção que ultrapassa o personalismo supra referido. Nesta linha, “no espaço do humanismo contemporâneo, se a pessoa é, sobretudo, o próprio projecto de realização do homem, a educação é, antes de mais, o projecto de realização da pessoa”⁸.

No entanto, a realização da *pessoa*, como sujeito individual, passa igualmente por um sentido de *abertura*, onde a *socialidade* marca presença. Desta forma, se quisermos ser rigorosos, ao invés de falarmos simplesmente de pessoa, deveremos falar, na linha de F. Jacques, na noção de *pessoa relacional*, onde encontramos uma correlação constitutiva da pessoa em que as figuras do *eu*, do *tu* e do *ele* se encontram intrinsecamente relacionadas. “A pessoa torna-se, pois, um fundamento antropológico e pedagógico, consubstanciado de um modo uno mas também diversificado”⁹.

A educação poderá ser considerada, nesta linha, uma instância que estabelece uma mediação entre a carência constitutiva e biológica do ser humano e a sua consumação, como ser moral, já que não é possível “reduzir a noção ética de pessoa a uma mera unidade biológica, ao reduto último, ou primeiro, do seu *corpo próprio*. O homem é, no seu percurso irremediável, um horizonte de possíveis, capaz de assumir a sua situação de *ser no mundo*, de persistir na busca do sentido... (...) de sonhar para lá dos limites impostos pela sua racionalidade (...). É esta marca que faz do homem, mais do que uma unidade bio-psicológica, mais do que um ente entregue à sua história e à sua cultura, um ser eminentemente ético”¹⁰.

Poder-se-á afirmar que, a par desta problemática de índole antropológica, surge então uma outra, de carácter axiológico, que se poderá relacionar com uma *axiologia educacional* ou com uma *axiologia educativa*.

Quando falamos em educação falamos necessariamente também de valores, quer implícitos, quer explícitos. Contudo, existe um conjunto de dificuldades quando se procura investigar os valores em terreno educativo, todas elas envoltas numa certa pseudo-neutralidade axiológica. Uma das formas de pseudo-neutralidade é o cepticismo

⁸ Carvalho, Adalberto Dias de; “O estatuto da filosofia da educação”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia*, II Série, Vol. XV-XVI, Porto, 1998-99, p. 74.

⁹ Carvalho, Adalberto Dias de; *A educação como projecto antropológico*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 1998, p. 31.

¹⁰ Bastos, Fernando Evangelista; “A dignidade como fundamento ontológico da condição humana”, in Carvalho, Adalberto Dias de; *Problemáticas filosóficas da educação*, Edições Afrontamento, Porto, 2004, pp. 45-46.

axiológico. Esta corrente, entendendo que os valores são um obstáculo relativamente à formação do espírito científico, considera que não devem estar presentes na educação, já que, só um ensino assim “purificado” distanciar-se-ia da doutrinação, da manipulação ideológica, dos preconceitos, das inclinações, de toda uma dimensão não racional em terreno ético.

No final do século XIX e início do século XX assiste-se a uma tentativa de aplicação dos processos científicos, não só ao nível do conhecimento da natureza, como também relativamente ao conhecimento do Homem, tal como os ideais do positivismo evidenciam. Defendia-se que o estudo da educação deveria ser objectivado. A ciência pretende trabalhar com aquilo que efectivamente é, aquilo que existe, deixando a especulação para o terreno moral e filosófico. Reina a cientificidade e uma forte recusa de tudo aquilo que fosse de ordem especulativa, centrando a atenção nas características fundamentais do positivismo. Segundo vários autores, o conhecimento, para ter validade, teria que ser obrigatoriamente objectivo, isento e neutro axiologicamente. Caso contrário, a educação correria o risco de não ser considerada eficaz, tal como defendem, por exemplo, Ferrière ou Maria Montessori. Tal como E. Durkheim entende, as doutrinas pedagógicas não se deverão preocupar com aquilo que *deve ser*, mas com aquilo que *é*.

Como ciências, as ciências da educação, à partida, apenas poderiam afirmar a sua cientificidade se renunciassem à realização de todo e qualquer juízo de valor. Ainda nos dias de hoje, sob a influência do positivismo, não obstante todas as investigações já entretanto levadas a cabo pelas *science studies*, se considera amplamente que a ciência se limita a constatar factos, a explicar fenómenos, não emitindo qualquer juízo de valor, fazendo-nos recordar a ciência no seu nível frio, apenas preocupada com a preservação da objectividade, porque garante da verdade.

No entanto, as ciências da educação, se eliminarem as suas relações com as próprias ciências humanas, transformam-se paulatinamente em “meras ciências do ensino e da aprendizagem e cada vez menos [em] ciências da educação”¹¹. Estas, desprezando as bases humanistas da pedagogia, pretendem, a todo o custo, diríamos, assegurar a objectividade científica. “A lógica dos processos e dos sistemas substitui a do homem [humano]”¹². Afinal, onde está o homem? Onde se encontra o sentido antropológico que a educação deverá possuir por excelência? Será legítima a adopção de uma metodologia científica em terreno não especificamente científico? Se até mesmo na ciência, tal como vários filósofos e sociólogos o demonstram, a noção de “busca da verdade”, desinteressada e verdadeiramente objectiva, é incompatível com as realidades da nossa experiência social, como querer objectivar algo como a pedagogia? Será legítima esta “ditadura” do método experimental? Consideramos que nunca poderemos esquecer as finalidades e fundamentos do processo educativo. Poder-se-á dizer, então, que a lógica positivista sobrepõe-se às características do próprio objecto, ou seja, ela pura e

¹¹ Carvalho, Adalberto Dias de; *A educação como projecto antropológico*, Afrontamento, Porto, Santa Maria da Feira, 1998, p. 50.

¹² Carvalho, Adalberto Dias de; *idem*.

simplesmente ignora a existência da dimensão ético-moral na educação, já que o ser humano escapa às características mecanicistas.

“Será, então, possível fazer ciências da educação, sem ter em conta os valores a esta inerentes?”¹³, interroga Olivier Reboul. Reforçamos esta interrogação com uma outra: Será algum dia possível objectivar verdadeiramente algo cuja parte integrante é o próprio Homem, essa coisa-em-si kantiana?

Uma outra forma de pseudo-neutralidade em educação poderá ser representada pelo relativismo, que considera que os valores, sendo claramente relativos, possuem um carácter contingente relativamente ao lugar e à época. Contrariamente ao positivismo, o relativismo axiológico releva “a prioridade e independência das instâncias irracionais do homem”¹⁴, encontrando-se o seu surgimento na contemporaneidade relacionado “com a tendência para a progressiva sobreposição da dimensão subjectiva dos valores e dos respectivos juízos, em nome da liberdade e da responsabilidade do sujeito, relativamente à sua vertente objectiva e mais normativa”¹⁵.

Levado ao extremo, o relativismo “entende que o tecido da vida autêntica é feito de emoções; que o amor acontece e, na sua falta, cada um é livre de buscar os sucedâneos que melhor lhe saibam; nesse irremediável e trágico solipsismo, toda a actuação pedagógica seria abusiva e repressora”¹⁶. Desta forma, encontramos face a duas grandes atitudes pedagógicas. Uma entende que o ensino visa simplesmente proporcionar meios e que, idealmente, o próprio discente seria responsável pela escolha do *que* e *como* aprender; uma outra considera que os docentes devem ser não repressivos, aceitando qualquer inclinação ou vontade das crianças e jovens, sendo apenas perspectivados como conselheiros.

Tal como Manuel Ferreira Patrício, defendemos que, quer o relativismo axiológico, quer o cepticismo axiológico integrais são certamente impossíveis, uma vez que, jamais educamos “sem convicção axiológica. No fundo, o relativista e o céptico axiológicos caem na conhecida contradição dos relativistas e cépticos de todos os tempos: tudo é relativo excepto a sua própria opinião”¹⁷.

A recusa em alterar a mera contingência acaba por negar a própria liberdade e os valores, já que estaremos face à negação da liberdade do indivíduo, em prol da soberania do mesmo. Deste modo, abolindo a liberdade e os valores, “as relações humanas ficam automaticamente condenadas à violência. De facto, a imprevisível e intratável vontade alheia é sempre uma espada nua apontada à nossa garganta (...). E se

¹³ Reboul, Olivier, *A filosofia da educação*, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 73.

¹⁴ Soveral, Eduardo Abranches de; “Questões prementes de filosofia da educação”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia*, II Série, Vol. 01, Porto, 1985, p. 11.

¹⁵ Carvalho, Adalberto Dias de, “O estatuto da filosofia da educação”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia*, II Série, Vol. XV-XVI, Porto, 1998-99, p. 73.

¹⁶ Soveral, Eduardo Abranches de; “Questões prementes de filosofia da educação”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia*, II Série, Vol. 01, Porto, 1985, p. 11.

¹⁷ Patrício, Manuel Ferreira, *Lições de axiologia educacional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 69.

essa vontade *nada deve* respeitar, fica *ipso facto* instituído o estado de beligerância universal (...)¹⁸.

Quanto a outra forma de pseudo-neutralidade no domínio educativo, a indiferença axiológica, poder-se-á afirmar que esta rejeita qualquer valor exclusivo, exceptuando a *tolerância*, como mera condescendência, onde valores como a empatia e o respeito pelas diferenças têm lugar.

À indiferença axiológica é vulgarmente associado um ensino de carácter tecnocrático e eminentemente profissionalizante, onde o relevante é apenas, diríamos, formar trabalhadores competentes, aptos a produzir os bens e serviços necessários. A indiferença somente é suprimida em nome de valores bastante específicos - os valores económicos -, registando-se um certo desprezo, mesmo que implicitamente, por todos os outros.

Poder-se-á dizer igualmente que, apostando numa não directividade, esta corrente acaba por não avaliar, quanto muito apenas sugerir, evitando tecer qualquer juízo minimamente objectivo; “assim, em vez de dizer “é falso”, ou “está mal”, dir-se-á: “Não estou de acordo”¹⁹. Desta forma, uma questão, pelo menos, surge pertinente: Será que o docente tudo deverá *tolerar*? Será que, face a um aluno violento e que oprime os restantes, o professor deverá *tolerar* a sua atitude? “A tolerância sem contrapeso, a tolerância sem mais, não passa de indiferença, de uma demissão do educador”²⁰.

Por tudo o que afirmámos, consideramos que jamais poderemos defender que educar se resume a transmitir conhecimentos ou a “ensinar” a contemplar a vida mediante convicções completamente assépticas axiologicamente. Se, por um lado, podemos afirmar que as principais competências do professor são o “saber”, o “saber-fazer” e o “saber-ser”, por outro, poder-se-á afirmar igualmente, e concordando com Manuel Ferreira Patrício, que o “saber fazer-ser” corresponde à competência essencial de todo e qualquer docente.²¹

“Trata-se, afinal, de tentar ajudar outros a encontrar as balizas do seu próprio caminho. Por isso dizemos que a prática educativa não é, não pode ser, axiologicamente neutra”²², tal como nos diz Isabel Baptista. Também Orlando Lourenço partilha uma posição bastante semelhante, visto afirmar peremptoriamente que a educação, “mesmo que não o diga, educa para os valores, se por valores se entende aquilo que uma ou várias pessoas, grupos ou culturas acham digno de ser perseguido, alcançado e desenvolvido”,

¹⁸ Soveral, Eduardo Abranches de; “Questões prementes de filosofia da educação”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia*, II Série, Vol. 01, Porto, 1985, p. 12.

¹⁹ Reboul, Olivier, *A filosofia da educação*, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 78.

²⁰ Reboul, Olivier; idem, p. 79.

²¹ Cf. Patrício, Manuel Ferreira, *Lições de axiologia educacional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 20.

²² Baptista, Isabel; *Capacidade ética e desejo metafísico – uma interpelação à razão pedagógica*, Edições Afrontamento, Porto, 2007, p. 236.

já que “nenhum acto educativo (...) visa educar por educar, isto é, situar-se fora de um contexto normativo, ou relacionado com o domínio do dever ser”²³.

Contudo, não defendemos um certo doutrinação dos estudantes, nem uma simples apologia ideológica sem qualquer margem para a discussão de ordem ideológica e filosófica, sem a presença de uma crítica de carácter histórico e sociológico. É imperioso não confundir a “*educação moral*, a formação desde e para os valores estruturantes do humano, com o *endoutrinação* enquanto manipulação e violência exercida sobre a autonomia do outro, que desse modo deixará de ser respeitado como um fim em *si mesmo* para ser visto como um *meio*”²⁴.

Jamais nos poderemos esquecer que o processo educativo, não devendo ser então qualquer espécie de manipulação ou violência, é o grande responsável pelo futuro da nossa humanidade; “daqui a responsabilidade pública do educador, ainda que o resultado da sua acção não dependa sempre inteiramente dele, restando-lhe, como Kant dizia, a satisfação de ter actuado como devia”²⁵.

2. Educação para os valores

Quais os valores que deverão orientar todo e qualquer acto educativo? Como educar para os valores? Existem essencialmente três perspectivas quanto à educação para os valores: a *educação para a formação de carácter*, a *clarificação de valores* e a *educação para a justiça*.²⁶

2.1. Educação para a formação de carácter

Educar para a formação de carácter, ou, se quisermos, educar para a democracia e para a cidadania, é uma forma de educação que procura, tanto quanto possível, a anulação de comportamentos destrutivos e anti-sociais, tal como a indisciplina nas instituições escolares, ou a delinquência e a violência a que, infelizmente, todos os dias assistimos e parecemos nos habituar. Tendo como objectivo a sua eliminação, ou, quanto muito, a sua atenuação, a educação para a formação de carácter considera primordial o estabelecimento de um conjunto de virtudes, de comportamentos exemplares, realizando uma apologia a determinadas especificidades de carácter, como a coragem, a disciplina ou a responsabilização, por exemplo. A referência a exemplos de pessoas consideradas verdadeiros modelos de ordem moral, entre outros, é essencial para esta forma de

²³ Lourenço, Orlando; “A Comunidade justa de Kohlberg: Um caso especial de educação moral”, in *Revista de Educação*, Vol. V, nº1, Jun., 1995, Departamento de Educação da F. C. da U. L., p. 27.

²⁴ Baptista, Isabel; *Capacidade ética e desejo metafísico – Uma interpelação à razão pedagógica*, Edições Afrontamento, Porto, 2007, p. 247.

²⁵ Araújo, Luís de; *Sob o signo da ética*, Granito, Porto, 2000, p. 28.

²⁶ Cf. Lourenço, Orlando; *Desenvolvimento sócio-moral*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002, p. 167.

educação, cuja principal finalidade é a formação de cidadãos, não só responsáveis, como verdadeiros democratas.

Poder-se-á afirmar que a educação para a formação de carácter possui um claro parentesco com a filosofia moral aristotélica. Segundo o presente modelo de educação para os valores, o grande objectivo da educação será ensinar a compreensão e a apreciação do Bem, por parte dos alunos. Para os autores que defendem esta perspectiva, existe uma identificação entre a felicidade e o Supremo Bem, sendo a grande finalidade da vida de cada um de nós a procura da felicidade, nomeadamente através de uma vida virtuosa. A virtude poderá ser alcançada com treino, com hábito, já que, “ao praticar, adquirimos o que procuramos aprender. Na verdade, fazer é aprender”²⁷.

No âmbito do presente modelo de educação para os valores, considera-se que as virtudes de carácter não surgem naturalmente, devendo ser adquiridas através do hábito, tal como nas artes e nos ofícios. “As excelências, então, não se geram em nós nem por natureza, nem contra a natureza, mas por sermos constituídos de tal modo que podemos, através de um processo de habituação, acolhê-las e aperfeiçoá-las”²⁸. Segundo Aristóteles, relativamente ao processo de habituação, o prazer e a dor possuem uma importância capital. “Uma indicação das disposições éticas é dada pelo prazer e pelo sofrimento que acompanham as nossas acções”²⁹. Por exemplo, se um indivíduo, face a situações altamente complexas, age de forma firme, nunca desistindo perante as adversidades e, para além disso, sentir prazer por isso, então tal indivíduo tornou-se corajoso. Contudo, se este mesmo indivíduo se revela incapaz de superar a mínima adversidade, então poder-se-á afirmar que essa pessoa tornar-se-á cobarde, visto que tal situação lhe provoca um sentimento de dor.

“Por isso devemos ser levados logo desde novos, como diz Platão, a fazer gosto no que deve ser e a sentir desgosto pelo que não deve ser. É essa a educação correcta”³⁰, tal como refere o próprio Estagirita.

Nesta linha, e no que à educação respeita, poder-se-á dizer que a melhor educação possível será certamente aquela que provoca prazer e dor em relação às coisas certas. Ora, se o indivíduo, relativamente a coisas erradas, retira algum prazer, então será de suma relevância a reformulação do processo educativo, pois este não estará a zelar por um dos seus maiores interesses, ou seja, a formação, não só de indivíduos inteligentes, mas sobretudo possuidores de um bom carácter.

No entender dos defensores do modelo de educação para a formação de carácter, é essencial que os alunos ajam com prudência, revelem responsabilidade para com os colegas, cumpram as suas obrigações, ajam com moderação, sejam trabalhadores, correspondendo estes aos valores essenciais que norteiam as grandes finalidades

²⁷ Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, trad. António de Castro Caeiro, Quetzal Editores, Lisboa, 2006, 1103a 32, p.43.

²⁸ Aristóteles, idem, 1103a 24-27, p. 43.

²⁹ Aristóteles, ibidem, 1104b 3, p. 46.

³⁰ Aristóteles, ibidem, 1104b 11-14, p. 46.

educativas do presente modelo de educação. Por outras palavras, e ainda seguindo Aristóteles, quando falamos da procura do Bem e da Virtude falamos igualmente em prática, treino, procurando-se, incansavelmente, que a disposição para praticar o Bem se torne, progressivamente, natural, podendo ser considerada um hábito, finalmente.

Ainda segundo estes autores, é primordial que os alunos participem em actividades de cariz social, tais como em acções de voluntariado, cooperação com outrem, de forma a desenvolverem a disposição de carácter natural e o hábito de ajudar o Outro, revelando constantemente não indiferença para com o Outro que sofre, e, em certa medida, alargar a configuração do *nós* a pessoas que, noutros tempos, considerávamos como *eles*, bem na linha do pensamento de Rorty.

Contrariamente aos defensores de abordagens cognitivistas, o hábito, e não tanto a reflexão, será o alicerce fundamental para uma eficiente educação para os valores. Desta forma, será principalmente através da prática, concretamente do treino, que o hábito será moldado.

Segundo Ramiro Marques³¹, poder-se-á afirmar que, contrariamente ao que sugere numa primeira reflexão, esta teoria não entende a prática e os hábitos numa perspectiva meramente passiva e mecânica. Se é certo que Aristóteles entende que através da prática e da repetição aperfeiçoamos as nossas acções, certo é igualmente que tal não implicará a sua realização sempre da mesma forma. Sempre que repetimos uma acção, habitualmente introduzimos certas alterações, pois, mediante a prática, aprendemos a agir de uma forma progressivamente mais correcta de um ponto de vista moral, sendo notório o progresso da nossa conduta. Contudo, questionamos, será que as acções de “um Hitler” deverão *apenas* sofrer algumas alterações? Por vezes, não precisarão elas de ser completamente reformuladas?

Ainda segundo os defensores do presente modelo de educação, é possível, como vimos, a aprendizagem mediante a repetição. Ora, esta representará uma aproximação progressiva a uma acção considerada ideal pelo próprio agente, visto poder ser identificada como o objectivo do mesmo. A prática crítica, bem à maneira popperiana, aliada à repetição, contribuirão, desta forma, para o aperfeiçoamento da acção.

Por fim, importará realçar que a educação para a formação de carácter poderá ser considerada meritória, se entendida como não monopolista, admitindo igualmente a relevância de outros modelos de educação para os valores.

2.2. Clarificação de valores

Este modelo de educação para os valores foi criado nos anos 60 do século passado, posteriormente à publicação da obra de Louis Rath, Merrill Harmin e Sidney Simon, *Values and Teaching*. O modelo sofre influência, por um lado, das teorias psicanalíticas,

³¹ Cf. Marques, Ramiro; *A cidadania na escola*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 26.

e, por outro, das teorias personalistas, de carácter libertário e não directivo, desenvolvidos pós Segunda Guerra Mundial.

Poder-se-á afirmar que este modelo retoma a ideia, talvez demasiado optimista de Rousseau, de que todos nós, todas as pessoas, sem excepção, possuem uma tendência inata para serem boas. “Tudo está bem quando sai das mãos do Autor das coisas: tudo degenera entre as mãos do homem”, tal como nos diz Rousseau no começo de *Emílio*. Desta forma, segundo o autor, existe um contraste entre o homem natural e o homem artificial. Ainda no entender de Rousseau, o homem, que já não se encontra associado ao estado de natureza, vive numa sociedade moderna e a sua educação é dirigida para o integrar nela, sem ser atacado pelo mal social que a constitui.

“Emílio”, personagem principal da sua obra, é um homem da natureza porque nunca se afasta dela ao longo do seu desenvolvimento, desde a infância até à maturidade, pois não se desvia, em momento algum, da ordem natural, apesar dos perigos que a sua vida representa, tais como o desejo de comando na infância e a afirmação da personalidade na adolescência.

Segundo o autor, na educação aplicar-se-á a máxima que o primeiro de todos os bens não é a autoridade, mas a liberdade. O bom educador não é aquele absolutamente permissivo, nem aquele que não tem qualquer consideração pelo seu ritmo de desenvolvimento, mas aquele que tem em atenção as suas especificidades próprias, potenciando e permitindo a sua liberdade.

Para o presente modelo de educação para os valores, e na linha de Rousseau, toda e qualquer criança possui já valores adequados de um ponto de vista ético, onde o sentido de reversibilidade e universalidade se encontram presentes, existindo apenas a necessidade de os “clarificar”, para que possam ser verdadeiramente assumidos. Rath, Harmin e Simon são os nomes que mais se destacam no âmbito desta corrente.

A grande finalidade desta forma de educação é proporcionar às crianças um contexto propício, onde tal tendência se poderá desenvolver de uma forma natural. Deste modo, poder-se-á afirmar que o docente deverá ser um indivíduo que, apostando numa não-directividade, numa completa neutralidade, fomenta a liberdade do aluno, procurando que este se assumia a si próprio. Por outras palavras, a clarificação de valores procura que os alunos criem o seu próprio sistema de valores, apostando numa consciência dos valores, estimulando um desenvolvimento moral espontâneo e livre, onde o respeito pelo código de valores dos outros, tal como de outras sociedades e culturas não é ignorado.³²

Na clarificação de valores, o professor é sobretudo um facilitador da auto-clarificação dos valores por parte dos alunos, procurando assumir uma postura neutra, e evitando, desta forma, tecer quaisquer tipos de juízos de valor. Nesta linha, as estratégias pedagógico-didácticas que o docente terá que colocar em prática deverão incentivar os

³² Cf. Patrício, Manuel Ferreira, *Lições de axiologia educacional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, pp. 149-150.

jovens a realizar escolhas de forma livre, auxiliando-os na descoberta das diversas alternativas quando falamos de alguma escolha, ajudando-os na reflexão quanto às consequências da adopção de cada curso de acção possível. Desta forma, o presente modelo tem como grande objectivo a tomada de consciência dos jovens em relação aos valores que efectivamente apreciam e, acima de tudo, incentivarem-nos a agir e viver em conformidade com as suas próprias escolhas, nunca ignorando o sentido de responsabilidade que deverá estar subjacente a qualquer uma delas.

Neste modelo, o docente não impõe qualquer hierarquia de valores, procurando apenas ajudar os jovens a clarificarem aquilo a que realmente dão valor, como já terá ficado subentendido. Assim, não se assumindo um modelo para o aluno, o docente apenas facilita a clarificação de valores, ouvindo os outros, equacionando questões, abstendo-se de tecer qualquer juízo de valor relativamente às respostas apresentadas pelos alunos, desejando apenas que o Outro se aceite a si mesmo e que assegure a sua auto-estima. Poder-se-á referir a existência de sete grandes critérios a usar quanto ao processo de clarificação de valores³³: 1) escolha livre; 2) opção entre alternativas; 3) escolha realizada após uma consideração ponderada quanto às consequências resultantes da adopção de cada curso de acção possível; 4) ser capaz de ser elogiado e aplaudido; 5) ser capaz de realizar e manter afirmações em público; 6) manifestar-se no nosso viver e comportamento; 7) ser frequente e repetir-se ao longo do tempo; este último critério aproximando-se, em certa medida, das características essenciais do modelo acima apresentado.

Relativamente à metodologia própria do presente modelo, poder-se-á destacar a realização de folhas de valores, reflexão sobre incidentes ocorridos na própria instituição escolar, reflexão sobre situações verídicas, mesmo que não de âmbito escolar, hierarquização preferencial de valores, etc.

Na clarificação de valores, a imposição de determinados comportamentos, tal como na educação para o carácter, não é tida em consideração, já que, mesmo que não o admitamos, existe uma relatividade inerente a todos eles. Ora, nesta forma de educação, o educador deverá assumir uma postura neutra, imparcial, meramente descritiva. Ou seja, ele poderá, como metodologia, clarificar do que se fala quando se fala em certos valores, mas nunca realçar uns valores em detrimento de outros. Para além do mais, é uma forma de educação que se relaciona com o chamado currículo oculto, ou escondido, já que, apesar de não intencional, enfatiza os valores que são dominantes num determinado contexto. Por esse mesmo motivo, poder-se-á afirmar que, enquanto a educação para a formação de carácter revela uma clara tendência para a doutrinação, a clarificação de valores revela, por sua vez, uma atitude talvez demasiado permissiva, onde se poderá registar uma certa demissão, quer pedagógica, quer até mesmo cívica do educador. Por outras palavras, a clarificação de valores pode ser alvo de severas críticas,

³³ Cf. Marques, Ramiro, *História concisa da pedagogia*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa, 2001, p. 193.

nomeadamente de ordem filosófica, psicológica e pedagógica, se utilizado de forma exclusiva.³⁴

Relativamente à posição filosófica, poder-se-á afirmar que tal método não auxilia, de certa forma, o aluno a elevar o alicerce de uma hierarquia de valores, uma vez que não se regista qualquer preocupação quanto à justificação de alguns valores possuírem primazia face a outros. Desta forma, a clarificação de valores desemboca num relativismo, visto que todos os valores estarão numa situação de igualdade. Assim sendo, o valor da tolerância, como mera indiferença, será o único verdadeiro valor tido em consideração pelo referido método. Se é certo que a máxima socrática do “conhece-te a ti próprio” encontra-se presente neste modelo, sendo algo bastante positivo, tal como a relevância conferida à liberdade e ao respeito pelo Outro, certo é igualmente que na tradição socrático-platónica não encontrávamos um subjectivismo nem um relativismo tão característicos do presente modelo. Pelo contrário, em toda a interrogação pessoal encontramos, isso sim, um valor de carácter imutável. “Não encontramos esta componente essencial do socratismo na linha da clarificação de valores, a qual nos parece finalmente dominada por Protágoras e não por Sócrates”³⁵.

A nível psicológico, tal método não promove a capacidade de indignação moral, algo que, a nosso ver, é essencial. Nesta linha, regista-se igualmente uma não promoção de auto-crítica, imprescindível para um constante aperfeiçoamento de cada ser humano.

Numa perspectiva pedagógica, a clarificação de valores não é susceptível de autêntica concretização. Será possível a total neutralidade por parte do docente? Como poderá o professor, enquanto ser humano, ser capaz de não expressar, revelar nos seus actos os valores que orientam a sua própria conduta? Não estará este modelo envolto numa pseudo-neutralidade?

2.3. Educação para a justiça

Esta, quanto a nós, principal forma de educação para os valores encontra-se eminentemente relacionada com interacções entre as pessoas. No nosso ponto de vista, e em virtude deste aspecto, apenas no âmbito de uma educação para a justiça poderá existir um verdadeiro desenvolvimento do pensamento moral e não mais a aceitação de comportamentos vistos como exemplares, pelo exterior. Tal metodologia é primordialmente levada a cabo no âmbito de programas que procuram aplicar a teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg. Este autor revolucionou totalmente a compreensão em torno do desenvolvimento moral dos indivíduos. Tendo o autor realizado inúmeros estudos e pesquisas, não só com crianças, como também com adultos, chegou à conclusão que o carácter moral de cada um de nós se desenvolve, numa determinada sequência de estádios. Por outras palavras, o carácter moral de cada

³⁴ Cf. Cunha, Pedro D'Orey da; *Ética e educação*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996, p. 204.

³⁵ Patrício, Manuel Ferreira, *Lições de axiologia educacional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 152.

pessoa, não é definível em função de traços rígidos, fixos, mas evolui através de diversos estádios de desenvolvimento.

Segundo Kohlberg, poder-se-á afirmar a existência de seis estádios fundamentais de desenvolvimento moral, possuindo cada um características específicas. Cada estádio envolve uma determinada maneira de reflectir sobre situações relacionadas com aspectos relativos a direitos e deveres, justiça, bem-estar do próximo. Esta perspectiva pode ser denominada por orientação moral³⁶, orientação essa que traz à luz do dia uma determinada perspectiva sócio-moral, isto é, a maneira como cada um de nós procede à distinção, coordenação, e hierarquização de pontos de vista e interesses particulares relativos a determinadas situações.

Como será possível caracterizar os diferentes estádios? É possível através de um estudo pormenorizado do pensamento que os indivíduos têm quando se encontram perante questões morais e situações dilemáticas presentes até no próprio quotidiano. Mas, em termos concretos, como seria Kohlberg capaz de avaliar, apreciar o desenvolvimento moral dos indivíduos? Através das suas respostas a situações relacionadas com dilemas morais, o autor concluiu que as mesmas poderiam ser agrupadas em seis sistemas de julgamento diversos, correspondentes precisamente aos seis estádios de desenvolvimento moral.

Todas as situações apresentadas são altamente complexas, envolvendo valores de ordens variadas. Aqui não existem respostas certas ou erradas, existem apenas respostas, ou melhor, diferentes perspectivas sobre uma mesma situação. Mais relevante do que a resposta directa “sim” ou “não” é a justificação da mesma, ou seja, os motivos que os indivíduos e, neste caso, os alunos, alegam para fundamentar as suas posições. É precisamente a maneira como o indivíduo justifica as suas resoluções para as situações apresentadas que revela o seu nível de desenvolvimento moral.

Um primeiro estádio, que, a par do segundo, se integrará no que Kohlberg apelida de moralidade pré-convencional, caracteriza-se essencialmente por expressar uma perspectiva sócio-moral egocêntrica, focada simplesmente na primeira pessoa. Neste primeiro estádio, o castigo e a obediência são as palavras de ordem. Aquilo que é considerado bom e mau, justo e injusto é aquilo que, respectivamente, evita o castigo e assegura o castigo. Como é que uma pessoa cujo desenvolvimento moral se encontre neste estádio reagirá face a dilemas que envolvam questões de carácter moral? Uma pessoa com tais especificidades conformar-se-á facilmente à vontade e poder oriundos de figuras de autoridade. Sendo um estádio que em muito se aproxima da concepção de moralidade heterónoma de Piaget, é regido principalmente por um ponto de vista marcadamente pessoal ou da autoridade, sendo, em suma, um estádio onde impera a vontade de uma não punição física de um qualquer poder de ordem superior, possuidor de autoridade perante o indivíduo.

³⁶ Lourenço, Orlando; *Desenvolvimento sócio-moral*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002, p. 75.

Por seu turno, o estágio seguinte caracteriza-se essencialmente por ser o estágio do oportunismo por excelência. O que significa isto? Significa que tudo aquilo que é considerado justo e bom é o que satisfaz as necessidades do próprio indivíduo. Neste estágio, a ideia fundamental é saber como se poderão realizar trocas de favores, tendo em vista principalmente ganhos materiais para o indivíduo em questão. Estes ganhos também poderão ser para outro indivíduo, mas este reger-se-á por motivos meramente instrumentais, onde a troca de interesses, favores, e até mesmo influências, marcarão necessariamente presença.

Já num terceiro estágio de desenvolvimento moral, tal como relativamente ao quarto, encontramos-nos, segundo Kohlberg, já não no terreno de uma moralidade pré-convencional, mas no domínio de uma moralidade convencional.

Em termos genéricos, como poderemos caracterizar o terceiro estágio que o autor nos propõe? No presente estágio, os juízos morais do indivíduo, aquilo que o mesmo considera ser justo e correcto é aquilo que a pessoa entende como seja o mais apropriado, nomeadamente para agradar a terceiros, especialmente aos que se encontram mais próximos, tais como familiares ou colegas de trabalho. Aqui o relevante é agir segundo a forma como os outros esperam que nós ajamos. A atitude egocêntrica, característica do estágio anterior, dá aqui lugar à empatia, à capacidade que temos de nos colocarmos no lugar do Outro, podendo ser capazes de nos apercebermos do que o Outro está a sentir, existindo, desta forma, uma maior capacidade de assumirmos diversos papéis sociais.

Tal como terá ficado anteriormente subentendido, neste estágio os juízos morais possuem o seu alicerce fundamental em determinados estereótipos, já que se regista um total conformismo às convenções adoptadas pela sociedade em que cada um de nós se encontra inserido, uma vez que jamais consultamos o nosso “ego” para agir, mas, isso sim, tendemos a colocarmo-nos no lugar de uma terceira pessoa que parece observar-nos constantemente. Sendo assim, poder-se-á dizer que, neste estágio, o indivíduo não se rege por interesses simplesmente pragmáticos e individualistas, mas a sua conduta terá eminentemente em consideração o ponto de vista do Outro que, em última instância, o julga.³⁷

Relativamente ao quarto estágio, podê-lo-emos caracterizar como sendo o estágio do respeito pela lei, pelas regras ou códigos vigentes numa determinada sociedade.

O indivíduo cujo desenvolvimento moral se encontre neste estágio realiza juízos morais, sempre orientados pelos direitos e deveres consagrados em documentos legais. Desta forma, face a situações dilemáticas, procurar-se-á orientar nas regras previstas nos códigos legais. Por essa mesma razão, consideram que a resolução desse tipo de questões encontrará o seu verdadeiro alicerce nas convenções sociais, já que as leis

³⁷ De referir que este estágio muito se aproxima do período da adolescência, tendo este sistematicamente, e como sabemos, uma natural tendência para se imaginar como o verdadeiro centro do universo, criando uma espécie de audiência imaginária.

representarão a sabedoria expressa em códigos, sendo estes, então, os autênticos critérios de justiça e de moralidade.

No que toca à moralidade pós-convencional, onde se inserem os indivíduos cujo desenvolvimento moral se regista ao nível do estágio quinto ou sexto de Kohlberg, poder-se-á afirmar que tais indivíduos tendem a agir em conformidade com um contrato social, se nos encontrarmos no quinto estágio, ou, por outro lado, conforme um princípio de carácter universal, tal como a justiça, se nos referirmos ao sexto estágio.

No nosso ponto de vista, poder-se-á afirmar ser neste momento, quando o indivíduo atinge a moralidade pós-convencional, em que o domínio do *ser*, ou do juízo de facto, dá lugar ao domínio do *dever ser*, ou do juízo de valor, que já não se encontrará em causa a simples assimilação de códigos morais, mas algo bem mais elevado, ou seja, a reflexão em torno desses mesmos valores. Por outras palavras, a moral, o domínio do ser, possui um carácter eminentemente prático, relaciona-se com normas particulares e pode ser considerada como o conjunto de regras ou normas morais que regulam a conduta dos seres humanos. A moral, distinguindo-se da ética, remete para códigos restritos, já que sempre relativos a certos grupos sociais e, por essa mesma razão, possuindo um carácter histórico, uma vez que se poderão modificar ao longo do tempo e do espaço (pensemos, por exemplo, nos valores que norteiam a moral cristã e a moral islâmica, ou, se quisermos, sobre a variabilidade das punições infringidas outrora às crianças e as que são hoje).

Por outras palavras, na moralidade pós-convencional já não nos encontramos, em sentido estrito, face à moral, mas à ética, podendo esta última ser considerada uma procura incessante de princípios de carácter geral e universal que fundamentem, justifiquem a moral. No domínio da ética, contrariamente ao domínio da moral, a grande questão já não será de ordem eminentemente concreta, prática, mas será uma questão que, como é claramente perceptível, se aproxima bem mais daquilo que se poderá apelidar de investigação filosófica e, por isso, de carácter bem mais geral: “Por que devemos agir desta ou daquela forma?”. Por esse motivo, poder-se-á dizer que “a ética excede sempre a moral, enquanto esta assenta na obediência formal a modelos ou códigos”³⁸, bem na linha dos estádios anteriores à moralidade pós-convencional, enunciados por Kohlberg.

Os julgamentos dos indivíduos cujo desenvolvimento moral se encontre na moralidade pós-convencional são extremamente complexos, visto que se tem em atenção variadíssimos pontos de vista, procurando-se a realização de uma análise bastante aprofundada de cada situação, atentando a todos os aspectos situacionais, tais como motivações e princípios de ordem geral envolvidos nos casos.

³⁸ Baptista, Isabel; *Ética e educação – Estatuto ético da relação educativa*, Universidade Portucalense, Porto, 1998, p. 53.

Ora, quer no quinto estágio, quer no sexto, existe uma subordinação das normas em relação aos princípios. No entanto, enquanto no primeiro esta subordinação é apenas intuída, no segundo tal é perfeitamente reconhecida e interiorizada.

No quinto estágio, o indivíduo, tendo consciência do carácter relativo das normas, entende que estas são regras de acção que, por vezes, poderão ser conflituantes em relação aos princípios que apregoa como verdadeiramente morais. Por outras palavras, os sujeitos do presente estágio consideram que grande parte das leis e valores, senão mesmo a sua maioria, encontram-se eminentemente relacionados com certos grupos. Contudo, consideram também que existe um conjunto de valores e direitos, como a liberdade ou a dignidade humana, que não poderão ser relativos, mas absolutos, e, por esse motivo, terão que ser verdadeiramente garantidos, independentemente da sociedade a que nos estejamos a referir e independentemente da opinião dominante. Por essa razão, o indivíduo do estágio quinto começa a possuir consciência de que a sociedade apenas fará sentido se garantir os direitos fundamentais de todo e qualquer ser humano.

Ao invés do que sucedia com sujeitos do quarto estágio, os do quinto orientam-se por um desejo de transformação da sociedade, orientando-se, desta forma, por princípios éticos escolhidos pelos próprios.

Em relação ao sexto estágio de desenvolvimento moral, apesar de Kohlberg ter acreditado na sua existência, no final da sua vida chegou mesmo a desistir deste seu estágio, pelo menos entendido como realidade empírica³⁹, tendo-o mantido, contudo, como a meta suprema do desenvolvimento moral dos indivíduos.

Como caracterizar este estágio? Este caracteriza-se especialmente pela adopção de princípios de justiça social, não havendo propriamente necessidade que estes se encontrem escritos. Neste mesmo estágio, o sentido de justiça é o que prevalece, sendo que estes sujeitos são capazes de alcançar pressupostos metaéticos, visto que as suas acções se orientam por princípios éticos, não só universais, como também normativos e eminentemente reversíveis.

Sujeitos cujo desenvolvimento moral se registre neste nível, perante situações dilemáticas procuram constantemente que vença a posição justa, independentemente de todos os interesses que estarão em jogo.

Afinal, qual a grande finalidade da educação para a justiça? Esta primordial forma de educação para os valores é a que melhor poderá assegurar o respeito pela diversidade, sem nunca cair num relativismo de carácter ético. Assim, aposta, de igual forma, no desenvolvimento do raciocínio moral, onde a doutrinação é liminarmente rejeitada (ou, pelo menos, espera-se que o seja). É então essencial a promoção da passagem para estádios superiores de desenvolvimento moral dos indivíduos.⁴⁰

³⁹ Cf. Baptista, Isabel; idem, p. 98.

⁴⁰ A título de curiosidade, importará referir que, relativamente ao mais alto (6º ou 7º) estágio da consciência moral, e afastando-se da posição de Kohlberg, Habermas postulou um sétimo estágio da

Por outras palavras, a educação para a justiça visa essencialmente que o educando compreenda e interiorize que uma determinada acção é tanto mais justa quanto mais a intenção que lhe subjaz for reversível e universalizável, pois, somente assim, existirá a adopção de princípios morais realmente meritórios.

3. Em torno de uma educação para os valores – Nível micro: sala de aula

Na nossa perspectiva, todo e qualquer docente não é apenas professor dos conteúdos relativos à(s) sua(s) disciplina(s), mas deverá ser perspectivado, numa visão transversal, como educador moral, visto ser absolutamente necessária “uma exigente dimensão ética na educação, que além de contribuir para a formação integral da pessoa, visa proporcionar a convivência numa sociedade plural, mantendo e aprofundando a Democracia, porque não será possível uma autêntica Democracia sem uma cidadania bem assumida e esta não brota espontaneamente, pois somente resultará da maturidade moral, impossível sem uma educação plenamente humanista”⁴¹.

Como nos apresenta Pedro D’Orey da Cunha, e recuperando a posição de Kevin Ryan, poder-se-á afirmar que, quando falamos do professor como educador moral, poder-nos-emos referir a sete grandes competências.

Uma delas diz-nos que o professor deverá *saber aceitar-se como modelo*. Será esta competência fácil de desenvolver? Certamente que não. Para além de ser uma tarefa bastante complexa averiguar qual o comportamento a adoptar para que possa ser

consciência moral, em que a possibilidade de *universalização* de uma máxima da acção é considerada como ideal, em que a mesma é estabelecida como norma, não só em virtude da experiência mental de um indivíduo autónomo, mas através de um entendimento concreto entre os abrangidos. Nesta linha, distanciando-se da abstracção de Kant, reveladora, em certa medida, de um *solipsismo metódico*, (...) Habermas postulou então o sétimo estágio da competência de juízo moral. (Cf. Apel, Karl-Otto; *Discussion et Responsabilité – 2- Contribution à une éthique de la responsabilité*, trad. Christian Bouchindhomme et Rainer Rochlitz, Éditions du Cerf, Paris, 1998, p. 113.) Este estágio, ainda no seu entender, e como refere Apel, poderá ser perspectivado como “o derradeiro estágio de um possível desenvolvimento da “competência comunicacional”, no âmbito da comunicação e de interacção real dos homens; e a *autonomia da vontade*, em sentido kantiano, era, por assim dizer, compreendida como *interiorização reflectida da competência comunicacional no sentido de uma antecipação contrafactual da sua estrutura ideal*.” (Apel, idem). A este sétimo estágio pertencerá a capacidade de cooperação quanto à realização de carácter progressivo da comunidade ideal de comunicação e, também, especialmente devido aos progressos tecnológicos que, nos dias de hoje, têm lugar, a salvaguarda da sobrevivência do próprio ser humano, em que a responsabilidade em relação à conservação da natureza terá que ter lugar, tal como o pensamento desenvolvido por Hans Jonas o expressa. Contudo, apesar da *ética da responsabilidade* exigir um sétimo estágio da competência de juízo moral, “ela, por outro lado, não invalida de modo algum os resultados obtidos pela lógica do desenvolvimento da consciência moral, tal como foi exposta por Kohlberg e Piaget.” (Apel, ibidem, p. 133).

⁴¹ Araújo, Luís de; *Sob o signo da ética*, Granito Editores, Porto, 2000, p. 25.

considerado modelo aos olhos dos alunos, é-nos também bastante difícil aceitarmo-nos como referência.

Relativamente a esta competência, talvez seja oportuna uma referência à posição kantiana. Jamais ignorando que a conduta exemplar do docente é reveladora da sua própria nobreza de *carácter*, esta possui, para os discentes, uma dupla faceta: por um lado, deverá ser perspectivada como um incentivo, visto os incentivar a imitar tal postura; por outro, representa um grande desafio, uma vez que, interpelando ao seu aperfeiçoamento, incita-os a desejar assemelhar-se a esse mesmo modelo. Contudo, e ainda segundo Kant, se é certo que a postura exemplar é relevante, certo é igualmente que ela não constitui a grande finalidade da educação moral, já que a conduta exemplar do docente não deverá servir de axioma, mas, sim, servir para demonstrar aos discentes que tal postura é efectivamente praticável. Por outras palavras, poder-se-á afirmar que a “valorização da *presença docente* não se aproxima [ou não se deveria aproximar] do carácter normativo que caracteriza as teorias morais do *exemplo*”, já que a presença do educador deverá valer por si mesma “não porque seja exemplar no sentido de uma atitude modelar”⁴².

Ora, se considerarmos a história da educação, principalmente uma etapa inicial da mesma, poderemos afirmar que esta questão do modelo/imitação dominaria claramente. O aluno faria do seu mestre um autêntico modelo, uma referência. Até mesmo em sentido ético-moral, e não só a nível científico, o mestre seria o modelo a seguir pelos mais novos. O método educativo privilegiado era então a imitação. Tal como um carpinteiro, por exemplo, o aprendiz teria que imitar o seu mestre, moldando-se, em certa medida, à sua imagem e semelhança. Concordando com Kant, consideramos que é através da educação que a humanidade se poderá aperfeiçoar. Dever-se-á então educar as crianças, não segundo o estado presente da humanidade, mas segundo um estado efectivamente melhor, possível no “amanhã”. Contudo, perguntamos, se se pretende que o aprendiz seja em tudo semelhante ao seu mestre, mesmo em terreno ético-moral, como poderá a humanidade tornar-se melhor se teimar em permanecer constantemente a “mesma”, apostando, de certo modo, num eterno retorno, à maneira de Nietzsche?

Ainda relativamente a esta competência, são normalmente adoptadas duas grandes atitudes. Por vezes, o docente, numa tentativa de se aproximar o mais possível dos alunos, revela atitudes rebeldes, que muito se aproximam das dos próprios discentes, obtendo, desta forma, uma clara popularidade entre os mesmos, o que, não raras vezes, poderá colocar em risco a autoridade (e não autoritarismo) que o professor deverá necessariamente ter em contexto de sala de aula. Por outro lado, há igualmente o docente que, desejando ser o modelo (perfeito) para o aluno, adopta uma postura excessivamente formal, distanciando-se assim, ainda que inadvertidamente, dos alunos, o que poderá colocar em questão a própria relação pedagógica que se deverá estabelecer, bem como a promoção da empatia, tão benéfica do ponto de vista

⁴² Baptista, Isabel; *Ética e educação – Estatuto ético da relação educativa*, Universidade Portucalense, Porto, 1998, p. 83.

pedagógico. Aliás, o *saber promover a empatia* poderá também ser considerada uma competência específica a adquirir pelo docente enquanto educador moral. O que significará fomentar uma relação de empatia? Significa afirmar, antes de mais, que “a relação educativa constitui um espaço fundamental na emergência de uma consciência antropológica marcada pela hospitalidade. Neste sentido, mais do que modelar hábitos, regularizar comportamentos ou harmonizar diferenças, educar significa promover a experiência de acolhimento da alteridade, provocando a fome de infinito que conduz o mesmo para fora da sua mesmidade”⁴³.

Em nosso entender, a sala de aula e, a nível macro, a própria instituição escolar, deverão ser entendidos como locais de hospitalidade por excelência, onde cada discente poderá e deverá perseguir os seus próprios projectos, interesses, se estes, como é evidente, não colidirem com os direitos do Outro, procurando-se fomentar, deste modo, um ambiente harmonioso entre todos, onde predomine o respeito pelo Outro, não esquecendo que este Outro será sempre, e inevitavelmente, um *Outro-Diverso*, devendo o professor ensinar os alunos a conjugar o verbo existir no plural⁴⁴, pois, somente assim, e bem na linha de Kohlberg, entre outros, prevalecerá a justiça. Aliás, e como o autor afirma, “o professor, procurando advogar a justiça, pode e deve baseá-la numa atitude de respeito pelo estudante, como agente moral autónomo”⁴⁵, uma vez que, deste modo, previne a doutrinação pelo “estabelecimento de uma democracia participativa na sala de aula ou na escola”⁴⁶.

Nesta linha, também o *saber promover o clima moral da classe* é absolutamente necessário, pois é essencial, tendo em consideração um desenvolvimento moral dos alunos, que o docente procure organizar de forma eficaz os conflitos de direitos e deveres entre os discentes, nomeadamente entre aqueles que revelem dificuldades em cooperar com outros, apostando na elaboração de carácter participativo dos regulamentos, onde todos poderão ser considerados interlocutores válidos, como nos diria Apel, onde se registe, por exemplo, justiça quanto à atribuição de prémios e de punições.

O *saber comprometer-se com o domínio moral*, aliado ao *saber exprimir a sua visão moral* são outras competências que o professor deverá adquirir. Por um lado, é imperativo que o docente revele sensibilidade e atenção quanto ao domínio moral, aproveitando diversas situações, diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, tendo em atenção os diversos conteúdos científicos a leccionar, para fomentar o desenvolvimento da consciência moral dos discentes; porém, jamais esquecendo as suas outras responsabilidades enquanto docente.

⁴³ Baptista, Isabel; idem, p. 57.

⁴⁴ Cf. Couto, Maria João; “Sujeitos, apesar de tudo”, in Carvalho, A.D. (org.), *A educação e os limites dos direitos humanos*, Porto Editora, Porto, 2000, p. 104.

⁴⁵ Kohlberg, Lawrence; “Just community approach to moral education”, in *Moral Education: Theory and Application*, edited by Marvin W. Berkowitz, Fritz Oser, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey, 1985, p. 35.

⁴⁶ Kohlberg, Lawrence; idem.

Quanto ao *saber exprimir a sua visão moral*, consideramos que o professor, apesar de inevitavelmente, como ser humano, ser incapaz de revelar uma absoluta neutralidade, tal como já defendemos anteriormente, deverá principalmente perspectivar o aluno, não como um mero “depósito”, digamos, um recipiente vazio que terá que encher. O docente deve, sim, atear o “fogo”, criando condições para que algo que está preparado, possa arder por si. Jamais, pelo contrário, deverá “apagar” ou impedir que essa “chama” prossiga o seu caminho. Deve ajudar a desenvolver as suas potencialidades, ou, se quisermos, as suas condições de possibilidade, à maneira kantiana; deve propiciar a sua intensificação, a sua “luz”, proporcionando ao aluno margem de liberdade, de modo a que o discente possa compreender a visão do professor, mas ter ele mesmo, e sem receio, a sua própria visão moral.

Saber argumentar moralmente e assistir ao aluno neste processo, bem como o *saber envolver os alunos na acção moral* são outras das sete competências básicas do docente como educador moral. É essencial que o professor compreenda os diversos estádios de desenvolvimento moral, auxiliando harmoniosamente os alunos a desenvolver as suas competências de uma forma eficaz.

Ora, a nível micro, ou seja, no interior da própria sala de aula, é essencial que o docente procure criar um ambiente democrático, participativo.

Poder-se-á afirmar a existência de diversas estratégias que têm como finalidade a criação deste mesmo ambiente. Entre as quais poderemos destacar o reforço, pela parte do professor, de comportamentos que revelem respeito pelos colegas, pelas suas posições e sentimentos, ou, se quisermos, a potenciação da interacção entre os alunos, o desenvolvimento de capacidades de carácter comunicativo, que muito potenciam competências relacionadas com o ouvir o Outro, por exemplo.

3.1. Exemplos de estratégias didácticas que poderão ser utilizadas:

3.1.1. Diálogos sucessivos

Perante uma turma poder-se-á sugerir, por exemplo, a formação de pequenos grupos de trabalho (entre quatro a cinco elementos), registando-se uma questão no quadro, por exemplo: “O que caracterizará a cultura ideal?”. Sugere-se que cada aluno dialogue com os restantes membros do seu grupo, tendo-se como finalidade chegar a um eventual acordo entre todos.

Esta estratégia de trabalho de grupo é fulcral pelo facto de: 1) debilitar o dogmatismo dos estudantes, nomeadamente daqueles extremamente convencidos da indubitável certeza das suas opiniões, bem à maneira socrática; 2) potenciar uma atitude mais científica e objectiva da realidade, alicerçada fundamentalmente num sentimento de desconfiança, e até mesmo humildade, admitindo que outros, que não nós, possam ter

razão; 3) enriquecer o estudo das questões, por parte dos estudantes; 4) incentivar a flexibilidade mental de alunos “dogmáticos”, ou, se quisermos, de “mente fechada”.⁴⁷

No nosso ponto de vista, esta metodologia pedagógica assume nuclear importância, principalmente na área das Humanidades e, muito particularmente, em Filosofia. É, sem dúvida, uma estratégia bastante pertinente. Desde logo porque equaciona questões e, de um certo ponto de vista, retoma o objectivo principal de um dos maiores nomes da História da Filosofia, Sócrates. Que mais fazia este pensador do que colocar em questão as opiniões dos grandes “sábios”? É precisamente esta tarefa que tal técnica tem em mãos. É primordial substituir a arrogância pela humildade, procurando que os alunos compreendam que nem sempre a razão está do seu lado. Com os alunos reunidos em diferentes grupos, podem então confrontar-se, e um dos objectivos é esse, com perspectivas bastante diferentes das suas.

Esta sugestão de trabalho de grupo pretende revelar aos alunos, ainda que num nível micro, o recurso ao diálogo para chegarem a um eventual consenso sobre o que poderia caracterizar a cultura ideal. Ora, e agora num nível macro, por assim dizer, este diálogo entre as diferentes culturas, com valores, hábitos, costumes, tradições próprios, deverá ter em consideração esta troca de impressões, pois estas serão os únicos ingredientes que poderão contribuir para tornar a sociedade mais democrática, mais receptiva à posição do Outro, por muito que esta se afaste da *nossa*.

Poder-se-á afirmar que a estratégia sugerida, tendo constantemente em consideração uma educação para os valores, procura, acima de tudo, ensinar aos alunos, ainda que em termos meramente teóricos, a viver juntos, recuperando um dos quatro pilares fundamentais da educação ao longo da vida, presente no tão conhecido Relatório Delors.⁴⁸ Tendo a educação para os valores este grande objectivo, é essencial a fomentação de interacções entre os alunos, jamais ignorando que, quer a escola, quer o professor possuem o inegável dever de potenciar, a todo o custo, o bom relacionamento dos alunos com uma grande diversidade de carácter ética e social, pois, apenas deste modo, a diversidade poderá ser autenticamente aceite e prezada, e não mais somente *tolerada*.

3.1.2. Discussão e reflexão sobre uma situação verídica

Uma outra estratégia bastante eficaz, tendo em vista a potenciação de uma educação para os valores, é, no seguimento da anterior referida, a questionação dos alunos sobre determinados excertos, procurando-se que os mesmos reflectam sobre questões relativas a valores. Na linha de Sócrates, não sugerimos que o docente seja perspectivado como

⁴⁷ Cf. Bordenave, Juan Díaz; Pereira, Adair Martins, *Estratégias de ensino-aprendizagem*, Editora Vozes, Petrópolis, 1991, pp. 178-180.

⁴⁸ Cf. Delors, Jacques; *Educação – Um tesouro a descobrir*, trad. José Carlos Eufrázio, Edições ASA, Porto, 1998, p. 77.

O sábio, aquele cujas respostas são indubitáveis, não susceptíveis de qualquer tipo de questionação. Pelo contrário, propomos que o docente seja um orientador dos alunos, que, tal como os discentes, se interroga a si próprio.

Recuperando a perspectiva kantiana, tendo em vista a criação de uma metodologia eficaz para a promoção da moral, consideramos ser imperativo a apresentação aos alunos de situações concretas, reais, incentivando a participação dos mesmos, de modo a auxiliá-los, tanto quanto possível, a desenvolver o seu raciocínio moral, na linha de Kohlberg. Esta estratégia possui uma ideia fundamental, partilhada, igualmente, claro está, pela própria actividade filosófica: procurar elevar uma relação entre o que aprendem na instituição escolar e a própria vida. Ora, segundo Kant, é essencial a existência de um *catecismo do direito* nas escolas. Tal catecismo idealmente compreenderia “casos que fossem populares e se apresentassem na vida quotidiana e que colocariam naturalmente a questão: isso é justo ou não?”⁴⁹.

Numa linha semelhante à supra referida e à do próprio Kohlberg, Marvin Berkowitz, da Universidade de Marquette, procurou examinar diversas metodologias de condução de grupos cujo formato é o debate. Segundo o autor, para que um debate, em sala de aula, seja efectivamente eficaz, é necessário que não se registre apenas uma leitura de dilemas morais. Berkowitz diz-nos igualmente que o orientador do debate deverá sempre equilibrar as questões de apoio com as de contestação, recapitulando a posição apresentada pelo aluno, parafraseando, por exemplo, o que o aluno expôs. No entanto, por vezes, o orientador necessita colocar em questão as afirmações do aluno, de modo a que o incite e aos colegas à reflexão sobre as mesmas, para que a fraqueza ou até mesmo a riqueza do raciocínio seja revelada a todos. Desta forma, poder-se-á igualmente solicitar ao aluno que aperfeiçoe e amplie, tanto quanto possível, o que defende, ou mesmo defender a sua posição face a pontos de vista diversos e alternativos.

Por exemplo, e procurando-se incentivar a reflexão por parte dos alunos, poder-se-á, neste sentido, apresentar uma situação verídica e dilemática, tal como a seguinte:

“Theresa Ann Campo Pearson, conhecida publicamente como “Bebé Teresa”, é uma criança com anencefalia nascida na Florida em 1992. A anencefalia é uma das mais graves deformidades congénitas. Os bebés anencefálicos são por vezes referidos como “bebés sem cérebro”, e isto dá basicamente ideia do problema, mas não é uma imagem inteiramente correcta. Partes importantes do encéfalo – cérebro e cerebelo – estão em falta, bem como o topo do crânio. Estes bebés têm, no entanto, o tronco cerebral e por isso as funções autónomas como a respiração e os batimentos cardíacos são possíveis. (...)

A história da bebé Teresa nada teria de notável não fosse o pedido invulgar feito pelos seus pais. Sabendo que a bebé não poderia viver por muito tempo e, mesmo que pudesse

⁴⁹ Kant, *Réflexions sur l'éducation*, introd. e trad. A. Philonenko, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 2000, p. 185.

sobreviver, nunca iria ter uma vida consciente, os pais da bebé Teresa ofereceram os seus órgãos para transplante. (...) Os médicos acharam uma boa ideia. Pelo menos duas mil crianças em cada ano necessitam de transplantes e nunca há órgãos disponíveis suficientes. Mas os órgãos não foram retirados, porque na Florida a lei não permite a remoção de órgãos até o dador estar morto. Quando, nove dias depois, a bebé Teresa morreu, era demasiado tarde para as outras crianças – os órgãos não podiam ser transplantados por se terem deteriorado excessivamente”⁵⁰.

De seguida, para promover o debate, poder-se-ão equacionar algumas questões. Por exemplo: “Os pais da bebé Teresa tinham razão ou não? Porquê?”.

A grande finalidade, para além de fomentar o debate propriamente dito, é o de igualmente moderar a discussão, dando-lhe uma direcção (não uma imposição).

Deste modo, focalizando a atenção dos alunos para uma situação da vida real, não meramente hipotética, poder-se-á promover a reflexão de todos, procurando não influenciar as respostas apresentadas pelos alunos, de modo a que os mesmos se possam expressar livremente.

3.1.3. Discussão de dilemas morais

Na nossa perspectiva, a discussão de dilemas morais, quer reais, quer hipotéticos, por exemplo, surge como uma excelente estratégia para alcançar a grande finalidade da educação para a justiça, de que falámos anteriormente. Sendo uma óptima oportunidade de descentração social, tal estratégia didáctica permite ao aluno colocar-se no lugar do Outro, expressando o que faria ou sentiria se realmente estivesse no seu lugar. Desta forma, o aluno descentra-se da sua própria posição, dos seus próprios pontos de vista, procurando compreender os pontos de vista de outrem. Assim, regista-se uma participação activa do aluno, já que este é convidado a olhar o mundo de forma diferente, olhando-o com os olhos do Outro. Ora, na discussão de dilemas morais, visto os alunos expressarem as suas opiniões relativamente ao mesmo, procurando resolvê-lo e averiguando quais as vantagens ou inconvenientes de cada solução, existirá certamente um confronto de várias posições, registando-se então um conflito de ordem sócio-cognitiva, que promoverá reestruturações e progressos sócio-morais.

A título de exemplo poderemos destacar o seguinte: “Imagine que está a refugiar em sua casa um amigo que foge a um indivíduo que o deseja assassinar. Agora suponha que esse assassino vai a sua casa e pergunta se sabe onde ele se encontra.” Nesta linha, poder-se-ão enunciar alguns tópicos de reflexão. Por exemplo: “O que faria nesta situação? Trairia o seu amigo ou mentiria ao assassino? Justifique”; “Se, nestas circunstâncias, mentiria ao assassino, imagine agora que ele, o assassino, deseja tirar a vida ao seu amigo por este ter sequestrado durante anos o seu filho mais novo, tendo

⁵⁰ Rachels, James; *Elementos de filosofia moral*, trad. F. J. Azevedo Gonçalves, Gradiva, Lisboa, 2004, pp. 14-15.

como fim exclusivo o total domínio de um outro ser humano, completamente indefeso. Será que, assim, não reconsideraria o que fazer? Porquê?”.

No nosso ponto de vista, a discussão de dilemas morais assume uma relevância fulcral quanto à educação para os valores e, concretamente, quanto à educação para a justiça, precisamente devido ao facto de estimular a participação activa do aluno, não apostando num ensino de carácter passivo, tão característico do paradigma da Escola Tradicional. Por essa mesma razão, entendemos, tal como analisaremos mais à frente, que, como Kohlberg defende, é imperativo que, nas instituições escolares, haja a existência de verdadeiras comunidades justas, pois, deste modo, aos alunos não são apenas ensinados os valores de responsabilidade, igualdade, fraternidade e justiça, mas estes mesmos valores são praticados nessas tais comunidades, apostando-se, assim, num ensino activo de um valor fundamental: a cidadania.

3.1.4. Aprendizagem cooperativa

Qual o grande objectivo desta modalidade didáctica, um trabalho num pequeno grupo? Antes de mais, poder-se-á afirmar que um trabalho exerce influência sobre a atenção e motivação dos próprios alunos. Tendo constantemente em consideração que a atenção não possui apenas uma componente *cognitiva*, mas também uma outra, a *sócio-afectiva*, entendemos que a elaboração de um trabalho deste género apresentar-se-á eficaz nestas duas grandes componentes. Enquanto a primeira componente, a componente cognitiva, exige uma determinada significação lógica, ou seja, saber de que se trata, que relação estabelece com aprendizagens anteriores, etc; a componente sócio-afectiva encontra-se relacionada com a satisfação de necessidades dos próprios sujeitos, como, por exemplo, que a actividade sugerida ou os estímulos sejam efectivamente satisfatórios para os mesmos. Ora, como Rath nos diz, “uma actividade é mais gratificante do que outra se o seu cumprimento pode ser realizado com êxito por alunos com diversos níveis de habilidades”⁵¹.

Poder-se-á afirmar que a referida metodologia possui claros aspectos positivos.

Os principais aspectos são então os seguintes:⁵² 1) interdependência positiva; 2) interacção face a face; 3) avaliação individual/responsabilização pessoal pela aprendizagem; 4) uso apropriado de competências interpessoais; e) avaliação do processo do trabalho do grupo.

Num trabalho com estes moldes, é imperativo que o grupo se organize de tal forma que todos os colegas se sintam implicados no trabalho de equipa, tendo plena consciência que o sucesso do grupo em que se insere dependerá da sua actuação, do seu trabalho, bem como o trabalho dos colegas influenciará também o resultado final.

⁵¹ Rath, citado por Zabalza, Miguel A.; *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, Edições ASA, Rio Tinto, 1992, p. 175.

⁵² Cf. Freitas, Luísa Varela de; Freitas, Cândido Varela de; *Aprendizagem cooperativa: teoria e prática*, Edições ASA, Porto, 2003, p. 26.

Para que efectivamente se registre uma boa organização do trabalho, cada elemento deverá ficar responsável por uma determinada tarefa, compreendendo que, caso falhem, será certamente todo o grupo a falhar. É essencial que num trabalho deste género se registre uma interdependência positiva, e, idealmente, que se registre uma interdependência forte, em que o sucesso da equipa tenha efectivamente primazia relativamente ao sucesso individual.

A já referida interacção face a face surge como o elemento mais relevante quando falamos numa metodologia de aprendizagem cooperativa. “A interacção promocional face a face existe quando os indivíduos encorajam e facilitam os esforços de cada um para realizar as tarefas de modo a alcançarem os objectivos do grupo”⁵³.

Segundo alguns autores, poder-se-á afirmar a existência de um conjunto de etapas quando nos referimos à aprendizagem de carácter cooperativo⁵⁴: 1) desenvolvimento do espírito de grupo (em que é essencialmente necessário tempo para que todos os membros se possam conhecer); 2) promoção da interdependência positiva (através de formas adequadas a tal); 3) garantir a interacção (gerindo o grupo e destacando os seus bons resultados relativamente a este ponto).

Poder-se-á afirmar que um trabalho de grupo deverá promover a inter-ajuda entre todos os seus elementos, a cooperação entre pessoas que, não só se conhecem, como também se aceitam.

Uma das grandes finalidades da metodologia da aprendizagem cooperativa é contribuir para o sucesso académico dos discentes. Contudo, ao invés de se apostar, aqui, única e exclusivamente, no que poderemos apelidar de competências pessoais, aposta-se, sim, quer no desenvolvimento de competências pessoais, quer no de competências interpessoais. Este último tipo é, no nosso ponto de vista, quiçá o mais relevante. Por outras palavras, consideramos que o verdadeiramente relevante não será apenas a aprendizagem, pela parte dos alunos, dos conteúdos científicos de cada disciplina, mas, igualmente, a aprendizagem de determinadas competências sociais e, mais concretamente ainda, de competências de ordem interpessoal.

Para além de ser de suma relevância que o discente saiba gerir o seu tempo, realizar anotações sobre as suas leituras, alcançar o nível mais elevado que conseguir no seu trabalho (competências pessoais), deverá ser capaz também, e tendo em atenção uma educação para os valores, de ouvir o Outro e esperar a sua vez para intervir, revelar compreensão pelas posições defendidas pelos colegas, mesmo que, eventualmente, discorde delas (competências interpessoais), trabalhar em efectiva colaboração.

⁵³ Johnson & Johnson, citado por Freitas, Luísa Varela de; Freitas, Cândido Varela de; *Aprendizagem cooperativa: teoria e prática*, Edições ASA, Porto, 2003, p. 28.

⁵⁴ Johnson & Johnson, *idem*.

4. Em torno de uma educação para os valores - Nível macro: instituição escolar

4.1. Concepção de “comunidade justa”

Tal como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, a *just community approach* é uma metodologia enunciada por Lawrence Kohlberg que, constituindo um processo cuja finalidade essencial é a promoção do desenvolvimento moral, no âmbito escolar assume nuclear relevância, uma vez que, tal como já Kant destacou, a educação é a única via para o aperfeiçoamento do ser humano, nomeadamente de um ponto de vista moral. Esta metodologia assenta claramente numa determinada orientação teórica, encontrando os seus alicerces na própria teoria moral de Kohlberg

Tendo em consideração a promoção do desenvolvimento moral em ambientes escolares e prisionais, que constituíram os núcleos essenciais da atenção de Kohlberg, o autor concluiu que a metodologia proposta era muito pouco eficaz se os indivíduos que nela estivessem envolvidos não se encontrassem inseridos em comunidades justas, em comunidades autenticamente morais. Ora, se efectivamente se deseja “educar moralmente os prisioneiros [ou os estudantes], então a educação moral nas prisões [como também nas escolas] obriga-nos a trabalhar com a instituição e a mudar a sua atmosfera moral”⁵⁵.

As intervenções, não só de Kohlberg, como também dos seus colaboradores, relacionadas com a criação destes programas educativos em escolas de Ensino Secundário, concretamente a criação de programas tipo “comunidade justa”, no final da década de 70, revelaram grande valorização da participação dos discentes no que toca à tomada de decisões, onde tem lugar, quer a discussão de dilemas hipotéticos, quer reais, bem como a participação activa, e não meramente representativa, dos discentes no governo da escola e em comissões de justiça.

A “Cluster School” é vulgarmente considerada como a primeira grande tentativa de aplicação da teoria de Kohlberg em escolas secundárias. Neste projecto envolveram-se, não só o próprio Kohlberg, como também outros investigadores da Universidade de Harvard.

O sentido de justiça é valorizado por Kohlberg nesta pequena comunidade política, alicerçada primordialmente em iguais direitos políticos. Aliás, e como o próprio refere, “numa escola democrática os estudantes devem tomar decisões sobre dilemas e acções da vida real”⁵⁶, não ignorando igualmente que os mesmos “deverão tudo fazer para que a escola sobreviva como comunidade. Têm que possuir responsabilidade pelas regras e

⁵⁵ Power, C., Higgins, A., & Kohlberg, L. *Lawrence Kohlberg's approach to moral education*, Columbia University Press, New York, 1989, p. 52.

⁵⁶ Kohlberg, Lawrence; “Just community approach to moral education”, in *Moral Education: Theory and Application*, edited by Marvin W. Berkowitz, Fritz Oser, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey, 1985, p. 35.

pelo processo de disciplina, que brotaram através da discussão, raciocínio e argumentação sobre justiça”⁵⁷.

Poder-se-á afirmar que a presente abordagem releva, de um ponto de vista pedagógico, o método da discussão de dilemas morais reais, como também a participação democrática directa da vida escolar, propondo então a elevação de uma complementaridade entre a justiça e os direitos individuais e a comunidade e vida colectiva.

Uma das finalidades primordiais da teoria da comunidade justa é garantir a democraticidade e o envolvimento dos discentes quanto à definição das regras escolares e à gestão de comportamentos reprováveis. Poder-se-á afirmar a evidente proximidade da teoria de Kohlberg relativamente à ética do discurso. Esta última “constitui a construção filosófica própria da sexta etapa no desenvolvimento da consciência moral, tal como Kohlberg a expõe, na medida em que se baseia em princípios éticos universais e adopta uma perspectiva procedimental”⁵⁸.

Por outras palavras, e tal como a ética do discurso, também aqui as normas morais devem ser discutidas e todos os indivíduos, sem excepção, deverão ser considerados interlocutores válidos⁵⁹, “reconhecidos como pessoas, dado que em todas as suas acções e expressões são interlocutores virtuais”⁶⁰ nessa mesma discussão. Também para Kohlberg procurava-se que a instituição escolar fosse dirigida de forma democrática, onde todos, quer alunos, quer professores possuem uma relação igualitária, visto possuírem igual direito de voto no que concerne à tomada de decisões.

Desta forma, poder-se-á afirmar que a educação para os valores jamais poderá isolar, quer os professores, quer os alunos, já que, aqui, “educa-se para agir e agir moralmente é envolver-se eficazmente com os outros, saber tomar partido e defender posições. O fim último da educação para os valores é a aprendizagem do viver em comum e, sendo assim, os alunos aprendem tanto melhor quanto mais profundas e diversificadas forem as suas interacções”⁶¹.

Nesta teoria prevê-se que os alunos possam tomar decisões em torno de dilemas morais reais e especialmente relevantes, porque relativos à comunidade escolar, através de uma discussão de carácter colectivo, onde cada um dos discentes e docentes assume responsabilidade pelo cumprimento em relação ao colectivamente acordado. Desta forma, quando os problemas são discutidos, tendo como finalidade a procura do melhor argumento, numa situação de *comunicação não distorcida*, à maneira de Habermas, ou da solução mais justa, todos os membros da comunidade escolar comprometem-se a

⁵⁷ Kohlberg, Lawrence; idem.

⁵⁸ Cortina, Adela; “La ética discursiva”, in Camps, Victoria; *Historia de la ética – 3 – La ética contemporánea*, Editorial Crítica, Barcelona, 1989, p. 535.

⁵⁹ Note-se aqui, pela parte de Apel e Habermas, o privilégio conferido ao paradigma da linguagem face ao da consciência.

⁶⁰ Apel, Karl-Otto; *La transformación de la filosofía*, trad. Adela Cortina, Joaquín Chamorro, Jesús Conill, Taurus, Madrid, 1985, pp. 380-381.

⁶¹ Marques, Ramiro; “A educação sócio-moral – uma análise curricular do ensino básico em Portugal”, in Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, *Formação pessoal e social*, Porto, 1992, p. 88.

seguir a decisão aceite. Por outras palavras, bem na linha da ética do discurso, pretende-se atingir um consenso mediante os debates no interior da *comunidade de argumentação*, neste caso, a própria instituição escolar, representando este então uma ideia reguladora, à maneira kantiana.

O consenso visado jamais poderá ser consequência de uma acção coerciva ou de poder, por parte dos docentes, mas, visto ser obtido comunicacionalmente, possui um alicerce racional, não podendo “ser imposto por nenhuma das partes, seja instrumentalmente através da intervenção directa na situação, seja estrategicamente influenciando as decisões dos adversários”⁶². Numa linha semelhante, e tal como L. Not nos diz, concretamente quanto aos limites do diálogo pseudo-socrático, “(...) é sempre Sócrates (e hoje, o professor) que mantém a iniciativa, o aluno é guiado, o que faz dele, não um sujeito, mas o objecto de uma acção do professor, que dirige e modela o aluno”⁶³. Poderemos nós afirmar a existência de um autêntico diálogo interpessoal, como se pretende, se este for conduzido unilateralmente de um indivíduo para outro, como, por exemplo, do adulto para o adolescente?

Por outras palavras, a *just community approach* de Kohlberg possui como objectivos essenciais: 1) a procura da justiça; 2) a prática da igualdade; 3) a exigência da responsabilidade.

A ênfase da justiça, tão característica da *just community approach*, encontra semelhanças com o pensamento de um outro autor, nomeadamente Rawls⁶⁴, visto este afirmar, como é sabido, que a justiça, sendo talvez a mais pública de todas as virtudes, poderá também ser considerada como a primordial virtude de todo e qualquer sistema social.

Como é evidente, a organização estrutural da escola é necessariamente decisiva quanto à eficácia desta teoria, pelo facto da mesma se relacionar com várias instâncias, que vão desde, a nível macro, assembleias comunitárias em que as regras são definidas e os problemas são debatidos, a grupos mais restritos, que, pela sua dimensão, convidam a uma mais fácil participação de todos, procurando resoluções de problemas de ordem interpessoal. Assim, todas as decisões relevantes são tomadas posteriormente a uma prévia consulta comunitária. Por outras palavras, esta educação para a justiça proposta por Kohlberg incentiva os alunos a assumir verdadeiramente as suas posições, não defendendo valores de modo abstracto, mas de forma claramente concreta.

Sinteticamente, poder-se-á afirmar a existência de determinados pressupostos na teoria da comunidade justa, perspectivada como democracia participativa: 1) reunião da comunidade, considerada como principal órgão de decisão; 2) discussão prévia, em pequenos grupos de professores e alunos, relativa às questões a equacionar na reunião

⁶² Couto, Maria João; *Da comunicação entre as diferenças: reflexões em torno da educação social e do seu sentido contemporâneo*, Faculdade de Letras, Porto, 1996, p. 45.

⁶³ Not, Louis; *O Ensino interlocucional – Para uma educação na segunda pessoa*, trad., Instituto Piaget, Lisboa, 1998, p. 185.

⁶⁴ Cf. Rawls, John, *Theory of Justice*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, 1971.

da comunidade, estimulando, não só o desenvolvimento pessoal, como o desenvolvimento da Tomada de Perspectiva Social e o contacto com níveis mais elevados de raciocínio moral; 3) grupos de “apoio”, em que cada discente, em conjunto com um professor, trabalha em colaboração com o psicólogo da instituição escolar, reunindo-se o professor com os alunos uma vez por semana; 4) comité de disciplina, que tem como tarefa aplicar as regras da escola e punir os violadores.

Na “comunidade justa” nenhum aluno possui constantemente a mesma responsabilidade, já que todos as desempenham de modo rotativo, tendo, por exemplo, responsabilidade quanto à condução das assembleias comunitárias, ou relativamente à participação no comité de disciplina, que tem a tomada de decisões em relação às consequências justas para os violadores das regras como grande finalidade, como vimos.

Por fim, esta metodologia visa promover o sentido de responsabilidade para consigo próprio e para com os outros, possibilitando ao aluno participar activamente, e não de forma meramente representativa, no processo democrático, característica essencial da escola perspectivada como comunidade justa. Somente assim, no nosso ponto de vista, e bem à maneira da ética discursiva, se poderá elevar um dia, quiçá, e como deseja Apel, uma verdadeira “macroética planetária da responsabilidade”⁶⁵.

5. Considerações finais

Tal como esperamos ter tornado claro ao longo do presente trabalho, quando falamos de educação, falamos também, e necessariamente, de valores, mesmo que rejeitemos por palavras esta inegável relação. Defender uma atitude de neutralidade em terreno educativo é, de certa forma, na nossa perspectiva, defender uma certa demissão do educador, pois consideramos que, apesar do mesmo não poder ser perspectivado unicamente como educador moral, nunca poderá deixar de ser também considerado como tal.

Tendo em atenção uma educação para os valores, que se pretende não doutrinária, existe um conjunto de estratégias didácticas que poderão ser utilizadas, como vimos, no interior da própria sala de aula. Realçamos novamente ser imperativa a promoção do diálogo entre os alunos, uma atitude de abertura face ao Outro. Ora, as estratégias didáctico-pedagógicas aqui apresentadas surgem, no nosso ponto de vista, como uma preciosa ajuda para tão nobre desígnio.

A nível macro, ou institucional, isto é, não nos referindo ao contexto de sala de aula, mas à própria instituição escolar, consideramos que a concepção teórica de “comunidade justa”, enunciada por Kohlberg, poderá ser considerada como um exemplo a seguir de uma educação para os valores e efectiva potenciadora de um ambiente eminentemente participativo e democrático na escola.

⁶⁵ Apel, Karl-Otto; *Éthique de la Discussion*, trad. Mark Hunyadi, Éditions du Cerf, Paris, 1994, p. 18.

Por fim, concordando com a posição kantiana, entendemos que cabe primordialmente à educação proporcionar um ambiente de respeito mútuo entre todos os seres humanos à face do nosso planeta onde cada um seja reconhecido e a sua dignidade conservada. A educação moral apresenta-se, desta forma, como um dos pilares fundamentais de preservação da dignidade humana. É essencial que a educação assuma, de uma vez por todas, que é o grande fio condutor para a mudança de atitudes dos indivíduos. Esta deverá ter como finalidade a elevação do “reino dos fins” kantiano, onde todos, sem excepção, possam ser considerados sujeitos, afinal, fins em si. Só assim poderemos vir a alegrar-nos por habitar efectivamente, e finalmente, no melhor dos mundos possíveis, à maneira de Leibniz.

No entanto, cremos que o homem, tal como nos diria Leonardo Coimbra, não seja simplesmente uma inutilidade num mundo já feito, mas sempre um obreiro num mundo a fazer.

Bibliografia

- APEL, Karl- Otto; La transformación de la filosofía, trad. Adela Cortina, Joaquín Chamorro, Jesús Conill, Taurus, Madrid, 1985;
- ____; Éthique de la Discussion, trad. Mark Hunyadi, Éditions du Cerf, Paris, 1994;
- ____; Discussion et Responsabilité – 2 – Contribution à une éthique de la responsabilité, trad. Christian Bouchindhomme et Rainer Rochlitz, Éditions du Cerf, Paris, 1998;
- ARAÚJO, Luís de; Sob o signo da ética, Granito, Porto, 2000;
- ARISTÓTELES, Ética a Nicómaco, trad. António de Castro Caeiro, Quetzal Editores, Lisboa, 2006;
- BAPTISTA, Isabel; Ética e educação – estatuto ético da relação educativa, Universidade Portucalense, Porto, 1998;
- ____; Capacidade ética e desejo metafísico – uma interpelação à razão pedagógica, Edições Afrontamento, Porto, 2007;
- BASTOS, Fernando Evangelista; “A dignidade com fundamento ontológico da condição humana”, in Carvalho, Adalberto Dias de; Problemáticas filosóficas da educação, Edições Afrontamento, Porto, 2004;
- BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins; Estratégias de ensinoaprendizagem, Editora Vozes, Petrópolis, 1991;
- CARVALHO, Adalberto Dias de; A educação como projecto antropológico, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 1998;

- ____; “O estatuto da filosofia da educação”, in Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia, II Série, Vol. XV-XVI, Porto, 1998-99;
- CORTINA, Adela; “La ética discursiva”, in Camps, Victoria, Historia de la ética – 3 – La ética contemporânea, Editorial Crítica, Barcelona, 1989;
- COUTO, Maria João; Da comunicação entre as diferenças: reflexões em torno da educação social e do seu sentido contemporâneo, Faculdade de Letras, Porto, 1996;
- ____; “Sujeitos, apesar de tudo”, in Carvalho, Adalberto Dias de (org.), A educação e os limites dos direitos humanos, Porto Editora, Porto, 2000;
- CUNHA, Pedro D’Orey da; Ética e educação, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996;
- DELORS, Jacques; Educação – Um tesouro a descobrir, trad. José Carlos Eufrázio, Edições ASA, Porto, 1998;
- FREITAS, Luísa Varela de; FREITAS, Cândido Varela de; Aprendizagem cooperativa: teoria e prática, Edições ASA, Porto, 2003;
- KANT; Réflexions sur l’éducation, introd. E trad. A. Philonenko, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 2000;
- ____; “Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita”, A paz perpétua e outros opúsculos, trad. Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 2008;
- KOHLBERG, Lawrence; “Just community approach to moral education”, in Moral Education: Theory and Application, edited by Marvin W. Berkowitz, Fritz Oser, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey, 1985;
- LOURENÇO, Orlando; “A Comunidade justa de Kohlberg: Um caso especial de educação moral”, in Revista de Educação, Vol. V, nº 1, Jun., 1995, Departamento de Educação da F. C. da U. L.;
- ____; Desenvolvimento sócio-moral, Universidade Aberta, Lisboa, 2002;
- MARQUES, Ramiro; “A educação sócio-moral – uma análise curricular do ensino básico em Portugal”, in Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Formação pessoal e social, Porto, 1992;
- ____; História concisa da pedagogia, Plátano Edições Técnicas, Lisboa, 2001;
- ____; A cidadania na escola, Livros Horizonte, Lisboa, 2008;
- NOT, Louis; O Ensino interlocucional – Para uma educação na segunda pessoa, trad., Instituto Piaget, Lisboa, 1998;

- PATRÍCIO, Manuel Ferreira; Lições de axiologia educacional, Universidade Aberta, Lisboa, 1993;
- POWER, C., HIGGINS, A., & KOHLBERG, L.; Lawrence Kohlberg's approach to moral education, Columbia University Press, New York, 1989;
- RACHELS, James; Elementos de filosofia moral, trad. F. J. Azevedo Gonçalves, Gradiva, Lisboa, 2004;
- RAWLS, John; Theory of Justice, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, 1971;
- REBOUL, Olivier; A filosofia da educação, Edições 70, Lisboa, 2000;
- SOVERAL, Eduardo Abranches de; "Questões prementes da filosofia da educação", in Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Filosofia, II Série, Vol. 01, Porto, 1985;
- ZABALZA, Miguel A.; Planificação e desenvolvimento curricular na escola, Edições ASA, Rio Tinto, 1992.

POLÍTICA

A GESTÃO DE CONFLITOS E A CONFLITUALIDADE EM ÁFRICA. UMA PROBLEMÁTICA ATEMPORAL

Luis Manuel Brás Bernardino⁶⁶

bernardino.lmb@hotmail.com

Resumo: A conflitualidade global é um dos problemas atuais que mais preocupa os Estados e as Organizações Internacionais, pois a prevalência e gravidade dos seus efeitos tornou as sociedades mais enfraquecidas e menos disponíveis para a paz e para alcançarem o desenvolvimento sustentado. Em África esta realidade conjuntural tem conduzido os Estados e as Organizações Regionais a desenvolverem mecanismos de alerta, de resposta e a criarem estruturas de apoio às estratégias pós-conflito para desenvolverem capacidades que possibilitem uma melhor gestão dos conflitos regionais.

Esta problemática obriga-nos a uma reflexão multidimensional e multidisciplinar pois a conflitualidade é atualmente em fenómeno sem fronteiras e atemporal, em que as fronteiras não limitam as causas nem as consequências dos conflitos. A gestão da conflitualidade em África, assume-se desta forma como um dos principais problemas para os Estados e Organizações Regionais, que cooperam estrategicamente no intuito de prevenir as ameaças que afetam os seus espaços soberanos. Neste contexto, a presente reflexão académica pretende trazer para a discussão a questão da gestão dos conflitos e da conflitualidade em África e apresentar possíveis soluções para esta problemática que se constitui num problema atemporal para os Estados e para as Organizações Africanas.

Palavras-chave: África, Conflitualidade, Organizações Regionais Africanas

Abstract: The global conflicts is one of the most significant problems for the States and the International Organizations, because the severity of the damages make's the society more weak and less available to assemble peace building solutions and to work for a

⁶⁶ O Professor Doutor Luís Manuel Brás Bernardino é Major de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior Conjunto. Detém uma Pós Graduação em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, é Mestre em Estratégia e Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Relações Internacionais pela Universidade Técnica de Lisboa. É investigador de Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). É investigador doutorado do Observatório Político, membro da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Direcção da Revista Militar, membro correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA) e membro da *International Political Science Association*. Participa regularmente em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos científicos em revistas da especialidade.

suitable development. In Africa that conjectural reality has lead the States and the Regional Organizations to create mechanism of alert, rapid response and develop multiple structures in order to be able to support pos-conflict strategies and recover the State and providing regionally new capacities for an appropriate regional management for the conflicts. For that reason this new situation must in order to solve the problems, let us to think in a multidimensional and multidisciplinary dimension because the conflicts are in our days a phenomenon without borders timeless. On that modern paradigm the African Regional Organizations are assuming a major compromise with the suitable development of the African Peace and Security Architecture.

Actually the African crises management is one of the major issues for States and Regional Organizations, and they have to cooperate strategically in order to prevent the principal threats and risks for the sovereignty of the countries on those regions. On that context, that academic reflection want to discuss the questions of the strategic management of the African regional conflict and introduces a new approaches for the problem which affects African States and African Organizations.

Keywords: Africa, Conflicts; African Regional Organizations; conflict management

A GESTÃO DE CONFLITOS E A CONFLITUALIDADE EM ÁFRICA. UMA PROBLEMÁTICA ATEMPORAL

“...L’analyse de l’évolution des conflits sur le continent africain laisse apparaître des configurations contrastées, car les sorties de crise coexistent avec les guerres oubliées qui perdurent depuis de longues années. De nombreux autres pays sont dans une situation transitoire, les initiatives de retour à la paix étant actuellement en cours de mise en œuvre sans que l’on puisse préjuger de leur issue...”

Mamoudou Gazibo, “Introduction à la Politique Africaine“, 2010, p. 153

Introdução

A interdependência entre “segurança” e “desenvolvimento” é atualmente uma das principais temáticas abordadas no contexto das Relações Internacionais, absorvendo os políticos do mundo, como se a chave para encontrar as soluções para os problemas mundiais, consisti-se na relação equidistante entre a ausência de conflitos e a aposta no desenvolvimento sustentado. Esta relação dicotômica e necessária aparece quase sempre

associada a fatores geoestratégicos e geopolíticos conjunturais específicos que são atualmente os principais responsáveis por se assistir a uma complexidade crescente nas relações entre os múltiplos atores no xadrez internacional.

Comitadamente, a problemática assume especial relevo nas zonas de conflitualidade regional latente, principalmente nas áreas conjunturais de valor geoestratégico acrescentado, onde se assiste a uma proliferação dos conflitos regionais e intraestatais, conduzindo a um subdesenvolvimento estrutural grave e, em certa medida, à falência dos Estados que as bordeiam. Estes fatores têm conduzido, a prazo, a um aumento da instabilidade regional, e por via da globalização, à instabilidade das economias mundiais e dos sistemas de segurança regionais, afetando os mercados globais, constituindo-se num fator de permanente preocupação para a sociedade internacional.

Para combater este problema assiste-se atualmente à adoção de políticas e estratégias de gestão de conflitos empreendidas pelas Organizações Internacionais, regionais e outros atores globais (Estados ou Organizações) interligadas com estratégias de apoio ao desenvolvimento. Neste âmbito parece-nos importante clarificar conceitos e alinhar uma terminologia própria, que pensamos poder constituir uma ferramenta para a compreensão da temática da gestão de conflitos, procurando-se fazer uma interligação e a complementaridade entre conceitos e normativos da ação estratégica dos Estados.

Procuramos nesta reflexão académica alinhar alguns conceitos estruturantes e dar a conhecer o “estado da arte” relativamente à prevenção e resolução de conflitos, na medida em que se trata de uma temática que envolve os Estados e as Organizações Regionais e que se constitui como elemento fundamental para a análise e compreensão das estratégias dos sistemas securitários regionais e da Política Externa dos Estados Africanos e da Comunidade Internacional.

A Gestão de Conflitos. Uma introdução à problemática

Se pretendermos caracterizar a situação internacional atual, podemos afirmar que esta permanece volátil, incerta e muito complexa, como resultado das características de um sistema global marcado pela heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais, conduzindo recorrentemente ao surgimento de conflitos regionais. Estes conflitos apresentam como novo paradigma de análise, uma maior regionalização, mas quase que por antítese, a uma também maior globalização dos seus efeitos e das suas consequências, pois a conflitualidade regional passou a ter um reflexo na segurança global.

Ao longo da História da Humanidade, podemos constatar que a existência de conflitos constitui uma constante no relacionamento entre os homens, sociedades e civilizações. Este aspeto, que se constituiu num fenómeno global e atemporal, tem uma expressão ímpar no continente Africano, como mais recentemente se assistiu no norte de África, onde se constata uma tendência para um aumento da conflitualidade regional, apresentando contudo algumas características inovadoras e até enigmáticas que preocupam a Comunidade Internacional. Nesse contexto, parece-nos possível falar atualmente numa “nova” conflitualidade, que transportou os conflitos para o interior dos

Estados (intraestatais) tendo-se como causas diretas para essa mutação, entre outras, motivações relacionadas com os recursos minerais estratégicos, o acesso ao poder, os dogmas religiosos extremistas e as características e insuficiências do próprio Estado, que em regra, se intensificam na razão inversa do desenvolvimento e da prosperidade económico-social vivida nessas regiões (Marshall e Gurr, 2005, pp. 3-10) (Dowden, 2009, pp. 51-59).

Com o final da guerra-fria, a perspetiva da resolução de conflitos tem vindo a mudar, principalmente porque a “...*relação entre as superpotências da guerra-fria fez desaparecer o mito dos conflitos regionais pela ideologia e pela simples competição militar...*”, tornando os conflitos mais político-ideológicos e menos estratégico-operacionais e de cariz militar (Miall et. al., 2004, p. 2).

Estes aspetos contribuem para relançar novos e complexos fatores na análise da multiplicidade de contendas de carácter regional que proliferam atualmente um pouco por todo o mundo e em particular na África Subsariana. Neste contexto geoestratégico em mudança, a sociedade internacional viu-se na contingência de estabelecer uma base terminológica e doutrinal entendível, que congrege o mundo em torno de objetivos lineares considerados vitais, tais como o desenvolvimento sustentado e a segurança (nas suas múltiplas dimensões), já que esta última vem assumindo um papel de maior destaque no nexu “Segurança-Diplomacia-Desenvolvimento”.

Assim, a necessidade de se estabelecer um diálogo comum na cena internacional, levou ao aparecimento recente de várias teorias especializadas na abordagem da conflitualidade e dos fenómenos da paz e da guerra. Da retórica académica, ao discurso político, constatamos contudo que os termos empregues nem sempre definem a mesma linearidade de pensamento, significam o mesmo propósito ou se enquadram num idêntico contexto estratégico-operacional. Por este motivo, tornou-se imperioso definir um quadro conceptual próprio no quadro das Relações Internacionais.

Na dinâmica dos conflitos regionalizados e em todos os fenómenos associados, as Organizações, os Estados e demais atores da cena internacional, procuram interagir, articular estratégias e comunicar entre si, com vista a gerir o conflito de uma forma mais proficiente e com um nível de sucesso crescentemente maior. Este desiderato, requer consistência na ação estratégica, uniformidade nas políticas, mas principalmente envolve o emprego de uma terminologia adequada e de uma doutrina comum, pois sem se conhecer, identificar e estudar o problema, não se conseguem encontrar as soluções e desenhar uma estratégia de ação adequada à sua resolução.

O termo “conflito” e a sua evolução aparecem normalmente associados a uma variação de fatores, a uma progressão graduada, não linear e inconstante, independentemente das diferentes formas de conflito, podendo ir desde a paz consentida ou estável, à paz instável, passando pela crise e na fase mais aguda do seu desenvolvimento, à guerra. As dinâmicas próprias de um conflito implicam, tendo em vista uma melhor compreensão, efetuar uma análise sistémica e conjuntural, com vista a podermos determinar cabalmente as principais causas, os processos e alvitrar as possíveis consequências da sua gestão, transformação ou resolução. Estas abordagens conceptuais abrangentes, segundo alguns autores (Swanström e Wiessmann, Janete Cravino, Katerina Nicolaidis,

Hugh Miall e William Zartman) assentam numa linearidade de aspetos que caracterizam as dinâmicas dos conflitos, permitindo uma conceptualização de uma “teoria” e de uma “doutrina” enquadrada à luz da Polemologia⁶⁷, de Gaston Bouthoul e necessária para o cabal entendimento das relações de conflito no nosso mundo globalizado.

Ernest-Otto Czempiel associa o termo “conflito” a uma “...*incompatibilidade ou diferendo de posições entre determinados atores, num dado contexto...*”, essencialmente para lhe conferir uma abrangência de carácter mais social (humano) e integrando nas dinâmicas sociais. Importa ainda assim reter que as raízes dos conflitos assentam a sua génese numa complexidade crescente de múltiplos fatores intimamente interligados, que em conjuntura e associados a questões de ordem social e económica, relacionados com a preservação de valores, (quer seja no âmbito das ideologias ou das religiões), são fatores que se condicionam recíproca e mutuamente. Neste quadro concetual, pensamos que o estudo dos conflitos e da conflitualidade pressupõe, entre outros aspetos, uma abordagem obrigatória às suas raízes mais profundas, que passa não só pela identificação das causas e das consequências, mas também pela análise da sua evolução, bem como ainda aferir as possibilidades da sua gestão, prevenção, transformação ou resolução (Swanström e Wiessmann, 2005, p.7) (Cravino, 2010, p. 22-23).

Por outro lado, para Reychler, citado por Vicenz Fisas, um diagnóstico mais completo implica que se analise e estude o conflito em relação a cinco aspetos considerados fundamentais: os atores envolvidos, os litígios em causa, a estrutura de oportunidade, a interação estratégica e a dinâmica do conflito, conferindo uma maior abrangência e multidisciplinaridade na sua análise (2004, p.31).

Noutra perspetiva, numa conceção mais clássica, realista e abrangente, o termo “conflito” é definido como “...*um intrínseco e inevitável aspeto da mudança das sociedades, como uma expressão da heterogeneidade de interesses, valores e crenças que reside nos constrangimentos gerados pelas revoluções sociais...*” vista numa perspetiva positivista como elemento da sociedade (Miall, 2004, p.5).

Esta concepção tendencialmente positivista associa a conflitualidade a uma dinâmica própria, natural e até considerada evolutiva das sociedades. Neste sentido, o conflito aparece intimamente associado ao “...*resultado da oposição de vontades, envolvendo recursos escassos, antagonismo de objetivos e frustrações...*”, aferindo-se as suas causas e consequências na interação natural no meio social em qualquer sociedade e em qualquer época. Ainda assim, esta interação surge muito centrado na problemática do acesso a recursos estratégicos e à energia como reflexo na economia global, que constitui o cerne atual das contendas entre os atores regionais no Sistema Político Internacional. Estas são as causas basilares do surgimento dos conflitos, referindo Weissmann que assentam em três elementos chave: as atitudes, os comportamentos e as

⁶⁷ Polemologia ou “Polemologie” é o termo criado por Gaston Bouthoul (1896-1980) para designar o estudo sociológico dos conflitos e dos fenómenos da guerra, segundo o qual se considera que a guerra tem como base a heterofobia, ou seja, a tendência que cada ser humano tem para temer o outro, por este ser diferente e antagónico. Uma heterofobia, considerada genericamente como um fator de agressividade negativo, assumindo uma definição instrumental de guerra, designando-a sinteticamente como “...*luta armada e sangrenta entre agrupamentos organizados...*” (Sousa, 2005, p.144).

situações. Estes fatores, isoladamente ou normalmente em interação conjuntural, estão na origem da grande parte dos conflitos regionais que ocorrem atualmente no globo, sendo ainda necessário uma abordagem mais ampla, abrangente e crescentemente complexa para se obter uma análise credível sob determinado conflito regional (Miall, 2004, pp.5-8).

Partindo do princípio epistemologicamente aceitável de que a paz é uma consequência da guerra e de que em algumas situações de caos, é mais difícil manter a paz do que acabar com uma guerra, Charles-Philippe David corrobora esta ideia, referindo que “...a diplomacia e as negociações para a paz são sempre preferíveis à guerra...” abrindo novas possibilidades para o entendimento da conflitualidade (2001, p.281).

Mais recentemente, constatamos que a prevenção de conflitos (*conflict prevention*) tornou-se no tema central da moderna Diplomacia, acompanhando sistematicamente as relações entre os atores no contexto internacional e integrando as agendas das principais Organizações Internacionais. Neste âmbito, constitui-se numa atividade crítica e decisiva, principalmente no que concerne à identificação, prevenção e limitação dos conflitos, onde o insucesso conduz a um agudizar da crise, correspondendo a um crescimento da insegurança, da instabilidade político-social e, em casos mais extremos, à rotura das estruturas governativas, refletindo-se em regra nas economias regionais e por via da globalização, nos mercados e nas economias mundiais. Por outro lado, a abordagem à gestão dos conflitos é conceitualmente diferente, constatando-se que podemos ter uma abordagem mais realista e atual quando se pretende agir sobre os fatores básicos concretos e estruturais do conflito, a fim de os evitar ou «prevenir». Contudo, outra abordagem mais liberal e crítica, segundo Charles-Philippe David, procura-se descobrir e contrariar as origens mais profundas dos conflitos, as designadas “*rootcauses*”, a fim de as «resolver». Assim, a dicotomia permanente entre o prevenir e resolver o conflito, em que a essência da sua aplicabilidade depende, entre outros aspetos, dos meios disponíveis, do tipo de conflito, do tempo disponível, e atualmente, mais do que nunca, das oportunidades políticas e da vontade dos líderes regionais, e muito especialmente da conjuntura internacional e dos interesses estratégicos associados à região (Idem, p. 282).

Constatamos também, que as terminologias e os conceitos utilizados nesta temática variam de acordo com as várias épocas, Escolas de pensamento e autores considerados para análise. Não obstante tal e de acordo com Bruce Russett, consideram que a “...prevenção e a gestão de conflitos são termos similares, que assentam basicamente numa metodologia e num conjunto de mecanismos usados para evitar, minimizar e gerir o conflito entre as partes em diferendo...” sendo importante uma reflexão mais cuidada e atenta sobre esta terminologia (Swanström e Wiessmann, 2005, p. 5).

Neste âmbito, quando se refere à prevenção de conflitos, Clément descreve-a sinteticamente como um “...conjunto de instrumentos usados para prevenir e resolver qualquer disputa antes desta se tornar num conflito ativo...” (Ibidem). Este conceito pressupõe considerarmos outras abordagens, mais centradas nos comportamentos em sociedade e que defende a prevenção de conflitos como um “...conjunto de medidas

para prevenir comportamentos conflituosos indesejados, quando surge uma situação de incompatibilidade de Objetivos...” (Fisas, 2004, pp.143-144).

Contudo, importa salientar que com a prevenção de conflitos se pretende, evitar o eclodir ou o reacender do conflito, atuando-se ao nível das potenciais causas base e ocorrendo, por norma, nos seus estágios mais iniciais. Neste contexto, Fisas, relembra-nos um elemento de análise fulcral que é a incompatibilidade de objetivos, o que no contexto das Relações Internacionais e mais concretamente na relação entre Estados, é uma realidade abrangente e cada vez mais presente nas agendas globais da Diplomacia.

A prevenção de conflitos tem como medidas de ação estratégica medidas de longo prazo e assenta grandemente na diplomacia preventiva, tendo como principais ferramentas operativas a monitorização ou a intervenção preventiva, no intuito de evitar ou conter o conflito na sua fase inicial, estabelecer mecanismos de alerta precoce, elaborar planos de contingência, flexibilizar as resposta e institucionalizar a ideia da prevenção de conflitos a nível local, regional e internacional. Estes princípios regem atualmente alguns mecanismos de alerta e de resposta aos conflitos regionais em África, integrados na Arquitetura de Paz e Segurança Africana.

Na “Agenda para a Paz”⁶⁸, Boutros Boutros-Ghali introduziu o conceito de “diplomacia preventiva”, passando a constituir uma ferramenta ímpar na gestão da conflitualidade atual e que se traduz na “...ação destinada a evitar a eclosão de disputas entre as partes, com vista a impedir que disputas já existentes, evoluam para conflitos e a limitar a expansão destes quando ocorram...”. Neste contexto, a diplomacia preventiva pode, segundo António Monteiro, abranger três dimensões: a primeira, orientada para as causas do conflito; a segunda, destinada a impedir que os confrontos se tornem violentos e uma terceira dimensão, num estágio mais avançado do conflito, em que se procura conter a expansão ou a escalada da violência (Branco, 2004, p.106) (2000, p.58).

Realça-se, desta forma, o âmbito e o contexto das medidas, em que a sociedade internacional se esforça por empregar de uma forma mais efetiva esta ferramenta na gestão da relação entre os múltiplos atores, principalmente quando a intervenção de uma terceira parte (desejavelmente neutral e credível) na gestão de conflitos intraestatais ou regionais é uma realidade. Por norma, a prevenção de conflitos contempla, para além de ações do âmbito da estratégia e do nível estratégico operacional, um conjunto de ações e medidas de âmbito político-estratégico, de forma a evitar a ameaça ou o uso efetivo da força como meio privilegiado de coação empregue por Estados ou Organizações, com a finalidade de garantir a estabilidade económica, política e social, com reflexo na economia, na justiça e no desenvolvimento de uma região ou de um Estado.

Estes procedimentos podem ocorrer antes do conflito eclodir para evitar a escalada da violência ou mesmo após um conflito já resolvido, com vista a evitar o seu reacendimento. Este aspeto particular da gestão pós-conflito aparece atualmente com maior acuidade e pertinência nas agendas das negociações para a paz, devido não só às recentes experiências dos conflitos no Iraque e no Afeganistão, mas também à crescente

⁶⁸ http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf

necessidade e interesse das NU (especialmente) e da Comunidade Internacional, em geral, em recuperar os Estados no pós-conflito. Estes procedimentos incluem normalmente o conjunto de ações que permitem criar as infra-estruturas pilares do Estado, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade, processo que se designa por “*peacebuilding*”. Por sua vez, a prevenção de conflitos contém medidas de amplitude diferente, multidimensionais, com ações concertadas, planeadas e concretas, tendentes a encontrar o caminho da paz antes de se derivar para o agudizar do conflito. O propósito da prevenção de conflitos, consiste assim em “...*atuar satisfatoriamente antes dos primeiros sintomas de um conflito, impedindo-o que este escale para a violência...*”, a partir do qual será potencialmente mais difícil, fazer a sua gestão e posterior «transformação» (Fisas, 2004, p.143).

Para a sociedade internacional, a monitorização dos conflitos tem assumido uma importância crescente, nomeadamente em regiões onde o índice de conflitualidade intrínseca é relevante, como em África, onde a inclusão de sistemas de monitorização e alerta tem tido um papel de relevo na já citada Arquitetura de Paz e Segurança Africana. Este sistema faz estabelecendo-se estruturas e indicadores fiáveis de acompanhamento dos conflitos, que associados aos múltiplos fatores presentes na sua eclosão potencial (sociedade, economia, religião, recursos, etc.) tornam possível uma monitorização permanente. Em complemento, estabelecem-se mecanismos de alerta precoce que permitem acompanhar, num Estado ou numa região problemática o eclodir e evoluir da conflitualidade, concentrando em estruturas supranacionais estas valências e capacidades de monitorizar, analisar e se necessário, intervir na gestão do mesmo, pois estão também associados mecanismos legais e operacionais de resposta regional.

As Organizações Internacionais e Regionais têm tendencialmente associado aos mecanismos de alerta meios de resposta rápida, permitindo atuar nos estágios iniciais dos conflitos regionais, intervindo na área de interesse conjuntural, possibilitando assim uma contenção mais eficaz e mais rápida do conflito. Um caso que merece destaque neste contexto, é o *Continental Early Warning System* (CEWS) da APSA, que apesar de estar num estágio embrionário de desenvolvimento, constitui-se numa dinâmica de potencial sucesso neste continente. A prevenção efetua-se preferencialmente nos primeiros estágios do conflito, consistindo em detetar, em tempo, os principais indicadores da eclosão que contribuem para a evolução de um potencial conflito regional. Neste âmbito, Fisas, citando Lund, acrescenta contextualizando, que a prevenção de conflitos refere-se a um “...*conjunto de ações político-estratégicas levadas a efeito, por parte das instituições governamentais, que de forma expressa tentam conter ou minorar as ameaças, o uso da violência organizada e outras formas de coação por parte de Estados ou grupos concretos, com a finalidade de reduzir as disputas no interior, ou entre Estados...*” (2004, pp.143-144).

Uma das formas de se poder distinguir a prevenção da resolução de conflitos (*conflict resolution*) é relativizar estas atividades no tempo e nas causas dos conflitos e da conflitualidade regional. Assim, no primeiro caso, refere-se normalmente a estágios pré-conflituais ou no início do fenómeno (antes deste se tornar violento) e ocorre normalmente por um período mais dilatado de tempo. Por sua vez, a resolução de

conflitos acontece em etapas mais avançadas da sua curva, quando este ultrapassa o limiar da violência e escala para uma situação de crise potencial, podendo chegar em última análise, ao conflito armado, a guerra. Neste âmbito, carece em regra de medidas mais urgentes, com maior robustez e realizadas normalmente sobre a égide de uma terceira parte internacional, regional ou sub-regional credível. Uma terceira parte que não só pretende mediar o conflito, como poderá ser o interlocutor privilegiado da sociedade internacional, para essa contenda e nessa região, assumir a liderança conjugada das dinâmicas pacificadoras no contexto regional e contribuir para a sua resolução.

Na escalada da curva de aceleração inconstante, do «ciclo de vida do conflito», ao se atingir o patamar da crise, a sua gestão caracteriza-se predominantemente, em função do fator “tempo”, desenvolvendo-se em norma, por um longo período de tempo, exigindo medidas drásticas e envolvendo terceiras partes e atores internacionalmente credíveis, na tentativa de evitar que este assuma as proporções de um conflito armado ou possa escalar para um patamar de violência generalizado que torne o país ou a região num estado de guerra generalizado e num regime de guerra civil, como aconteceu em Angola até aos Acordos de Luena em 4 de Abril de 2002.

Neste âmbito, Peter Wallensteen apresenta-nos uma definição para a “resolução de conflitos”, considerando como: “...a adoção de medidas tendentes a resolver o cerne da incompatibilidade que esteve na origem do conflito, incluindo as tentativas de levar as partes a se aceitarem mutuamente...”. Acrescenta ainda o autor que este corresponde ao conjunto de “...esforços orientados no sentido de aumentar a cooperação entre as partes em conflito e aprofundar o seu relacionamento, focalizando-se nos aspetos que conduziram ao conflito, promovendo iniciativas construtivas de reconciliação, no sentido do fortalecimento das Instituições e dos processos das partes...” e que se reflete cada vez mais na ação diplomática e política nos organismos multilaterais de decisão supranacional (2004, p.8).

Noutra perspetiva, Charles-Philippe David, citando Fetherston, refere que a “...aplicação não coerciva de métodos de negociação e de mediação, por terceiros, com vista a desarmar o antagonismo entre adversários e a favorecer entre eles uma cessação durável da violência, pode ser o cerne da problemática em torno da resolução de conflitos...” (2001, p.284).

Assim, pensamos que existe um conjunto de mecanismos ao dispor dos atores globais, que vão desde a diplomacia preventiva, associado à prevenção de conflitos, ao “*peacemaking*”, “*peacekeeping*” e na fase de reconstrução pós-conflito, ao “*peacebuilding*”, para além de novas formas integradas e mais complexas de atuação, e que têm como objetivo principal, o cessar das hostilidades e levar as partes em confronto a aceitar o diálogo e a paz (Branco, 2004, p.105).

Contudo, no início do século XXI, e devido ao crescente grau de complexidade dos conflitos regionais (não só devido ao número de atores em presença como ao elevado índice de interesses geopolíticos e ideológicos que lhes estão associados), temos vindo a assistir a uma desmultiplicação e ao emprego combinado de forças militares, policiais e de agentes civis, onde convergem para uma concertação de soluções multinacionais e

multidisciplinares para a resolução das crises e dos conflitos. Pretende-se assim fazer face a uma combinação das ameaças, com uma combinação de soluções, tendo em vista diminuir o risco, e criar a estabilidade e a paz que possa gerar ou contribuir para o desenvolvimento sustentado, sendo esta a essência da globalização na atual revolução dos assuntos militares nos atuais conflitos. Todavia, Vicenz Fisas salienta que existe um conjunto de respostas multidimensionais para fazer face a um conflito e que as medidas podem ir desde a negociação entre as partes, até à intervenção com forças militares e/ou policiais, levando a referir que “...a gestão ótima do conflito consiste em limitar as franjas das respostas do “continuum” do conflito que não inclua a violência física e o recurso à guerra...” (2004, p.30).

O mesmo autor faz ainda alusão ao facto de a resolução de conflitos ser um multifacetado processo que requer análises sistémicas e multidisciplinares, mas que se rege principalmente por análises individualizadas e muito detalhadas, centradas nas causas base do conflito, com vista a se poder alcançar o enfoque do problema e proporcionar uma cooperação estruturada e focalizada nos principais diferendos entre os contendores. O papel de uma terceira parte é como vimos, essencial para a credibilidade do processo, para identificar e prestar assistência às partes em litígio e para se alcançar a “paz possível”, no que alguns atores apelidam de “...transformação do conflito...” (*conflict transformation*) (Miller, 2005, p.26) (Ramsbotham et. al., 2006, pp.12-13).

Na análise das dinâmicas do conflito apresentada por Fisas, após se ter ultrapassado o estágio do confronto armado, os esforços politico-estratégicos devem estar centrados na pacificação (*peacemaking*) e na garantia da manutenção da paz (*peacekeeping*). Estamos na designada “fase proativa” da resolução do conflito, em que podemos influenciar diretamente, pela nossa decisão, e principalmente pela ação, o evoluir do fenómeno da conflitualidade. Por outro lado, quando se ultrapassa o patamar da violência armada, entramos na “fase reativa” da sua resolução, em que numa primeira etapa o objetivo primordial é alcançar o cessar-fogo e numa segunda fase, garantir a manutenção da paz e criar condições para se iniciar as atividades de reconstrução (*peacebuilding*). Tal acontece quando este baixa do limiar da violência armada e entra na paz instável, numa segunda ordem de prioridades, podendo então ser encetado um conjunto de mecanismos e estratégias tendentes a resolver a raiz do conflito e/ou a restaurar novamente uma paz estável com vista a gerar segurança e desenvolvimento (2004, p.33).

Na gestão dos efeitos atua-se “...por impulsos...” de necessidades, em reação aos acontecimentos conjunturais, em que a resolução do conflito se torna mais difícil, morosa e com efeitos menos consensuais, com objetivos mais complexos e não estabelecidos, o que implica restaurar a paz e possibilitar a resolução do conflito pela via menos pacífica, sob a forma de imposição.

Atualmente, na análise da conflitualidade regional, quer seja na área da diplomacia, da estratégia ou da política, o conceito sobre a gestão de conflitos (*conflict management*) refere-se a uma concetualização essencialmente de carácter teórico, dedicada à limitação, mitigação e contenção do conflito, sem contribuir necessariamente para o resolver. Neste âmbito, reconhece-se que o conflito não se pode resolver no imediato e que por

esse motivo se coloca o assento tónico na sua limitação e na gestão das consequências destrutivas imediatas. É por essa via um conceito iminentemente de carácter académico e abrangente, no sentido amplo da pacificação do conflito e que normalmente se “...*limita aos aspetos técnicos e práticos do esforço no sentido de alinhar as divergências entre as partes em litígio...*” (Fisas, 2004, p.184).

Uma correta gestão do conflito implica conhecer o seu cerne e catalogá-lo de acordo com as suas características, principalmente quanto às motivações, causas e objetivos das partes em confronto. Assim, se quisermos catalogar ou agrupar os conflitos mais recentes, muitas são as matrizes, tabelas ou grelhas conceptuais que nos orientam na nossa investigação académica. Para Hugh Miall, os conflitos dividem-se teoricamente em “interestatais” e “não interestatais”, sendo estes subdivididos em revolucionários ou ideológicos, conflitos de identidade ou de sucessão e conflitos de fações ou grupos, o que corresponde a uma terminologia de uso corrente e fácil no quadro das Relações Internacionais (2004, pp. 30-32).

A catalogação/separação supra apresentada está principalmente vocacionada para uma matriz da conflitualidade típica do período pós guerra-fria, sendo possível refletir atualmente sobre o facto de existir um maior grau de complexidade, abrangência e âmbito geográfico dos conflitos, necessitando em nossa opinião de uma concetualização mais adequada à atual conjuntura dos conflitos regionais no mundo, onde África e mais concretamente a África Subsariana são exemplos concretos. Neste âmbito, Peter Wallensteen, numa conceção elaborada à luz do Direito Internacional, assente numa análise sobre as causas dos conflitos, considera que existem três tipos de conflitos: os conflitos “intraestatais”, envolvendo o território e a governação; os “interestatais”, envolvendo os governos e o Estado e um terceiro tipo; os conflitos “intraestatais” incidindo sobre o território e as fronteiras. Os conflitos interestatais são disputados entre nações ou alianças de nações, os conflitos “intraestatais” são de carácter eminentemente internos e são disputados dentro do território do próprio Estado. Esta divisão, aparentemente simplista, entre conflitos intra e interestatais, permite diferenciar e catalogar a maioria dos conflitos atuais no globo, sendo utilizado pelos autores já citados, como a principal mudança verificada nesta temática ao longo da segunda metade do século XX e no início do século XXI (Wallensteen, 2004, pp. 74-76).

A gestão dos conflitos interestatais e intraestatais é diferente em múltiplos aspetos. Contudo, em termos conceptuais, um conceito de gestão de conflitos materializa genericamente o esforço para conter ou reduzir a escalada da violência entre as partes e proporcionar uma comunicação com vista a reduzir as disputas e a levar ao *términus* da violência. Ainda assim, sabemos que os mecanismos de análise e de resolução de conflitos estão mais vocacionados para os conflitos intraestatais, pois existem atualmente no mundo, uma maior prevalência destes, constituindo um fator limitativo e condicionante da análise da conflitualidade contemporânea. Esta análise não deve neste propósito, ser um processo estático, finito ou inóculo, podendo ir para além de um exercício meramente académico, e contemplar uma sucessão de circunstâncias e factos dinâmicos que a História da Humanidade caracteriza e que permitindo mesmo definir períodos da História em função e associados a esses conflitos (exemplos: Guerra dos

100 Anos e Primeira Guerra Mundial), pois os conflitos fazem parte da nossa História e marcam a História Universal.

A conflitualidade apresenta, em dados momentos da História uma dinâmica conjuntural própria, associando-se um conjunto de características únicas e inauditas, em que se pode considerar que a heterogeneidade dos conflitos aduz transversalmente a aspetos e circunstâncias comuns que permitem conceptualmente estabelecer um modelo de análise sistemático do conflito. Neste contexto, as principais causas e consequências da conflitualidade são, independentemente da sua base geográfica, ideológica, política ou de circunstâncias conjunturais, aspectos comuns que permitem estabelecer um modelo padrão de análise dos conflitos e da conflitualidade, centrando-se nas suas principais características: intensidade, durabilidade e as características dos mecanismos de gestão associados. Aspetos académico que concetualmente permitem uma melhor e mais abrangente análise do conflito e contribuem para uma melhor tomada de decisão política e para o emprego adequado dos mecanismos na resolução do conflito (Cravino, 2010, p.44-45).

Assim, consideramos que a sistematização do conflito num modelo padrão e a sua consequente análise, associados num “ciclo” permite, numa primeira instância, um melhor entendimento da dinâmica da «vida do conflito», possibilitando mais facilmente congregar estratégias e afetar recursos tendentes a mitigar ou limitar o seu impacto nas sociedades. Numa perspetiva teorizadora da conflitualidade, vários modelos foram entretanto idealizados, quase todos tendencialmente cíclicos, e faseados conjugando níveis de intensidade variável, evoluindo da paz para a guerra, passando pela crise e vice-versa, até se restabelecer a paz, onde envolve múltiplos atores e em que o papel central é quase sempre do Estado e das Organizações Regionais (Swanström e Wiessman, 2005, p.10).

Neste contexto, agrupam-se etapas, definem-se as fases ascendentes e descendentes da curva do conflito, limitam-se as situações pré e pós conflituais, permitindo uma “mecanização” na adoção de termos e definindo-se uma conceptualização doutrinária mais sólida e muito mais abrangente, pois a análise da conflitualidade é cada vez mais complexa, mas necessária para acompanharmos os fenómenos sociais contemporâneos. Os modelos dos ciclos de análise dos conflitos inscrevem-se numa curva de aceleração variável, que corresponde inicialmente a uma fase de crescimento do conflito (aceleração positiva) seguida de uma recessão e retorno à paz, onde as etapas e estágios evolutivos, onde a gestão de conflitos incorpora as estratégias e os mecanismos de análise, principalmente no âmbito da prevenção e da resolução do conflito.

Embora a tendência concetual normativa das ciências sociais que estudam estes fenómenos seja no sentido de se padronizar os conflitos, importa salientar que nem tudo que observamos é padronizável, que a regra base é que “cada conflito é um conflito” e que em regra será necessário uma análise muito cuidada, multidisciplinar e contextualmente mais abrangente, para se poderem comparar fases de evolução, etapas, ou processos. Pois constatamos que a dinâmica dos conflitos não é sempre linear e os fatores variáveis de análise são cada vez mais complexos e associados a contextos regionais e conjunturais nutáveis e “globalizados”. Esta observação e análise permitem

contudo uma padronização relativa em determinadas fases da sua evolução, e constatar que os modelos possibilitam orientar a análise dos conflitos (vide modelos usados nas ONU, UE e OTAN), mas não explicam claramente os seus motivos, nem nos dão a plena noção da realidade dos conflitos no contexto em que emergem. Atualmente, o modelo privilegiado pelas Nações Unidas para a resolução dos conflitos de “maior responsabilidade” usados na terminologia de Hillen é contemporaneamente desenvolvido à custa de “...*coligações de vontades, lideradas por Estados poderosos ou alianças credíveis com uma unidade de comando clara e perfeitamente definida...*” pois a resolução cirúrgica destes conflitos obriga à adoção de mecanismos e modelos mais complexos e cada vez mais “globalizados” (Branco, 2004, p.113).

Constatamos assim que o grau de complexidade crescente nos conflitos regionais implica uma multidisciplinaridade de análises relativas aos atores de acordo com os vários níveis de intervenção, pois o facto dos mecanismos de resolução de conflitos intraestatais conjugarem uma miríade de ações e processos tendentes à sua resolução, eleva à complexidade da análise e da abordagem destes fenómenos. Neste âmbito, Hugh Miall atribui três níveis/graus de empenhamento para a sociedade internacional, consoante os vários atores que intervêm na resolução do conflito. O modelo apresenta conteúdos que levam à adoção de iniciativas concretas para adequar a intervenção dos vários agentes que atuam aos diferentes níveis da resolução (ou gestão) do conflito. Importa contudo reter que, atualmente, a resolução de conflitos integra conjunturalmente um ou mais níveis, e que numa intervenção, agentes de diferentes níveis podem atuar antes ou em sobreposição com os do nível base, pois para conflitos “complexos” exige uma adoção de modelos de resolução também “complexos”. Contudo, entendemos que o modelo parece ser uma base concetual útil para se fazer uma abordagem teórica aos fenómenos da conflitualidade regional. Complementarmente, o quadro académico-concetual empregue para efetuar a análise dos conflitos internos num Estado, elaborado por Pauline Baker e publicado pelo “*Fund for Peace*”, dá-nos uma perceção global do conflito assente no «*ciclo de vida*». Desenvolvendo-se como que uma ferramenta de análise sistémica e de monitorização da sua evolução, quer este progrida para uma situação de deterioração e conduza ao conflito armado ou para um estágio de segurança e paz sustentável. Este processo assenta estruturalmente em cinco etapas do “*ciclo de vida do conflito*” e apoia-se num ponto de decisão que compreende ainda um conjunto de metodologias para a sociedade internacional, com vista a levar a cabo ações concretas no sentido de resolver o conflito ou a reduzir o seu impacto nas populações e no Estado⁶⁹. Baker apresenta-nos assim um modelo académico de análise da conflitualidade que procura colocar o centro da análise na entidade Estado e o papel da Comunidade Internacional surge numa base indiferenciada e multidisciplinada de atuação.

Por outro lado, modelo de gestão de conflitos apresentado por Katerina Nicolaidis e sublinhado por Janete Cravino, articula todos os mecanismos de resposta à conflitualidade e aborda o ciclo de vida do conflito numa perspetiva sistémica, referindo não só as diferentes fases de evolução, como os principais instrumentos utilizados em

⁶⁹ <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=354>

cada fase. Este modelo não introduz contudo desde 1996 mais-valias significativas para a abordagem contemporânea aos aspetos securitários, sendo necessário analisar os conflitos de uma forma mais integrada, completa e abrangente, onde as realidades são difusas, as fases e os modelos dinâmicos e a abordagem ao contexto, mais integrada e envolvendo os vários fatores da conflitualidade (Hugh Miall) e ainda os meios de resolução de conflitos apresentados na “*Agenda para a Paz*” (2010, pp. 22-23).

Contudo, a análise da conflitualidade contemporânea é em nossa opinião, um exercício académico desafiante e que os atores globais procuram trazer para as agendas internacionais da segurança e do desenvolvimento. Aspeto em que os modelos de investigação académicos, entre os quais se destacam os modelos referidos nos parágrafos anteriores, são instrumentos úteis para os agentes globais da segurança, da diplomacia e do desenvolvimento, poderem compreender e interagir melhor com os fenómenos sociais entre a paz e a guerra que condicionam a nossa vivência em sociedade.

A conflitualidade no Mundo e em África. Elementos de similaridade e divergência

No início do século XXI a conflitualidade no mundo alterou-se radicalmente, não só por causa das alterações conjunturais e das dinâmicas da globalização a que temos vindo a assistir na ordem internacional, como pelo complexo quadro de ameaças e riscos transnacionais que lhes estão associados. Os elementos que os caracterizam têm vindo a ser estudados por políticos, diplomatas, académicos, militares, entre outros, pois os conflitos persistem como um fenómeno transversal na nossa sociedade global. Neste pressuposto, a análise e a identificação dos principais agentes, como fenómeno social, é dificilmente entendível e não tão facilmente previsível, como acontecia no período da guerra-fria. Complicaram-se assim os fenómenos da Polemologia, pois as causas são multidimensionais, os atores são transnacionais, e como refere Joseph Ney “...as fontes são diferentes...” e acrescento, as ideologias condicionaram essas análises (2002, pp. 274-275).

Neste prisma, constatamos que o estudo dos conflitos internacionais e das guerras ou crises regionais, têm permitido sistematizar e interpretar (como fenómeno social à custa do estabelecimento de correlações) e identificar as potenciais causas e assim sistematizar explicações multidimensionais, procurando-se alcançar uma moderna “teoria dos conflitos”. Esta racional tem levando os académicos a criarem um conjunto de modelos de análise de conflitos e matrizes de comparação e níveis de decisão, no intuito de mais facilmente compreender, analisar e intervir nesses conflitos (Diehl, 2005, p.90).

A análise da atual conflitualidade, principalmente a da matriz Africana e nomeadamente a vertente Subsariana, surge como um modelo de abordagem sistémico que enquadra numa conjuntura própria, as diferentes causas desses conflitos regionalizados e procura interpretar, de forma académica, de acordo com as suas principais características conjunturais.

Neste contexto, a investigação sobre a temática da conflitualidade surge no contexto das Relações Internacionais como um dos fatores mais relevantes de interpretação da

conjuntura geopolítica e com reflexos na análise geoestratégia regional e na geopolítica global. Numa caracterização sintética e abrangente da conflitualidade no mundo, embora focando-nos especialmente na segunda metade do século XX, podemos constatar que, ao longo deste período, segundo Loureiro dos Santos, “...[o mundo] encontrava-se dividido por duas lideranças que se digladiavam, delimitando dois campos em cujas fronteiras ocorriam, por «delegação», os conflitos entre os respetivos centros políticos...” (2006, p.11).

Neste paradigma, os designados conflitos “por procuração” são o resultado de uma bipolarização do globo em esferas de influência e derivaram numa dispersão crescente de conflitos regionais, embora, segundo o mesmo autor, mantendo-se a divisão estratégica entre um “Mundo Ocidental” (liderado pelos EUA), capitalista e defensor das liberdades e da Democracia, e um “Mundo Oriental” (representado pela URSS), apologista do Comunismo e defensor das igualdades de classes. Este mecanismo de constante “auto regulação” da conflitualidade mundial, que consistia no equilíbrio político-estratégico da guerra-fria, é caracterizado globalmente por um ambiente de relativa “precaução estratégica” entre potências, que contribuía para uma relativa estabilidade e contenção dos conflitos interestatais no mundo (Couto, 1988, pp. 48-50) (Loureiro dos Santos, 2006, p.11).

No entanto, apesar de subordinados à bipolaridade e ao supracitado “equilíbrio estratégico”, os movimentos de libertação, descolonização e da autodeterminação, bem como outros fenómenos político-sociais tipicamente intraestatais, proliferavam um pouco por todo o globo, principalmente no continente Africano (Pourtier, 2010, pp. 154-159).

Presentemente, constata-se que o ruir da «velha ordem» conduziu a uma assimetria global nas relações entre os atores da cena global, tendo-se assistido ao surgimento de novas ameaças transnacionais e inovadoras formas de produzir o terror, sendo a mais relevante, pela dimensão que alcançou, o 11 de setembro de 2001, com os atentados de Nova Iorque, em que o designado terrorismo internacional passou a ser uma das principais preocupações no contexto da segurança global (Loureiro dos Santos, 2006, pp. 211-214).

Estes fatores têm influência direta na nova conflitualidade, e refletem-se na alteração da natureza e do propósito dos conflitos que, afetando a estrutura de distribuição do poder no sistema internacional, criam uma força crescente de tensão entre os processos de integração social e de afirmação ideológica, derivando na conseqüente desagregação das entidades “Estados”, que “...ocupavam o lugar da confrontação estratégica e ideológica do período da guerra-fria...” (Viana, 2002, p.31) (Maltez, 2010, pp. 235-237).

Por outro lado, assistimos nas últimas décadas, nomeadamente após o final da segunda guerra mundial, a uma crescente importância dos conflitos regionais em detrimento de conflitos à escala mundial, em que o Estado ocupa ainda um papel fundamental e central na gestão da conflitualidade, embora, conforme refere Adriano Moreira, este [o Estado] “...venha ocupando cada vez menos um papel de ator preponderante nas

relações no Sistema Político Internacional...” como temos vindo a constatar (2002, pp. 374-376).

A conflitualidade e o Estado parecem assumir uma crescente importância no contexto das Relações Internacionais, em que a par da diplomacia e do desenvolvimento, da economia e das finanças, são os principais eixos de expansão transversais em qualquer modelo de análise da conflitualidade. A diálise conflitual entre Estados, Organizações e outros atores (ONG, OIG, atores transnacionais e individuais) em zonas de valor estratégico acrescido, conduziram ao surgimento de uma inovadora mentalidade de se abordar os conflitos regionais, passando a constituir-se tema obrigatório, vital, e por esse motivo, a constar em praticamente todas as análises académicas, temas de conferências e nas agendas internacionais, uma vez que o “...*Sistema Internacional atualmente é caracterizado por uma aparente contradição: por um lado, uma fragmentação e por outro, a globalização crescente...*”, tornando-se assim numa das características da matriz identitária da nova ordem mundial. Neste quadro, sabemos que a globalização crescente trouxe por via da conflitualidade em determinadas regiões do globo, a fragmentação do poder instituído e das sociedades, nomeadamente em África, onde se assistiu a uma desagregação e deterioração do poder do Estado e ao surgimento de marcantes clivagens sociais, religiosas, políticas e militares entre as elites governamentais e a desamparada população (Kissinger, 2002, p.17).

A alteração radical da natureza dos conflitos veio mostrar que estes deixaram de ser compreendidos pela Polemologia, que enumerava matematicamente as causas das guerras e os riscos elevados típicos da guerra-fria, para enfrentar uma lista pesada de novas ameaças transnacionais e assimétricas, que complicam um melhor entendimento e a abordagem teórico-conceptual destes fenómenos, que não sendo novos, são mais complexos. Em que haverá porventura a necessidade de incluir, como já aludimos anteriormente, uma renovada conceptualização da Polemologia e abrir o leque e outras teorizações que separando conceitos, tornem mais claras o entendimento da conflitualidade atual como fenómeno social e contexto de globalidade crescente.

Quanto à estrutura de distribuição do poder e principalmente aos processos de desagregação dos Estados, Adriano Moreira salienta que são causa e efeito dos mesmos problemas, na medida em que a multiplicação de Estados ditos “frágeis”, “falhados”, “inviáveis” ou “exíguos”, associado à falta do apoio das ditas superpotências, conduziu a uma “...*proliferação dos conflitos no interior desses estados e ao consequente crescimento dos conflitos regionais, uma constatação do globalismo crescente das sociedades atuais...*” e que se reflete na conjuntura atual (2002, p.380).

Segundo este paradigma, as principais ameaças à paz e à democracia no mundo, com algumas exceções (Bósnia, Kosovo, Iraque, Afeganistão, Israel e Palestina) traduziram-se neste século num ligeiro declínio da matriz global dos conflitos no mundo, em que “...*as crises internacionais tornaram-se menos comuns e foram sendo resolvidas preferencialmente por via da diplomacia, em detrimento do emprego da força...*” o que veio introduzir outros (Marshall e Gurr, 2004, p.20).

Neste contexto, salientam os suspeitados autores que a evolução da atual conflitualidade no mundo fez evoluir a dimensão da “diplomacia preventiva”, nomeadamente da

negociação e da mediação, procurando-se ao nível global resolver, pela via pacífica e diplomática, os conflitos regionais que vinham proliferando, sendo esse também um dos aspetos característicos principais da “nova” conflitualidade no mundo. Existe nas bibliotecas *on-line* uma vasta documentação sobre a análise, distinção e catalogação dos conflitos no mundo. Contudo, o relatório anual elaborado pela “*University of British Columbia*”, designado por “*Human Security Report*”, constitui uma boa referência académica sobre a evolução da conflitualidade no mundo, apresentando alguns dados estatísticos que permitem, não só confirmar uma tendência para um decréscimo geral da conflitualidade no mundo, como constatar uma predominância dos conflitos intraestatais, e ainda identificar uma alteração significativa, na distribuição geográfica, tipologia e móbil dos conflitos regionais atuais (Ibidem).

Assim, quando analisamos os conflitos armados entre potências e blocos de nível mundial, associando-se a guerras interestatais (característico da guerra-fria), vimos que estes deram lugar atualmente a conflitos intraestatais de baixa e média intensidade, que proliferam a nível regional e local, trazendo a conflitualidade para dentro das fronteiras dos Estados, em que os principais atores nem sempre são esses Estados. O relatório salienta que após a queda do muro de Berlim “...a conflitualidade mundial global decresceu cerca de 16%, atingindo em finais de 2004, o nível mais baixo de conflitualidade desde 1950...”. Estes indicadores, independentemente dos racionais que o justificam, definem globalmente uma tendência do decréscimo da conflitualidade no mundo, o que não quer dizer necessariamente que o mundo esteja mais seguro, nomeadamente o continente Africano mostra-nos precisamente o oposto (Marshall et. al., 2005, pp.20-22).

Neste quadro, constata-se atualmente uma tendência para um decréscimo generalizado do índice de conflitualidade no Mundo, verificando-se uma diminuição dos confrontos intraestatais e a uma relativa tendência para a estabilização no número de lutas interestatais, apesar da ameaça de conflitos inter-Estados e ou com coligações serão atualmente ainda uma realidade e com uma forte preponderância em África, onde como salienta Roland Pourtier “...depuis la fin de la breve pax colónica, l’Afrique noire n’a pas connu une seule période de paix générale...” (2010, p.154).

Neste panorama, a prevalência do envolvimento das Organizações de carácter “universalista”, procurando congregar esforços na tentativa de resolução dos conflitos localizados, conferiu uma dimensão transnacional e global aos conflitos regionais, aspeto que deriva ainda do confronto direto entre as potências do oriente e do ocidente no espaço Africano. Segundo Gresh, luta-se neste quadrante pelo acesso ao poder, por questões de posse territorial ou por traçados de fronteiras, pela disputa do acesso a recursos minerais estratégicos e lutas de cariz ideológico, racista ou religioso, constituindo estes os principais fatores da conflitualidade Africana contemporânea (2006, pp. 40-41).

Os fenómenos socioeconómicos relacionados com os conflitos e com a busca da paz e do desenvolvimento sustentado não são um fenómeno inexplicável e ocasional e não parecem surgir por mero acaso. Pelo contrário, ambos são fenómenos gerados e influenciados por indutores próprios e intrínsecos na dinâmica das sociedades. Keegan,

em linha com esta ideia, refere a este propósito que “...a história conhecida do mundo é, em grande parte, uma história de guerras, porque os estados em que vivemos nasceram através de conquistas, combates cívicos, conflitos ou lutas pela independência...”. Neste âmbito e corroborando a teoria positivista pura, assume-se que a matriz geopolítica dos conflitos no mundo se considera como uma necessidade e inevitabilidade na relação social e que “...os conflitos evoluem com a Humanidade e a Humanidade cresce com os conflitos...” (2006, p.505).

Estes são fenómenos de natureza cíclica, com periodicidade variável e que embora possam ser algo imprevisíveis, estão omnipresentes e marcam a História da Humanidade, sendo afetados por fatores endógenos geoconjunturais (de entre outros) tais como o acesso e a luta pelo controlo de determinados recursos naturais estratégicos (especialmente energéticos ou geradores de recursos financeiros avultados); o controlo de determinada porção de território e o acesso ao poder ou os conflitos por motivos ético-religiosos. Mas também podemos e (devemos) considerar alguns fatores exógenos (exteriores ao conflito, mas que influenciam diretamente o desenrolar do mesmo) tais como a conjuntura regional e internacional do momento, o nível e a forma de intervenção da sociedade internacional e as tendências geopolíticas e geoestratégicas. Razões pelas quais os conflitos são considerados acontecimentos conjunturais, processos dinâmicos ligados a atividades e processos que variam, entre outros aspetos, em função do tempo, do espaço, dos interesses vigentes, dos atores envolvidos e das condições conjunturais associadas, podendo degenerar em crises e violência localizada ou, numa fase mais aguda, numa crise geral ou escalar para uma situação de guerra, afetando tudo e todos, pois a globalização introduziu este inovador, problemático e ambíguo paradigma para a “nova” conflitualidade.

A matriz da “nova” conflitualidade que temos vindo a abordar apresenta, em suma, como principais tendências conjunturais, um declínio significativo dos conflitos interestatais, relativamente ao aumento de conflitos intraestatais, no interior dos Estados, assistindo-se a uma concentração maior destes conflitos no “Terceiro Mundo”, o que reflete a atual realidade no continente Africano. Este fenómeno apresenta uma principal incidência em África, onde o seu aparecimento surge como o resultado do processo de construção, falência e fracasso das estruturas dos Estados e da inviabilidade deste em assegurar as suas principais funções, o de garantir a segurança das suas populações, aspeto que constitui um fator de preocupação para a sociedade internacional.

Por outro lado, os conflitos que marcam a atualidade são, em simultâneo, causa e consequência das razões de fundo que lhes estão associados, nomeadamente porque esses conflitos ocorrem maioritariamente em países “abandonados” pelas ditas grandes potências do após guerra-fria e derivam da inconsistência e inexperiência dos regimes políticos entretanto criados, que não puderam (ou não souberam) fazer a transição de país colonizado para um Estado democrático, desenvolvido e desejavelmente livre. Estes países, que se encontram um pouco por todo o globo, apresentam contudo algumas características comuns e que têm justificado uma atuação acrescida da sociedade internacional, principalmente no que concerne ao desenrolar das suas atividades como “Estado”, pois estão imersos numa profunda crise económica e social,

não garantindo os serviços sociais mínimos, apresentando um tecido social desmembrado e, nalguns casos extremos, repressão política, religiosa e social. Fatores que de forma isolada ou em interação, vêm adquirindo maior relevância regional e mundial, afetando não só a estabilidade dessas regiões, mas nomeadamente a segurança global. Constatase assim que, em suma, a instabilidade a sul reflete-se, direta ou indiretamente, num maior grau de insegurança a norte e que a segurança a norte é conseguida pela aposta na segurança a sul.

Os fatores apontados para a concentração de tão distintas causas em espaços exíguos, associados à influência dos fatores locais e internos, onde se salientam as tensões demográficas, os aspetos de natureza ideológica, religiosa, racial e política, bem ainda como elementos relacionados com a insegurança das populações, e que levam a sociedade internacional, como vimos, a criar modelos de análise para os conflitos, em paridade com o que se faz noutras partes do globo. Contudo, a fragmentação regional do continente Africano, a busca de identidade cultural e civilizacional e a “manipulação” das populações, quer seja por pressão política, económica, racial ou religiosa, são resumidamente para Vicenz Fisas, os aspetos geopolíticos mais relevantes que conduzem ao surgimento de conflitos nestes Estados (2004, pp. 52-62).

Sublinha-se ainda o facto de se constatar uma militarização crescente ao estilo ocidental em África nas décadas que se seguiram a 1950/60, constituindo-se num fenómeno diretamente associado ao crescimento da conflitualidade no continente. Facto que se tornou num dos principais catalisadores dos conflitos regionais Africanos, que, devido ao facto de ter havido “...*despesas excessivas em armamento, subordinação dos valores civis aos militares, proeminência das elites militares auto proclamadas e mesmo o recurso à guerra...*”, potenciaram, segundo Keegan e Pouztier, o recrudescimento da forma marginal da violência entre povos, etnias, entre Governos e Estados neste continente (2006, p. 498) (Gazibo, 2010, p. 119) (Pourtier, 2010, pp. 156-157).

Todavia, os conflitos armados parecem ter agora em comum a ausência direta e única da resultante militar no seu epílogo, que não terminam apenas com uma vitória militar e que “...*acabam [normalmente] por via da negociação pacífica, da diplomacia, ou por desfecho político, simplesmente por inanição...*”, aspeto que, embora possa parecer contraproducente, se deve também a uma maior intervenção da Comunidade Internacional nestes fenómenos e a uma alteração significativa dos mecanismos de gestão dos conflitos, com reflexos na segurança regional e no apoio ao desenvolvimento sustentado (Moita, 2004, p.125).

Este fator aponta para que a evolução verificada na outra face da moeda dos conflitos (realização da paz) tenha também evoluído grandemente, associado ao objetivo de criar mecanismos operacionais tendentes a resolver, de uma forma eficaz e eficiente, as contendas regionais. Neste contexto, assume especial relevância a diplomacia preventiva (nas suas múltiplas vertentes) e a intervenção articulada de Organizações Internacionais e Regionais (credíveis) como agentes da paz e instrumentos da consolidação do Estado e com um papel fundamental ao nível do Reformado do Setor da Segurança (RSS) e Defesa (RSD). Contudo, o aparecimento de novas ameaças de natureza global, com especial destaque para as diversas formas de ameaças

transnacionais, em que se desenvolvem os conflitos assimétricos, onde se salienta nomeadamente: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva e o surgimento de estratégias conducentes ao genocídio e à desestruturação da segurança humana, são ainda assim as causas mais gravosas desta “nova” conflitualidade Africana. Por outro lado, os aspetos relacionados com a evolução dos conflitos no mundo também estão diretamente relacionados com o crescimento do investimento nos sistemas militares e na aquisição de armamento. Estes conflitos tem um reflexo direto no Produto Interno Bruto (PIB) dos países na região, em que a introdução de inovadores sistemas de armas mais letais e com maior potencial contribuíram também para criar uma perspetiva inovadora e mais real da evolução dos conflitos no mundo e obviamente da relação direta entre o instrumento militar e a segurança, entre a criação de Forças Armadas e a consolidação da paz.

Nos conflitos regionais “integrados”, onde se cruzam múltiplos objetivos, novos atores e interesses, (para além dos tipicamente já conhecidos), geram na conflitualidade regional uma amálgama de agentes e fatores desestabilizadores, que conferem a África o epíteto de um dos continentes mais perigosos do mundo, constituindo-se por isso a segurança como uma das prioridades estratégicas para a sociedade internacional neste continente (Meredith, 2006, pp.617-622).

Salienta-se que os recentes fenómenos ocorridos no sistema internacional tiveram reflexos diretos na nova ordem internacional, traduzindo-se no período pós guerra-fria, numa alteração na forma de se abordar a conflitualidade no mundo, não só relativamente à sua intensidade, mas principalmente à sua tipologia, envolvimento regional/global, nas motivações e muito em especial, na influência que introduziram nos aspetos geopolíticos, constatando-se que são atualmente fenómenos mais complexos e que não se circunscrevem a uma região, sendo cada vez mais problemas do mundo global. Verifica-se neste contexto que os conflitos evoluíram tendencialmente para o interior dos Estados, passando a incluir novos atores e outras dimensões para o problema, acrescentando complexidade de análise e dificultando a intervenção da sociedade internacional, pois os conflitos de raiz intraestatal passaram a ser vistos pela sociedade como uma das principais ameaças ao desenvolvimento sustentado regional/global, carecendo, segundo os especialistas, de uma intervenção mais estruturada, multidisciplinar, integrada e acima de tudo, estrategicamente global. Esta realidade, em particular em regiões como a África Subsariana, deram-nos a conhecer um novo grau de complexidade dos atuais conflitos regionais e das dificuldades encontradas pela Comunidade Internacional numa prevenção e resolução concertada.

Neste quadro, assistimos ao surgimento do que alguns atores designam de uma “nova” ordem para os conflitos, onde se salienta a crescente importância dos conflitos regionais e geo referenciados, em detrimento dos grandes conflitos à escala mundial, onde tudo estava previsto, regulado e estrategicamente estudado, onde se conjugam novos atores, com fatores geoestratégicos e geopolíticos inovadores. Estes conflitos de menor escala, apresentam ocasionalmente uma taxa de mortalidade significativa no contexto mundial e, afetam e são afetados, como vimos, por fatores endógenos ao próprio conflito, nomeadamente a luta pelo acesso a recursos naturais, os interesses dos atores em

disputa, o litígio por territórios e fronteiras, o acesso ao poder ou a influência religiosa e por fatores exógenos, como a conjuntura internacional e a geopolítica do momento. Por esses motivos, são considerados acontecimentos conjunturais sistémicos, processos dinâmicos que estão ligados a atividades que variam em função da política dos interesses em causa, dos atores envolvidos, da geoeconomia global, da conjuntura internacional do momento, assumindo atualmente uma especial incidência e acrescido grau de importância e pertinência no espaço Africano. Neste continente os fenómenos da globalização trouxeram para a conflitualidade a prevalência e acrescida importância da conflitualidade regional, que embora possam ser semelhantes e conjunturalmente idênticos, têm um impacto de dimensão mundial, apresentando-se crescentemente mais relevante e com efeitos mais duradouros nas economias e na segurança global.

Segundo estes acontecimentos, deve conferir-se especial relevo aos atribulados processos de descolonização entre 1945 e 1975 (durante cerca de trinta anos), uma vez que estes foram, em nossa opinião, “responsáveis” por fazer desaparecer o essencial dos Impérios Europeus em África, bem como pela triplicação do número de Estados no continente. Na grande maioria dos países, assistiu-se à incapacidade do Estado Africano (e dos seus governantes) em governar e contribuiu reciprocamente para uma maior fragmentação nacional e regional do continente Africano (Boniface, 2000, pp.24-25).

Este singular aspeto conduziu conforme salienta *Vicenz Fisas*, à luta pela identidade cultural e civilizacional que devido à manipulação das populações pelas pressões políticas, económicas, raciais ou religiosas, levou ao surgimento de conflitos no interior destes Estados, constituindo-se num dos aspetos geopolíticos primordiais característicos da “nova” conflitualidade, que se transferiu do domínio global para o regional (Fisas, 2004, pp. 52-62).

Na perspetiva de Gresh uma “globalização” mais liberal e regionalizada em vários aspetos, com destaque para os fatores económicos, militares, sociais e religiosos constitui-se numa das principais características do mundo global atual, originando uma crescente polarização e hierarquização à luz da Comunidade Internacional entre os interesses dos países e das regiões (Gresh, 2004, pp. 22-24).

Em suma, cremos que no contexto mundial, o continente Africano vem assumindo como vimos, um maior grau de importância geoestratégica, assistindo-se a um incremento do interesse da atividade de atores estatais e não estatais, constituindo-se como espaço de oportunidades (económicas e financeiras) que vem conduzindo a uma crescente intenção dos atores globais à escala regional. Neste contexto, a pressão sobre as economias, os recursos naturais estratégicos, as elites sociais, os governos e em último rácio, sobre as desamparadas populações, têm contribuído para uma instabilidade regional crescente nestes espaços, conduzindo a um incremento da conflitualidade regional e à dificuldade em transportar o desenvolvimento sustentado para o continente.

A geopolítica dos conflitos em África. A vertente subsaariana da conflitualidade

O continente Africano representa atualmente a expressão mais visível de uma “nova” conflitualidade, concentrando grande parte dos conflitos regionais e consequentemente dos esforços tendentes à sua resolução, levados a efeito pela sociedade internacional.

Neste paradigma, os Estados Africanos e as ORA têm vindo a debruçar-se sobre esta problemática e sobre as estratégias da paz e do apoio ao desenvolvimento, pois os problemas que afetam estes espaços adquiriram uma dimensão transnacional, ultrapassando as débeis fronteiras entre países neste continente. A geopolítica dos conflitos regionais passou a afetar direta e indiretamente não só o próprio continente, como todo o mundo, passando a constar nas agendas internacionais, pois “...a segurança a Norte passou a depender em larga medida da segurança regional e do desenvolvimento sustentado a Sul...” e a segurança do hemisfério Norte passou a fazer-se através da intervenção preventiva a Sul. Este aspeto passou a ser mais relevante e evidente aquando da aprovação da “*Estratégia de Segurança Europeia*” na União Europeia e do recente “*Conceito Estratégico da OTAN*” nestas duas Organizações.

Em virtude de um deficiente governação dos dirigentes políticos dos Estados Africanos, assume vital importância, neste momento, o envolvimento estratégico e substancial da sociedade internacional em sintonia com as Organizações Regionais Africanas, contribuindo para operacionalizar as capacidades regionais, na procura de soluções para a redução da taxa de conflitualidade intrínseca, no intuito de alcançar a segurança e o desenvolvimento para as regiões em conflito. Contudo, num cenário de “cooperação bimitilateral” torna-se difícil separar as responsabilidades de segurança, nomeadamente entre o nível continental e regional, em que a partilha de responsabilidades pela segurança entre Estados e as Organizações Regionais levou a uma divisão política do continente Africano em áreas de responsabilidade e vêm assumindo aí um protagonismo crescente, realizando políticas e estratégias na prossecução da segurança dos seus Estados membros e da sua região, em complemento das ações de soberania do Estado. Estes aspetos fazem com que a segurança de um ator esteja intimamente relacionada com a de outros, mesmo pertencendo a Estados e Organizações de níveis e amplitudes diferentes. Contudo, como refere Samuel Huntington “...os povos e os países com culturas análogas aproximam-se e os que tem culturas diferentes afastam-se...”, facto que atesta muitas das aproximações e das separações dentro do espaço Africano (2001, p.145).

Janete Cravino, para explicação da atual geopolítica dos conflitos em África, aponta como principal fator de instabilidade regional a permeabilidade das fronteiras físicas entre os Estados Africanos, pois as fronteiras nacionais traçadas nasceram das imposições saídas da “Conferência de Berlim” e do “Mapa cor-de-rosa”, em que as fronteiras dos interesses de um Estado tipicamente colonial eram impostas pelas potências colonizadoras que partilharam África, sem quaisquer preocupações quanto ao que existia do antecedente e à geopolítica dos povos que aí habitavam desde os tempos mais remotos. Esta partilha resultou contudo num instrumento político criado para levar a efeito uma tentativa de barrar e conter os conflitos da época. Assim, várias nações advogaram o sentido das formações sociais antigas Africanas e passaram a estar reunidas dentro de novas fronteiras e dentro de espaços geográficos confinados. Neste cenário, tribos, povos e raças, (amigas e inimigas), passaram assim a pertencer ao mesmo espaço colonial, a ter a mesma bandeira, idêntica matriz económica, ideológica, religiosa e cultural, o que veio consequentemente a criar um conjunto de problemas

intrínsecos e da difícil resolução. Não se tendo resolvido os problemas da conflitualidade Africana no século XIX, transportaram-se para a atualidade, exponenciando as consequências e multiplicando as causas, pois constatamos que no início do século XX, África encontrava-se retalhada pelos países “colonialistas”, e um século depois, no começo do século XXI, sob essas mesmas fronteiras geopolíticas, estariam localizados grande parte dos atuais conflitos regionais no continente (Cravino, 2005, p.1185).

As fronteiras geopolíticas dos Estados, geralmente não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais, são neste contexto as causas de constantes disputas interétnicas, culturais e religiosas, em que a deficiente governação, a instabilidade política e o subdesenvolvimento económico dos Estados, apontam para uma “...*crise de soberania do Estado Africano...*” (Cardoso e Ferreira, 2002, p.13). Outros autores apontam ainda a luta pelo acesso aos recursos naturais e minerais, principalmente o petróleo, o gás natural, os diamantes e outros «minerais estratégicos» e o controlo desses espaços e das suas rotas de exportação, como alguns dos fatores indutores de conflitos regionais no continente (Faria, 2004, pp. 9-11) (Carvalho, 2010, pp. 15-22).

Os aspetos geopolíticos supracitados, associados às dinâmicas globais, constituem uma das mais relevantes causas dos conflitos regionais no espaço Africano, que tendo como ator principal o Estado, releva crescentemente o papel das Organizações Regionais Africanas nas dinâmicas continentais de proporcionar a segurança e o desenvolvimento sustentado. Contudo, comumente aceite é o facto de os conflitos em África, independentemente da tipologia de causas que lhe dão origem ou da associação que se articulam, manterem essencialmente uma matriz predominante intraestatal, surgindo associados à existência de “Estados frágeis”, de “soberanias adiadas” e que pela inépcia de assumirem a sua condição de Estado de pleno direito, afetam diretamente as populações, o país e, indiretamente, por via da globalização, a economia mundial e a segurança global.

A matriz atual governativa dos países Africanos reside maioritariamente na Autocracia e no Presidencialismo, de cariz militar ou tribal. No entanto, assistimos a um processo de “democratização acelerado” que é atualmente bem evidente, tendo havido países que assumiram o “compromisso Democrático” e outros em que conforme refere Vaïsse “...*a Democracia se tornou vítima da miséria...*” (2005, pp. 264-265). Atualmente, constata-se que poucos são os regimes que evoluíram para uma Democracia plenamente consolidada, contribuindo assim pela fragilidade da Democracia e dos processos Democráticos também para uma instabilidade regional e continental crescente (Marshall e Gurr, 2005, p.16-20) (Dempsey, 2006, pp. 2-3) (Lake e Whitman, 2006, pp. 90-92).

Num momento da História de África em que se comemoram os 60 anos das primeiras Independências, verifica-se que desde o final do período da guerra-fria, se assistiu ao surgimento de uma época onde as mudanças nos tipos de governo assumiram uma maior predominância face ao passado recente no continente. Em 1992, o número de autocracias em África havia decrescido para metade (referência a 1950), continuando a diminuir progressivamente; em oposição, o número de regimes democráticos passou de três em 1989 para onze em 1994, constatando-se ainda que em 2004, existiam em

África, com maior ou menor grau de sucesso, treze regimes democráticos e que este numero tinha tendência para crescer (Marshall e Gurr, 2005, p.42).

Atualmente, a “Democratização” do Estado é um processo que, segundo Richard Dowden, tem sofrido algumas inflexões, pois a geopolítica dos conflitos regionais, associados aos regimes políticos contribuiu para que as fronteiras traçadas no século XIX, em nada tenha servido para a limitação geopolítica dos contenciosos étnico-culturais, contribuindo até para a imposição de Autocracias “militaristas”, com lideranças fortes, associadas a aparelhos militares autoritários e repressivos, como forma de conter essas fronteiras e nelas os seus conflitos. A síndrome de colonizador e colonizado, conduziu no período pós guerra-fria, ao crescimento da conflitualidade intra fronteiriça em África, que levou a períodos de instabilidade nos estágios pós independência e que se prolongam de forma preocupante até à atualidade (2009, pp. 2-10) (Coquery-Vidrovitch, 2011, pp. 194-195).

Uma comparação entre a matriz da distribuição geográfica dos conflitos e as intervenções internacionais permite constatar que a África Subsariana constitui atualmente (como vimos) o enfoque da atenção mundial para a área dos conflitos regionais, o que tem levado a um empenhamento crescente da sociedade internacional na perspetiva de contribuir para a paz, a segurança regional e o desenvolvimento sustentado, em consonância com os princípios da ONU e de acordo com os ODM, assumidos para o início do século XXI. Podemos assim constatar que a instabilidade regional em África se traduz atualmente sob a forma de conflitos e guerras intraestatais, representando uma tensão de longos anos que os movimentos de descolonização, e mais recentemente as perspetivas de emancipação económico-financeira, não conseguiram ainda ultrapassar.

Conforme as zonas onde persiste uma conflitualidade transfronteiriça, existem múltiplas tensões, com causas diversas, fazendo transbordar para os povos aí residentes, os receios das sociedades e das etnias que lutam pela sua subsistência e emancipação, pois em África, as zonas de conflito transfronteiriças regionais atuais são, salvo exceções, as zonas de instabilidade e de conflitos existentes ao longo das últimas décadas (Defarges, 2003, pp.33-34) (Dowden, 2010, pp.51-55).

O facto dos conflitos em África terem mudado de natureza no período pós guerra-fria, associado a um relativo desinteresse dos países ditos desenvolvidos em se envolverem diretamente na prevenção e principalmente na resolução dos conflitos em África, aponta para uma alteração de mentalidades e principalmente de políticas securitárias no continente. A nível continental, torna-se evidente uma vontade dos Africanos em garantir capacidades próprias que possibilitem uma maior autonomia na resolução dos “seus” conflitos regionais, aquilo que já se designa por “África Regional Ownhershil” embora se constate que “...*financiamento e a assessoria sejam favoráveis aos países desenvolvidos, mas a intervenção direta de contingentes militares caberá preferencialmente a tropas africanas...*” (Cardoso e Ferreira, 2005, p.21).

A diálise internacional, na tentativa de encontrar uma solução para a insegurança em África, tem levado a sociedade internacional a desenvolver mecanismos estratégicos inovadores e mais efetivos e proficientes visto que a segurança em África é considerada,

uma prioridade para o desenvolvimento sustentado. Não a segurança dita “clássica”, “centrada no Estado ou nas Organizações, mas a dimensão da segurança “real”, sentida e centrada agora na pessoa humana e na sociedade. O paradigma atual mostra-nos que se evoluiu, como vimos, no conceito de “segurança clássico”, para um conceito de “segurança humana”, abandonando o conceito de identidade de segurança nacional, centrado no Estado, para o de segurança humana centrado nas sociedades, nas populações e no Ser Humano, como forma dominante de gerir os conflitos e limitar a conflitualidade. Este “novo” paradigma de segurança pretende conferir uma maior proteção e grau de segurança às populações, que são as mais afetadas pela conflitualidade onde, parece ser necessário adotar-se uma visão de segurança que ultrapasse a segurança do Estado, focalizando-se na segurança do indivíduo e criando sistemas de segurança que protejam as populações. Esta perceção deriva do facto dos maiores problemas securitários dos Estados terem origem no seu interior e serem, em larga medida, questões sem qualquer tipo de cariz militar.

Este aspeto afeta diretamente as sociedades e a forma de vida das populações, constatando-se que nos recentes conflitos regionais Africanos existe um crescimento no número de vítimas entre a população civil superior ao número de baixas produzidas pelos confrontos entre militares. Assim, os danos colaterais levam os Estados e a sociedade internacional a criar sistemas de “amortecimento” dos efeitos da conflitualidade nas populações, o que tem sido, porem difícil de aplicar. Infelizmente, estes tendem a ser as principais vítimas dos conflitos regionais, com especial incidência no número de refugiados e deslocados, na proliferação da fome e das doenças infecto-contagiosas e ainda no genocídio ou situação de violação sobre as mulheres e crianças (Dubressone Moreau, 2011, pp. 62-67).

Alguns autores consideram o Estado Africano, apesar de todas as suas fraquezas e num quadro de relativa estabilidade, como sendo o principal agente da segurança e o responsável primário pela proteção dos seus cidadãos. Contudo, não só os problemas internos, mas também os problemas de escala supranacional, só podem ser ultrapassados, por intermédio de coligações de Estados ou Organizações Regionais, havendo a necessidade de os considerar como agentes fulcrais da segurança, pois como refere Adriano Moreira “...*pode haver Estados sem segurança, mas não existe segurança sem o Estado...*”, e este está na posição de charneira entre a população e as organizações ou demais atores (2010).

Apesar do exposto, constata-se uma crescente perceção de que a paz em África resulta fundamentalmente do incremento da segurança humana e que esta não se garante apenas pelo somatório da segurança de cada Estado, pois as fontes da conflitualidade vagueiam entre as porosas fronteiras Africanas. A solução para a conflitualidade em África poderá assim ser garantida eminentemente pelo conjunto da cooperação estratégica entre os Estados e as ORA, pois estas últimas ao assumirem essas responsabilidades, constituem-se num elo privilegiado de ligação entre as Organizações Internacionais e os Estados não-Africanos cooperantes, conferindo uma perspetiva bimitilateral e mais abrangente, da cooperação para a gestão dos conflitos regionais em África.

As modalidades de cooperação estratégica podem incluir, num sentido mais amplo, a RSS e a RSD do Estado Africano, contribuindo diretamente para um maior índice de segurança em África. Contudo, o crescimento do pilar do setor da defesa na construção do Estado não é só por si o garante da construção equilibrada da sua “*good governance*”, da Democracia e da estabilidade governativa, proporcionando no entanto às populações o sentimento de segurança coletivo necessário para acolherem as estratégias de apoio ao desenvolvimento. Neste contexto, a trilogia definida pela “defesa” (segurança), “desenvolvimento” e “diplomacia”, são atualmente considerados os fatores críticos do sucesso para o Estado Africano e representam por isso, os vetores privilegiados de preocupação e de integração das estratégias da sociedade internacional para África. A estratégia “D³” parece ser, numa perspetiva integrada, a combinação ideal para ultrapassar os atuais problemas e os flagelos no continente (William, 2005, pp.5-7).

Sabemos em qualquer Atlas que a África Subsariana corresponde à região do continente africano a sul do Deserto do Saara, abrangendo cerca de 80% de todo o continente, e que para Catherine Coquery-Vidrovitch afasta-se da conotação ideológica do período da colonização de “África Negra” (2011, p.9). Esta imensa região apresenta uma enorme diversidade cultural, sendo em parte explicada pela preservação de uma organização social tribal, que se sobrepõe às fronteiras dos Estados, levando ao aumento da conflitualidade nesses espaços. Constatase que enquanto os conflitos entre diferentes grupos étnicos, bandos ou raças estão a aumentar nessas zonas, o Estado está a desmoronar-se, pois segundo Joseph Nye estes conflitos surgem “...à medida que as pessoas tentam estancar o caos, através dos nacionalismos étnicos e do fundamentalismo religioso, e os seus Estados debilitados, desmoronam-se sobre essa pressão fronteiriça constante...”, o que demonstra a perfusão de causas e de atores que caracterizam os conflitos Africanos, nomeadamente na região Subsariana (2002, pp. 277-279).

As Nações Unidas identificaram no seu “*Relatório Anual de 2010*”, 59 países no mundo considerados “prioritários” na intervenção em prol do desenvolvimento sustentado, sendo que do grupo de Estados considerados como “necessitados”, 38 ficam situados na região subsariana, correspondendo a cerca de 65% do total de países desta região. Alguns dos aspetos referidos no “*Human Security Report 2009*” (reafirmado no relatório em 2011 e 2012) que induzem a este paradigma e que são comumente apontados como algumas razões pelas quais a região enfrenta uma crise de desenvolvimento, e referem como exemplo que cerca de metade da população subsariana vive com menos de um dólar/dia, que uma em cada três crianças não conclui o ensino básico, que uma em cada seis crianças morre antes dos cinco anos de idade e o facto da taxa de pobreza extrema ter aumentado ao longo da última década, o que significa que o número de pobres sofreu, nesse período, um aumento de mais de 74 milhões de pessoas. Dados que preocupam a Comunidade Internacional e que são o reflexo das dificuldades em segurança e o desenvolvimento neste continente. Estes fatores estão intimamente associados às dificuldades do Estado Africano e à inviabilidade deste em garantir a segurança das suas populações e o desenvolvimento e

bem-estar dos seus cidadãos, dependendo substancialmente da APD da sociedade internacional para superar as carências básicas das comunidades.

Na África Subsariana, a conflitualidade e os problemas associado a catástrofes naturais assumiram algumas características próprias, não apenas pela especificidade dos seus países e das etnias e raças que aí habitam, mas principalmente porque a concentração de conflitos associados aos processos de luta pela independência, movimentos de libertação e a vaga de “Democratização” durante o período pós guerra-fria, foi significativo. Depois de 1970 foram referenciados no continente Africano mais de 30 conflitos regionais, tendo a sua maioria origem em conflitos intraestatais. Destes conflitos, a maioria situa-se na metade subsariana, salientando-se que em 1996 existiam 14 conflitos armados, que provocaram cerca de oito milhões de refugiados e deslocados, constituindo-se num dos maiores flagelos da Humanidade no século XX (Faria, 2004, p.9) (Thomson, 2010, pp.34-35) (Hugon, 2007, pp.64-69).

Por outro lado, o declínio económico verificado na África subsariana ao longo da segunda metade da década de 70 e a consequente diminuição dos mercados e dos bens disponíveis foram os aspetos que marcaram, na vertente económica, a ordem pré-colonial na região, contribuindo também para a instabilidade interna dos mercados regionais, e das economias do Estado. O enfraquecimento económico do poder do Estado contribuiu também em alongar medida para o aparecimento de múltiplos conflitos regionais, em que nos locais onde a liderança local era forte, o grau de insurgimento foi mais relevante e tomou outras proporções que contribuíram para uma maior regionalização dos conflitos na África Subsariana. Este aspeto resumiu-se localmente na “desvalorização” do Estado como entidade responsável pela garante da segurança e a sua substituição, por poderes regionalizados, autóctones e emergentes que passaram a ter uma maior visibilidade, influência e acrescida importância no contexto regional, levando a sociedade internacional a considerá-los na complexa análise do xadrez político Subsariano e a incluí-los nas soluções estratégicas para os conflitos regionais (Dowden, 2009, pp.51-54).

Neste contexto, alguns especialistas consideram que a conflitualidade nesta região apresenta uma forma atípica de conflitos regionais (em relação aos padrões ocidentais), razão pela qual é dificilmente estudada e compreendida pelo mundo ocidental. Face aos padrões de comparação destes constitui-se numa equação ainda por decifrar, com motivações distintas, atores vários e múltiplos catalisadores específicos, repercutindo-se nas dificuldades de compreensão, atuação e no emprego de modelos de análise e resolução predefinidos pela sociedade internacional para os conflitos regionais.

Constata-se assim uma disparidade na região Subsariana, entre a prevalência de conflitos de baixa e média intensidade, verificando-se que associado ao primeiro caso, estão principalmente conflitos originados por fatores económicos e políticos, nomeadamente devido à marginalização de faixas da sociedade originadas pela desestruturação social, originando movimentações de refugiados e deslocados em busca de terras mais férteis e principalmente menos conflituosas. No segundo caso, os conflitos de média intensidade desenrolam-se normalmente por influência externa (apesar dos conflitos se desenvolver no interior de um Estado), em que este na maioria

das situações são manietados no sentido de aluir a pressões externas ou de grupos de pressão interna, associados a entidades não estatais, com envolvimento externo, e que conduz a um apreciável número de baixas e enormes movimentos de refugiados (ou deslocados), abrangendo um número significativo de ONG e outros atores transnacionais na gestão do conflito (Marshall e Gurr, 2005, p.45) (Hugon, 2007, pp.89-92).

Cronologicamente, os períodos mais intensos dos conflitos na África Subsariana, segundo alguns autores, ocorreram durante o período das descolonizações (1960 a 1975), tendo sofrido contudo um crescente impulso no início dos anos oitenta por motivos de ordem interna dos Estados e atingiram os valores mais elevados no início dos anos noventa, em que a maioria dos conflitos se deveu a causas sociais (étnicas, revolucionárias ou religiosas) principalmente de raiz independentista e de afirmação política dos Estados (Faria, 2004) (Lake e Whitman, 2006) (Marshall e Gurr, 2005, p. 21).

A alteração do tipo predominante de conflitos, em especial em espaços onde a crise de soberania conduziu a afinidades de outro cariz (seja em torno da religião, da língua, etnia, cultura ou de outros fatores ou interesses conjunturais), permitiu a congregação de vontades em torno de um auto designado «senhor da guerra» que, nessa região, assumiu o papel do próprio Estado, complicando-se substancialmente o cenário quando surgem, num mesmo espaço, vários destes poderes autónomos regionalizados. Assim, a emergência de novos atores na África subsariana, com outros objetivos, inovadoras técnicas e formas de gerar o medo e com outras fontes de financiamento (diamantes, petróleo, tráfico de droga e de armamento) criaram uma maior complexidade e abrangência à conflitualidade, característico de uma “nova” e assimétrica dimensão da conflitualidade na região Subsariana (Pourtier, 2010, p. 26).

A crescente complexidade dos conflitos no continente Africano e o surgimento de novas ameaças transnacionais e assimétricas à segurança tem contribuído, como vimos, para colocar as questões da gestão de conflitos, principalmente na sua forma de prevenção e resolução, no cerne dos processos de consolidação da paz e de desenvolvimento regional neste continente, mais concretamente na região subsariana. A mudança da natureza dos conflitos fez surgir, também na metade sul do continente, vários atores (empresas multinacionais e entidades supranacionais) que dificultam o emprego dos mecanismos internacionais do estabelecimento de padrões eficientes de ajuda humanitária, de relações diplomáticas credíveis ou de gerir a resolução dos conflitos dentro dos modelos e padrões ocidentais que vinham sendo aplicados noutras partes do globo.

Os conflitos africano-subsarianos passaram a ser notícia diária nos meios de comunicação global, não só pela crueldade das imagens e pelo grau de violência associado, como pela excentricidade dos novos atores regionais e dos seus procedimentos operacionais, afetando o Sistema Político Internacional, em geral e em toda a África, nomeadamente a região subsariana, em particular. Referimo-nos a que esta região constitui uma zona extremamente conflituosa pois é aqui que ocorreram os mais sangrentos conflitos regionais da História mais recente da Humanidade e estão

atualmente (2012) localizados os maiores conflitos no mundo (Darfur, Uganda, Somália, Etiópia e Eritreia).

É também considerada uma região muito volátil, especialmente quando nos referimos às constantes mudanças de governos, ao surgimento de conflitos regionais e ao refluxo das economias e das populações, onde as fronteiras geopolíticas traçadas nos mapas da geografia “cor-de-rosa” não correspondem às fronteiras étnico-culturais vigentes, originando em permanência uma constante atrição entre os que estão na fronteira do espaço que lhes pertence por tradição e do espaço que ocupam por “obrigação” (Hugan, 2007, pp.14-16).

Este paradigma origina uma tensão constante entre povos, raças e religiões, no espaço intra e extra estatal, que aliados à luta desenfreada pelo acesso privilegiado aos “recursos de conflito” e ao poder, constituem os principais fatores globalmente aceites para ser considerada a região do continente Africano onde o número de conflitos aumenta e o desenvolvimento diminui. Devido a este paradigma constatamos que as Nações Unidas vêm intervindo na África subsariana com maior frequência e intensidade do que em qualquer outra parte do mundo. A missão na RDC - *United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo* (MONUC) tinha em finais de 2010 no terreno cerca de 18.800 homens, dos quais 15.369 militares, constituindo-se como a maior operação de paz realizada pelas NU desde a sua existência (Global Peace Operations 2010, 2011, pp. 14-16).

A transnacionalidade dos problemas securitários na região subsariana deriva em grande parte como constatamos da permeabilidade das fronteiras do Estado e da sua exiguidade como garante da segurança regional. Este fator aliado à atribulada geopolítica do espaço que ocupam faz com que exista uma pluralidade de variáveis na complexa equação da atual segurança regional, tornando difícil uma análise sistémica englobada em modelos padronizados de análise de conflitos. No entanto, o enquadramento teórico no «ciclo de vida do conflito» parece ser, como vimos, uma boa aproximação para a análise, uma boa base de trabalho académico para a sua compreensão e um potencial contributo para a adequada gestão dos conflitos regionais na África subsariana. Pensamos mesmo que sem existir uma boa base conceptual de entendimento não é possível delinear qualquer estratégia de segurança sustentada para o continente

A regionalização dos instrumentos de alerta e de gestão dos conflitos, bem como a complexidade crescente das múltiplas variáveis em jogo, traz para a atualidade a necessidade de se aprofundar o estudo destes fenómenos geopolíticos, com vista a se poder determinar cabalmente as causas e possíveis consequências, no intuito de prevenir o futuro da segurança na região, no continente e com reflexos no mundo. Consideramos que uma possível solução passa por regionalizar as análises sistémicas e os mecanismos de alerta e intervenção, mas globalizar os sistemas de apoio à macro gestão do conflito e de ajuda ao desenvolvimento a realizar, antes, durante e após o desenvolvimento da crise. Neste contexto, a análise da conflitualidade na região subsariana tornou-se ainda mais complicada quando se antevê que num grande número de casos, o conflito acaba por gerar as causas que lhe deram origem, enfraquecendo ainda mais os sistemas estatais, aprofundando clivagens étnicas, rompendo barreiras fronteiriças e provocando

a destruição das estruturas governativas socioeconómicas. Assiste-se, por vezes, a um círculo vicioso em que na procura da paz e da estabilidade regional, se encontra a violência e a insegurança regional. Aspeto que tem levado a sociedade internacional a questionar-se sobre os modelos de análise e a aplicação de estratégias “ocidentalizadas” de gestão dos conflitos regionais em África.

Academicamente, determinar as principais “*rootcauses*” de um conflito é um exercício que requer um rigor científico e desejavelmente a participação multidisciplinar de especialistas em vários domínios, não só no âmbito das ciências humanas mas também das ciências naturais e exatas. A análise tornou-se mais complexa, na medida em que quando se estuda um conflito numa dada região do globo onde os atores, as motivações, os valores, os processos e os efeitos são substancialmente diferentes dos tipicamente padronizados pelo mundo ocidental, não parece ser possível comparação com outros conflitos em outras áreas do globo e implementar modelos já “experimentados”. Alguns autores, numa tentativa académica de compreensão, sistematização e de análise sistémica dos conflitos regionais nesta região, optam por listar as causas que conduzem ao conflito e sobre essas elaborar estratégias de gestão no intuito de contribuir para uma maior segurança regional, garantindo uma melhor sistematização na análise conflitual (Roque et. al., 2005, p.19).

Para alguns autores, a falência do Estado é a origem direta dos problemas securitários e de subdesenvolvimento na região subsariana, derivando da sua falta de capacidades e principalmente de “soberania”, bem como de outros fenómenos políticos e económico-sociais que agravam a conflitualidade regional, transportando insegurança não só para África, mas por via da globalização (Ney, 2002).

Em complemento, outros autores ainda advogam que o Estado Africano é apenas uma das causas, referindo igualmente a natureza social, religiosa, militar e política dos conflitos, o que faz com que seja possível identificar um conjunto de outras razões díspares como o acesso ao poder, o controlo de recursos naturais rentáveis, a luta pelo domínio de determinada região, fronteira ou rota, o controlo da costa e dos portos, o fanatismo religioso, a proliferação de santuários e ainda o tráfego de pessoas e armamento (Fisas, 2004).

Contudo, quando se pretende determinar as causas internas num conflito, tendencialmente olha-se para o Estado e para os seus atributos primordiais, e encontrando-se as causas, na falência desses atributos normalmente relacionadas com a insegurança, a falta de condições básicas e o subdesenvolvimento das suas populações. Associado às características do Estado, surge também o conceito de “*good governance*”. Conceito que é apresentado como a questão chave que transversalmente abrange as valências do Estado, residindo no seu apoio e no seu fortalecimento, o investimento estratégico da Comunidade Internacional na África Subsariana (Cardoso e Ferreira, 2005, p. 44).

Martin Meredith, referindo-se às causas endógenas dos conflitos Africanos, afirma mesmo que estas têm “...*raízes nas contradições entre os modos tradicionais e os requisitos do Estado moderno...*” em que uma «nova ordem» democratizadora (ao ter assumido uma liderança e política pré-colonial) entraria em colisão com os princípios

tribais enraizados na região e que do choque entre as “elites governamentais” e os “sistemas governamentais” estariam algumas das causas geradoras dos conflitos que ocorreram no período pós-descolonização (2006, pp.617-621).

Associados aos processos atribulados de independência, surgem problemas políticos, económicos e sociais, estruturais no aparelho estatal, que os países descolonizados não souberam acautelar e os países colonizadores não quiseram ou não puderam intervir. Conjugam-se assim alguns dos fatores supracitados com a inexperiência governativa, a falência das economias, o desvio de recursos naturais e o forte investimento no aparelho militar e criaram-se as condições que levaram ao insurgimento popular, ao aparecimento de grupos armados, bem como o aumento do grau de insegurança e um subdesenvolvimento generalizado. Estes aspetos são sistemática e recorrentemente referidos como os motivos que originaram, e continuam a originar, a cisão entre o povo e o Estado, refletindo-se na atual realidade social e governativa Africana.

Como refere Francis Fukuyama, corroborando a opinião de Douglas North, as sociedades caem sistematicamente em armadilhas cognitivas, não compreendendo que ficaram para trás ao “...*diagnosticaram erradamente as causas do seu subdesenvolvimento, não sendo capazes de emular os modelos que lhes foram apresentados ao longo dos tempos...*”, referindo-se concretamente à África Subsariana, salienta ainda que “...*a violência endémica e a competição militar não levaram à formação do Estado, mas sim ao caos e ao colapso social...*” (2006, p.111).

Por outro lado, as causas externas são por norma as que derivam do exterior do Estado e que se constituem num potencial ignidor ou catalisador da crise, ou seja, aquelas que, direta ou indiretamente, participam na gestão dos mesmos, não só fornecendo apoio logístico ou moral, mas acolhendo apoios de determinadas fações, tendo em vista tirar vantagem do desfecho do conflito. Neste contexto, na África subsariana, devido à permeabilidade das fronteiras e ao domínio político-estratégico dos grupos étnicos que a povoam, torna-se quase imperceptível definir se o conflito envolve grupos ou clãs, ou se circunscreve às fronteiras de um só Estado, pois os limites do conflito são normalmente os limites dos meios disponíveis e principalmente dos interesses conjunturais vigentes. As fronteiras geopolíticas que limitam as intervenções das Organizações Internacionais não são na maioria dos casos coincidentes com as linhas de fronteira dos conflitos regionais, pois estes estendem-se por regiões, países, desertos e mares, que não coincidem com as fronteiras geopoliticamente definidas na cartografia terrestre e marítima subsaariana (Hugon, 2007, pp.18-20).

Alguns fatores de ordem interna dos Estados, como a pobreza social, a instabilidade social e política, a corrupção e a insegurança devido às agitadas transformações, simultaneamente políticas, económicas, institucionais e sociais, ocorridas nos Estados Africanos nesta região, vêm mostrando que, tal como refere Fátima Roque, “...*o desenvolvimento residual realizado a várias velocidades, não permitiram um crescimento homogéneo do continente Africano...*” (2005, pp.19-20).

Por outro lado, os desequilíbrios e as clivagens internas induzem a desigualdades e pressões externas, originando fluxos de populações e refugiados, normalmente em busca de melhores condições de vida e fugindo aos conflitos e à mortandade e que pode

constituir, simultaneamente, causa e consequência de conflitos étnicos e sociais, mais ou menos gravosos, de acordo com a incidência geográfica e social desses fenómenos migratórios. Aspetos que, segundo Janete Cravino, são considerados elementos transversais nas estratégias de gestão de conflitos e surgem integrados nos programas de RSS ou RSD (2010, pp. 56-59).

Conclusões

As ameaças transnacionais que são, em ambos os lados da fronteira, associados a novos poderes que emergem da necessidade de controlo de regiões estrategicamente relevantes, fazem emergir uma necessidade de se considerar a intervenção de poderes autóctones paralelos/sobrepostos ao Estado em regiões intra e extra fronteiriças, no intuito de se adequarem às condições para a intervenção dos agentes da paz, pois que para os primeiros a desordem e a destabilização regional são os ambientes fomentadores das suas atividades ilícitas. Neste contexto, a segurança em África passou a ter como um dos pilares fundamentais as suas Organizações Regionais, recaindo nestas as estratégias e ativação das componentes operacionais da União Africana inseridas na Arquitetura de paz e Segurança Africana, intervindo direta e indiretamente nos Estados.

A panóplia de atores transnacionais que intervêm na salvaguarda da paz e segurança, como responsáveis primários face ao Direito Internacional, pretendem garantir uma legitimidade na interposição no conflito. Contudo, a intervenção na gestão do conflito, e a participação destes atores, são também objeto de interesses próprios, nem sempre partilhados e inteiramente convergentes, em prol de valores universais que são transversalmente aceites. Salienta-se ainda que no puzzle de interesses conjugados, nomeadamente na monopolização do comércio de matérias preciosas ou recursos estratégicos, para os países, para as regiões, para África e relevante no contexto económico global. Assim encontramos algumas das causas para uma relativa inépcia no controlo e uma deficiente gestão dos conflitos regionais africanos, pois a interação destes atores (com interesses diferenciados), em caso extremos pode ser considerado um fator potenciador de possíveis tensões internas continente Africano.

Como vimos, o número de atores e de interesses em África são cada vez maiores e a perspetiva futura do acesso aos recursos estratégicos passa pelos Organismos Internacionais e pela estratégia agressiva dos atores que cooperam para a paz e desenvolvimento na África Subsariana. Por todos estes motivos, assiste-se a uma intervenção crescente em África, advindo potencialmente maior grau de segurança e de desenvolvimento para a região, mas também aumentando as disputas e levando ao surgimento de conflitos de interesses. Contudo, constata-se que outros fenómenos conjunturais e outras ameaças transnacionais se têm deslocalizado para estes espaços, fazendo com que múltiplos interesses sejam colocados na gestão dos conflitos, fomentando, por interpostos atores, a continuidade e em casos mais radicais o agravamento da insegurança regional. Neste particular, importa salientar em suma que fatores como o terrorismo transnacional, a proliferação do tráfico de pessoas, armas e droga entre outras ameaças, é facilitado pela prevalência de fatores de instabilidade em regiões onde se jogam os interesses geoestratégicos e geopolíticos de múltiplos atores.

Neste quadro, consideramos que para se estudar os conflitos regionais em África, deve-se definir num nesse modelo conceptual as “*rootcauses*”, contextualizando os atores, motivações, consequências para o Estado Africano, para as sociedades e fazendo a prospeção de cenários geoestratégicos e geopolíticos, no intuito de conceber a melhor forma de intervenção dos atores multinacionais, devem-se segundo, sistematizar as causas profundas dos conflitos é só assim termos condições para desenhar estratégias de apoio ao desenvolvimento e de segurança sustentada para o século XXI.

A criação de um modelo académico onde se procede à sistematização das causas dos conflitos em África, sabendo antecipadamente que a fronteira entre as causas internas e externas nem sempre é consensual e que em África “...*cada conflito é um conflito...*”, não existindo identidade e matriz própria para a conflitualidade regional. Neste contexto, qualquer visão académica resulta numa amálgama de causas difusas que caracterizam transversalmente a conflitualidade na região, mas que carece de uma análise sistémica, multidisciplinar mais abrangente e especializada, pois que para se perceber as causas implica perceber a amplitude do conflito e para se perceber o conflito devemos perceber as suas “*rootcauses*”.

Pensamos assim que a adequada interação entre causas internas e causas externas materializa a dinâmica entre as permeáveis fronteiras dos Estados na região, pois a dificuldade da interpretação deriva precisamente da descontinuidade geopolítica e da fluidez do espaço que representam conjunturalmente. Como refere Theresa Whelan, relativamente ao “*African Environment*”, a região subsariana continua a enfrentar constantes problemas de segurança, políticos e económicos, resultantes de uma crise estatal. O maior problema porém resulta da incapacidade em resolver os problemas de insegurança interna, da aplicação das Leis do Estado de Direito e principalmente da garantia de inviolabilidade das suas fronteiras geográficas (2006, p.64).

Refere ainda a este propósito em que concordamos que o que é relevante é a “ingovernabilidade” dos espaços de fronteira entre os conflitos e o Estado, com reflexos na inoperância verificada entre as entidades afetadas e envolvidas nos conflitos regionais transfronteiriços neste continente. Embora que no contexto das Relações Internacionais as dinâmicas evolutiva recente da conflitualidade e especialmente dos conflitos regionais acompanhado a dinâmica da evolução dos Estados no período pós guerra-fria, tendo-se assistido a uma mudança significativa da sua intensidade, distinção geográfica e tipologia, pois os conflitos transitaram para o interior dos Estados e deslocalizam-se para regiões que não constam no mapa geopolítico da conflitualidade no passado recente.

Assim e em suma, por via da “globalização” dos conflitos regionais assistiu-se em África a uma fragilização dos estados e das suas estruturas sociais, políticas e militares, em que a permeabilidade das fronteiras e a deficiente “*good governance*” levaram a uma “crise” de soberania do Estado Africano, o qual causou uma perturbação no espaço subsariano, revelando-se assim uma permanente ameaça transnacional à segurança global. Neste contexto, considera-se que existe uma nova geopolítica dos conflitos em África, associada à crise do Estado que, tem levado a sociedade internacional a intervir

crescentemente neste continente com vista a contribuir para a segurança regional, como elemento do desenvolvimento sustentado.

A atual conjuntura geopolítica subsariana, não só relacionado com as dinâmicas das fronteiras mas em outros domínios (económico, político, no tecido social e na gestão dos recursos naturais estratégicos), tem contribuído para o aumento de conflitos na região subsariana, assumindo o Estado o principal ónus deste fenómeno conjuntural.

Numa perspetiva mais alargada, e em resumo, constatamos que as causas dos conflitos regionais em África vão desde questões de ordem social, religiosa, militar e política, assistindo-se por norma à combinação destes elementos, levando a que cada conflito tenha não apenas uma única causa, mas uma miríade de causas e uma complexidade de fatores que o tornam num fenómeno de difícil análise e compreensão para a sociedade internacional, principalmente quando se utiliza os padrões ocidentais de comparação e de análise da conflitualidade no mundo. Todavia, a temática de sistematização académica resulta da necessidade de se analisar os conflitos regionais de uma forma multidisciplinar, com um enfoque particular nas suas “rootcauses”, procurando identificar as causas internas, externas e outras causas, em que a razão da fronteira física não é limitadora, mas sim orientadora e geopoliticamente relevante, sobre as motivações que induzem os conflitos regionais na África subsariana do século XX e para o século XXI.

Bibliografia

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2008) – Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Editora Prefácio, 2008, ISBN 978-989-8022-87-5.

BRAILLARD, Philippe (1990) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

FISAS, Vicenç (2004) – Cultura de Paz y Gestión de Conflictos. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição. ISBN 84-7426-357-3.

GAZIBO, Mamoudou (2010) – Introduction à la Politique Africaine. Deuxième Edition Revue et Augmentée. Canada: Les Presses de l'Université de Montréal, Québec, janvier 2010, ISBN 978-2-7606-2164-0.

HOLZGREFEJ, L. (1989) – The origins of modern international relations theory. London: Review of International Studies, 15, pp. 11-26, ISBN 26021500113051.

MALTEZ, José Adelino (2002) – Curso de Relações Internacionais. Lisboa: Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 1ª Edição - 2002. ISBN 972-8500-82-3.

MATOS, Luis Salgado de (?) – Segurança. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa. Disponível em
[<http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/1e45d1f4a116de66eb699ebb1d36d7d0.pdf>]

MEREDITH, Martin (2011) – Born in Africa. The quest for the origins of human life. New York: Public Affairs, First Edition, 2011, ISBN 978-58648-663-1.

MOREIRA, Adriano (2002) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.

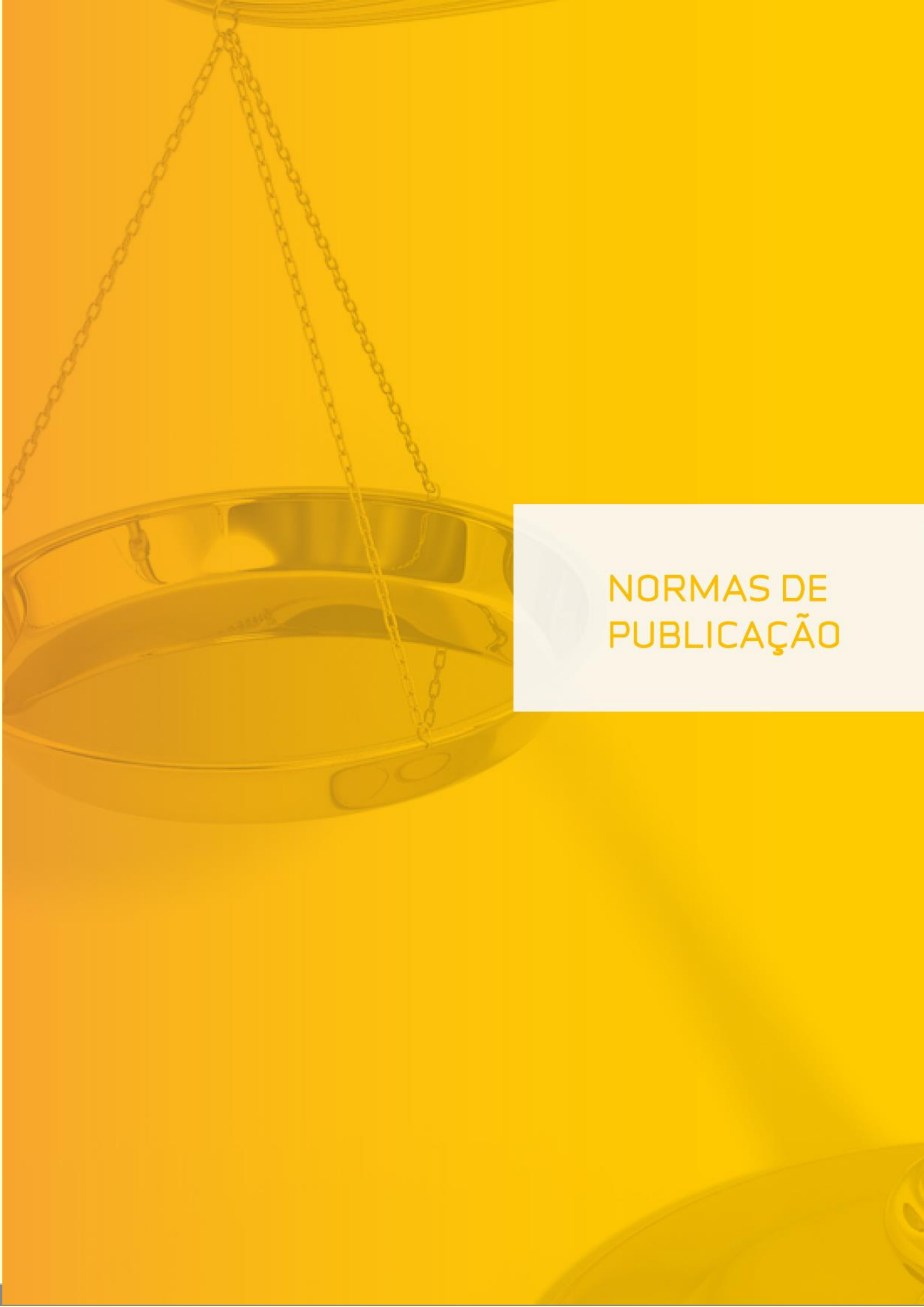
MONIZ, Brigadeiro Júlio Botelho (1954) – Conferências de Estratégia ao Curso de Altos Comandos “1953-1954”, Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

MONIZ, Júlio Botelho (2006) – Visões Estratégicas no Final do Império. Lisboa: Editora Tribuna da História, Fevereiro de 2007, ISBN 978-972-8799-59-5.

NOGUEIRA, José Manuel Freire (Coord.) (2005) – Pensar a Segurança e Defesa. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, ISBN 972-762-268-2.

KISSINGER, Henry (2002) – Diplomacia. Lisboa: Editora Gradiva, 2ª Edição. ISBN 972-662-451-7.

VAÏSSE, Maurice (2005) – As Relações Internacionais desde 1945. Lisboa: Edições70, ISBN 972-44-1224-5.



NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas notas de pé de páginas incluídas.
2. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
3. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.
4. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço
5. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o Pc.
6. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos
7. A redacção da revista se reserva o direito de publicar ou não.
8. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos
9. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
10. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita.

Livros electrónicos:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

Processo de avaliação e de seleção dos artigos:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do diretor antes do último dia de cada mês.
2. A direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.
4. Garantir-se-á o anonimato do processo de avaliação dos artigos.



Instituto Superior Politécnico Sol Nascente
APRESENTAÇÃO / ACTIVIDADES

APRESENTAÇÃO

O Instituto Superior Sol Nascente de Huambo, surge no quadro da premente necessidade da educação competente e competitiva para a nova Angola. Os seus promotores profundos conhecedores da realidade angolana, vêem na sua criação a maneira mais eficaz para participar ativamente na construção do ideal educativo da nova Angola.

O Instituto quer afirmar-se não somente como espaço da meritocracia, mas também como espaço da necessidade de uma avaliação continua da “eticidade” da meritocracia, daí o seu lema “honor, labor et meritum”.

Cremos que a crença num mérito equilibrado pode dar lugar a formação do homem que a sociedade precisa. O Instituto defenderá os ideais humanistas sem entrar no humanitarismo. Procurará inculcar aos seus alunos e funcionários o espírito de trabalho árduo e persistente como o caminho seguro do bom aprender. Esta é, pois uma das grandes novidades que queremos oferecer: o bom aprender. Não terá, pois como vocação tapar os buracos deixados ou existentes, mas sim, refletir sobre estas carências oferecendo como contribuição um ensino de qualidade.

Não é da vocação do Instituto formar uma elite endinheirada, mas sim, afirmar-se como uma alternativa ética da educação e na educação, constituindo com isso numa vanguarda da proteção dos espaços da emergência da verdade. O elitismo do Instituto será, portanto associado sempre ao ideal da elevação ética na sua relação com o ensino.

David Boio

Director-Geral do ISPSN

ACTIVIDADES

ISPSN E O PRIMEIRO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CLÁSSICOS, GRÉCIA E ROMA EM ANGOLA

Desde a sua criação, o **ISPSN** pauta por um horizonte de educação diferencial. Desde este marco, pretende introduzir no contexto nacional uma iniciação e divulgação da cultura clássica e dos estudos clássicos. A organização deste Simpósio vem por isso mais de que responder a um estado de arte dos estudos da cultura clássica inexistente, lançar um desafio para a sua implementação no âmbito escolar nacional.

Pensar a cultura clássica é pensar uma boa parte do pensamento crítico actual; é pensar a arte, a ciência, as várias ciências; a literatura, a política, a história, o direito, a religião, a educação e as teologias. Em suma, pensar a cultura clássica é olhar para o ponto de partida da ideia e do conceito de reflexão e do elemento crítico da reflexão. Esta afirmação, sem pecar, não põe em causa, nem pretende minimizar os incontáveis contributos dos egípcios, dos fenícios, dos babilónios, dos chineses ou dos indianos. A cultura clássica a que o Simpósio se dedicará é aquela que cinge a Grécia e Roma: duas cidades, dois nomes e duas civilizações incontornáveis sempre que se fala da cultura clássica, de modo particular, da cultura clássica de índole ocidental.

A Grécia, sempre que falamos da Grécia, ou quase sempre que falamos deste nome no âmbito clássico, estamos a referir-mo-nos a um território ordenado ou constituído à volta da cidade-estado grega – da *pólis*, «a célula social e o sistema de vida em que os helenos gostavam de viver, porque só ela, em sua opinião, permite vida digna, civilizada, «viver bem» como dizia Aristóteles.

No que diz respeito à Grécia, o Simpósio terá como ponto de partida os poemas homéricos à volta dos quais se poderá desenvolver reflexões sobre a **política**, a **religião**, a **história**, as **leis** e o **direito**. Quanto aos trabalhos a apresentar sobre Roma, podem começar com a fundação fraticida da cidade. Roma tem uma peculiar particularidade: a cidade que dominou o mundo durante muitos séculos graças ao prestígio do próprio imperador que tinha para além do poder político, também o poder religioso e promotor da paz. Roma fará do Direito uma ciência, a ciência imperial que desempenhará um papel importante. Roma é também para além do direitos e da sua força militar, o espelho das construções arquitectónicas, do urbanismo, da literatura e da construção artístico-política. É pois sobre tudo isso que o Simpósio irá reflectir de acordo com os trabalhos que serão apresentados.

O Simpósio será dividido em três painéis: **Política**, **Religião e História** e **Direito e Leis**. Cada painel será coordenado por um docente ou investigador a quem as propostas de comunicação deverão ser enviadas.

Comissão de honra.

Agostinho Ndjaka (2º secretário do MPLA no Huambo)

David Boio (Director Geral de ISPSN)

Mário Pinto de Andrade (Reitor da ULA).

Dom Francisco Viti (Arcebispo emérito do Huambo).

Comissão Organizadora.

Departamento Científico de ISPSN.

Comissão Científica.

Prof. Dr. Alfredo Chimbinda (ICESD-HUAMBO)

MSc. Agnela Barros (ISCED-LUANDA) Angola.

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCR) Brasil.

Prof. Dr. António Martins (FLUL)

MSc. Adriano Sepuleta (SEM-ISPSN) Angola.

Prof. Dr. Belchior, (SEM-ISPSN) Angola.

MSc. David Boio, (ISPSN) Angola.

Prof. Dr. Cessar Candiotto (PUCR) Brasil.

Prof. Dr. Eduardo Vera-Cruz (FDUL) Portugal

MSc. Eduardo S. Passos (CUA) Estados Unidos.

MSc. Graciano Epalanga, (SEM-ISPSN) Angola.

Prof. Dr. Inácio Valentim (ISPSN) Angola.

MSc. Jorge Manuel Benitez (UNA) Paraguai.

MSc. Jorge Nelson (ISPSN) Angola.

Prof. Dr. Mário Pinto de Andrade (ULA) Angola.

Prof. Dra. Olga Maria Pombo (FCUL) Portugal.

Prof. Dr. Pedro Cassiano Catchitôle (SEM-ISPSN) Angola.

Lic. Sandra Cruz (ISPSN) Angola.

Secretariado.

MSc. Anabela Santos (ISPSN) Angola.

MSc. Inês Morais (ISPSN) Angola.

Lic. Sandra Cruz (ISPSN) Angola.

Marketing.

MSc. Inês Morais (ISPSN) Angola.

Lic. Marina Nhamba. (ISPSN)

Protocolo.

Lic. Marina Nhamba. (ISPSN)

TERMO DE REFERÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DE RESUMOS PARA O
PRIMEIRO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CLÁSSICOS EM
ANGOLA

HUAMBO, 31 de Outubro e de 1 Novembro

Os trabalhos a apresentar para o primeiro Simpósio Internacional de Estudos Clássicos em Angola serão seleccionados com base nos resumos submetidos à Comissão Científica do evento. A selecção dos trabalhos terá em conta a clareza, a originalidade, a abordagem sobre a importância do tema e o estudo detalhado do estado de arte das propostas. Simultaneamente ter-se-á em conta a metodologia utilizada.

Os resumos devem ser bilingues, na língua original do texto e em inglês. Na sua apresentação devem conter o título, nome do autor ou co-autor, endereço institucional e o e-mail. Num máximo de 250 palavras, o tipo de letra utilizado deve ser o *Times New Roman*, com espaço simples, tamanho 12 justificado e sem parágrafo.

Os papers completos serão pedidos posteriormente apenas aos autores cujos trabalhos sejam avaliados positivamente.

Os resumos devem ser submetidos até 30 de Setembro de 2013, conjuntamente com a ficha de inscrição, para o e-mail: simposio.classicos@ispsn.org

ISPSN and the First International Symposium in Classical Studies, Greece and Rome in Angola

Since its beginning, ISPSN follows a different path in education. With this purpose, intends to introduce in national context a presentation and disclosure about classical culture and classical studies. More than answer to a nonexistent state of the art in classical studies, the symposium organization launches a challenge to its implementation in national schools.

Think classical culture is thinking in the current critical thinking; is thinking Art, Science, different Sciences; Literature, Politics, History, Law, Religion, Education and Theology. Therefore, think classical culture is to look at a starting point of the idea and the concept of reflection and the critical element of reflection. This statement, without sin, doesn't question, or doesn't want to minimize the uncountable contributions of the Egyptians, the Phoenicians, the Babylonians, the Chinese or Indians. The classical culture that the symposium will focus is the one that restricts Greece and Rome: two cities, two names and two unquestionable civilizations whenever we speak of classical culture, particularly, the one that has a western nature.

Greece, whenever we speak about Greece, or whenever we talk about this name in a classical way, we relate to a territory ordained or established around the Greek city-state – *pólis*, «a social cell and a life system in which Hellenes liked to live, because only her, in their opinion, allows a dignified and civilized life», “live well” as Aristotle said.

Regarding Greece, the symposium will have as its starting point the Homeric poems around which some reflections can develop on politics, religion, history and law. As for the papers to present about Rome, may begin with the fratricidal city's foundation. Rome has a peculiar characteristic: the city that ruled the world for centuries thanks to the prestige of the emperor himself who had besides the political power, the religious power and also was the promoter of peace. Rome will make the law a science, an imperial science that will play an important role. Besides the Law and its military force, Rome is also a mirror of architectural buildings, urban planning, literature and an artistic-political construction. All of this will be reflected in the Symposium according to the papers that will be presented.

The symposium will be divided into three panels: Politics; Religion and History and Law. Each panel will be lead by a teacher or researcher to whom proposals should be sent.

Committee of honor.

Agostinho Ndjaka (**MPLA 2º secretary, Huambo, Angola**)

David Boio (**Director ISPSN**)

Mário Pinto de Andrade (**Director, ULA**).

Dom Frannccisco Viti (**Huambo Archbishop**).

Organizing Committee.

Scientific Department ISPSN.

Scientific Committee.

Prof. Dr. Alfredo Chimbinda (**ICESD-HUAMBO**)

MSc. Agnela Barros (**ISCED-LUANDA**) Angola.

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (**PUCR**) Brasil.

Prof. Dr. António Martins (**FLUL**)

MSc. Adriano Sepuleta (**SEM-ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Belchior, (**SEM-ISPSN**) Angola.

MSc. David Boio, (**ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Cessar Candiotto (**PUCR**) Brasil.

Prof. Dr. Eduardo Vera-Cruz (**FDUL**) Portugal

MSc. Eduardo S. Passos (**CUA**) Estados Unidos.

MSc. Graciano Epalanga, (**SEM-ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Inácio Valentim (**ISPSN**) Angola.

MSc. Jorge Manuel Benitez (**UNA**) Paraguai.

MSc. Jorge Nelson (**ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Mário Pinto de Andrade (**ULA**) Angola.

Prof. Dra. Olga Maria Pombo (**FCUL**) Portugal.

Prof. Dr. Pedro Cassiano Catchitôle (**SEM-ISPSN**) Angola.

Lic. Sandra Cruz (**ISPSN**) Angola.

Secretary.

MSc. Anabela Santos (**ISPSN**) Angola.

MSc. Inês Morais (**ISPSN**) Angola.

Lic. Sandra Cruz (**ISPSN**) Angola.

Marketing.

MSc. Inês Morais (**ISPSN**) Angola.

Lic. Marina Nhamba. (**ISPSN**) Angola

Protocol.

Lic. Marina Nhamba. (**ISPSN**) Angola

TERMS OF REFERENCE

SUBMISSION OF ABSTRACTS FOR THE FIRST INTERNATIONAL
SYMPOSIUM IN CLASSICAL STUDIES IN ANGOLA

HUAMBO, 31 October - 1 NOVEMBER

The papers present in the First International Symposium in Classical Studies will be selected on the abstracts submitted to the Scientific Committee of the event. The selection of works regards the clarity, originality, approach on the importance of the theme and the state of the art. Likewise, it will consider the methodology used.

Abstracts should be bilingual, in the original text and in english. The presentation should contain the title, the name of the author or co-author, institutional adress and e-mail. A maximum of 250 words, the font should be Times New Roman, single-space, size 12 and no paragraph.

The full paper will be requested later only to the authors whose work has a positive evaluation.

Abstracts should be submitted until September 30, 2013, together with the registration form to the e-mail: simposio.classicos@ispsn.org.

ISPSN Y EL PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL DEL ESTÚDIO DE LOS CLÁSICOS, GRÉCIA Y ROMA EN ANGOLA

Desde su creación que el **ISPSN** se rige por un horizonte de educación diferencial. Desde esta base pretende introducir en el contexto nacional la iniciación y divulgación de la cultura clásica y sus estudios. La organización de este Simposio no busca simplemente dar respuesta a un estado de arte de los estudios de la cultura clásica inexistente, sino sobre todo lanzar un desafío para su implementación en el ámbito escolar a nivel nacional.

Pensar en la cultura clásica es pensar en la gran parte del pensamiento crítico actual, es pensar el arte, la ciencia, las varias ciencias, la literatura, la política, la historia, el derecho, la religión, la educación y las teologías. En definitiva, pensar sobre la cultura clásica es mirar hacia el punto de partida de la idea y del concepto de reflexión y del elemento crítico de la reflexión. Esta afirmación, sin ánimo de pecar, no pone en entredicho, ni pretende minimizar las innumerables contribuciones de los egipcios, de los fenicios, los babilonios, los chinos o indios. La cultura clásica a la que se dedicará el Simposio es la que se ciñe a Grecia y Roma: dos ciudades, dos nombres y dos civilizaciones protagonistas siempre que se habla de la cultura clásica, especialmente de la cultura clásica de índole occidental.

Grecia, cuando hablamos de ella, o casi siempre que hablamos de este nombre en el ámbito clásico, nos referimos a un territorio ordenado o constituido alrededor de ciudades-estado griegas – *las polis*, «la célula social y el sistema de vida en el que a los helenos les gustaba vivir, ya que solo ella, en su opinión, permite la vida digna, civilizada» «vivir bien» como decía Aristóteles.

En lo que a Grecia se refiere, el Simposio tendrá como punto de partida los poemas homéricos sobre los que se podrán desarrollar reflexiones sobre la **política**, la **religión**, la **historia**, las **leyes** y el **derecho**. Sobre los trabajos que serán presentados sobre Roma, se puede empezar con la fundación fraticida de la ciudad. Roma tiene una particularidad muy peculiar: es la ciudad que dominó el mundo durante muchos siglos gracias al prestigio del emperador que tenía, además del poder político, el religioso y el de promotor de la paz. Roma hará del derecho una ciencia, la ciencia imperial que desempeñará un papel fundamental. Roma es, más allá de los derechos y de su fuerza militar, el espejo e imagen de las construcciones arquitectónicas, del urbanismo, la literatura y la construcción artístico-plástica. El Simposio va a discutir y reflexionar sobre todos estos elementos, según los trabajos que serán presentados.

El Simposio estará dividido en tres paneles o secciones: **Política**, **Religión** e **Historia**, y **Derechos** y **leyes**. Cada una será coordinada por un docente o investigador a quienes las propuestas de comunicación deberán ser dirigidas.

Comición de honor

Agostinho Ndjaka (**2º secretário do MPLA no Huambo**)

David Boio (**Director Geral de ISPSN**)

Mário Pinto de Andrade (**Reitor da ULA**).

Dom Francisco Viti (**Arcebispo emérito do Huambo**).

Comición organizadora

Departamento Científico de ISPSN.

Comición Científica.

Msc. Alberto Sehululu (**ISCED-Huambo**) Angola.

Prof. Dr. Alfredo Chimbinda (**ICESD-HUAMBO**)

Msc. Agnela Barros (**ISCED-LUANDA**) Angola.

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (**PUCR**) Brasil.

Prof. Dr. Antonio Gómez Ramos (**UC3M**) Espanha.

Prof. Dr. António Martins (**UL**)

Msc. Adriano Sepuleta (**SEM-ISPSN**) Angola.

Lic. Armindo Jaime (**ISPSN**) Angola.

Prof. Dra. Beatriz Lopez Bossi. (**UCM**) Espanha.

Prof. Dr. Belchior, (**SEM-ISPSN**) Angola.

Msc. David Boio, (**ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Cessar Candiottto (**PUCR**) Brasil.

Prof. Dr. Eduardo Vera-Cruz (**UL**) Portugal

Msc. Eduardo S. Passos (**CUA**) Estados Unidos.

Msc. Graciano Epalanga, (**SEM-ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Hugo Chelo (**UCP**) Portugal.

Prof. Dr. Inácio Valentim (**ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. José María Zamora Calvo, (**UAM**) Espanha.

Msc. Jorge Manuel Benitez (**UNA**) Paraguai.

Msc. Jorge Nelson (**ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Mário Pinto de Andrade (**ULA**) Angola.

Prof. Dra. Olga Maria Pombo (**UL**) Portugal.

Prof. Dr. Pedro Cassiano Catchitôle (**SEM-ISPSN**) Angola.

Prof. Dr. Rafael do Rosário (**SEM**)

Lic. Sandra Cruz (**ISPSN**) Angola.

Lic. Tiago Viana B. (**ISPSN**) Angola

Lic. Venceslau Casese (**ISCED-HUAMBO**) Angola.

Secretariado.

Msc. Anabela Santos (**ISPSN**) Angola.

Msc. Inês Morais (**ISPSN**) Angola.

Lic. Martinho Bangula (**ISPSN**) Angola.

Lic. Sandra Cruz (**ISPSN**) Angola.

Marketing.

Msc. Inês Morais (**ISPSN**) Angola.

Lic. Marina Nhamba. (**ISPSN**)

Protocolo.

Lic. Marina Nhamba. (**ISPSN**)

GUIA DE REFERENCIA PARA LA PRESENTACIÓN DE RESÚMENES

Los trabajos que se expondrán en el primer Simposio Internacional de Estudios Clásicos en Angola serán seleccionados con base en los resúmenes presentados a la Comisión Científica del evento. El proceso de selección de los trabajos tendrá en cuenta la objetividad, originalidad y el abordaje hecho sobre la importancia del tema y el estudio detallado del perfil de las propuestas. A la par se tendrá en cuenta la metodología utilizada.

Los resúmenes deberán ser presentados en dos idiomas, en el idioma original del texto y en inglés. En su presentación debe constar el título, nombre del autor o co-autor, la dirección institucional y el e-mail. En máximo 250 palabras, el tipo de letra utilizado deberá ser el Times New Roman, tamaño 12, justificado, espacio sencillo y sin párrafos.

Los papers completos serán pedidos posteriormente a aquellos autores cuyos trabajos tengan un análisis positivo y sean considerados aptos para presentación.

Los resúmenes deberán ser enviados hasta el 30 de Septiembre de 2013, junto a la ficha de inscripción al e-mail: simposio.classicos@ispsn.org

Contactos Institucionais:

www.ispsn.org

<https://www.facebook.com/solnascente.ispsn>

SOL NASCENTE

Revista do Centro
de Investigação sobre
Ética Aplicada |CISEA|

Nº4 | Agosto 2013